

NOME RAUL BRUNINI FILHO



FOTO

IDENTIDADE

FILIAÇÃO-PAI

MÃE

IDADE ESTADO CIVIL

PROFISSÃO Radialista/Jornalista POSTO OU GRAD.

FUNÇÃO

NACIONALIDADE Bras. NATURAL DE

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

NÍVEL

RESIDÊNCIA RIO DE JANEIRO

OUTROS DADOS Deputado Federal - MDR/GB

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 12, de 17 Jan 69, teve cassado seu mandato eletivo federal e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) - anos, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez68.

CIC

Identidade.....	FOTO	
Filiação - Pai.....		
Mãe.....		
Idade.....	Estado Civil.....	
Profissão.....	Pôsto ou Grad.....	
Função.....		
Nacionalidade.....	Natural de.....	
Lê.....	Escreve.....	Cert. Reservista.....
Título Eleitor.....	Local Trabalho.....	
Estudante.....	Escola.....	Nível.....
Residência.....		
Outros dados.....		

NOME RAUL BRUNINI - EX-DEP

HISTÓRICO PROTOCOLO GERAL Nº 310/69 ✓

1969 ✓ Apoiado pela Imprensa, tomou parte em campanha visando a desmoralização e comprometimento do Chefe do Governo, Ministro da Aeronáutica, Oficiais Gerais da FAB e Presidência da República, com a finalidade de enfraquecer as Forças Armadas e conseqüentemente ir ao extremo para a derrubada do governo.

✓ Consta que está seguindo os passos de seu mentor político - CARLOS LÁCERDA - participava das reuniões de políticos com os militares cassados, que visavam a desmoralização da Revolução. - Inocente útil nas mãos desse grupo, a quem auxiliava sem avaliar a extensão de seus atos. - Por exemplo: no início do mês de outubro de 1968, foi um dos que providenciaram a vinda de Carlos Lacerda ao Brasil para, segundo o grupo, "explorar a brecha aberta no seio do Governo pelo chamado caso PARASAR".



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 020	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: RAUL BRUNINI FILHO	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DE NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE:	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: Radialista - Deputado Federal - Jornalista	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO:	
11. RESIDÊNCIA:	



12 - EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal/MDB/GB, eleito em 15 Nov 966.
- Membro da Comissão de Segurança Nacional da Câmara.
- Pertenceu à ex-UDN.
- Ex-Radialista - Jornalista.
- Ex-Vereador do DF.
- Ligado ao CLUBE DA LANTERNA.
- Muito ligado a CARLOS LACERDA.
- Combateu o Governo CASTELO BRANCO, tachando-o de "REGIME DE OPERETA e de DITADURA".
- Condenou a política econômico-financeira do Governo CASTELO BRANCO.
- Ligado a HÉLIO FERNANDES, tendo protestado contra seu "confinamento".
- Membro do "Partido de Reforma Democrática" (PAREDE).
- Membro ativo da ex-FRENTE AMPLA.
- Defensor da tese da concessão de anistia geral.
- Protestou contra a prisão do jornalista subversivo, FLAVIO TAVARES.
- Protestou contra o "confinamento" de JÂNIO QUADROS.
- Apóia a ação de D. HELDER CÂMARA, no NE.
- Apoiou as manifestações estudantis e acusou a Revolução de ter marginalizado a mocidade estudantil da Nação.
- Combate sistematicamente o atual Governo.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1954 - Antigo radialista, a convite de CARLOS LACERDA, candidatou-se e foi eleito vereador do então Distrito Federal.
- 1956 - Manteve ligações com JOÃO RIBEIRO PORTELA, do jornal "Diário de Notícias", QG da UDN reacionária, juntamente com GLADSTONE CHAVES DE MELO; CARLOS LACERDA; MENESES CÔRTEZ; ARNALDO NOGUEIRA e EURÍPEDES CARDOSO MENEZES
- 1960 - Novamente eleito, no novo Estado da Guanabara.
- 1965 - Na Assembléia Legislativa, fez violento ataque ao Ministro da Justiça, chamando-o de "político frustrado e traidor".
 - Declarou: "O AC nº 4 é uma farsa e só poderia ter saído do conluio do qual faz parte o Sr JURACI MAGALHÃES, que se desmascarou perante a opinião pública, desrecalcando-se de um ato político em que foi o derrotado".
 - Afirmou que "se não fosse CARLOS LACERDA, não haveria CASTELO BRANCO na Presidência da República; se não fosse CL, não haveria Revolução de 31 de março; se não fosse CL não haveria NEGRÃO DE LIMA no governo do Estado, pois nem eleição / haveria".

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



- 1966 - Assinou manifesto, lançado pelo grupo ligado a CARLOS LA CERDA, apresentando a "definição que o momento brasileiro impõe" e tachando o Governo CASTELO BRANCO de "REGIME DE OPERETA". (O manifesto explica que "essa falsa organização partidária, que aí está, não engana a ninguém: visa assegurar o funcionamento de um arremedo de democracia, do qual o povo é excluído para benefício de uma oligarquia").
- FEV - Foi apontado, em um Relatório do DOPS/GB como responsável pelo pichamento de paredes com frases: "QUEREMOS LIBERDADE DE VOTO" e "VIVA A LIBERDADE DO VOTO".
- JUL - Condenou o AC nº 14, dizendo que o Gov CASTELO BRANCO deu um passo firme para a DITADURA, pois cassou todo o Poder Legislativo do País. Acrescentou que "o Ato é uma violação da independência de poderes".
- Condenou a política econômico-financeira do Governo CASTELO BRANCO.
 - Participou de comício do Partido da Reforma Democrática (PAREDE) realizado na GUANABARA.
- AGO - Condenou o AC nº 18, indagando "por que o Presidente da República não tem um ato de coragem e dignidade e fecha de uma vez o Poder Legislativo?"
- SET - Culpa a política econômico-financeira do Ministro ROBERTO CAMPOS, pela onda de greves que ameaça abater-se / sobre o País.
- Exibiu, no Plenário da AL/GB, um blusão e um jaleco / ensanguentados, pertencente a um estudante ferido durante a invasão policial a Faculdade de Medicina, na GB e afirmou que "ali estava a prova de que o Presidente da República, de conluio com o Sr NEGRÃO DE LIMA, derrama o sangue da juventude inocente".
- NOV - Candidato à Câmara dos Deputados, pelo MDB, protestou / contra a decisão do TSE, que manteve a impugnação da candidatura do jornalista HÉLIO FERNANDES.
- Mantém contatos com elemento da ex-UNILÃO DOS PORTUÁRIOS DO BRASIL. Mostrou-se inconformado com a medida governamental, que fechou aquela entidade.
 - Protestou contra a cassação do jornalista HÉLIO FERNANDES.
 - Foi eleito Deputado Federal pelo MDB/GB, nas eleições do dia 15.
- DEZ - Compareceu ao I Festival de Juventude, como representante de CARLOS LACERDA.
- 1967 -
- JAN - Manifestou-se contrário à nova Constituição e à Lei de Imprensa, dizendo que "mais uma vez o Presidente CASTELO BRANCO conseguiu um golpe para a sua imensa coleção de \$ traír a boa vontade dos que nele confiam".

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



- MAR - Estêve em BELO HORIZONTE, de passagem para BSB, tendo / mantido contatos para a formação da Frente Ampla.
- JUN - Salientou que, no movimento da FRENTE AMPLA, está implícito o apoio dos lacerdistas em favor da revisão do processo político contra o ex-Presidente JK.
- JUL - Comentou a política do Presidente COSTA E SILVA, dizendo: "CASTELO era entreguista e COSTA E SILVA parece nacionalista".
- AGO - Protestou contra o confinamento de HÉLIO FERNANDES, em FERNANDO DE NORONHA e disse "que o crédito de confiança dado ao Mar CS começa a diluir-se".
- Tornou-se Membro da Comissão de Segurança Nacional, da / Câmara dos Deputados.
 - Protestou contra a prisão do jornalista subversivo, FLAVIO TAVARES.
- SET - Representou a Câmara dos Deputados no V Congresso de Assembleias Legislativas, realizado no RECIFE.

1968

- JAN - Viajou a BELO HORIZONTE, para assistir a uma conferência de CARLOS LACERDA, sobre a Revolução, organizada pelo Centro de Cronistas Políticos de MG.
- Participou de reunião do MDB/GB, onde se decidiu "a tomada de posição contra o estabelecimento do Estado Militarista, no País".
 - Manifestou-se contrário à criação de comissão, no MEC, / presidida pelo Cel MEIRA MATOS, e condenou a ação do Prof HÉLIO GOMES, Diretor da Faculdade de Direito, "que entregou estudantes daquela Faculdade ao DOPS e ao SNI".
- FEV - Ao defender a autenticidade da FRENTE AMPLA e a participação de CARLOS LACERDA no cenário político, declarou, / que a anistia geral está implícita na plataforma daquele movimento.
- Fez um pronunciamento pela TV ANHANGUERA, em SÃO PAULO, pregando a derrubada do regime, partindo da FRENTE AMPLA.
 - Mostrou-se revoltado ante a aprovação, pelo Congresso, do projeto que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Segurança Nacional.
- MAR - Ao se referir às comemorações do primeiro aniversário do Governo COSTA E SILVA, assinalou "a completa ausência do povo nesses festejos" e frisou que "o objetivo dessas comemorações foi trazer a BRASÍLIA a cúpula do partido majoritário, representado pelos governadores estaduais para, de corpo presente, assistir as ordens emanadas do Chefe".
- ABR - Participou de reunião, na residência do Dep MARTINS RODRIGUES para planejar a viagem de CARLOS LACERDA a Governador Valadares/MG.

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



- Ao comentar a morte do estudante EDSON LUIS, na GB, durante um choque entre estudantes e policiais, disse que: "não ha liberdade sem sacrificio; os jovens são as vítimas preferidas das violências e da prepotência; a revolução de 1964 falhou ao marginalizar a mocidade estudantil da Nação".
- Denunciou como "arbitrária e acintosa ao livre direito de reunião e manifestação de pensamento" a Portaria 177, do Ministro da Justiça, que considerou ilegal o movimento conhecido como FRENTE AMPLA.
- Em reunião com outros deputados, decidiu, em relação à ex-FRENTE AMPLA: criar um novo movimento com sigla diferente; impetrar mandado de segurança no STF contra a Portaria do Ministro; solidarizar-se com CL, JK, e JG; realizar os programas da FRENTE AMPLA, já esquematizados, sob a bandeira do MDB, evitando falar na FRENTE.
- Homenageou JK, pelo transcurso do 8º aniversário da inauguração de BRASÍLIA.
- MAI - Declarou: "o Governo COSTA E SILVA não tem condições e coragem, para cassar ou enquadrar CARLOS LACERDA na Lei de Segurança Nacional, por temer uma reação dentro das próprias FFAA".
- JUN - Subscreeveu documento, apoiando a ação apostolar de D. HELDER CÂMARA no Nordeste do BRASIL.
- JUL - Manifestou-se contra o ato do Min da Justiça, que confinou JÂNIO QUADROS, em CORUMBÁ/MT.
- AGO - Participou de reunião, na residência do Deputado MARTINS RODRIGUES, para fixar a conduta de ação do MDB, face aos acontecimentos ocorridos na Universidade de Brasília. Ficou deliberado: maximo apoio aos movimentos estudantis; Assistência ao líder estudantil HONESTINO MONTEIRO GUIMARAES, e a intimação de altas autoridades, civis e militares, para comparecerem perante a CPI que apura as violências na UnB.
- SET - Foi indicado, pela Oposição, para fazer contatos com CARLOS LACERDA, a fim de obter a união de líderes políticos, como JK, JG, JQ, CL e adesões como BRIZOLA, ARRAIS e LUTERO VARGAS, para um movimento que englobaria os sindicatos, os estudantes e o clero.
- NOV - Deixou transparecer que o "Movimento de Mobilização Partidária Parlamentar" objetiva lançar uma campanha contra as instituições governamentais. A Tribuna seria usada com frequência, para ataques sucessivos ao Governo; Os atos de terrorismo seriam utilizados como principais peças para a desmoralização do Gov e das FFAA; O Presidente COSTA E SILVA seria alvo de críticas, quanto a sua administração em geral; A Oposição se esforçaria para fazer crer que os generais SIZENO SARMENTO, GARRASTAZU MEDICI e MEIRA MATOS estão ligados aos grupos terroristas.

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



Dez - afirmou, segundo noticiado, que "os militares não pressionam o Congresso e desejam instituições livres e independentes"; Afiançou que, "em conversa com representantes de setores militares, ouviu deles que não desejam um Congresso desmoralizado e até apelos para que a licença para processar o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES, não fosse concedida".

PAUL BRUNINI

MDB-GB

2011A



Brunini
SÓBRA

19

FRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA GERAL

N.º.....

C. LACERDA

Procedência:-

Assunto:-

Rpsuz Brunini

Interessado:-

Destino:-

P. R. - CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

	De	Para	Data		De	Para	Data
1				9			
2				10			
3				11			
4				12			
5				13			
6				14			
7				15			
8				16			

Anexo:-



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVICÓ NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 020	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: RAUL BRUNINI FILHO	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DE NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE:	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: Radialista - Deputado Federal - Jornalista	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO:	
11. RESIDÊNCIA:	

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ENTREVISTA DO DEPUTADO RAUL BRUNINI AO
PROGRAMA "SEM RESERVA" DA TV-CANAL 2 DE GOIÂNIA

Boa noite senhores telespectadores de Goiânia. Eu estou aqui a convite desta emissora para falar nesse programa. Eu gostaria de perguntar primeiramente se a norma é a seguinte: - este programa é "Sem Reserva" mesmo?

Repórter - Além de "sem reserva" o que está declarado pelo seu título, é um programa tranquilo.

R. Brunini - Não há aqui ódio do Contel, pressão militar, não há nada?

R. - Nós estamos falando sob a garantia da constituição de 1967.

R.B. - Então, não está muito garantido, não. A Constituição da República, ela vale até o ponto em que pode interessar. (aparteado).

R. - Aliás, a livre expressão de pensamento está consignada no direito constitucional.

R.B. - A liberdade deste país está condicionada até o ponto em que não fira as prerrogativas da minoria militar que domina o país. Nós vivemos num regime militarista, nós vivemos numa ditadura militar, "sem reserva" alguma, é a verdade verdadeira. De forma que eu só falo, nessas condições, sem reserva alguma.

R. - Tem a palavra, o Deputado Raul Brunini.

R.B. - Eu lhe agradeço. Devo informar, que realmente, acompanhei o governador CARLOS LACERDA (CL) no último sábado a São Paulo. Sua Senhoria foi paranoicar a turma de economistas da Faculdade de Ciências Econômicas Álvares Penteado, uma tradicional organização em São Paulo. Nós tínhamos conhecimento de que havia um mal-estar em São Paulo, motivada pela excessiva mobilização militar e policial. Basta que diga o seguinte - Todos os jornais de São Paulo, no sábado, estampavam na sua primeira página, pena que eu não tenha trazido para esta noite a coleção que esqueci na GB, eram manchetes, páginas inteiras com o seguinte título: Lacerda será prêso, Intranquilidade em São Paulo, clima de terror, etc. Isso motivado pela boataria que dominou S. Paulo. Boatos êstes, na sua maioria, veiculados pelo próprio Governo, para criar um clima de terror em S. Paulo, para evitar que o povo comparecesse a cerimônia, cuja presença do ex-governador

ex-governador da GB, era aguardada com muita ansiedade. Pois, ao chegarmos em S. Paulo, por volta das 16:00h, tivemos as seguintes informações e depois confirmadas: primeiro, o apartamento reservado ao Sr CL, no Hotel Jaraguá, fôra revistado pela policia. Tôdas as entradas e saídas do Hotel Jaraguá foram bloqueadas por policiais armados. O contrôle telefônico do hotel foi feito pela policia. Durante todo o tempo que o governador Lacerda falou no Teatro Municipal, sobrevoou o prédio, um helicóptero dotado de rádio, com informações não sei para quem. O pico do Jaraguá em S. Paulo que domina estrategicamente tôda a capital paulista, foi tomada pelo Exército e lá instalaram um canhão de 105 mm. Atirar para quem, eu não sei. A cidade e o porto de Santos foram tomados pelos fuzileiros que vieram de S. Paulo. Deslocaram-se de Pirassununga para a capital paulista, inclusive um contingente de cavalaria, não sei para que aquilo. O Sr. Lacerda não podia sair do Hotel, pois tinha todos os seus passos seguidos por inúmeras viaturas da policia. Eu dei até ao jornalista do Estado de S. Paulo, se não me engano ou não me falha a memória, o número das placas e a marca dos veículos da policia. O Teatro Municipal estava fortemente policiado externa e internamente. Para nós entrarmos, foi uma dificuldade.

R - Informaram que foi proteção policial?

R.B. - Bem, isso no fim, êles dizem sempre, não é? Foi feito para proteger, mas, isso, dentro da nossa terra, precisamos de proteção de alguém? Se dentro do nosso país, nós precisamos de Proteção? Mas para entrar no Teatro Municipal foi uma dificuldade. Os ingressos foram dados às famílias dos formados, naturalmente, mas o povo não teve acesso ao Teatro Municipal. Muito pouco, e assim mesmo, naquelas dependências chamadas torrinhas que ficam lá em cima. E quando o cidadão entrava, a ordem era a seguinte: não pode ser aplaudido o orador. Uma vergonha o que fizeram em S. Paulo. Uma vergonha.

R - Havia expectativa do povo mesmo em tôrno da palavra do Sr CL?

R.B. - Tanto havia essa expectativa, que ficou uma multidão do lado de fora. E essa multidão ficou esperando o término da cerimônia e quando acabou a cerimônia de formatura, o Sr. CL, quando saía, foi cercado por uma verdadeira multidão, aos gritos de viva Lacerda, viva a liberdade, etc., e abaixo os gorilas, abaixo a pressão militar, etc. Pois era tal a tensão que foi criada em S. Paulo, que se o ex-governador da GB seguisse mais tempo com aquela leva que vinha atras, poderia surgir um conflito. Se dessem um tiro ali, seria uma fuzilaria que não acabaria mais. Então êle tomou um taxi imediatamente para evitar qualquer confusão. Pois a propaganda do governo para impedir que o povo

possa acorrer à F.A. e dizer primeiro, que ela é um movimento subversivo. Isso é a primeira coisa que o governo diz e que os porta-vozes do governo não cansam de dizer, de proclamar. Que a F. A. é subversiva, que ela quer perturbar a vida do país, não diz que a F. A. quer é mudar o regime. Nós queremos mudar o regime. Essa mudança nós pregamos abertamente, publicamente. E tanto isto é verdade e tanto teme isto o governo, que o Sr. CL não pode falar no rádio e na TV. A mim, por exemplo, permitem que eu fale como estou falando aqui. Estou vendo que estou no ar ainda porque tem um monitor ali. Porque, evidentemente, nós não temos a força, nem o prestígio da palavra do Sr. CL. Aquê não pode falar. Eu duvido que vocês possam fazer programa com êle aqui.

R - O Sr. CL está convidado para êste programa há três ou quatro meses.

R. B. - Está convidado. Êle já aceitou o convite. Então êle virá a Goiânia. Quando chegar à Goiânia vai acontecer o que tem acontecido em todo o lugar. Como por exemplo em P. Alegre, quando êle foi paraninfar a turma da Faculdade de Direito. A Rádio Gaúcha se não me falha a memória, os estudantes já tinham feito um contrato e tinham pago até o contrato e 2 dias antes, a direção da Rádio Gaúcha informou que não podia, por defeito técnico. Como é feito então essa censura? Há uma ordem por escrito? Não, se o CL viesse aqui você iria receber o seguinte telefonema: Olha, o Lacerda vai aí, olha lá, bem? Tenha cuidado. É evidente que você não vai colocar no ar, porque esta concessão dada ao meu amigo Jaime Câmara, é a título precário, ela pode ser cancelada de um momento para outro, sem qualquer satisfação. E, como malandro não dá recibo e nem estrila, o CONTEL não vai mandar uma informação, de que é proibida a fala do Sr. CL. Esta ameaça covarde que é de pressionar, indiretamente, os que tenham concepção.

R - E por que não tomaram essa providência, vamos falar, voltada a nossa atenção para o passado do Sr. CL, quando êle cansou de pregar a subversão da ordem?

R.B. - Mas quando o Sr. CL pregou a subversão da ordem? Mas, escura, pregar a subversão ou conspirar, a gente subentende ou se entende quando é feita as ...

R - Qual a forma de derrubar os eleitos?

R.B. - Derrubou mesmo e derrubará outros. Não, mas veja bem, essa história de derrubar o Presidente, não foi o Sr. CL que derrubou o Pte. Foram êles presidentes que caíram, porque realmente, não estavam realizando uma administração à altura. Estavam, realmente, com falhas, etc. A palavra dêle é uma palavra sem subterfúgios. Êste homem fala diretamente ao povo publicamente. Ora, pergunto: Será que o go-

governo que tem todos os instrumentos na mão, não consegue enfrentar este homem num diálogo democrático?

R - O Sr. disse há pouco, que o governo estaria sustentado por uma minoria. Talvez seja isso?

R.B. - O governo é sustentado por uma minoria militar. Embora essa minoria militar disponha do Rádio, disponha da TV, dispõe de um partido político que pode enfrentá-lo, a ARENA, com seus líderes. A única coisa que ameaça sempre, é a palavra do Sr. CL, vai ser preso ou então vai ser cassado, vai ser confinado, etc.

R - Há dois aspectos que eu quero focalizar para ficar bem claro: Primeiro lugar - o governo teria realizado efetivamente uma mobilização militar. Pura mobilização militar. O governo nega que essa mobilização tenha sido realizada para pressionar ou não a F.A. e o Sr. CL. Eu vou admitir que foi para esse objetivo. Mas eu soube e os jornais deram notícia disso; de que o discurso do Sr. CL em São Paulo seria a senha para a deflagração de um movimento nacional, para a derrubada do governo em primeiro lugar. Em segundo lugar; é o próprio Sr CL e não outra pessoa, quem declara publicamente no Brasil, que pretende e propõe a derrubada do regime. Ora, o regime, o governo que o sustenta, é evidente que combate quem pretende derrubá-lo. O governo está executando, portanto, o direito legítimo de autopreservação, contendo uma ameaça à sua integridade.

R.B. - Perfeito. Vamos a primeira parte da sua pergunta ou da sua indagação. O que houve em realidade, vou contar, sem nenhuma reserva, pois já é do domínio público. Também não sei se chegou até Goiânia essa informação. Durante o último encontro do alto comando militar, o Marechal Costa e Silva passou ao Ministro da Guerra um informe de que havia uma conspiração em marcha e que ela seria deflagrada sábado dia 27 e cuja senha seria o término do discurso do ex-governador CL. Assim que ele terminasse o discurso, se desencadearia então, o processo revolucionário. Isto é, a prisão do governador Abreu Sodré de São Paulo, se ele resistisse, assassiná-lo; com a rebelião imediata das Forças Públicas de São Paulo e de Minas Gerais, pois hoje há como sabem, descontentamento profundo no seio do P. Militar, pelas medidas tomadas pelo governo, com interferência direta na autonomia das Forças Públicas estaduais. Isto é, com o comando entregue a oficiais do Exército. Em São Paulo há uma desavença muito grande entre o Coronel Moraes, que é o comandante da Polícia de S. Paulo, da Força Pública de SP e o Coronel Chaves, Secretário de Segurança. Imediatamente o Ministro da Guerra fez

essa mobilização geral, o que levou, inclusive, a perplexidade ao próprio Presidente da República, de ter indagado do Sr. Ministro da Guerra a razão de toda aquela mobilização. Ao que informou o Ministro da Guerra, que tinha recebido do próprio Pte. aquela ordem. O Presidente disse: Não, não foi uma ordem. Eu recebi uma informação anônima e passei a Vossa Excelência a informação para tomar as providências. Não dei uma ordem para esta mobilização. Então se chega a este absurdo neste país, uma informação anônima provoca a mobilização total das forças armadas, digo, militares de um país, coincidentemente com a palestra do governador Carlos Lacerda em São Paulo. Quando desmentem, que não foi em virtude do discurso do paraninfo em São Paulo e sim, um movimento de rotina, o próprio Marechal Amaury Krueel, hoje Deputado, informou à Câmara ante-ontem, que uma mobilização de rotina, não se faz ao mesmo tempo, em todo o País. Veja bem, o próprio marechal KRUEEL, desmentiu a informação oficial prestada pelos comandos militares. Houve realmente; Primeiro, uma precipitação do Ministro da Guerra ao dar seqüência a um informe do presidente da República, baseado por sua vez, numa informação anônima. Em seguida, para não voltar atrás, numa demonstração de força, que realmente, foi uma demonstração de força. Contra quem? Contra os trabalhadores? Olha, se fizer greve, o dispositivo está aí contra os estudantes, contra as próprias dissidências militares que existem dentro do próprio governo e também em cima da ARENA. O Governo tem todo o direito, o legítimo direito de se defender. Se defender com as mesmas armas que ele não permita aos adversários. Porque ele ao se prevenir, intimida, ele coage, ele pressiona, ele violenta dispositivos constitucionais. Bem, agora quero completar o seguinte: Os porta-vozes do governo, o próprio marechal COSTA E SILVA, em uma carta-resposta ao Deputado RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES, fez severas críticas a FRENTE AMPLA e, o Senador DINARTE MARINS, que é da maior intimidade do Palácio, disse que a FRENTE AMPLA é subversiva. Eu quero aproveitar nesse programa, que é tão rara a oportunidade que nós temos de nos dirigir as pessoas, ao povo, enfim, para desmentir categoricamente, esta afirmação. Em todos os momentos, em todas as oportunidades, nós da FRENTE AMPLA temos desmentido isto. Eu tenho aqui em mãos, o pacto de Montevideu, firmados pelo Sr JG e CL lá, diz num dos itens: Não nos entendemos para promover a desordem e sim, para assegurar o estabelecimento de verdadeira ordem democrática, que não é a do silêncio e a da submissão. O Sr CL em carta dirigida ao Sr JULIO DE MESQUITA FILHO, diretor do Estado de S. Paulo, informa o seguinte: Considerarei vitorioso o ideal a que me propus a realizar com a FA e portanto, cumprida a minha missão. O propósito que me levou à FA é a seguinte: 1- Voto livre e direto 2- Restabelecimento da Lei livremente vo

votada e conscientemente respeitada. 3- Ajuste de salários ao custo de vida e a desvalorização da moeda. 4- Medidas concretas de pacificação nacional, para a união do povo, no esforço do desenvolvimento. Eis o preço que cobro para sair do caminho. Sei que não valho tanto, mas o BRASIL, o seu povo, o seu futuro, a sua juventude valem isto e muito mais.

R. - Deputado, êle está cobrando também a queda do governo.

R.B. - Não está cobrando a queda do Governo. Esta cobrando o restabelecimento democrático. Então você confirma, que realmente, nós vivemos num regime que não é democrático.

R - Mas é êle quem diz que para realizar o que se supõe ser necessário realizar, seja necessário remover o governo e o regime.

R.B. - Sendo que nós consideramos o regime ditatorial, regime militarista, regime antidemocrático. Um regime espúrio, em que o Presidente COSTA E SILVA, não foi eleito pelo povo. O Presidente COSTA E SILVA por um Congresso que estava em fim de mandato, varios congressistas, sem ter sua reeleição assegurada, um Congresso ameaçado, um Congresso acovardado pela pressão da violência e do militarismo. O Presidente COSTA E SILVA não teve o sufrágio popular, êsse homem não tem nenhum compromisso com o povo, de maneira que, não é um governo legítimo, nós sustentamos isso, é um espúrio, é um governo ilegal, é um governo antidemocrático é um governo baseado e sustentado pela minoria militar.

R - O Deputado RB se lembra de que o Sr CL, promoveu na GB uma eleição indereta para eleger o Vice-Governador do seu Estado. O Dr. RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES?

R.B. - Não foi o governador LACERDA que fez essa eleição, ora esta. Não foi o Governador CL quem determinou aquela eleição. Não tinha força para fazer aquela eleição. Essa foi a eleição feita em todo o País.

R - Deputado tenho ouvido dizer, tenho lido o Sr. LACERDA afirmar, que não pretende absolutamente, a derrubada do governo, mas sim, a derrubada do regime. Mas, sendo uma coisa produto da outra, você não teria que acompanhar o principal?

R.B. - Sem dúvida alguma.

R - Neste caso, com a pregação, o Sr CL pretende também, a derrubada do presidente CS.

R.B. - Bem, mas não é derrubada, pela violência, não é uma derrubada pela força, não, é uma derrubada pelo voto. Nós queremos mudar o regime como? que o governo marque eleições livres, diretas e secretas,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

que voltem os partidos políticos à sua normalidade. A queda é esta, a queda através do voto, nós não queremos dar nenhum golpe militar, nenhum golpe de força, não. A queda do regime pelo voto livre e direto. Que se restitua ao povo o direito de escolher o presidente da República. Nós não temos armas para derrubar o governo ou mudar o regime. Queremos mudar pela consciência do povo, exigindo a volta do sufrágio universal, na da mais queremos do que isso.

R - Deputado, o Sr CL defende a eleição direta, muito bem, mas eu volto ao seu passado. Ele lutou contra o próprio Sr JUSCELINO KUBITSCHEK, eleito unânimemente pelo povo brasileiro. Disse inclusive que im pediria a eleição de JK nem que fôsse a tapa. Como esse homem hoje, po de defender com tanto ardor a eleição direta. Mas, o Sr CL como se pode confiar nêle?

R.B. - Não surpreenderia a sua pergunta, mesmo porque, parte de um repórter da Última Hora. Jornal que não perdoa o Sr CL, mas eu acho muito justa a sua pergunta. Acontece o seguinte: O Sr CL sempre pregou as suas idéias abertamente. Ele discordou da eleição de JK, ele disse que ia impedir. Quando falou em impedir a tapa, é uma figuração, impedir, quer dizer ele estava dizendo que estava contra aquela eleição, não se conformava com ela, iria lutar até as últimas consequências, como lutou. Mas lucou como? Democráticamente. O Sr CL chegou a alcançar os postos que alcançou, sempre através da votação popular e ele chegará se Deus quizer, a presidente da República, com o voto do povo. Nós sabemos e ele sabe melhor, que ninguém, que nunca se beneficiaria de um golpe militar, pois a revolução de 64, com a colaboração dos líderes mais autênticos, ele poderia se quisesse, ter-se aproveitado daquela desordem, mas não se aproveitou porque, ele confiou. E é por isso, que ele se ressentiu também, da revolução. ele confiou, porque naquela oportunidade, ele era candidato em convenção homologada pelo seu partido e ele confiou naqueles que tomaram conta do Poder e o traíram vilmente. O governo CB. traiu os compromissos assumidos com o Sr CL de realizar eleições livres e honestas. E depois, com o Ato Institucional nº 2. fecharam-se os partidos e automaticamente cancelado, foi também usurpada a candidatura que o Sr CL tinha assegurada por 3 convenções do seu partido. E o Sr Brigadeiro EDUARDO GOMES assinou o ato nº 2, extinguindo a UDN, partido que o tinha feito candidato duas vezes a presidência da República. Essas traições meu caro repórter, são imperdoáveis e inescusáveis.

R - Deputado, o Sr fala em eleições. Quando vitoriosa a revolução, disseram os líderes, ela não veio em proveito de ninguém, ela será um movimento destinado a encaminhar o País noutros rumos, neste sentido, neste caso, ela não teria compromissos com pessoas ou partidos nem com

candidatos. O senhor não acha?

R. B. - Ela não tinha compromissos com pessoas, mas tinha compromisso muito sério, que era com as eleições. Pois não se esqueçam de que o que estava seriamente ameaçado no governo JG, eram as eleições. Com aquela conturbação da ordem, a revolução foi feita, principalmente, para garantir eleições livres e diretas para que o povo pudesse expressar, livremente a sua vontade. Aí, é que houve traição com a liberdade, houve traição com a democracia, houve traição com as instituições nacionais. Porque a revolução foi controversa em controversia, até chegar a extinção dos partidos, a extinção das candidaturas, a extinção de eleições diretas. Este é o contrasenso da revolução. Ela foi feita em nome do povo para garantir todos os seus direitos e se converteu exatamente, na revolução que proibiu, que cassou o direito do povo de escolher, livremente, seus governantes.

R - Deputado, o Sr CL, que é na verdade, um produto do grupo que está no poder, não estão convivendo ainda não?

R.B. - Não absolutamente.

R - Esses homens que estão aí, conhecendo sobejamente o Sr. CL, sabem perfeitamente, que ele não se limita a pregação democrática. Ele conspira também.

R.B. - O Sr CL nunca conspirou.

R - Ele não conspirou para a revolução de 64?

R.B. - Não, CL não conspirou para a revolução de 64. Ele foi um sustentáculo da revolução de 64.

R - Como se explica essa penetração que tem, esse contato permanente que ele tem, nas forças armadas?

R.B. - Justamente, pela sua constante pregação democrática durante todos esses anos. É homem conformado com certas situações, então, a sua pregação democrática durante esses anos, sensibilizou profundas camadas do Exército Brasileiro.

R - Deputado, pode me dizer então o que seria conspiração?

R.B. - A conspiração em sua definição clássica, é criar as condições, o aliciamento subterrâneo às escondidas, as ocultas, para derrubar o regime constituido. Você falou em conspiração. Então CL está pregando contra o regime. Como? pelas armas, pela violência, pela traição? Não, pela conscientização da opinião pública, da necessidade das eleições livres e diretas.

R - No governo CB, ele fez um apelo às armas, lembra-se?

R.B. - Quando?

R - Em PÔRTO ALEGRE. êle quis pegar nas armas para depor o govêrno.

R.B. - Quando o Sr CL faz um pronunciamento, uma definição, precisa-se entender bem, o sentido das suas palavras. LACERDA é um mestre no jôgo das palavras para criar condições e situações. E mesmo que êle fizesse um apêlo às armas, o que eu quero dizer, é o seguinte: não tem aquê le sentido da traição e da conspiração. êle é um homem da fala franca, sincera e sem subterfúgios. É, onde não esconde as suas atitudes, as suas posições, é homem sincero, é homem que gosta dêsse diálogo direto com o povo, porque êle acredita na reação do povo. Esta é a grande arma do Sr CL, porque êle acredita e confia no povo, ao contrário dos políticos e dos que pretendem fazer tudo com muita habilidade, querendo esquivar-se da opinião pública, pensando que com isso, iludem o povo. O povo é muito mais inteligente do que, êsses políticos pensam. É por isto, que estou constantemente fazendo uma advertência aso políticos atuais. Muitos dêles ainda reticentes e duvidosos quanto ao ingresso na FA. Para dizer claro, o povo já compreendeu a FA. O povo já está perfeitamente certo da função da FA e a demonstração cabal da recepção popular a êste movimento. B. Horizonte foi um espetáculo extraordinário, foi uma demonstração de que êste movimento, FA, já conseguiu chegar até o fundo da alma popular, sentir as suas angústias e as suas aspirações, as suas reivindicações e as suas necessidades. Portanto, os políticos estão muito àquem do povo, da opinião pública. S. PAULO por exemplo, foi outra reação popular extraordinária. O povo que sofre, o povo que sente na carne o estado atual, motivado por um govêrno insensível às suas reivindicações, já sentiu isso, já muito tempo e, por isso, a FA é hoje, um movimento vitorioso no meio da população. E nós sentimos isso pelos convites que tem chagado à FA, para a realização de comiícios, de reuniões. De todos os recantos do País tem chagado êste apêlo para que a FA vá aqui, vá alí. Aqui mesmo, em Gpiânia, nesses poucos instantes que eu estive aqui, já senti isso através de duas ou três manifestações de populares que vieram até aqui, a esta emissora.

R - Ocorre o seguinte: O Sr disse com tôdas as letras, que de fato, o Sr LACERDA e a FA, querem a derrubada do regime. Ora, se êle diz isto de público e se existe como existe de fato, provodado pela FA uma vasta motivação para a violência no País, porque na verdade, o País está sob tensão contínua. Então, não é perfeitamente inverossímil não é perfeitamente crível, a hipótese da ação violenta a ser desencadeada com a fera LACERDA, contra a instituição?

R.B. - Não. Aí é que há o grande equívoco, meu caro. Porque LACERDA não conspira. Isso eu quero deixar bem claro. Nós não temos nenhum

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

apoio militar. Nós não temos nenhuma articulação, nem mesmo política. A FA, é um movimento de pregação cívica, não é a curto prazo. A FA é um movimento de paciência, de pregação, de chamar as consciências cívicas às suas reais possibilidades de interferir no processo político brasileiro, porque o povo está marginalizado no problema brasileiro e quando o povo está marginalizado não há democracia. Isto é uma pregação da FA para trazer o povo para o processo democrático. Quando o LACERDA fala em derrubar o regime e mudar o regime, é no sentido de preparar a opinião pública para pressionar as autoridades para a volta da legalidade. O que nós queremos, é eleição livre, e direta, sufrágio universal para todos os cargos eletivos. Anistia também, está na alma, no sentimento do povo brasileiro, Passado aquele momento de conturbação, o espírito brasileiro é para conciliação. Quero deixar claro, também, o seguinte: A FA não prega a volta ao passado, nós não queremos que volte aquilo que existia. Nosso compromisso é com o futuro deste País.

R - Isso implicaria em dizer, que a FA jamais apoiaria o Sr JK à presidência da República se êle fôsse anistiado?

R.B. - Mas, quem disse que não apoiaria?

R - Mas é a volta ao passado.

R.B. - Mas a volta ao passado, não é a volta do Sr JK, porque eu fui adversário do Sr JK, mas não posso...

R - Mas não volta ao passado de que? Nada.

R.B. - Não volta aquela pregação comunista que havia no País. Aquilo é que não voltará mais. Aquela confusão que havia. Que o governo JG foi envolvido por ela.

R - Mas o governo diz que a ação da FA, está proporcionando essa volta ao passado.

R.B. - Mas, êste tem que dizer isso. Êle vai dizer que a FA é formidável? Não, absolutamente, ao contrário. É evidente, e compreendemos perfeitamente isso. E aceitamos o debate. Que venha o governo debater democraticamente contra e opor-se às idéias da FA. É isto que nós queremos que o governo venha e diga a FA. Quer a volta do passado? Nós vamos demonstrar que não, mas não colocar tanques e mobilizar o Exército para pressionar o povo e intimidar o povo. Nós queremos o debate da inteligência, o debate do argumento, não o argumento da força, antepôr-se ou combater os argumentos da FA, com a mobilização total desse País. É essa vergonha, que nós não queremos mais; Quando a América do Norte é ameaçada de uma nova guerra na Coréia, mobiliza-se 14 mil homens, é quanto a América do Norte se propôs a mobilizar e, para impedir a palavra de um homem se mobiliza 45 mil soldados nesse País. 18 mil só em SÃO PAULO,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

é esse ridículo, que nós queremos acabar nêsse País. Que perigo é esse, de uma pregação às claras, uma pregação democrática. Venha através da ARENA, dos seus líderes, e dizer que a FA está errada, que é isso, que é aquilo. Aceitamos o debate.

R - O Senador FILINTO MULLER esteve aqui em Goiânia, então êle me dava assim, o que êle apresentava, como sendo a mais nova posição do governo diante da FA. Êle me dizia: Não, não tem nada, a FA não tem importância, porque não tem nenhuma repercussão. A prontidão militar não foi nada, foi apenas um adestramento de tropas. É realmente, êle não considera a FA como subversiva. Inclusive êle fez discurso na Câmara contra a opinião do seu próprio líder, DANIEL KRIEGER.

R - Mas deputado, nesse chamamento que está fazendo ao debate amplo, através do País, a ARENA atendeu a êsse chamamento? Ela ontem resolveu que vai dispor tôdas as suas fôrças para combater a FA, não só no Parlamento, como também através de TVs, através de comícios.

R.B. - A ARENA vai debater conosco na rua, na TV e no Rádio? A FA vai mal com essa decisão da ARENA. Até que enfim o povo vai poder confrontar as idéias. Agora, vejamos se a ARENA tem fôrças para conseguir isso.

R - Não está querendo dizer que a ARENA perde o debate?

R.B. - Que a ARENA perde o debate, isso só depois do debate realizado. Eu quero ver se a ARENA tem fôrça mesmo, prestígio para conseguir um debate através das câmaras de TV e dos microfones das emissoras de rádio. É aí que veremos de a ARENA tem fôrças. Duvido, que o esquema permita um debate na TV do Sr CL com o Sr DANIEL KRIEGER. Eu duvido que a ARENA consiga êsse debate.

R - Deputado o Sr não acha que a ARENA tem fôrça para dialogar e vencer, tanto que esta venceu as eleições no País, de fora-a-fora? Os deputados fizeram diálogos, compareceram à comícios, falaram e se elegeram.

R.B. - Realmente. Esta é uma pergunta muito bem colocada e que parece assim que tem lógica e pode ser um argumento definitivo contra aquilo que nós estamos falando aqui, mas não se esqueça que essas eleições não foram realizadas com tôda a sua liberdade. Primeiro, veja bem. Nós havíamos conseguido, para todo País, o regime da cédula oficial. Em qualquer município, mesmo que fôsse, o eleitor chegaria na cabine e encontraria cédula e votaria nos candidatos da sua preferência, sem interferência de ninguém. O que fez o governo para as eleições que se realizaram? Nas cidades de menos de 100 mil habitantes que é imensa maioria dos municípios brasileiros, votou-se à cédula de mão, não prevalecendo a cédula única. Onde, voltara a prevalecer os currais eleitorais dos coronéis e que estão

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

sempre presos ao delegado que é do governo, ao fiscal que é do governo, a diretora que é nomeada pelo governo. Onde praticamente os deputados da oposição não tiveram acesso. As cédulas, aquele crédito para fazer as cédulas, não veio a tempo e a hora, aí então, a ARENA ganhou esmagadoramente. Mas pergunto: Nos grandes centros, nas capitais onde prevaleceu a cédula oficial, onde não havia necessidade de fazer a entrega de cédula de mão em mão, a ARENA teve uma vitória esmagadora, foi assim na GB, assim em SP, assim em P. ALEGRE e assim em B. HORIZONTE. O MDB teve a vitória nas grandes capitais, nos grandes centros porque, porque as eleições foram iguais, as oportunidades foram, igual para igual. A partir da distribuição de cédulas, eles alteraram as regras do jogo em cima da hora. É isso que precisa ser dito, é preciso que todos saibam que eles fraudaram a eleição com essa mudança da vontade do povo. Se eles fraudaram, fraudaram a liberdade do povo e o povo não sabe disso. Muita gente talvez não saiba, pois o povo não toma às vezes, ciência de certas coisas, não sabe se votou aqui cédula oficial, o eleitor que conhece, sabe que a cédula oficial é marcada na cédula que encontrava ou recebida do presidente da mesa. Agora, nas outras cidades de menos de 100 mil habitantes, não, ele trazia a cédula no bolso.

R - Deputado, essa cédula também prevaleceu para a eleição de governadores?

R.B. - Não.

R - Como o Sr explica a eleição de varios governadores, maioria pela ARENA?

R.B. - O partido que está no governo também, pressionado como estava e como continuando estando também, é muito difícil você escapar de certo tipo de pressão, é muito difícil. De maneira que foi esse, também o motivo dessa interferência, mas veja bem. Nas cidades principais desse País, venceu a oposição, porque houve realmente liberdade; mas no interior do País que ainda infelizmente a eleição é dirigida praticamente pelo governo. Depois tem outra coisa, varios candidatos foram impugnados, isso decorre desses fatos terríveis, homens que tinham eleições asseguradas foram sumariamente cortados, impugnados e uma série de outras medidas que tumultuaram e desfiguraram completamente o pleito que não representa realmente a vontade do povo.

R - Deputado está o povo chegando a este programa e até mesmo através de telefonema, isso me é profundamente salutar, esta aqui um tele-espectador, perguntando: Quando é que CL fala a verdade, quando o JANGO era subversivo ou quando, fala em liberdade agora?

R.B. - LACERDA fala sempre a verdade, é um homem que não esconde a verdade, êle discordou ainda do Pacto de Montevideu, não foi passa do assim uma esponja sôbre tudo não, há um acôrdo contra o militarismo atual. Êste é o compromisso dêste inimigo comum que é o militarismo que está dominando êste País. Tenho impressão que superado êsse episódio, as forças democráticas buscarão cada uma o seu leito normal, não há compromisso com certas idéias, com certas ideologias, não, é um compromisso atual para enfrentar o inimigo comum no instante que é o militarismo, tanto o LACERDA fala a verdade hoje, como falou a verdade antes.

R - O que o Sr entende como o povo pode entender essa união JANGO-LACERDA? Como o Sr acha que o povo pode entender essa união?

R.B. - Eu tenho aqui o pacto JANGO-LACERDA, êsse Pacto responde perfeitamente a essas perguntas. Não sei se vocês gostariam que lêsse na íntegra, não é muita coisa. Então assim tem uma explicação.

R - Gostaria de encetar mais uma pergunta para ficar claro. Com quais documentos o Sr R. B. pode provar que o Sr CL não é subversivo? A FA não poderá ir para frente com a participação do Sr JANGO porque foi dêle um govêrno corrupto, subversivo como afirmou o proprio CARLOS LACERDA, qual a garantia que êle LACERDA oferece ao povo brasileiro?

R. B. - Vou responder com os têrmos dêste acôrdo, para que todos sintam porque êles firmaram êsse PACTO. Perfeito?

R - Perfeito

R.B. - Diz êle: convencidos da necessidade de inadiável de promover o processo da redemocratização do BRASIL, reunímo-nos em Montevideu, sabemos o que significa as privações e as frustrações do povo pessoalmente nos trabalhadores, os que mais sofrem as consequências da supressão das liberdades democráticas, sabemos o que quer dizer o silêncio de reprovação dos trabalhadores submetidos a permanente ameaça da violência e privados do direito de reivindicar os seus direitos, é preciso que se transforme corajosa e democráticamente a estrutura de instituições arcaicas que não mais atendem ao anseio de desenvolvimento do país. É preciso assegurar aos brasileiros o aproveitamento das riquezas nacionais em favor de seu povo e não de grupos externos e internos que sangram e exploram o seu trabalho. Ninguém tem o direito de suprimir pela mistificação, pela usurpação total do poder civil ou pelo ódio as esperanças do País de solucionar pacificamente os grandes problemas do nosso tempo. Pensamos que é um dever usar todos os recursos ao nosso alcance na busca de soluções pacíficas para a crise brasileira sem cultivar ressentimentos pessoais nem propósito revanquista, não nos entendemos para promover a desordem e sim para assegurar o estabelecimento de verdadeira ordem democrática, que não é a do

silêncio e a da submissão. O salário mais justo, mais do que nunca é exigência do trabalhador esmagado pela pobreza e de todo País esmagado pelo mercado interno. A retomada do processo democrático pela eleição direta é essencial para conquistar ao mesmo tempo o direito de decisão que pertence ao povo e a pacificação nacional, instrumento de mobilização do BRASIL para o esforço do desenvolvimento com justiça social e autonomia nacional. Queremos a paz com liberdade, a lei com legitimidade, a democracia não como uma palavra, mas como um processo dessa, então, do povo ao poder. A Frente Ampla é o instrumento capaz de atender com êsse sentido, responsavelmente, ao anseio popular e a restauração das liberdades públicas e individuais. Pela pacificação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de poder e na definição dos princípios funcionais que rejeirão a vida nacional pela retomada dos esforços para formular e por em execução as reformas fundamentais e a reconquista na direção dos órgãos que decidem o destino do BRASIL. A formação dêsse movimento, uma verdadeira Frente Ampla do povo integrada por patriotas de tôdas as camadas sociais, organizações e correntes políticas é a grande tarefa que nos cabe realizar com lealdade e coragem cívica, mobilizando nossas energias e concentrando-as sem desfalecimento para reconstruir o BRASIL, movidos exclusivamente pela preocupação do futuro de nosso País, não fizemos pactos, não cogitamos de novos partidos, nem de futuras candidaturas a presidência da República. Conversamos sim, longamente, com objetividade e respeito sôbre a atual conjuntura política e econômica e social do País. Não temos ambições pessoais, nem o nosso espírito abriga ódios, anima-nos tão somente o ideal que jamais desfalecerá de lutar pela libertação e grandeza do BRASIL com uma vida melhor para todos os seus filhos. Assim, só assim, evitaremos a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e guerra civil.

R - Deputado eu não vou propriamente contestar, não sei se seria bem o termo que se pode empregar, digo o seguinte, o povo geralmente não aceita os pactos, as cartas, o que a realidade se apresenta bem outra, o Sr deve saber perfeitamente que em matéria de perfeição, a carta de "WEIMAR" que prevaleceu na ALEMANHA, foi considerada obra-prima e extraordinária, o que ocorreu na ALEMANHA todos sabemos. Êsse pacto muito bem redigido, nisso o Sr CL chega a ser extraordinário, chega a ser genial, não está sendo ou não pode ser confirmado em prática, porque, na prática, o que se vê, é que o Sr CL gosta de viver em clima de tensão, até chegar a tal ponto que o PTB já reclama dêle, que êle está conseguindo, invés de unir as forças militares, invés de conseguir uma dissensão interna, está conseguindo que tôdas as forças militares se voltem contra a FA, só falta o Corpo de Bombeiros, não é isso?

R.B. - Não, primeiro as informações sobre o trabalhismo não correspondem a realidade, é evidente que existe um setor trabalhista que ainda não concorda com a FA e BRIZOLA não vê, e com isso pensa perturbar tenta tirar o respeito desta aliança, é um direto que assiste a êle supor de não querer ainda compreender e aceitar a Frente Ampla. É setor de cúpula trabalhista, mas, é mais para trabalhista. O verdadeiro trabalhismo sempre aceitou perfeitamente esta decisão. Veja o que nós prevemos, nós prevemos é o dinheiro do poder civil, nós prevemos a união do povo através de um processo passível; diziam que o Sr CARLOS LACERDA só sabe destruir, êle já demonstrou isso no governo da GUANABARA realizando o mais extraordinário governo que se tem notícia neste País, criou um estilo de administração, tem tido tantos seguidores como o Sr FARIA LIMA em SÃO PAULO e tantos outros que seguem aquele tipo de administração; êle já deixou por terra esta imagem que faziam que êle ia destruir. Agora êle prega o que a união, prega o que, a pacificação do poder civil brasileiro. Tem que ser entendido assim, de maneira que, êle quer tomar os que estão contrários, nós não queremos unanimidade, a unanimidade é horrível, unanimidade é o fim do processo democrático, pois êsse processo ... Existe muita coisa que dão interpretação diferente no sentido de minar as suas palavras, cada um interpreta, cada cabeça cada sentença, mas o sentido dêle absolutamente não é êsse. A quem disse que o estudante não seja frente ampla? Sim lá uma certas ... Não feita para conquistar todo o mundo de um dia para a noite, nós temos um objetivo, a eleição direta em 1970, o nosso objetivo é eleição direta em 1970; a frente ampla está gatinhando ainda, nós estamos conquistando paulatinamente, nós não temos pressa porque nós temos noção exata das nossas possibilidades, das nossas responsabilidades e ninguém altera o nosso modo de proceder, ninguém precipita nada na frente ampla, ela tem seu roteiro próprio, ela tem o seu esquema próprio, ela tem os seus lances programados, ninguém nos tira fora dessa jogada, tanto os que não estão na Frente, não estão hoje, mas estarão amanhã, o setor trabalhista não concorda hoje, mas concordarão amanhã. Nós já temos e dizemos isso com a maior tranquilidade, nós já temos um grande setor militar já vencido na pregação da Frente Ampla, é evidente que êles vão dizer que não, e também a mobilização saiu de outras coisas para fazer frente a isto também.

R - A propósito dessa proposta de V Exa, acredita-se que para aderir essa FA, ela precisa encontrar, evidentemente, nas próximas conjunturas com militar?

R.B. - Diante da radicalização da campanha do Sr CL, de sua linguagem, de sua incontinência, levará a um desfecho também radical portanto,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

o que se deseja no Pacto de Montevideu, sem dúvida ...

Mas a nossa impressão é de que não, a linguagem do Sr CL é sempre uma linguagem do Sr CL é sempre uma linguagem destacando coragem com veemência, pode parecer a muitos despropositada, mas estes mesmos setores militares que acham hoje muito violenta a pregação do Sr CL, eles estavam batendo continência a outros governos, enquanto nós suportávamos tôdas as consequências e enfrentávamos tôdas as dificuldades e esses ilustres generais, coronéis, etc. estavam no bem bom ...

e em cima do muro ficaram os revolucionários depois do 1º de abril, mas eu próprio conheço vários deles que dizem revolucionários hoje, que eu não sabia onde estavam no 31 de março, não sabia não, nunca tinha visto em lugar nenhum.

R - O Sr CL vem aí, acusando os setores do governo de corrupção, isso não seria uma precipitação já que até agora ele não teve condições de dizer os nomes dos corruptos no atual governo?

R.B. - Não se impressionem, nós não nos impressionamos com pressões, com solicitações, nós temos tempo e a hora não é de apresentar as provas. Não tenho pressa não, elas chegarão a tempo e a hora, nosso objetivo são eleições diretas em 1970.

R - de posição muito confortada como porta-voz do povo, do público e eu quero declarar que a imagem do Sr está projetada sobre os lares goianos que está intimamente associado com a imagem do porta-voz do sr CL e então, é porisso para nós ouvintes, que os telespectadores estão fazendo perguntas diretas sobre o líder da FA, o Sr CL, aqui uma delas por exemplo. Qual a razão pela qual o sr CL foi destituído do cargo de primeiro secretário do PC brasileiro?

R.B. - São certas coisas que nós respondemos por atenção ao telespectador; mas o que importa isto, passado há mais de quase 30 anos atrás?

R - O telespectador poderia estar preocupado com a possibilidade de que o Sr Lacerda esteja agora ...

R.B. - O Sr CL na mocidade, ele já confessou, já declarou isso inúmeras vezes que ele realmente foi e não esconde, se ele escondesse e negasse, aí sim, mas ele declarou que pertenceu à juventude comunicista e naquele período a mocidade estava conturbada, etc, ele já cansou de explicar isso e dito milhares de vezes, pergunto: que significado pode ter a pergunta? Mas, meu Deus, cada um de nós temos um passado às vezes por ter tomado posições, as vezes há necessidade de certas posições sem alterar o fundamental.

R - Quer dizer, volto a repetir, se o Sr CL escondia, negava...

R.B. - Não, êle foi franco, disse, eu já tive êsse pensamento, eu já tive essa condição e hoje já não tenho mais, mas eu cheguei a conclusão que não era certo, não era correto, êle então alterou, êle depois se converteu inclusive à religião católica, é hoje um homem que professa e pratica a religião católica, é um homem hoje devotado à sua religião.

R - Por que o Sr CL foi o único homem que falou o que quis do Brasil e nunca teve seu mandato cassado?

R.B. - Ah! ... bem, essa é a grande pergunta, essa é uma das grandes perguntas; primeiro, isso êle acabou de dizer em SP. Primeiro a sua fôrça moral inatacável, os governos sabem das coisas que êle sabe também e portanto respeitam o pensamento do Sr CL e a posição do Sr CL.

R - Fôrça moral inatacável?

R.B. - Inatacável, evidentemente aquêles que conviviam com JK não o esperavam como tal, não é o Sr CL o culpado disso, o Sr CL tem uma fôrça moral inatacável. E eu vou contar um fato agora, vou revelar um fato agora que prova também o quê desta posição, desta autoridade moral que tem o Sr CL de sustentar as posições e de dizer aquilo que disse. Eu era Secretário de Estado do governo do Sr CL e fui o portador do último documento que o Sr CL enviou ao falecido CB, contendo críticas ao plano de ação econômica do governo, chamado PAEG, o Sr Lacerda mandava uma crítica e também propunha soluções à política econômica financeira na sanção do governo CB. Tive uma reunião, uma entrevista muito agradável com o então sr CB, pois foi tôda em termos ríspidos de ambas as partes. O Sr CB criticava severamente o Sr CL e achava que êle estava passando dos limites (palavras do Sr Castelo Branco), estava atacando os ministros do seu governo e que então, se o Sr Lacerda não parasse os seus ataques êle iria responder pessoalmente ao governador da GB. Mas, teve a grandeza (não nego isso) de informar o seguinte: no entanto, palavras do Sr Pte CB, eu tenho que reconhecer um fato, houve um momento neste país em que o governador da GB foi a única resistência democrática e que não fôsse a posição dêle o nosso país de há muito estava cubanizado.

R - Qual foi o momento?

R.B. - O momento mais ansioso, o momento mais grave em que passou o país nos idos de 64.

R - Sôbre o governo de Goulart?

R.B. - É evidente, sôbre o governo de Goulart; ué! ... a história é de ontem.

R - Mas êles não assinaram um pacto que passa por cima de todos esses fatos? Será que êsses homens, uns que ofenderam, outros que foram

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ofendidos tomam essa posição, pensando no quê?

R.B. - Evidentemente que êles estão pensando nas condições pessoais de cada um. Nós temos que ver, que sentir dêsses homens alguma coisa de positivo, não podemos atirar pedras constantemente, se errar em prol de uma atitude de acôrto, por que não aceitar esta posição? Se o próprio ensinamento de Cristo manda perdoar, manda esquecer, por que nós quando jovens queremos se entender e pacificar? Nós vamos atirar pedras? Quando deveria ser recebido com júbilo o entendimento daquêles que sempre se desentenderam. Será que não há grandeza alguma nesses homens? Será que o Sr C L vai jogar fora todo capital que êle arregimentou durante mais de trinta anos de luta? Será que êle vai jogar fora como quem se joga fora o lixo? Precisa haver também uma certa compreensão, êsses homens pensam acima de tudo nesse país. Houve erros, mas quem não erra, meu Deus? Quem não tem as suas falhas? Pois, quando tem um movimento dessa envergadura de unir aquêles que sempre estiveram desunidos, houve tantas brigas, houve tantas desuniões, tantas mortes, tantos desassossêgos, agora que êles procuram se entender, devia haver aplausos unânimes. Vamos esquecer o passado, vamos esquecer a falha, vamos acreditar e pensar no futuro dêsse país que metade da população de 18 anos que nem está sabendo do que aconteceu... são essas as oportunidades que se perdem, portanto, nós ficarmos discutindo o que passou. Que benefício traz para o país? Vamos ajudar a dar um grande passo que esta minoria militar estagnou neste país; não dialoga com estudantes, não dialoga com os trabalhadores, não dialoga com os profissionais liberais, é um govêrno parado, um govêrno estagnado. O Sr Mar CS é um homem de probidade a tôda prova, um homem honrado pessoalmente, não duvidamos do seu patriotismo, mas êle está num sistema, num regime que não dá chance, não dá motivação para o progresso dêsse país, essas estruturas arcaicas precisam ser modificadas, precisam ser derrubadas para que um nôvo processo se instaure nesse país, para desenvolvê-lo, para progredí-lo. Não tenho receio, a FA é um movimento que vai ajudar êsse desenvolvimento, não queremos ideologias espúrias, nem esquerda, nem direita, ninguém está aqui para defender isto, pelo contrario, somos contrários a isto, nós queremos é lutar por êste país, uma luta de verdadeiros nacionalistas na defesa de nossas riquezas, das nossas possibilidades. É esta a nossa pregação, é isto, por isso nós lutamos há tantos anos, nós não mudamos um milimetro a nossa posição, desde que entramos na vida pública, é êste o sentido da nossa pregação. Lutar pelos interêsses nacionais exclusivamente pelos interêsses nacionais. Não queremos saber de americanos nem de russos, nem de ninguém, queremos saber do Brasil.

R - O que é que o govêrno CS está fazendo em Londres no acôrdo internacional do café?

R.B. - Infelizmente, entregou tudo, infelizmente.

R - O que é que houve?

R.B. - Infelizmente, nós fomos de concessão em concessão e ao que tudo leva a crer, nós não chegaremos àquelas situações desejáveis e não houve uma preparação, nós deveríamos estar ao chegar em Londres com as decisões praticamente acertadas, porque nós fomos para lá, resolver lá e tantos e quantos concorrentes, países sulafriicanos e sulamericanos, mesmos todos concorrentes do Brasil e nós fomos lá despreparados com uma intenção, intenção não vale numa decisão internacional com os EEUU, podendo barganhar com todo mundo.

R - O que houve foi uma pressão nova aplicada sobre a indústria brasileira e o Brasil desafiou internacionalmente essa pressão.

R.B. - Desafiou, mas agora parece que capitulou, infelizmente. O Pte do IBC era quem estava conduzindo as negociações e este homem, às vésperas das negociações foi substituído. Isto faz um efeito psicológico terrível, pode ser que não tenha nenhuma interferência nisso, pode ser que tenha sido uma coincidência, mas é uma coincidência de funestas consequências para nós, infelizmente, infelizmente.

R - A pregação da FA é muito simpática e nós se as vezes fustigamos o Sr CL, é porque o Sr CL é o tema da atualidade e sempre foi o tema, mas eu disse, é uma programação simpática sobretudo a anistia.

R.B. - Mas a anistia envolve um problema muito sério, anistiar a JK não cria problema, mas anistiar militares cassados e suas voltas aos quartéis também são problemas e essas perspectivas de democrática que forma, etc, é até certo ponto uma utopia do mundo de hoje. O Sr professor Arnold Joinbee maior historiador da atualidade alega que os países ainda subdesenvolvidos e citou a América Latina, e incluiu o Brasil, não tem condições de regime, assim como pretende a FA. Portanto, a pregação da FA parece a muitos que nos olham e que estão atrás disso, há interesses incomensuráveis. Esses interesses seriam em um sentido de beneficiar o Sr CL, que sempre almejou o poder, aliás, uma pretensão legítima. O Sr CL nunca escondeu que deseja presidir a nação, ele se julga preparado para isso e eu que o conheço civilmente, digo: -e dos poucos brasileiros preparados para a função. Mas, ele já declarou e cansou de declarar que ele não faz isso ponto de honra não, que surjam os líderes, aqueles que tiveram maiores possibilidades que ele para estudar este lugar. Agora, é uma pena que tudo em em torno das posições do Sr. CL, das posições pessoais dele. Isso de um lado demonstra o que ele é, realmente, o único líder autêntico do Brasil, um líder autêntico de maior expressão da atualidade, inclusive é o único líder no Brasil que ainda tem

direitos políticos. Reconheço também que existem outros líderes que não têm no momento possibilidade, JK é um deles, ninguém pode contestar, não fui eu quem disse, foi o povo que o consagrou, o Sr. JANGO é líder. Eu que sempre combati o Sr João Goulart, alguém pode negar que ele seja líder? O Jânio Quadros que nos decepcionou terrivelmente, alguém pode negar? É um líder. Leonel Brizola de quem também discordei e lutei é também líder?

R - Deputado RB, eu quero fazer uma acusação, que será também apreciando, mas de um modo geral há diferença política naqueles que fazem o processo político brasileiro. O Sr. disse aí que o Brasil está parado de fato, me parece parado. Mas, tem aí os líderes, etc, que sabem que durante todos esses anos uma longa luta, encontra adjetivos do formalismo político, só formalismo que tem uma repercussão e uma circulação ampla nos jornais. A FA, por exemplo. Conhece-se o ponto de vista da FA com relações diretas, com relações indiretas, relações distintas. Eu não conheço da FA uma definição de política e desenvolvimento. A FA não está propondo uma amortização com o desenvolvimento nacional, não demonstrou, não diz o que veleia, qual o caminho indica em termos concretos pelo seu desenvolvimento. É essa a acusação que eu faço para a FA.

R.B. - A sua observação é perfeitamente válida, agora, eu quero um compromisso seu, de você divulgar o programa da FA que eu vou enviar a você pois, somente questão de 2 ou 3 dias atrás ficou pronto o programa impresso, programa de ação da FA. Eu vou mandar a você com esse compromisso de você divulgar através do seu programa, o programa da FA, que atende justamente a esta sua denúncia, a esta sua reclamação, realmente não tenho aqui em mão o programa que é muito interessante, você, eu tenho certeza, jornalista brilhante, também interessado no processo do desenvolvimento do Brasil, você vai proceder bem claro de falar gentilezas, de anotar as suas discordâncias e as suas sugestões também para que possamos ampliar o programa da FA. Ele virá e nós vamos começar agora a distribuir para todo Brasil, este impresso contendo o por que da FA, do movimento, o por que da união das lideranças populares e o programa que se propõe a executar. Essa sua observação foi oportuna e foi uma falha minha nessa excursão não ter feito uma referência a esse ponto.

R - Deputado, eu conheço o programa desse diálogo e notei que era muito mais culto que o programa do MDB. Eu pergunto ao Sr, por que então essas lideranças, inclusive o Sr CL não se propusera a lutar dentro do MDB que já é um partido político organizado para conseguir seus objetivos e fundar um movimento paralelo que hoje está dividindo o próprio MDB?

R.B. - O MDB, assim como ARENA são duas organizações criadas por de

decretos, não têm expressão popular, não têm prestígio popular, estão apenas em evidência. Eu sou do MDB, procuro seguir o seu programa, sua liderança na Câmara, eu sou testemunha disso, creio que eu tenho dado exemplo de respeito às suas propostas, etc. Mas, infelizmente, o MDB não foi criado com a presença do povo, o povo não participou. O MDB e ARENA foram criados por decreto do Pte Castelo Branco. O MDB com honesta, através da sua presença no parlamento, esta farsa democrata que nós temos aí. Nós contestamos isso. O programa do MDB é inexequível por cada história, e de mais dito por dito no papel também. A FA foi mais humilde para poder realizar um determinado número, mas determinadas metas que poderão ser atingidas objetivamente.

2º) a FA extravasa do MDB porque sendo um movimento de opinião pública ela não fica subordinada a um partido, que dentro da ARENA nós temos vários companheiros da ARENA que estão interessados na pregação da FA. No setor militar nós temos inúmeros adeptos, numerosos mesmos. Acredite ou não, digo, contestem ou não, a verdade é que existe um grande setor. Nas classes trabalhadoras, nos estudantes, na classe empresarial, nas classes liberais, etc. Nós temos possibilidades de atingir a todos sem a obrigação da filiação partidária. E muita gente é refratária a isso ainda, não gostam de pertencer a um partido, porque a FA é uma idéia, por que a FA vai preparar, vai preparar a opinião pública para exigir daqueles que assumiram o poder através do voto direto livre aqueles compromissos mínimos de desenvolvimento deste país. O MDB se beneficiará da FA. A FA é uma imposição que atinge a todos os setores, inconformados com esse estado de coisa, é por isso que não convém a FA ingressar num partido, aí ela fica bitolada, ela não terá mais essa flexibilidade que tem de atingir a todos os setores da opinião pública do país.

R - Investiu o Sr num detalhe importante. O de que ressalva militar à ação do Presidente. Citando o Padre Debret, Lacerda começou um artigo que o Sr trás a esse programa que diz o seguinte: embarcado, não se sabe em que navio se encontrará, que tempestade se suportará, em que portos devemos nos abrigar, agente parte sem ter previsto tudo e chega a risco, mas isso não nos impede de partir. Eu perguntaria, se ele tem realmente ressalva militar ou está apenas partindo de uma frase "embarcação" através do mar revólto para uma viagem com todos esses discursos, rigorosamente, de acordo com suas palavras empregadas.

R.B. - É uma das técnicas do Sr CL é destruir primeiro, depois conquistar.

R - Ele primeiro põe a casa baixo depois...

R.B. - Não, Ele conquista, é a casa dos outros que cai.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

R - O Sr. falou que o Sr JQ causou uma grande decepção a FA, por que êle não entra na FA?

R.B. - Só quem pode responder é êle, viu Waldemar, se êle vier, nós o receberemos. Confesso a Você que não sei porque êle não vem. Dizem que êle espera uma revisão de seu processo e talvez não queira se indispor com as fôrças dominantes.

R - Aguarda uma ocasião?

R.B. - Confesso realmente que não sei.

R - Aquela base moral em que o Sr. se referira, alegando que êle espera uma revisão do processo que o cassou.

R.B. - Não não queira botar em minha boca, o que eu não disse. Eu digo que CL tem uma fôrça moral inatacável, agora não sei se aquêles que cassaram os srs. JQ e JK, não consideram essa fôrça moral, não sei. Eu afirmo que CL tem fôrça moral, para isso não foi cassado e você conhece bem o problema.

R - O Chefe do Gabinete Civil do Pte CB, sr Luiz Viana Filho, declarou a imprensa que os motivos da cassação do JK foram motivos políticos, simplesmente e fala-se também que foi uma exigência do Sr. CL quando estava em boa graça com a revolução. V.Exa. que é amigo pessoal do sr. CL, conhece bem o sr CL e conhece todos os seus passos políticos pode confirmar isso, se o sr CL exigiu a cassação do JK?

R.B. - A resposta, Waldemar, é muito simples. Fosse o sr CL tivesse exigido a cassação do JK, você não acha que êles já teriam denunciado isso.

R - Se o Sr me permite, eu tenho a impressão que vários jornais confirmaram isso.

R.B. - Mas os jornais falam muito.

R - Não, mas através do líder do governo.

R.B. - Não, eu quero que confirme aquêle que cassou.

R - Por fim eu quero fazer o meu maior agradecimento a Rui Breta pela brilhante adaptação e ao Waldemar Pacheco que enfrentou 200 kms. para atender o meu convite de participação neste programa e declarar ao deputado RB que para êsse programa foi assim uma grande honra ter essa conversa de 3xl, aliás, que diga no Congresso que falou brilhantemente na TV de Goiás; mas, deputado foi uma grande honra tê-lo aqui. Eu quero nesse momento a sua palavra final, a palavra com a qual o sr. encerrará o programa, lembrando que o sr. está falando para 300 mil goianos, membros em potencial da FA. É a sua palavra a todos os goianos nesse encerramento do programa com meu abraço pessoal.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

R.B. - Eu quero lhe dizer, que a honra é toda minha, de participar de um programa conceituado em todo território nacional, pois, esse programa é conhecido, por onde já passaram as mais destacadas figuras da vida brasileira. E que na noite de hoje, o seu brilho diminui com minha presença não estando à altura daqueles que aqui participaram.

R - O povo dará uma resposta bem contrária a essa sua afirmativa.

R.B. - Aos jornalistas que aqui participaram, o Rui que tive o prazer de conhecer na noite de hoje, mas a gente conhece os homens logo nos primeiros contatos, tenho a certeza de que é um homem que está sendo privado do contato da imprensa, pois sei que no momento ele está um pouco afastado e que faz muita falta, com sua inteligência, com seu brilho, com sua lucidez, bem poderia prestar inestimáveis serviços ao povo através da sua pena. O Waldemar trabalha num jornal que não me poupa que sempre esteve em sentido contrário ao nosso, mas é um profissional da maior competência, da maior integridade. Nos comentários, como diz a gíria, o pau come, mas não deixa de registrar o fato, a notícia tem sido de uma integridade à toda prova. E você meu caro... não é preciso dizer nada, a sua fama extravassa o Estado de Goiás e pode ter a certeza que o seu programa está em pé de igualdade com os mais famosos programas de debates políticos do Rio e São Paulo. Foi uma honra muito grande de estar aqui e uma oportunidade que a FA teve talvez única de poder falar a milhares e milhares de ouvintes. O que eu posso dizer nesta derradeira mensagem, é que nós acreditamos no futuro desse país, nós lutamos dia a dia, pensando na sua grandeza e na sua projeção internacional. A nossa presença na vida pública tem sido insentivado por aqueles que a tantos anos têm confiados em nós. Ao povo da GB, por exemplo, já me deu o 5º mandato e cada vez com essa emoção de ver de eleição para eleição os votos aumentaram, que é uma prova de confiança, responsabilidade aumentando cada vez mais, por isso com essa autoridade de representante do povo carioca, falando ao povo goiano, a nossa mensagem é uma mensagem de otimismo. É uma mensagem de sinceridade, um mensagem patriótica, posso pedir que acreditem em nós, dai-nos o crédito de confiança indispensável para que seja cobrado no futuro, pois, nós teremos a certeza em dizer, aqui está a resposta àquele desafio. Se vocês acreditarem em nós e nós conseguirmos retribuir com essas medidas que estão levando esse país ao seu grande destino. Eu não falo em nome do ex-governador da GB, sr. CL, pois ele não tem porta-voz, eu falo como seu amigo, de uma amizade que vem a quase 25 anos, diária e constantemente. Eu conheço profundamente esse homem, na intimidade, mentiria se dissesse que ele é um homem perfeito sem falha, tem erros, muitas falhas, mas tem um concentrado amor a essa terra, ele nunca se poupou pessoalmente nas campanhas, ele sempre deu o melhor de

si, sacrificou posições, sacrificou muitas vezes momentos de sua família para estar lutando pelos seus ideais, êsse homem bem merece a confiança dos brasileiros. Êle está num momento, agora, lado a lado com líderes que muitas vezes estiveram em posições diferentes, contrárias, tiveram posições antagônicas, houve ofensas de ambos os lados, mas agora chegou o momento da reflexão, chegou o momento de pensar no futuro dêsse país, quando todos se entendem, nós devemos agradecer a Deus, pois talvez seja êsse o momento da grande decisão. E nós confiamos nessa decisão. Boa noite, até a próxima oportunidade.

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO

(Cont.)



12 - EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal/MDB/GB, eleito em 15 Nov 966.
- Membro da Comissão de Segurança Nacional da Câmara.
- Pertenceu à ex-UDN.
- Ex-Radialista - Jornalista.
- Ex-Vereador do DF.
- Ligado ao CLUBE DA LANTERNA.
- Muito ligado a CARLOS LACERDA.
- Combateu o Governo CASTELO BRANCO, tachando-o de "REGIME DE OPERETA e de DITADURA".
- Condenou a política econômico-financeira do Governo CASTELO BRANCO.
- Ligado a HÉLIO FERNANDES, tendo protestado contra seu "confinamento".
- Membro do "Partido de Reforma Democrática" (PAREDE).
- Membro ativo da ex-FRENTE AMPLIA.
- Defensor da tese da concessão de anistia geral.
- Protestou contra a prisão do jornalista subversivo, FLAVIO TAVARES.
- Protestou contra o "confinamento" de JÂNIO QUADROS".
- Apóia a ação de D.HELDER CÂMARA, no NE.
- Apoiou as manifestações estudantis e acusou a Revolução de ter marginalizado a mocidade estudantil da Nação.
- Combate sistematicamente o atual Governo.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1954 - Antigo radialista, a convite de CARLOS LACERDA, candidatou-se e foi eleito vereador do então Distrito Federal.
- 1956 - Manteve ligações com JOÃO RIBEIRO PORTELA, do jornal "Diário de Notícias", QG da UDN reacionaria, juntamente com / GLADSTONE CHAVES DE MELO; CARLOS LACERDA; MENESES CÔRTEZ; ARNALDO NOGUEIRA e EURÍPEDES CARDOSO MENEZES
- 1960 - Novamente eleito, no novo Estado da Guanabara.
- 1965 - Na Assembléia Legislativa, fez violento ataque ao Ministro da Justiça, chamando-o de "político frustrado e traidor".
 - Declarou: "O AC nº 4 é uma farsa e só poderia ter saído do conluio do qual faz parte o Sr JURACI MAGALHÃES, que se desmascarou perante a opinião pública, desrecalcando-se de um ato político em que foi o derrotado".
 - Afirmou que "se não fosse CARLOS LACERDA, não haveria CASTELO BRANCO na Presidência da República; se não fosse CL, não haveria Revolução de 31 de março; se não fosse CL não haveria NEGRÃO DE LIMA no governo do Estado, pois nem eleição / haveria".

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



- 1966 - Assinou manifesto, lançado pelo grupo ligado a CARLOS LACERDA, apresentando a "definição que o momento brasileiro impõe" e tachando o Governo CASTELO BRANCO de "REGIME DE OPERETA". (O manifesto explica que "essa falsa organização partidária, que aí está, não engana a ninguém: visa assegurar o funcionamento de um arremedo de democracia, do qual o povo é excluído para benefício de uma oligarquia").
- FEV - Foi apontado, em um Relatório do DOPS/GB como responsável pelo pichamento de paredes com frases: "QUEREMOS LIBERDADE DE VOTO" e "VIVA A LIBERDADE DO VOTO".
- JUL - Condenou o AC nº 14, dizendo que o Gov CASTELO BRANCO deu um passo firme para a DITADURA, pois cassou todo o Poder Legislativo do País. Acrescentou que "o Ato é uma violação da independência de poderes".
- Condenou a política econômico-financeira do Governo CASTELO BRANCO.
 - Participou de comício do Partido da Reforma Democrática (PAREDE) realizado na GUANABARA.
- AGO - Condenou o AC nº 18, indagando "por que o Presidente da Republica não tem um ato de coragem e dignidade e fecha de uma vez o Poder Legislativo?"
- SET - Culpou a política econômico-financeira do Ministro ROBERTO CAMPOS, pela onda de greves que ameaça abater-se / sobre o País.
- Exibiu, no Plenário da AL/GB, um blusão e um jaleco / ensanguentados, pertencente a um estudante ferido durante a invasão policial a Faculdade de Medicina, na GB e afirmou que "ali estava a prova de que o Presidente da Republica, de conluio com o Sr NEGRÃO DE LIMA, derrama o sangue da juventude inocente".
- NOV - Candidato à Câmara dos Deputados, pelo MDB, protestou / contra a decisão do TSE, que manteve a impugnação da candidatura do jornalista HÉLIO FERNANDES.
- Mantém contatos com elemento da ex-UNIÃO DOS PORTUÁRIOS DO BRASIL. Mostrou-se inconformado com a medida governamental que fechou aquela entidade.
 - Protestou contra a cassação do jornalista HÉLIO FERNANDES.
 - Foi eleito Deputado Federal pelo MDB/GB, nas eleições do dia 15.
- DEZ - Compareceu ao I Festival de Juventude, como representante de CARLOS LACERDA.
- 1967 -
- JAN - Manifestou-se contrário à nova Constituição e à Lei de Imprensa, dizendo que "mais uma vez o Presidente CASTELO BRANCO conseguiu um golpe para a sua imensa coleção de trair a boa vontade dos que nele confiam".

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



- MAR - Estêve em BELO HORIZONTE, de passagem para BSB, tendo / mantido contatos para a formação da Frente Ampla.
- JUN - Salientou que, no movimento da FRENTE AMPLA, está implícito o apoio dos lacerdistas em favor da revisão do processo político contra o ex-Presidente JK.
- JUL - Comentou a política do Presidente COSTA E SILVA, dizendo: "CASTELO era entreguista e COSTA E SILVA parece nacionalista".
- AGO - Protestou contra o confinamento de HÉLIO FERNANDES, em FERNANDO DE NORONHA e disse "que o credito de confiança dado ao Mar CS começa a diluir-se".
- Tornou-se Membro da Comissão de Segurança Nacional, da / Câmara dos Deputados.
 - Protestou contra a prisão do jornalista subversivo, FLAVIO TAVARES.
- SET - Representou a Câmara dos Deputados no V Congresso de Assembleias Legislativas, realizado no RECIFE.
- 1968
- JAN - Viajou a BELO HORIZONTE, para assistir a uma conferência de CARLOS LACERDA, sobre a Revolução, organizada pelo Centro de Cronistas Políticos de MG.
- Participou de reunião do MDB/GB, onde se decidiu "a tomada de posição contra o estabelecimento do Estado Militarista, no País".
 - Manifestou-se contrário à criação de comissão, no MEC, / presidida pelo Cel MEIRA MATOS, e condenou a ação do Prof HELIO GOMES, Diretor da Faculdade de Direito, "que entregou estudantes daquela Faculdade ao DOPS e ao SNI".
- FEV - Ao defender a autenticidade da FRENTE AMPLA e a participação de CARLOS LACERDA no cenário político, declarou / que a anistia geral está implícita na plataforma daquele movimento.
- Fêz um pronunciamento pela TV ANHANGUERA, em SÃO PAULO, pregando a derrubada do regime, partindo da FRENTE AMPLA.
 - Mostrou-se revoltado ante a aprovação, pelo Congresso, do projeto que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Segurança Nacional.
- MAR - Ao se referir às comemorações do primeiro aniversário do Governo COSTA E SILVA, assinalou "a completa ausência do povo nesses festejos" e frisou que "o objetivo dessas comemorações foi trazer a BRASÍLIA a cúpula do partido majoritário, representado pelos governadores estaduais para, de corpo presente, assistir as ordens emanadas do Chefe".
- ABR - Participou de reunião, na residência do Dep MARTINS RODRIGUES para planejar a viagem de CARLOS LACERDA a Governador Valadares/MG.



Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO

- Ao comentar a morte do estudante EDSON LUÍS, na GB, durante um choque entre estudantes e policiais, disse que: "não ha liberdade sem sacrificio; os jovens são as vítimas preferidas das violencias e da prepotencia; a revolução de 1964 falhou ao marginalizar a mocidade estudantil da Nação".
- Denunciou como "arbitraria e acintosa ao livre direito de reunião e manifestação de pensamento" a Portaria 177, do Ministro da Justiça, que considerou ilegal o movimento conhecido como FRENTE AMPLA.
- Em reunião com outros deputados, decidiu, em relação à ex-FRENTE AMPLA: criar um novo movimento com sigla diferente; impetrar mandado de segurança no STF contra a Portaria do Ministro; solidarizar-se com CL, JK, e JG; realizar os programas da FRENTE AMPLA, já esquematizados, sob a bandeira do MDB, evitando falar na FRENTE.
- Homenageou JK, pelo transcurso do 8º aniversário da inauguração de BRASÍLIA.
- MAI - Declarou: "o Governo COSTA E SILVA não tem condições e coragem, para cassar ou enquadrar CARLOS LACERDA na Lei de Segurança Nacional, por temer uma reação dentro das próprias FFAA".
- JUN - Subscreeveu documento, apoiando a ação apostolar de D. HELDER CÂMARA no Nordeste do BRASIL.
- JUL - Manifestou-se contra o ato do Min da Justiça, que confinou JÂNIO QUADROS, em CORUMBA/MT.
- AGO - Participou de reunião, na residência do Deputado MARTINS RODRIGUES, para fixar a conduta de ação do MDB, face aos acontecimentos ocorridos na Universidade de Brasília. Ficou deliberado: maximo apoio aos movimentos estudantis; Assistência ao líder estudantil HONESTINO MONTEIRO GUIMARAES, e a intimação de altas autoridades, civis e militares, para comparecerem perante a CPI que apura as violencias na UnB.
- SET - Foi indicado, pela Oposição, para fazer contatos com CARLOS LACERDA, a fim de obter a união de líderes políticos, como JK, JG, JQ, CL e adesões como BRIZOLA, ARRAIS e LUTERO VARGAS, para um movimento que englobaria os sindicatos, os estudantes e o clero.
- NOV - Deixou transparecer que o "Movimento de Mobilização Partidaria Parlamentar" objetiva lançar uma campanha contra as instituições governamentais. A Tribuna seria usada com frequencia, para ataques sucessivos ao Governo; Os atos de terrorismo seriam utilizados como principais peças para a desmoralização do Gov e das FFAA; O Presidente COSTA E SILVA seria alvo de críticas, quanto a sua administração em geral; A Oposição se esforçaria para fazer crer que os generais SIZENO SARMENTO, GARRASTAZU MEDICI e MEIRA MATOS estão ligados aos grupos terroristas.

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



Dez - Afirmou, segundo noticiado, que "os militares não pressionam o Congresso e desejam instituições livres e independentes"; Afiançou que, "em conversa com representantes de setores militares, ouviu deles que não desejam um Congresso desmoralizado e ate apelos para que a licença para processar o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES, não fosse concedida"

ANEXO II



(Pedro Aleixo) — Com a palavra o Sr. Deputado Raul Bruntal

Fl.

SR. RAUL BRUNTAL

Comunicado — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o ex-Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, compareceu hoje à Assembleia Legislativa desse Estado e deu uma nota que ali foi lida pelo Deputado General Salvador Mandim, dizendo, entre outras coisas, "que ninguém deseja a baderna, que o Governo falhou ao seu compromisso, desde o restaurante até a Constituição, que os estudantes resistem à corrupção e à submissão, por isso pagam com sangue; que a desculpa de evitar a volta ao passado é afronta ao novo. Passado é o que está no poder."

Denúncia, perante o mundo, a violência oficial, e termina a nota, que é longa, com as seguintes palavras:

"Parem com a orgia da violência os que já entram para a História com as mãos tintas do sangue da juventude. Não se justifica a impostura com o sangue dos idealistas. Esse regime é uma impostura. Essa revolução é uma farsa. Esse Governo é um equívoco monstruoso. Se não querem tornar inarredável a repulsa do povo aos seus irmãos fardados, deixem de lhes dar a lição do Calvo."

Antes que mais sangue corra e a Nação se divida, sob a responsabilidade exclusiva dos militares, que, ativa ou passivamente, participarem da irresponsável política de sangue e de coação, devolvam aos brasileiros a liberdade, a compreensão, a tolerância, a confiança no futuro, única fonte legítima da segurança nacional.

Até lá, o sangue de Abel clama por solidariedade e justiça."

Assim termina. Sr. Presidente, a nota que o ex-Governador Lacerda, da Guanabara, deu ao conhecimento público através da palavra do General Deputado Salvador Mandim, um legítimo herói da Força Expedicionária Brasileira, oferecendo a solidariedade do ex-Governador nesta hora difícil em que tantos se omitem, mas em que o líder se define e se afirma. (Muito bem.)



Resumo dos principais pronunciamentos de RAUL BRUNINI Filho no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
14/9/67	Atacando o Gov e acusando de censurar programas de TV dos Srs CL e RUBEM MEDINA.	Nº 114
16/9/67	Solicitando da Mesa providências a respeito da prisão do jornalista ADAUTO BEZERRA, da TI.	Nº 116
21/9/67	Criticou a entrevista concedida pelo Pres da Rep, dizendo que o Pres passou de leve sobre os assuntos que falam diretamente das liberdades públicas. Atacou o Min da Justiça e o sistema partidário. Disse que as declarações de TARSO DUTRA são subversivas.	Nº 119
21/9/67	Atacou o Min TARSO DUTRA por suas declarações sobre as eleições no RS.	Nº 54
26/9/67	Atacou a política salarial do Gov, apelando para casos de cunho emotivo (fala demagógica).	Nº 122
27/9/67	Atacou o Sr BRENO DA SILVEIRA, por estar contrário ao Pacto de MONTEVIDEO. Elogiou a FA.	Nº 123
05/10/67	Leu e pediu para constar dos anais, partes de discurso proferido por CL na AL/GB, na sessão solene em homenagem ao cinquentenário da SBAT. Disse que, apesar da força militar que cercava a Assembléia, CL saiu carregado pela multidão.	Nº 129
05/10/67	Defendeu CL de ataques proferidos pelo Dep AMARAL NETO, à respeito do Encontro de MONTEVIDEO.	Supl ao Nº 129
12/10/67	Aludindo à Constituição de Comissão para rever o CVM, disse que os militares, civis e trabalhadores reivindicam a mesma coisa - melhoria salarial. Declarou que o Congresso não pode atender porque cabe ao Executivo a iniciativa das leis, e que o Executivo encastela-se e fica longe das reivindicações sentidas do povo brasileiro.	Supl ao Nº 129
25/10/67	Aludindo a uma pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE, na GB, na qual o Sr CL teria o índice de 41% e MÁRIO MARTINS 18% nas preferências para governar o Estado, disse que o fato é a prova de que o povo da GB está com a Frente Ampla e que se fôr feita idêntica pesquisa em todo o País, o resultado será o mesmo, favorável à FA.	Supl ao nº 143-I
25/10/67	Pronunciando-se a respeito dos subsídios de vereadores, disse que a primeira medida contra os vereadores foi tomada pelo Mar CB, ao baixar o AI nº2. "Quem puniu os vereadores foi o Mar CB e, dizem, por inspiração do Sr PEDRO	



Resumo dos principais pronunciamentos de
 RAUL BRUNINI Filho no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
25/10/67	Cont. - PEDRO ALEIXO, que era o líder".	Supl ao Nº 143
27/10/67	Aludindo às declarações atribuídas ao Min JARBAS PASSARINHO, de que a política salarial vai continuar inalterada até que a inflação seja totalmente dominada e que o Gov já conseguiu a redução da taxa inflacionária de 90% em 1965, para 21% em 1967, disse que é a confissão plena e cabal, não dando um aumento na mesma proporção ao trabalhador, de que há arrôcho salarial. Terminou advertindo mais uma vez ao Gov de que não se brinca com as dificuldades do povo.	Supl ao Nº 145-I
31/10/67	Aludindo a declarações que o Vice-Pres PEDRO ALEIXO fêz à imprensa, atacando os integrantes da FA, taxando-os de subversivos, disse que a opinião do Pres do Cong Nac não é um fato isolado, não representa uma manifestação pessoal, "está entrosado num esquema governamental que visa, entre outras coisas, a alterar o sistema vigente de processo eleitoral, chegando até a mudança da eleição direta dos Governadores de Estado". Citou como envolvidos no esquema os Gov ISRAEL PINHEIRO e ABREU SODRÉ e o Min TARSO DUTRA.	Nº 147
09/11/67	Dizendo que em 1966, na AL/GB, fêz uma séria denúncia contra o Gen FRANCISCO SARAIVA MARTINS, dirigente do IBRA, pelas suas violências na baixada fluminense, declarou que era com a maior satisfação que vinha comunicar a condenação do referido Gen, a 30 dias de detenção, - pois esse General é um truculento, um discriminário, um homem que só usa da violência e, sobretudo, covarde, porque só aplica a violência a esses humildes sitiantes, que tem uma pequena réstia de terra, enquanto os grandes fazendeiros, os latifundiários, aqueles que estão nas penas da lei, não são incomodados pelo Gen SARAIVA".	Nº 152
14/2/68	Falou sôbre a pacificação nacional.	Nº 20
06/3/68	Falou sôbre a pacificação nacional.	Nº 30
15/3/68	Falou sôbre a visita de CL a GOV VALADARES.	Supl ao Nº 37-I
02/2/68	Falou sôbre as declarações de porta-vozes do Gov à imprensa, seguidas de desmentidos.	Nº 12-I
31/1/68	Falou sôbre a mobilização militar no último fim de semana.	Nº 10-I



Resumo dos principais pronunciamentos de RAUL BRUNINI Filho no Congresso Nacional.

RAUL BRUNINI Filho

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
03/4/68	Falou sobre o descompasso entre o Gov e a juventude.	Nº 50-I
21/2/68	Falou sobre a intromissão de militares nos assuntos civis.	Nº 25-I
27/3/68	Falou sobre declarações do Mar POPE DE FIGUEIREDO.	Supl ao Nº 45-I
03/4/68	Disse o seguinte, em seu discurso: "Sr Presidente, creio que seria desnecessário dizer que o meu Estado é uma praça de guerra; está completamente tomado pelas Forças Militares, Centro, Cinelândia e outros pontos da cidade foram isolados e ocupados pelas tropas da PM, etc."	Nº 21-I
09/4/68	Falou sobre os últimos acontecimentos na GB e suspensão das atividades da Frente Ampla.	Nº 54-I
16/4/68	Falou sobre as responsabilidades pelas violências policiais na GB.	Nº 57-I
27/4/68	Falou sobre Manifesto do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da GB.	Nº 67-I
30 MAI 68	Falando sobre o projeto da sublegenda, disse que uma das causas do desgate do poder civil e da crise que perturba a vida do País é justamente a falta de autenticidade das representações partidárias. Tudo esta sendo feito para evitar que o povo participe da vida política e escolha os seus governantes livremente nos partidos criados pela preferencia do eleitorado.	Sup DC Nº 86-I
12 JUN 68	Falando sobre a eleição do próximo Presidente da Republica em 1970, disse o seguinte: "Estou lendo nos jornais que o Sr Ministro da Justiça prepara o anteprojeto de lei complementar exigido pelo § 3º, do art. 76 da Constituição, isto é, a composição do collegio eleitoral que vai eleger indiretamente o Presidente da Republica. Eis, a expectativa do eleitorado brasileiro. Eis o que nos guarda 1970. O futuro Presidente da Republica, o sucessor do Marechal Costa e Silva, tera de obter apenas a maioria absoluta de 589 votos. Veja, a que ponto chegamos. Os brasileiros não vão se manifestar mais, pois nem irão eleger o Congresso que escolhera o Presidente da Republica. É melancólico o que está ocorrendo nesta fase da vida politica brasileira. Precisa haver alguma coisa para que não chegue esse absurdo, de um collegiado eleitoral de 589 votantes, que	



Resumo dos principais pronunciamentos

RAUL BRUNINI Filho.

no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
12 JUN 68	<p>não receberam esta delegação expressa para escolherem o PR, substituindo milhões e milhões de eleitores que estão com seus títulos aguardando esta oportunidade.</p> <p>Será, que este Governo contribuirá para frustrar este desejo de milhões de brasileiros de participar direta, livre e secretamente na escolha de seu supremo mandatário ou que terão a mesma sorte daqueles 68 municípios, que foram sumariamente cassados por uma medida ditatorial desta minoria militar que domina o País?!"</p>	SUP DC Nº 95-I
26 JUN 68	<p>Falando sobre a situação estudantil, / que gerou em crise no Estado da Guanabara, entre outras coisas disse o seguinte: "O Governo perdeu o controle, praticamente. Tem havido, ao que parece, cuidado em querer desculpar certas autoridades. São responsáveis por esse estado de coisas todas as autoridades do Governo. Os Governadores de Estados são responsáveis também. E um dos mais responsáveis chama-se Negrão de Lima, que se quer esconder atrás de outras autoridades para não assumir a responsabilidade. Atribuímos todas as autoridades federais e estaduais, sem distinção, a culpa pelo que está ocorrendo neste País. E o que mais nos chama atenção e / mais nos estarrece é ver que um homem, como o Sr Tarso Dutra, não externar qualquer sensibilidade moral para o que está ocorrendo neste País".</p>	Nº 101-I
27 JUN 68	<p>Falando sobre eleições diretas para PR, disse o seguinte: "O povo sente que as autoridades que dominam atualmente a Nação, que este sistema implantado no País impede o processo de desenvolvimento e aprimoramento político, através da reforma constitucional que lhe dá a oportunidade de escolha do PR.</p> <p>Por isso, o povo se afasta, por isso ele foge destas nossas discussões. A cada dia / que passa sentimos que o fôssco se alarga mais entre o povo e o Governo; sentimos que o povo está procurando outra saída, que o povo está sentindo necessidade de outras manifestações como aquelas que acabam de fazer os estudantes, na GBe em todo o Brasil, através de manifestações públicas, num protesto contra a situação atual reinante no nosso País, contra as estruturas jurídicas e sociais que atualmente dominam a nossa Patria.</p>	Nº 51
17 JUL 68	<p>Em seu discurso, referindo a tensão / mundial, entre outras coisas disse o seguinte: "E é isso que ocorre atualmente; o Poder passou a ser um instrumento de uma minoria militar, que expõe ao desgaste e a condenação toda uma instituição.</p>	Nº 116-I



Resumo dos principais pronunciamentos

RAUL BRUNINI Filho.

no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
12 JUN 68	<p>não receberam esta delegação expressa para escolherem o PR, substituindo milhões e milhões de eleitores que estão com seus títulos aguardando esta oportunidade.</p> <p>Será, que este Governo contribuirá para frustrar este desejo de milhões de brasileiros de participar direta, livre e secretamente na escolha de seu supremo mandatário ou que terão a mesma sorte daqueles 68 municípios, que foram sumariamente cassados por uma medida ditatorial desta minoria militar que domina o País?!"</p>	SUP DC Nº 95-I
26 JUN 68	<p>Falando sobre a situação estudantil, / que gerou em crise no Estado da Guanabara, entre outras coisas disse o seguinte: "O Governo perdeu o controle, praticamente. Tem havido, ao que parece, cuidado em querer desculpar certas autoridades. São responsáveis por esse estado de coisas todas as autoridades do Governo. Os Governadores de Estados são responsáveis também. E um dos mais responsáveis chama-se Negrão de Lima, que se quer esconder atrás de outras autoridades para não assumir a responsabilidade. Atribuímos todas as autoridades federais e estaduais, sem distinção, a culpa pelo que está ocorrendo neste País. E o que mais nos chama atenção e / mais nos estarrece é ver que um homem, como o Sr Tarso Dutra, não externar qualquer sensibilidade moral para o que está ocorrendo neste País".</p>	Nº 101-I
27 JUN 68	<p>Falando sobre eleições diretas para PR, disse o seguinte: "O povo sente que as autoridades que dominam atualmente a Nação, que este sistema implantado no País impede o processo de desenvolvimento e aprimoramento político, através da reforma constitucional que lhe dá a oportunidade de escolha do PR.</p> <p>Por isso, o povo se afasta, por isso ele foge destas nossas discussões. A cada dia / que passa sentimos que o fosso se alarga mais entre o povo e o Governo; sentimos que o povo está procurando outra saída, que o povo está sentindo necessidade de outras manifestações como aquelas que acabam de fazer os estudantes, na GBe em todo o Brasil, através de manifestações públicas, num protesto contra a situação atual reinante no nosso País, contra as estruturas jurídicas e sociais que atualmente dominam a nossa Pátria.</p>	Nº 51
17 JUL 68	<p>Em seu discurso, referindo a tensão / mundial, entre outras coisas disse o seguinte: "E é isso que ocorre atualmente; o Poder passou a ser um instrumento, de uma minoria militar, que expõe ao desgaste e a condenação toda uma instituição.</p>	Nº 116-I



Resumo dos principais pronunciamentos do
RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
31.7.68	Em seu discurso, entre outras coisas disse o seguinte: "a Carta de Brasília ha, um ano foi aqui cantada numa euforia extraordinária".	Nº 126-I
08.8.68	se transforma em fato são os atos desastrosos do Governo, através do Ministro da Justiça, Sr GAMA E SILVA. A Oposição não tem melhor aliado do que o Ministro GAMA E SILVA. O Presidente COSTA E SILVA se engana, quando julga que está fazendo o melhor Governo deste mundo".	Nº 134-I
15.8.68	Em seu discurso, disse: "o Governo do Marechal COSTA E SILVA instala-se hoje na Região Amazônica. Praticamente essas instalações simbólicas do Governo nada de benéfico trazem as regiões, e acarretam despesa vultosa. Não é isto que vai mudar a imagem do Governo. O Governo continuará com aquela imagem estática, rotineira, com aquele ranço administrativo, que não traz esperança alguma ao povo brasileiro. O que interessa e mudar, reformar também o Governo modificar esse Ministério que não está trazendo resultado algum para este País. É um Ministério medíocre - e aqui não sei se cabe aquele chavão, com raríssimas exceções. Trata-se de um Governo que prima pela ausência da inteligência".	Nº 137-I
22.8.68	Em seu discurso, disse: "volto para focalizar problema por demais debatido, mas que não cansaremos de focalizar enquanto não se transformar em realidade aquilo que, por enquanto, ainda continua em estudo, um tanto demorado, nas Comissões. Refiro-me, a localização do aeroporto supersônico, assim chamado, para receber os futuros jatos supersônicos e supersônicos. A Casa conhece a minha posição. Sabe do esforço que venho dispensando no sentido da localização do aeroporto supersônico na GB, na cidade do Rio de Janeiro. Cheguei à conclusão de que realmente a GB, por todos os títulos, deveria merecer a preferência da Comissão que está estudando a matéria. O tempo é inimigo dessas iniciativas, quando sabemos que outros países já estão perfeitamente capacitados para entrar na era da aviação supersônica".	
22.8.68	Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia pela URSS, disse: "o que ocorreu esta madrugada com a Tchecoslováquia revolta a consciência democrática de todo o mundo. Há dias tinha-se a impressão de que havia um acordo entre os povos do regime socialista, para que eles pudessem viver em harmo-	



Resumo dos principais pronunciamentos de
RAUL BRUNINI Filho.

no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
22.8.68	nia. Mas foi uma falsa impressão, pois, nesta madrugada a verdadeira face do comunismo internacional se revelou em toda a sua crueldade em toda a sua covardia impedindo que um povo pudesse manter a sua independência e a sua xxx autonomia."	Nº 142-I
23.8.68	Em seu discurso, disse: "a emenda constitucional de autoria do eminente Senador LINO DE MATOS, que restabelece o sistema direto para eleição do Pres da Republica. É mais uma tentativa para a normalização do processo democrático. A crise em que se debate o Governo só tem uma solução: é a saída política através do processo democrático de eleição direta".	Nº 143-I
3.9.68	Falando sobre a invasão da UnB pela Polícia, disse: "na fria manhã de Brasília, no primeiro domingo do mês das flores, a visão da brutalidade enche os corredores do hospital. No 8º andar, a cena é dolorosa: num apartamento de canto varias pessoas confortam outro universitario, sentado em sua cama, contorcendo as mãos nervosamente. O seu olhar é de espanto e pavor. Não consegue esquecer as cenas de dias atrás, levado para fora da Capital por um bando de policiais, sofreu a mais torpe das agressões que um ser humano pode suportar e passou pelo terror dos sadicos".	Nº 150-I
23.8.68	Em seu discurso, disse: "o Congresso Nacional se prepara para votar, na noite de hoje, o projeto / de Emenda Constitucional nº 4, de autoria do illustre Senador Lino de Matos, da representação de SP. Essa emenda da nova redação ao caput do art. 76 / da Constituição da Republica, isto é, vai permitir se aprovada pelo Congresso Nacional, a eleição direta para Pres Rep, e a reeleição do Pres por mais um mandato. É uma inovação que a emenda do Sen paulista apresenta a consideração dos parlamentares brasileiros. Não é inovação indiferente a vários países democraticos, que permitem a reeleição do PR por mais um mandato".	SUP 143-I
28.8.68	Em seu discurso, disse: "o Governo anuncia grandes planos de ação: Plano Estratégico de Desenvolvimento, Reforma Administrativa, Reforma Universitária, Grupos de Trabalho para vários setores da administração pública, além da Carta de Brasília. Os planos são anunciados, as comissões, são nomeadas, os grupos de trabalho apresentam relatórios, anteprojeto etc.etc.. E em pouco tempo tudo cai no es-	



Resumo dos principais pronunciamentos de RAUL BRUNINI Filho.

no Congresso

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC No
28.8.68	<p>quecimento e o que prevalece é a rotina, esse imobilismo que tem caracterizado, na prática, o atual Governo do Marechal Costa e Silva.</p> <p>Por que tais fatos ocorrem com tanta insistência neste Governo? A resposta, vamos encontrá-la na ausência total do povo a todas essas iniciativas governamentais.</p> <p>É a saída para esse estado de coisa, tão simples, e uma só: abrir democraticamente a decisão ao povo, através de eleições livres, secretas e diretas. Se assim este País encontrara o seu caminho de desenvolvimento".</p>	SUP DC 146-I
06.9.68	<p>Falando sobre o Governo Federal, disse: "um governo que não atue em sintonia com o desejo do povo encontrara pela frente dificuldades intransponíveis. E o caso do atual Governo do Mal Costa e Silva. Seu Governo esta fora de sintonia com a / aspiração popular.</p> <p>A eleição é a tônica preferida do eleitorado brasileiro que só encontra neste caminho a solução de todos os graves problemas brasileiros, porque através da eleição direta, secreta e livre, o povo toma, em suas mãos, os destinos da sua terra. E o povo é que tem o direito de conduzir os destinos da sua terra, de sua pátria. Entretanto, / quando, o povo evidencia isso que pensa o Governo? Pensa o Gov numa lei de inelegibilidades impedindo que inumeros brasileiros concorram as eleições.</p> <p>O Presidente da República, em cuida da elaboração de um anteprojeto, a ser enviado esta Casa / que xxxx suprime as eleições municipais do proximo xxx dia 15 de novembro, em inumeros municipios brasileiros, prorrogando todos os atuais mandatos municipais ate 70, para que haja a grande coincidência, naquele ano.</p> <p>As eleições ja estão programadas para 15 de novembro deste ano. A supressão dessas eleições trará sem duvida, uma expectativa sombria com referencia as eleições de 1970".</p>	153-I
07.9.68	<p>Em seu discurso, disse: "venho a esta tribuna para contraditar o nobre Deputado Último de Carvalho, principalmente em um ponto. Afirmou S.Exa que os ilustres militares aqui estiveram ontem, depuseram xxxx na Comissão de Inquerito e foram tratados com a maior urbanidade urbanidade. Quero dizer, que a reciproca não é verdadeira. Quando se trata de depoimentos prestados na Polícia e no Exercito, ao invés de urbanidade, os que lá comparecem para depor são espancados, são violentados, são levados, inclusive, ao terror psicológico. Temos disso prova concreta".</p>	154-I



Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
10.9.68	<p>Em seu discurso disse: "creio que ninguém de boa fe podria poderia negar a honradez pessoal do Sr PR. É um homem que tem, realmente, se conduzido corretamente quanto aos seus atos pessoais. Mas não está repercutindo bem na opinião pública o fato de não querer S.Exa acolher as críticas e / denúncias que se fazem em relação a vários setores da vida brasileira.</p> <p>O Sr PR, não punindo os responsáveis estará praticamente, com eles compactuando.</p> <p>Tenho a impressão de que, se S.Exa não agir como um magistrado e punir esses responsáveis, será / também responsabilizado, e aquela figura austera com que ele se apresenta poderá sofrer senões e arranhões.</p> <p>O Sr PR, inexplicavelmente, mantém à frente do Min da Justiça, o Sr Gama e Silva, um homem já não bem conceituado perante a opinião pública".</p>	155-I
25.9.68	<p>Falando sobre o episódio de SANTARÉM/PA, em que foi vítima o Dep HAROLDO VELOSO, disse: "cumpro o dever de solidariedade para com um amigo que enfrentou, mais uma vez, uma situação com a coragem xxxxxxxxxxxx pessoal que o caracteriza, com a dignidade e com a desambição pessoal que constituem também traços da sua personalidade. Fatos como o ocorrido em SANTARÉM denunciam que o País atravessa um período de anormalidade e que mais um Governador, que além de Governador e militar, não estava preparado para exercer as altas funções de conduzir os destinos de um Estado.</p> <p>A consequência da improvisação são esses acontecimentos funestos. Vidas se sacrificaram pela incompreensão, pelo arbítrio, pela violência e pela prepotência de um administrador que não está à altura da cultura do povo paraense".</p>	166-I
18.9.68	<p>Falando sobre o pedido de aumento dos militares, disse: "estou lendo nos jornais que o Sr Senador DINARTE MARIZ, com a colaboração de outros Senadores, vai solicitar ao Gov que, nos próximos / dias, envie uma mensagem de aumento de vencimentos para os militares.</p> <p>De forma que o Sen DINARTE MARIZ, só vê os sacrifícios da classe militar; quanto aos civis, S.Exa acha que está muito bem, que podem continuar como estão.</p> <p>Quero declarar que não sou contra o aumento dos militares. Sou favorável ao aumento geral de civis e militares".</p>	SUP DC 161-I
28.9.68	<p>Falando sobre eleições municipais, disse: "a 15 de novembro próximo serão realizadas inúmeras eleições municipais em vários Estados. Essas eleições servirão de resposta a uma série de indagações que existem no setor político. Se a ARENA / for amplamente vencedora nesses pleitos, é evidente que se acelerará o processo do estabelecimento</p>	



Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho.

no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
28.9.68	<p>do partido único em nosso País. Porque é muito, interessante observar-se um ponto. O MDB, sem dúvida alguma, conseguiu o apoio da opinião pública, mas o MDB não tem capacidade de traduzir este apoio da opinião pública, mas o MDB não tem capacidade de traduzir este apoio em termos eleitorais de conquista do poder.</p> <p>Pode parecer uma incoerência: como se um partido conquista a opinião pública, não pode traduzir esta preferência no instrumento válido para a conquista do Poder? Mas este fato é perfeitamente explicável. O MDB é considerado pelo esquema revolucionário de 1964 um partido subversivo, em bora dele participem elementos de cuja formação democrática a ninguém é lícito duvidar".</p>	SUP DC 169-I
04.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "o Gov do Mal CS enveredou por caminho perigoso e do qual, dentro de poucos dias, não podera voltar. Um dos setores de maior importancia, numa democracia, e a comunicação com o povo. Esta comunicação faz-se através do rádio, da televisão, da imprensa em geral, hoje instrumentos de pressão do Governo e que estão debaixo de censura violenta."</p>	SUP DC 173-I
05.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "o Mal CS, que ontem, em SP, andou pintando um quadro extraordinário da situação, dizendo que o povo, esmagadoramente, o apoia, tem em mãos o instrumento para demonstrar que realmente isto é uma realidade: conceda ao povo em 1970, a sua prerrogativa principal de, livremente, numa eleição secreta e direta, escolher o seu sucessor. Se ele tem, esmagadoramente o povo ao seu lado, fara tranquilamente, através de eleição direta, o seu sucessor. É isto o que nos desejamos. É o teste que a Oposição espera que o Gov faça para comprovar as afirmações que vem cantando em prosa e verso ainda ontem reafirmadas perante os paulistas".</p>	174-I
23.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "não tem tido realmente o Gov do Mal CS o discernimento indispensável para realizar uma boa administração, uma administração regular. O Mal CS tem uma visão deformada do seu Governo, uma visão mentirosa, pois, segundo informações daquelas pessoas de algum bom senso que as vezes chegam até S. Exa e lhe transmitem certas apreensões, S. Exa simplesmente ignora. O Governo do Mal CS está diante de uma onda de crimes que domina o País mas não pune criminosos algum. Não ha notícia da prisão de um terrorista, de um homem da direita, ou de um radical, vamos assim classifica-lo. Ninguém no País sofre qualquer sanção. Soltam bombas, prendem, raptam, sequestram e não aconteça nada, absolutamente nada, aumentando, em consequencia, cada vez mais a onda de violências".</p>	SUP DC 186-I



Resumo dos principais pronunciamentos do
RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
25.10.68	<p>Em seu discurso, disse: o Brasil entrou naquela fase difícil e perigosa da incompreensão, da confusão, dos distúrbios, dos cheques de ruas, dos assaltos e crimes de toda espécie, e aproxima-se rapidamente da fronteira da desordem generalizada, do descontrole total da ordem pública.</p> <p>A omissão do Governo é intolerável, indesculpável e criminosa até. Não é simplesmente colocando tropas policiais nas ruas que a situação se acalmará. Há necessidade de medidas urgentes de caráter estrutural, de uma abertura democrática sincera, e sua humildade até, por parte dos governantes, especialmente no sentido de atender ao desejo do povo em participar da vida do País".</p>	188-I
30.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "o que o Mal CS não entendeu e que seu Governo foi fruto de entendimento firmado para acabar com o período ditatorial do seu antecessor e preparar o País para a sua libertação.</p> <p>Um Governo transitório, com a finalidade de devolver a Nação a normalidade democrática, em todos os sentidos com o mesmo compromisso de entregá-lo a livre decisão do povo, através de eleições diretas pelos próprios instrumentos legítimos. O que se viu foi justamente o contrário.</p> <p>Continuamos sob a mesma determinação do ex-Presidente CB, num regime de força, praticamente num regime político de partido único, sem qualquer perspectiva de aberturas democráticas.</p> <p>Desde o movimento de 1964 que se espera que o grupo dominante daquele movimento devolva ao povo a sua libertação total, a fim de que o País possa reintegrar-se na sua normalidade democrática. Mas, infelizmente, isto não aconteceu. O que tem acontecido é a marginalização total do povo brasileiro".</p>	SUP DC 191-I
12.11.68	<p>Falando sobre a concessão de aumento aos militares e civis, disse: "há um movimento nacional em favor da melhoria salarial dos militares. Somos inteiramente favoráveis à medida. Achamos que os integrantes das FFAA percebem muito aquém das suas necessidades e responsabilidades. Mas creio que a iniciativa do Sr PR não se deve restringir aos militares. Este aumento deve ser estendido aos civis, pois, se dificuldades há para os militares, elas existem também para os funcionários públicos civis da União.</p> <p>Considero, que nada seria mais justo do que o Gov melhorar as condições do funcionalismo militar e civil da União".</p>	198-I



Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho.

no Com

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
13.11.68	<p>Em seu discurso, disse: "vários assuntos têm a preferência da opinião pública brasileira, e eles estão na ordem do dia. Só o Governo não se apercebeu ainda da necessidade de ouvir a opinião pública, saber o que ela pensa e se orientar no sentido do seu atendimento. Já cansei de repetir e isto é curial. Hoje, governo que não se baseia em pesquisa de OP e governo divorciado dela.</p> <p>Na pesquisa feita, ainda na última semana, 48% da OP da GB acham que o Ministério do Governo CS não agrada. Quarente e oito por cento tiveram, portanto, por necessária a sua reestruturação, / ponto de vista defendido pela maioria de todos os setores de pesquisa e por mais da metade da classe média.</p> <p>O Gov deve perceber esses fatos e encontrar a solução para eles. Quem não sabe, neste País, que a esmagadora maioria do povo quer eleições diretas para escolher o Presidente da República".</p>	199-I

23 OUT 1968

ANEXO
LANÇADO EM



Brunini apresenta sugestão a militares

Brasília (Sucursal) — O Deputado Raul Brunini (MDB carioca) declarou ontem na Câmara que "os Ministros militares deveriam também enviar representação ao Presidente da República exigindo que o Ministro da Justiça agisse contra a onda de terror, tanto da direita como da esquerda."

— Não será cassando mandatos — frisou o Deputado — que a tranquilidade possa ser restabelecida. Pelo contrário, isto só visa confundir e perturbar ainda mais o processo de

normalização da vida brasileira.

ARENA TAMBÉM ACUSA

O pronunciamento do Deputado carioca foi constantemente interrompido pelo Deputado Jonas Carlos (Arena-Ceará). Tentando defender os militares, o Sr. Jonas Carlos acabou por confirmar as afirmações do Sr. Raul Brunini, além de investir contra os Ministros civis do Governo.

Travou-se então o seguinte diálogo:

Brunini: Esperamos que os militares atuem junto ao Governo para fazer cessar a onda de terrorismo no país.

Jonas: Os responsáveis são civis que assessoram os militares. Os Ministros foram envolvidos na intriga contra o Congresso.

Brunini: Então V. Ex.ª admite que os Ministros militares são ingênuos, porque se deixam envolver por intrigas.

Jonas: Ao contrário. Os militares até que são melhores que os civis, tanto assim que os Ministérios militares são os melhores.

Brunini: Quer dizer, então, que o Ministério civil do Governo é o responsável pelo que está ocorrendo? Cite o nome dos Ministros que comprometem o Governo.

Jonas: Não conheço nenhum, mas quero afirmar que os civis que assessoram os militares são os responsáveis.

ÚLTIMA HORA

ANEXO N.º



12 NOV. 1966

17 24

O Deputado Raul Brunini, do Parede-MDB, cassou ontem de "mais uma violência e mais uma ignominia" o ato presidencial que suspendeu os direitos políticos do jornalista Hélio Fernandes. -- A cassação de Hélio Fernandes foi antes de mais nada uma bofetada humilhante dada na face do Poder Judiciário, e não fica bem a um Presidente cometer uma atitude de escárnio contra a Justiça de seu país -- acrescentou. V.H.12. 22/66 B.521

Confessando que foi amigo e companheiro do Marechal Castelo Branco durante os primeiros meses de seu Governo, o Deputado Raul Brunini disse que adotou outra posição porque o Governo tomou o sentido oposto à formação democrática do povo brasileiro. Depois de ler os artigos publicados ontem por Hélio Fernandes e Carlos Lacorda, Brunini disse que o Supremo Tribunal Federal foi o mais atingido pelo ato cassatório.

TRIBUNA DA IMPRENSA
(13.07.67)

ANEXO
LANÇADO EM



Brunini pedirá transcrição da sentença de Hélio

O deputado Raul Brunini pedirá a transcrição nos anais do Congresso Nacional, da sentença do juiz Hamilton Leal mandando arquivar o processo iniciado pelo Governo contra o jornalista Hélio Fernandes, por ter assinado artigos na TRIBUNA nos dias 15 e 21 de março passado.

O parlamentar carioca justificará seu pedido afirmando que a sentença do magistrado honra a magistratura brasileira, constituindo-se em peça fundamental de um processo evolutivo para o restabelecimento das franquias democráticas.

Ontem, o deputado Raul Brunini esteve em visita ao jornalista Hélio Fernandes, na redação da TRIBUNA, com o fito de lhe emprestar inteira solidariedade e congratular-se pela vitória obtida na Justiça, que lhe restabeleceu o direito do livre exercício da profissão.

Disse o sr. Raul Brunini que a sentença do juiz Hamilton Leal firmou jurisprudência sobre a situação de todos os jornalistas, em casos idênticos ao de Hélio Fernandes, frisando que pedirá a transcrição da peça jurídica nos anais da Câmara dos Deputados, por ser digna de figurar na Casa, além de engrandecer a cultura jurídica do País.

CONGRATULAÇÕES

O jornalista Hélio Fernandes recebeu ontem mais um telegrama de congratulações, assinado pelo sr. Ivo Mattar. Diz o telegrama: "Em meu nome e dos companheiros hansenianos que são admiradores da sua inteligência, combatividade e patriotismo, cumprimentamo-o e externo a nossa alegria pela destruição de mais um processo. Saudações. Ivo Mattar".

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTA A PUBLICAÇÃO DO ARTIGO 4º

DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

RAUL BRUNINI FILHO

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D - ANEXOS:
 - 1 - DISCURSOS NO CONGRESSO
 - 2 - ARTIGOS, ENTREVISTAS OU DECLARAÇÕES A IMPRENSA
 - 3 - DEPOIMENTOS PRESTADOS EM INQUÉRITOS, SINDICÂNCIAS OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
 - 4 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

DN. 3 e 4-2-68

Brunini: Estão Cavando o Túmulo de Costa e Silva

O Sr. Raul Brunini criticou, ontem, os que acusam o sr. Carlos Lacerda de fazer subversão, pois — argumentou — ou estão errados ou estão certos e, neste caso, deveriam reconhecer que o marechal Costa e Silva pratica crime de responsabilidade, nos termos do artigo 84 da Constituição, não zelando pelo cumprimento da lei.

“Esses que procuram ser mais realistas do que o rei estão cavando a sepultura do presidente, tentando levá-lo ao descaminho perigoso da violência, da intolerância e da prepotência”, acrescentou o opositor carioca, destacando que — no caso do ex-governador carioca — o chefe da Nação está agindo com acerto incontestável.

“OS MEDIOCPES”

“Contra a inteligência, se revoltam os mediocres. E, na ausência de argumentos, apelam para a delação, arma dos covardes, dos fracos e apavorados”, disse o sr. Raul Brunini, ao investir contra os que “incitam” o presidente da República a cassar os direitos políticos do sr. Carlos Lacerda, acusando-o de subversivo”.

Explicou, então, que “o art. 84 da Constituição Brasileira define os crimes de responsabilidade dos atos do presidente da República e, precisamente no item 7, capitula que ele é responsável quanto ao cumprimento das Leis. Ora, alguns que se intitulam porta-vozes do governo, dizem por aí, que o sr. Carlos Lacerda é subversivo, portanto infringindo a Lei de Segurança Nacional. Se o ex-governador da Guanabara é subversivo deve ser punido, pois está violando a lei. O presidente da República, guardião da lei, é responsável pela sua execução. Se o chefe da Nação não cumprir a lei cai nas malhas do art. 84, por crime de responsabilidade. E’ um falto, não

cumprir a lei, e decorre daí todo o processo de julgamento do presidente da República com as suas implicações”.

COSTA CERTO

Afirmou, o representante carioca que “neste caso o presidente da República está agindo acertadamente, pois já declarou e inclusive ao ministro da Justiça, que o sr. Carlos Lacerda é um cidadão no gozo pleno de todos os direitos políticos individuais e sociais. Portanto, pode fazer sua doutrinação e pregar suas idéias”.

Alegou o sr. Raul Brunini não saber “como ficam os porta-vozes do governo, querendo impor ao presidente da República uma decisão com a qual ele não concorda”. Em seguida, indagou: “Quem está errado, aí, os porta-vozes que dizem que Lacerda é subversivo, ou o presidente da República, que não adota esta posição?” Assinalou: “Esses que procuram ser mais realista do que o rei estão cavando a sepultura do presidente, tentando levá-lo ao descaminho perigoso da violência, da intolerância e da prepotência. Há outras formas e processos de servir ao governo, que não esta mesquinha, mediocre, bajulatória e negativa”.

ATÉ MILITARES

Finalmente, afirmou: “Não há subversão na palavra do sr. Carlos Lacerda. Tanto não há que outros próceres da ARENA, bem como, hoje, pelos jornais, inúmeros militares da melhor formação, pregam, combatem o líder popular, através de medidas como a eleição direta, para esvaziar a Frente Ampla. E’ neste terreno que queremos o debate: no confronto das idéias, das soluções do problema e no desenvolvimento nacional. Existem mediocres que, ainda ontem, desta tribuna, voltaram a afirmar subversão na palavra do sr. Carlos Lacerda”.

29 AGO. 1967

ANEXO N.º

LANÇADO EM 10



Brunini vê holcole aos contatos com Hélio

O deputado Raul Brunini denunciou a existência de um boicote nas comunicações telefônicas com o jornalista Hélio Fernandes, dizendo que não conseguiu falar de Brasília com Pirassununga e que veio à Guanabara, para reafirmar a sua solidariedade ao diretor da TRIBUNA, através de sua mulher, dona Rosinha.

Disse o parlamentar carioca que diante da absoluta falta de apoio legal à medida adotada pelo ministro Gama e Silva, confinando o jornalista Hélio Fernandes, não tem a menor dúvida de que o Tribunal Federal de Recursos acolherá o pedido de habeas-corpus, devolvendo-lhe a liberdade, a crença e o respeito ao Poder Judiciário.

FRENTE

Informou o deputado Raul Brunini, que a Frente Ampla é uma realidade e brevemente estará levando sua mensagem a todo o País, através de reuniões, comícios e debates com estudantes, operários e donas-de-casas, enfim a todos os setores que se interessam pela vida do País e a sua total redemocratização.

Estranhou que alguns militares deixem suas preocupações nos quartéis para interferir e provocar os civis, estes no seu legítimo direito de analisar os problemas de ordem política e administrativa do País. Disse que foi grande a repercussão dos artigos do ex-governador Carlos Lacerda, anunciando que pedirá a sua transcrição nos anais do Congresso Nacional.

Lamentou o parlamentar emedebista a procrastinação na solução do caso Hélio Fernandes por parte das autoridades governamentais, classificando de tendenciosa a demora da remessa por parte do Governo das informações oficiais para a instrução do pedido de habeas-corpus em favor do diretor da TRIBUNA, mantendo o clima de intranquilidade e a falta de respeito às liberdades individuais e a decisão da própria Justiça, asseverando que o País aguarda com vivo interesse o julgamento do habeas-corpus impetrado em favor do jornalista confinado indevidamente e ilegalmente, decisão que ficará na história judiciária do País.

REF: 17



GB. - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Superintendência Executiva -

Delegacia de Ordem Política e Social

Serviço do dia 2 para 3 de fevereiro de 1966.

Comissário de dia- Dr. Carlos Alves de Albuquerque.

Registro- nº 66-dano.

1096/06
85-19

Às 2,30 horas, o A.F. Alfredo Olímpio Barbosa, residente na rua General Severiano, 209 apto 104, em Botafogo, o A.F. Aluísio Moreira residente na Rua Guilherme Marconi 76 apt. 108, o PV Laerte Mandin, residente na Rua Marquês de São Vicente, conjunto residencial do IPEG apto 622, e Geraldo Valença Wanderley, motorista, residente na Rua José Cardoso 77-Prata-Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, todos lotados nesta Delegacia, face a denúncia recebida apresentaram-me os elementos: JÃO PEÇANHA DA SILVA, filho de pai desconhecido e de Clementina Maria da Conceição, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, casado, sapateiro, de instrução primária, nascido em dezesseis de abril de mil novecentos e vinte e quatro, residente na Rua Alvaro Ramos conjunto Pio Doze, bloco oito, apartamento 302, I.F.P. nº 1.149 636; ARY RIBEIRO DA SILVA, filho de pai desconhecido e de Argentina Alves da Silva, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, solteiro, zelador, instrução primária, nascido em vinte e oito de dezembro de mil novecentos e trinta e quatro, residente na Rua Alvaro Ramos nº 523, bloco, 5 apto 304- I.F.P. 1.514073, VIRGÍLIO MULLER, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, filho de FERREIPE MULLER e de ALEXANDRINA MULLER, casado, motorista, instrução primária, nascido em 6 de setembro de 1912, residente na rua Paraense, 16, Campo Grande, I.F.P. nº 309.525, MAURI XAVIER DA CUNHA, filho de FLORO XAVIER DA CUNHA e de ADELINA GONÇALVES CUNHA, brasileiro, natural do Estado da Guanabara, solteiro, desenhista, instrução secundária, nascido em 20 de agosto de 1938, residente na rua Honório, 507, apartamento 301, I.F.P. nº 1.711.892; JULIO FILHO DE OLIVEIRA BARROS, filho de Julio Barros e de Edith de Oliveira Barros, brasileiro, natural de Sergipe, casado, motorista, instrução primária, nascido em 19 de outubro de 1930, residente na rua Marques de São Vicente, 147, apto. 110, carteira de motorista nº 271.464; ORLANDO DA CRUZ, filho de AMANDIO DA CRUZ e de ISAURA DA CONCEIÇÃO, brasileiro, natural da Guanabara, casado, auxiliar administrativo, instrução ginásial, nascido em 18 de dezembro de 1930, residente na rua Nossa Senhora das Graças, 850, em Ramos, I.F.P. nº 953.365; FRANCISCO XAVIER PEÇANHA, filho de Carlos Peçanha, e de Maria do Nascimento Peçanha, brasileiro, natural do Espírito Santo, casado, fotógrafo, instrução primária, nascido no dia 16 de janeiro, de 1918, residente na rua da Passagem, 78, apart. 610, e Doutor ARMANDO DE ABREU, filho de João de Abreu e de Laura Marques de Abreu, brasileiro, natural da Guanabara, casado, que

GB. - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



que se declarou ser engenheiro civil, nascido em 22 de ---, residente na rua Saint Roman, 118, Copacabana, título de --- nº --- 53.553, todos trabalhando na C.T.C., situada na Marquês de Pombal, 125, exceto o fotógrafo FRANCISCO XAVIER PEÇANHA, que trabalha por conta própria, por terem sido encontrados momentos antes escrevendo com tinta branca, do tipo "Kem-Tone" e "Paredex", nas paredes do prédio da casa de Saúde São Sebastião, situada na rua Bento Lisboa, as frases: "QUEREMOS LIBERDADE DE VOTO", "VIVA A LIBERDADE DO VOTO". Os participantes estavam-se em dois autos de passeio, um chapa GB-154042, marca Volkswagen, de propriedade de ORLANDO DA CRUZ e outro de chapa GB-231984 de propriedade de ARMANDO DE ABREU. No local foram apreendidos seis latas de tinta, um garrafão, dois pincéis, sendo um do tipo brocha e o outro comum, no interior de Volkswagen em apreço, chapa GB.154.042 um revolver marca "Taurus", calibre 22, nº 53.171, com doze balas do mesmo calibre e com o tambor carregado com seis projéteis, e no interior do auto chapa 231984, de propriedade de ARMANDO DE ABREU um revolver marca Smith & Wesson, calibre 32, n. 553.775, com seis projéteis no tambor, material este, encaminhado a Cartório, conforme recibo à margem. Interrogado declarou-me ARMANDO DE ABREU elemento mais desembaraçado do grupo, que eles estavam pintando as paredes na pretensão de obter o registro do "PARTIDO DE REFORMA DEMOCRÁTICA". Compareci ao local, ausentando-me da Delegacia das 4,50 hs. às 5,10 hs. na R.P. 8-121, Chefiada pelo P.V. 2461, tendo constatado que em toda a extensão da rua havia dizeres daquela natureza pintados nas paredes em cor branca. Solicitei a perícia do I.C. atendendo o permanente MIRANDA que posteriormente esclareceu-me que no local compareceu o perito ERNESTO. Momentos após o Deputado Estadual RAULO BRUNINI compareceu a esta Delegacia e declarou-me, testemunhado pelo P.V.G. Dilson Guimarães, Auxiliar de Comissário que ele Deputado Estadual é quem foi o mandante do ocorrido e por conseguinte deveria estar preso e não os referidos elementos e mais que assumia toda a responsabilidade pelo fato passado. Pus a par o doutor MANCEL VILLARINHO do corr, digo, do ocorrido e de todas as providências tomadas, inclusive o encaminhamento dos apresentados ao permanente do Xadrês Especial, para as providências de praxe. Face ao pedido do Deputado Estadual RAULO BRUNINI foi permitido ver os detidos, atendendo, digo, tendo na ante-sala do Xadres Especial declarado na presença de todos os averiguados e também do permanente e do P.V. LEAL, que ele, Deputado, é quem deveria estar preso pois era o mandante do fato. O P.V.G. DILSON GUIMARÃES purou que a arma arrecadada no interior do Volkswagen, Taurus calibre 22, n. 53171 estava legalizada e pertence a ORLANDO CRUZ, portando o referido cidadão a licença n. 10083, válida até 6 de julho de 1966, em face disto entendo que esta arma deva ser devolvida ao seu proprietário, como também os doze projéteis, salvo outro juízo. Assinado - CARLOS ALVES DE ALBUQUERQUE - Comissário de Dia do DoPS. Despacho do doutor Delegado: Colham-se as declarações dos

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
 TERCEIRA ZONA AÉREA
 QUARTEL-GERAL
 2ª SEÇÃO DO ESTADO MAIOR
 INFORMAÇÕES

1. ASSUNTO: POLÍTICA NACIONAL
2. ORIGEM: DOPS/GB
3. CLASSIFICAÇÃO: C-2
4. DISTRIBUIÇÃO: EMAER - DEBAER SBEM - EPCAER SBDQ - IPARAER SELS
5. CLASSIFICAÇÃO ANT.: + + +

INFORME Nº 002/ZONAER-3
 (23 JAN 68)

Esta Seção tomou conhecimento do seguinte INFORME:

- Prepara-se o ex-Governador do Estado da Guanabara, Sr. CARLOS LACERDA, para fazer dia 27, em Belo Horizonte, talvez o seu mais agressivo discurso dos últimos tempos, sendo quase certo que se manifeste - contra o Decreto 348, que deu novas atribuições ao Conselho de Segurança Nacional. Deverá também falar sobre a criação no Ministério da Educação de uma comissão para estudar as diretrizes da Política Educacional, devendo ser a pessoa visada o CEL MEIRA MATOS, presidente da comissão. Novamente deverá o Sr. CARLOS LACERDA, em tom de alarme, alertar a nação sobre "o possível esquema militarista, visando a perpetuar no Poder líderes militares."

- Para essa fala do ex-Governador da Guanabara, amigos seus ligados à sua política estão convidando diversas pessoas a irem a Belo Horizonte hipotecar mais uma vez solidariedade ao pronunciamento que ali será feito.

- Entre os mais entusiastas amigos e correligionários do ex-governador do Estado da Guanabara que impulsionam a ida a Belo Horizonte dos lacerdistas cariocas, encontram-se os Srs RAUL BRUNINI, CARLOS SAUZA PAIZO, PAULO ZCAIN, ICLANDA PAULO RASTOS, AIDA MARTINS e ROSMIA DA CRUZ ABREU.

0 0 0 0 0 0 0
 0 0 0 0 0
 0 0 0
 0

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
 MANUTENÇÃO DO ESTADO DESTA DOCU-
 MENTO (CÓPIA DESTA DOCU/SE-
 REGULARMENTE PARA MANUTENÇÃO E
 ASSUNTOS CIL/008.)

CONFIDENCIAL

(2)

CONFIDENCIAL
GRAU DE SEGREDO

MINISTÉRIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 15/12/1968 Nº 0677

~~INFORMAÇÃO~~/INFORMAÇÃO/~~SECRETARIA~~

ORIGEM: ~~SECRETARIA~~

REFERENCIA:

DISSEMINAÇÃO: ~~CONF. COM. CENTRAL~~

AVULSO	
CONFIANÇA	X
VERACIDADE	X

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~XXX~~

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

BENEDUALIA DA SILVEIRA, DEPUTADO FEDERAL (MDB).

ENDEREÇO: RUA JOANA ANGÉLICA, 51, TEL. 47.0328

- 13 JUNHO 1954 - Informação - Desenvolveu atividades de propaganda do PCB.
- 23 DEZ. 1960 - Informação - Assinou declaração de apoio à autodeterminação de CUBA.
- 14 JAN. 1961 - S/A - Componente da Frente Parlamentar do PCB; assinou um manifesto do PCB de apoio à Câmara de Vereadores, que foi extinta por resolução da Assembleia Constituinte.
- 4 MAI. 1962 - Informação - Participou do Congresso de Libertação Nacional em Goiânia.
- 5 NOV. 1966 - C-3 - Candidatou-se a Deputado Federal, apoiado pelo PCB.

ooo000ooo

PAUL BRUNINI, DEPUTADO FEDERAL (MDB).

1. Membro do Clube da Lanterna.
2. Disse com relação ao AI-4, "é uma farpa e só poderia ter saído oculto do qual faz parte JURACY MAGALHÃES" Chefe do Ministério de anti-protesto, anti-democrata, anti liberdade e anti justiça.
3. Com a decretação do Ato Complementar 14, disse que o Governo Castelo Branco deu mais um passo firme para ditadura, pelo cassou todo Poder Legislativo do País.
4. Com relação à Lei de Imprensa declarou "Vai ferir a liberdade fundamental de informar à opinião pública."
5. Criticou o Ato Complementar 18, perguntando ao Presidente Castelo Branco

CONFIDENCIAL

GRAU DE SEGREDO

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 15 /12/1968 Nº 0357
(Continuação.....)

INFORME/INFORMAÇÃO/P.BUSCA

ORIGEM:-----
REFERENCIA:-----
DISSEMINAÇÃO:-----

AVALIACÃO	
CONFIANÇA	
VERACIDADE	

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR-----

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere

Continuação.....

...se ele não tinha um ato de coragem e dignidade e facha de vez o Poder Legislativo.

6. Protestou contra a impugnação da candidatura HELIO FERNANDES.

7. Sanzionou uma violência e mais uma ignomínia o ato Presidencial que suspendeu os direitos políticos de HELIO FERNANDES.

8. Pertenceu a Frente Ampla.

9. Participou da passeata estudantil em Brasília no dia 28-6-68.

10. Em março/68 fez um pronunciamento pela TV-Anhanguera/SF, onde pregou a derrubada do Regime chefiado por AI, a Frente Ampla. Continuando seu discurso afirmou "estamos numa ditadura militar, o Brasil encontra nas mãos de uma minoria militar"

Prosseguindo disse que "Carlos Lacerda conta com o apoio dentro das Forças Armadas.

Declarou que a Frente Ampla se impõe a derrubada do regime sem violência, porém, admitindo também a violência.

#####

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

20

DCR 25 110 168
SEÇÃO I PÁG 2566

NACIONAL (Seção I) Outubro de 1968

Realmente, o que aconteceu, Senhor Presidente, foi que o Governo ficou sem defesa, nesta Casa. Por esta ou aquela razão, o discurso do ilustre Deputado Márcio Moreira Alves não foi contestado na ocasião. Somente que representantes das Forças Armadas demonstraram sua perplexidade diante da omissão da liderança do Governo, essas vozes começaram a aparecer. Ainda ontem, ressaltada eu este fato. Se houvesse, dentro deste plenário, o debate democrático diário, isto é, a Oposição atacando e o Governo defendendo-se, não haveria motivo para que se sentisse desencorajado setor alguma do Governo ou deixasse de ser defendido devidamente, desta tribuna. A medida que a Oposição faz suas críticas, deve o Governo, através de seu Partido e de imediato, promover a contestação. Então, qual seria a repercussão do fato? A imprensa, o rádio etc. noticiaram que o Governo fora violentamente atacado pelas forças da Oposição, mas que, em contrapartida, a liderança do Governo, na defesa dos governantes, opusera sérias restrições à fala da Oposição. Isto, sim, deveria ter sido feito.

Mas, Sr. Presidente, só depois que o Governo reclamou, começaram a aparecer as forças governistas. Esperamos, agora, que o ilustre Deputado Aroldo Carvalho fique vigilante e que, toda vez que houver um ataque ao Governo, se lance imediatamente na defesa do Marechal Costa e Silva.

Sr. Presidente, quem governa detém o poder de decisão. Quando a situação se torna difícil e os fatos se sucedem pondo em perigo as instituições, as iniciativas devem partir do Governo, cujas decisões devem sempre ter em vista o interesse do povo e o próprio interesse da Nação.

O Brasil entrou naquela fase difícil e perigosa da incompreensão, da confusão, dos distúrbios, dos choques de ruas, dos assaltos e crimes de toda espécie, e aproxima-se rapidamente da fronteira da desordem generalizada, do descontrole total da ordem pública. As ações partem das duas alas radicais, aumentando de violência e audácia. Já são várias as vítimas, que não pertencem a qualquer das duas correntes que se digladiam ferozmente e cuja violência cada vez mais aumenta, dado o clima de impunidade existente neste País.

Ainda ontem duas pessoas, um comerciário e um operário, foram vitimados pela violência nas ruas da Guanabara.

A omissão do Governo é intolerável, indesculpável e criminosa até. Não é simplesmente colocando tropas policiais nas ruas que a situação se acalmará. Há necessidade de medidas urgentes de caráter estrutural, de uma abertura democrática sincera, e de humildade até, por parte dos governantes, especialmente no sentido de atender ao desejo do povo em participar da vida do País.

O povo, marginalizado, torna-se cada vez mais indiferente, frio, incrédulo, e não há governo que consiga despertar-lhe o interesse para as metas administrativas e políticas. Sempre que o Governo se dirige ao povo, ao invés de tranquilizá-lo causa-lhes novas apreensões, pois seus pronunciamentos trazem a tônica da restrição, da proibição, da ameaça e da pressão.

Sr. Presidente, desejamos, sinceramente, que a tranquilidade volte a imperar neste País; que o Governo acerte; que o Marechal Costa e Silva consiga realizar, até o final do seu mandato, uma obra meritória que o credencie perante a nossa história. Mas S. Exa. terá de alterar profundamente o processo do seu Governo para alcançar esse objetivo. Todos anseiam pela paz e tranquilidade. O brasileiro é um povo de boa índole, desejoso realmente de que o País entre numa fase de tranquilidade, para que possa trabalhar e realizar o seu

desenvolvimento. E isto, infelizmente, o Governo não conseguiu ainda interpretar.

Aguardamos, Sr. Presidente, se re-instale em nossa terra um clima de paz e serenidade, para o bem deste povo, para o bem desta grande Nação. (Muito bem.)

O SR. RAUL BRUNINI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, antes de entrar no assunto que pretendo abordar nesta oportunidade, desejo analisar, embora rapidamente, o pronunciamento que acaba de ser feito pelo ilustre Deputado Aroldo Carvalho, 3º Secretário desta Casa.

S. Exa. acordou tarde demais. O ilustre Deputado Márcio Moreira Alves fez seu discurso há vários dias, e só hoje a Casa recebe, surpreendida, essas espécie de "estalo" do ilustre Deputado Aroldo Carvalho, em defesa das Forças Armadas, com relação a supostas injúrias formuladas pelo representante carioca.

SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL - ANÁLISE

DIÁRIO DO CONGRESSO 11/05/68

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Srs. Deputados, confesso que gostaria imensamente de comentar a situação política nacional, tratar desses fatos que estão em ebulição atualmente. Mas confesso também que sinto uma espécie de desalento, diante de tudo o que está ocorrendo.

Hoje, nenhuma classe social se sente garantida, quer nos seus direitos de cidadania, quer na sua sobrevivência física.

O povo não entende dos processos de que se está lançando mão para o combate à inflação, inflação que para o povo é relativa.

O que sabemos é que o povo não pode mais comprar. E o comércio não vende o que faz com que a indústria reduza sempre mais a fabricação dos bens de consumo, solicitando, em consequência, menos matérias-primas do campo, em cujos produtos as SUNABs e os SUNABÓES etc. saciam a sua demagogia. E no campo, principalmente, continuarão a apodrecer, no esquecimento nacional, milhões e milhões de párias, doentes, famintos e desnudos do corpo e de inteligência, com a menor esperança de salvação, pois a felicidade terrera prometida pelos planejadores tipo Campos, Delim e mesmo o ex-excelente Bratão é como os versos do poeta: está onde eles a põem, mas eles nunca a põem onde o povo está...

Ha perto de quarenta anos que os go ernos dizem que a inflação será dominada dentro de 3 ou 4 anos, o mais tardar. E de 2 em 2, de 3 em 3 anos o povo vai ganhando menos, comendo menos, vestindo-se e calçando-se menos, adoecendo mais e estudando menos.

Como resultado o povo vai-se incomodando, sentindo fome, sentindo frio, sentindo-se doente, sentindo-se menos culto, e passa a protestar, a deitar manifestos, a programar passeatas. E que fazem os que foram

"eleitos", para dar ao povo melhores condições de vida, para governá-lo, em suma?

Não abrem escolas. Concordam com todos os aumentos, que o próprio Governo estimula — os da gasolina, da energia elétrica. Proíbem a elevação proporcional e lógica dos salários, sufocam as liberdades individuais. Pré-fabricam eleições. Perdem-se em químicas eleitoreiras, arrancam couro e cabelo do contribuinte, especialmente os que "vivem" de vencimentos e descem o pau em quantos, no esforço supremo de dignidade humana, ousam erguer a voz e levantar a cabeça.

E, se não bastassem tantos males já causados à Nação, acrescenta-se, à frente da lista, o maior deles — a perda da fé do povo brasileiro. Um povo sem fé nos seus destinos é como um doente que desistisse de lutar contra o mal que insiste em lhe diminuir os dias de vida...

Ao povo, Sr. Presidente, repugna evidentemente a anarquia, aquela anarquia que o ia matando ainda há pouco tempo. A ele não interessam legendas, sublegenda, "mutirão" áreas de segurança nacional e quejandos. Parece até que o Brasil está para sofrer uma invasão armada... dos brasileiros. Não há tais mesquinhasrias em parte alguma do mundo livre. Piquem certos, porém, os Srs. Deputados, se já não o estão, de que o povo brasileiro está descrente de tudo e de todos. Mas descrente mesmo, sem o menor entusiasmo.

Diante destes fatos é que me pareceu mais interessante, na tarde de hoje, abordar matéria que considero da maior importância para o nosso País e nele não entra política.

Hoje, sexta-feira, neste final de semana em Brasília, semana parlamentar melancólica, talvez assunto mais técnico consiga, pelo menos, aproveitar melhor o tempo daqueles que tenham em não fazer semana de 4 dias no Parlamento brasileiro.

Vou falar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre a localização do aeroporto supersônico internacional, diante de novos dados que me chegam às mãos, através de informações nos setores mais recomendados.

Como sabem V. Exas., existe a Comissão Coordenadora do Aeroporto Internacional, que responde pela sigla COPAL, e cujo Presidente é o Brigadeiro Joelmar Campos de Araripe Macedo.

O primeiro trabalho desta Comissão, e no meu entender o mais difícil, é determinar a área para localização do aeroporto supersônico. Segundo notícias filtradas — e faço questão de afirmar que não trago nenhuma informação oficial, e ainda, que, pela minha condição de antigo jornalista, não revelarei a fonte da notícia que é preceito de ética fundamental do jornalista nas primeiras sondagens, a Guanabara, pelos critérios fundamentais estabelecidos para o estudo de viabilidade técnico-econômica, é o ponto ideal para a localização do aeroporto supersônico, e, assim, já está praticamente escolhido. Evidente existem critérios para localização desse aeroporto. Quais são esses critérios? Primeiro, o conjunto de condições sócio-econômicas que resulta do fluxo de tráfego, e, pela pesquisa feita no ano passado pelo Departamento de Aeronáutica Civil, a DAC, o Rio de Janeiro detém 83,5% do tráfego de passageiros das linhas internacionais. Vejam bem — quero chamar a atenção para esse dado que é fundamental: o Rio de Janeiro detém 83,5% do tráfego de passageiros das linhas internacionais. São Paulo possui, dessa total, 14%. Há, sem dúvida, um interesse muito grande de São Paulo e do Rio de Janeiro. A disputa está entre esses dois grandes centros.

São Paulo alega que, do total de passageiros internacionais que embarcam e desembarcam no Rio, grande parte sai de São Paulo. Sem dúvida mas o que importa é a utilização do aeroporto e o aeroporto que detém a preferência é o do Galeão, com 83,5% do tráfego de passageiros internacionais. São Paulo, 14%.

O Sr. Cantídio Sampaio — Nobre Deputado, ainda há dias, muito recentemente, tive ocasião de conversar com técnicos a respeito da matéria que, com tanta clareza, aborço V. Exª hoje na tribuna. Quero crer que nesses dados que foram ter a V. Exª há um pequeno engano, porque, na realidade, quem mais viaja para o exterior em todo o Brasil é o paulista. Como os aviões saem do Galeão, eles tomam o avião daquele aeroporto. Mas é evidente para o Rio de Janeiro e se dirigem que se saísem de São Paulo, 60% da população brasileira que viaja para o exterior tomaria o avião em São Paulo, porque é paulista. Esse dado não me parece fundamental. Onde quer que o aeroporto supersônico se instale pelo grande âmbito que tem — talvez seja até continental, caiba um só em toda a América do Sul, para todos esses países — distâncias

como São Paulo—Rio Grande do Sul não serão distâncias, porque, evidentemente, haverá outras linhas encarregadas de fazer a triagem. Acredito que, em relação ao Galeão, existem até dados que o contra-recomendam em virtude dos dois aeroportos mais ou menos juntos e do clima superúmido e quente do Galeão, inconveniente para as aeronaves dessa categoria. Enfim, parece-me um assunto que ainda está em pauta e deve ser estudado. Tenho notícias de que a priori essa Comissão já se havia fixado no Galeão. Mas creio que ainda há muita água para passar por baixo da ponte. Não quero dizer que ele deva ser aqui, ali ou acolá, mas para que não percamos a favor da Argentina ou outro País da América Latina, é necessário que realmente ajamos objetivamente a fim de que a localização seja a que mais convenha tecnicamente e politicamente.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Exª o aparte mas acrescento em contrapartida que, do fluxo de passageiros que vem ao Brasil, 60% vem especificamente pelo Rio de Janeiro, segundo a última estatística também do DAC.

E há mais dados e levantamentos feitos no ano passado pelo DAC: 5.912 aterrissagens no Galeão, o que representa 70% do total, contra 2.000 aterrissagens em Viracopos, Campinas, São Paulo; 420.000 passageiros embarcam e desembarcam no Galeão. São cifras realmente impressionantes.

Além disso, o aeroporto supersônico deve ser integrado no sistema aeroviário nacional e internacional, e nesse ponto também pelas pesquisas e pelos levantamentos, a Guanabara oferece melhores condições. Esses dados são do levantamento feito pelo DAC, no ano passado, e vão servir, sem dúvida, para os estudos da COPAL. Os levantamentos feitos em São Paulo, Brasília e Bahia indicam que os resultados seriam antieconômicos.

Evidente, nobre deputado, há pressões e, segundo revelação do próprio Brigadeiro Araripe, vários Estados — num desejo muito justo e lógico, concordam plenamente — já ofereceram, em cartas e manifestos ao brigadeiro, áreas de terrenos em cidades e municípios, para lá ser localizado o aeroporto supersônico.

Gostaria, também, de dar, aos Srs. Deputados, idéia do tipo do projeto do aeroporto supersônico. A Comissão, nos seus estudos preliminares, concluiu por um tipo de aeroporto linear. A estação e instalações centrais de passageiros mais ou menos de forma retangular, ligadas às plataformas de embarque e desembarque por condutos móveis e cobertos, que levam os passageiros da plataforma à porta dos aviões. Não haverá mais esse desconforto de ficar o avião a quase um quilômetro de distância. No Galeão, as vezes, o avião fica a 500 ou 600 metros da estação de embarque e só inclinando ou chuta cria dificuldades para os passageiros, principalmente os de idade mais avançada.

Há uma condução móvel, coberta, que leva o passageiro da estação até a porta do avião. Naturalmente vai ser instalado o que se chama *finger*, que é uma espécie de subplataforma que vai desde a estação até o avião, através de um corredor rolante com todas as comodidades para os passageiros. E ao lado disso também os condutos para a bagagem, pois não é possível que nessas viagens intercontinentais a serem feitas pelos su-

persônicos, como, por exemplo, do Rio a Paris, com duração de três horas o passageiro fica mais de uma hora para desembarcar sua bagagem na Alfândega. Há até um projeto, um estudo, mas tem de haver aí um convênio, para que a bordo do próprio avião venha um elemento da Alfândega Internacional a fim de liberar em voo a bagagem, e não ser perdido o menor tempo no desembarque. Feito isso, a bagagem será levada automaticamente até o desembarque, e poderá somente com a simples apresentação do ticket ser retirada pelo passageiro.

Isso facilitará cem por cento o desembarque porque cada avião supersônico ou mesmo subsônico vai trazer 500 ou 700 pessoas. Imaginem seis ou três aviões desse tipo chegando ao mesmo tempo ou com pequena diferença. Praticamente causará um congestionamento, se não houver todas essas facilidades.

O projeto previsto para o Rio de Janeiro, que tudo indica seja o supersônico, é nos moldes do Aeroporto de Orly, na França, cujas instalações a maioria dos Srs. Deputados conhece, e que tem dado magníficos resultados.

Agora foi feito estudo de viabilidade e saiu vencedor um consórcio canadense-brasileiro. Só o projeto da viabilidade ficará em 1 milhão, 133 mil dólares, e será financiado pelo Governo do Canadá em sua maior parte, 75% e pelo Banco da Escócia, em 25%. O financiamento do Governo do Canadá prevê o prazo de 50 anos para a amortização do principal, com período de carência de 10 anos sem juros, e o Banco de Nova Escócia, de Toronto, propõe financiar sua parte em 7 anos, com período de carência de 3 anos e juros de 7,5% ao ano. Evidentemente, dentro desse projeto do aeroporto supersônico estará também a melhoria de todos os aeroportos do interior do Brasil pois o que tem prejudicado sensivelmente o desenvolvimento da rede doméstica brasileira são os aeroportos com pistas de cascalho ou de terra, nas quais não podem aterrissar aviões dos tipos "Avro", "Comander" e "Herald".

O Sr. Lyrio Bertoldi — DC-3, C-47.

O SR. RAUL BRUNINI — DC-3 não; pode perfeitamente ser utilizado em pista de pedra, de cascalho ou de terra. Refiro-me ao asfaltamento e à melhoria das pistas dos aeroportos nacionais que permitirão um maior rendimento e inclusive paralelamente nos preços das passagens de avião.

O Sr. Lyrio Bertoldi — Deputado Raul Brunini, se bem que esse aumento não seja um dos mais ventilados aqui na Câmara dos Deputados, o problema da aviação, eu o reputo de muita importância, pela consequência dessa atividade. Os soldados que desbravaram o Norte e o Oeste do Estado do Paraná foram o tipo e o avião. Foi através desses dois veículos que tomamos conta daquilo que é nosso. E entendo que será somente por meio da aviação que conseguiremos tomar conta do que é nosso, porque hoje é impraticável pen-

sar por exemplo, em trazer homens, seja do Nordeste para a Amazônia, seja mesmo do Sul, a não ser por intermédio do avião. Eu lutei na aviação, na ex-Real, por dez anos. Descarreguei muita carga vinda do Nordeste de aviões da Real. Até animais. E foi assim que fizemos o Oeste do Estado do Paraná, ao lado daquelas abnegadas honras da aviação, sejam da FAEB, sejam da Aeronáutica Civil, homens que acabaram engostando as chuteiras, sem receber uma medalha qualquer, heróis anônimos de que a História deveria lembrar-se heróis da Aviação Civil, desbravadores do Brasil, que se arriscaram naqueles aviões, pousando com neblina, porque não tinham alternativa. Hoje, quando V. Exa. se refere a aeroportos ainda cascalhados, eu lembro ao Ministério da Aeronáutica a necessidade urgente da recuperação daqueles aeroportos, que valdar condições econômicas à exploração. Tem razão V. Exa., aí está a chave do sucesso da viabilidade econômica das companhias da rede internacional. Com referência a aeroporto para aviões supersônicos, acredito que não há o que pensar: a localização deve ser aqui em Brasília, neste Planalto Central. Devemos fazer jus ao sonho de Dom Bosco, que disse que aqui um dia surgiria uma grande civilização. Brasília tem o papel das grandes cidades que nasceram nas matas, seja Calcutá, seja Lima. Isso aqui é o centro de irradiação. Temos de fazer daqui o centro brasileiro. Será difícil para mim ir visitar a França num supersônico e não descer em Paris; vis visitar a Itália e não descer em Roma. Aqui é a Capital, estamos aqui e esta será uma grande cidade; será uma grande civilização. Homens como V. Exa., verdadeiros irradiadores de idéias, deveriam ajudar a plantar esta semente para que, através do Supersônico, todos convergissem para Brasília e daqui partissem para o resto da Pátria.

O SR. RAUL BRUNINI — Gostaria imensamente, mas pelo técnica-mente, Brasília hoje não comporta o tipo de avião supersônico e, da mesma forma que V. Exa. não vê como ir à França num supersônico e não descer em Paris, os que vêm de lá não compreendem como não descer no Rio de Janeiro. Não sou eu que o digo; os técnicos é que chegaram a esta conclusão. Não posso responder a V. Exa., cirjo-me ao relatório. É impossível, tecnicamente, em Brasília um supersônico.

O Sr. Lyrio Bertoldi — Para mim tecnicamente o que um avião precisa é de céu. E céu, não em Brasília não se encontra em nenhum lugar. E não há montanhas, não tem nada. Quais são, então, as condições técnicas?

O SR. RAUL BRUNINI — Lamento não poder responder a V. Exa., mas não sou técnico.

O Sr. Lyrio Bertoldi — Fica, então, a pergunta em pé.

O SR. RAUL BRUNINI — Senhor Deputado, estando presente o Depu-

tado Haroldo Veloso, técnico na matéria, gostaria de fazer-lhe uma pergunta não em relação ao assunto do supersônico, mas sobre o aproveitamento e adaptação dos aeroportos da zona amazônica, por exemplo. Segundo informações que tenho para uma aeronave tipo jato não há alternativa num voo daqui a Manaus, pois os aeroportos neste meio caminho não comportariam tipos de aviões como o jato, Avro etc. Gostaria que S. Ex. celerência me informasse e me esclarecesse sobre este ponto.

O Sr. Haroldo Veloso — Pois não, com muito prazer. Deputado Raul Brunini. Inicialmente, desejo reportar-me ao debate anterior. É preciso não esquecer uma coisa: o passageiro não vai onde a gente quer. Ele compra a passagem para onde ele quer ir. Não adianta escolher um

aeroporto num lugar onde o passageiro não vai.

Então, um dos dados básicos é, justamente, o volume de tráfego. Se fizermos um aeroporto em local onde não haja tráfego, os aviões internacionais não irão lá, porque não terão passageiros. Quanto ao problema que V. Exa. citou, de o voo aqui para Manaus não ter alternativa, não é bem essa a verdade. Nenhum avião pode decolar se não tiver um campo de alternativa. O que ocorre, porém, é que não existe, na área próxima de Manaus, aeroporto em condições de receber, como alternativa, esses aviões a jato. A alternativa mais próxima seria Santarém, que não possui grandes condições, não está homologado para aviões a jato apenas para emergência; a outra alternativa é Belém. Assim o avião é obrigado a levar quantidade muito maior de querosene. Com isso, onera-se o custo operacional da viagem.

Como alternativa, sempre se constrói um aeroporto num raio de 100 quilômetros próximo ao aeroporto de destino, mas nunca, também, próximo demais porque as condições meteorológicas seriam, praticamente, as mesmas. Manaus sofre deste problema. A alternativa, hoje, é Belém. Isso, repito, onera muito o custo operacional da viagem.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa. que confirma, realmente, a tese de que o asfaltamento das pistas e o melhoramento dos aeroportos internos do Brasil viriam dar melhores condições técnicas de voo e baratear, sensivelmente, as tarifas do vestidas da aviação.

Sr. Presidente, não quero tomar mais o tempo dos prazados colegas, mesmo porque a seguir deverá ocupar a tribuna o ilustre Deputado Cândido Sampaio, de São Paulo, abordando outro tema da maior importância para este País, qual seja o tráfico e uso de entorpecentes. Quero também chamar a atenção para esse pronunciamento a seguir, agradecendo a atenção dos meus ilustres colegas. (Muito bem. Palmas.)

350

CONGRESSISTA: Raul Brunini
 PROJETO Nº
 Nº
 DC de 2 / 8 164 / CC-2-1A P34044
 LO Nº / do / / /

O SR. RAUL BRUNINI:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, vou ler para que conste dos Anais da Câmara dos Deputados, o despacho do Juiz Federal da Guanabara Senhor Hamilton Leal sobre o caso do jornalista Hélio Fernandes, quanto à suspensão de seus direitos políticos e ao exercício de sua profissão de jornalista.

O Juiz Federal Hamilton Leal, nomeado pelo ex-Presidente Castelo Branco deu um voto, que é uma peça da maior importância e atualidade, em virtude de defender o direito de qualquer cidadão de exercer a sua profissão mesmo com os direitos políticos cassados.

Diz o Juiz Federal da Guanabara Hamilton Leal:

I) Oferece o dr. Procurador da República, denúncia contra Hélio Fernandes e Francisco José Guimarães Padilha, devidamente qualificados em inquérito policial, pelos fatos seguintes: o primeiro, por haver, nos dias 15 e 21 de março do corrente ano, publicado no jornal "Tribuna da Imprensa" dois artigos, de teor e fundo políticos, devidamente assinados, infringindo assim o

art. 16, inciso III, do Ato Institucional nº 2, de 27-10-1965, uma vez que se encontrava com os seus direitos políticos suspensos nos termos dos Atos Institucionais ns. 1 e 3; o segundo, como co-autor das publicações referidas, visto não ter, na qualidade de diretor do referido jornal, impedido o ato apontado como delituoso. No fato em si a denúncia constata "manifestação sobre assunto de natureza política", praticada por quem não podia fazê-lo, e que constitui "verdadeiro desafio às normas constitucionais e legais que lhe vedam a possibilidade de exercer quaisquer atividades ou manifestações" nesse sentido.

II) Como alicerce jurídico da denúncia sustenta o Dr. Procurador da República ser "pacífico", do Império a República, compreenderem os direitos políticos, além do de votar e ser votado, as "manifestações do pensamento", as "de associação", de "reunião etc." para atingir aqueles fins. E, entã, afirma que "os textos constitucionais e legais" denegam e atepunem os brasileiros e estrangeiros que não estando em gozo de seus direitos políticos praticarem tais atividades, participem de partidos "e de manifestações, por meio de imprensa, rádio ou televisão".

III) De fato o Ato Institucional nº 2, de 27-10-1965, no artigo 15, autorizou o Presidente da República a suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos, por prazo determinado, e a cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Em consequência, no art. 16, item III, dispôs que a suspensão de direitos políticos acarretaria, entre outras, "a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política", bem assim, quando necessária a preservação da ordem política e social, que fossem tomadas determinadas medidas de segurança (item IV, alíneas "a" e "c"). Baseado nos dispositivos legais acima foram suspensos os direitos políticos de Hélio Fernandes, ora denunciado. Entretanto, semelhante Ato Institucional número 2, no art. 33, fixou o seu prazo de vigência: até 15 de março de 1967.

IV) Posteriormente, ou seja, a 27 de outubro e 3 de novembro de 1965, com apoio no art. 30 do Ato Institucional nº 2, foram baixados os Atos Complementares ns. 1 e 3, fixando regras processuais para a suspensão de direitos políticos e qualificando, como crime, a infração ao disposto no item III, do art. 16, daquele Ato, isto é, "a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política", cominando pena de 3 meses a um ano de detenção ao transgressor do preceito (art. 1º do Ato Complementar nº 1, de 27 de outubro de 1965). Mas, tais Atos Complementares não se auto-limitaram no tempo, o que quer dizer, deixaram de gerar direito ou ter eficácia quando cessasse aquele donde promanar, ou seja, também, a 15 de março de 1967. É intuitivo e lógico que desaparecendo a lei principal, as que lhe são subsidiária e reguladoras seguem o mesmo destino, não havendo necessidade, nestas, de dispositivo elucidativo do tempo de vigência. Sobretudo, tratand-se como se trata de texto de caráter excepcional, para vigor em tempo excepcional, outro não pode ser o entendimento.

V) A 24 de janeiro de 1967 foi decretada e promulgada, pelo Congresso Nacional, a atual

Constituição do Brasil que, no art. 139, dispôs que a mesma entraria em vigor "no dia 15 de março de 1967", data que coincidia com a fixada pelo Ato Institucional nº 2, para deixar de existir. Mesmo que assim não fosse, a Lei Maior derogaria as de exceção, salvo se a mesma dispusesse em sentido contrário. Assim, conforme atesta S. Exº o Sr. Ministro da Justiça (Flhas 22), na Constituição não se encontra "a resolução contida no item III, do artigo 15, do Ato Complementar nº 2, para quem tenha suspensos seus direitos políticos, nem a possibilidade de, nesse caso, se aplicarem as medidas de segurança estabelecidas no item IV, do mesmo artigo. Ora, se assim é, e de aplicar-se o art. 108 do Código Penal que manda extinguir a punibilidade pela retroatividade da lei (inciso III) "que não mais considere o fato como criminoso". Aloysio de Carvalho Filho, de modo eloquente, elucidou o sentido do texto (Comentários ao Código Penal vol. IV): "... se a não retroatividade da lei penal encontra o seu fundamento na necessidade de garantia a respeito a liberdade dos indivíduos, não deve essa liberdade continuar restringida ou anulada, quando a sociedade não tiver motivos para considerá-lo criminoso o fato a que, antes, cominara pena".

VI) É fora de dúvida que as revoluções, caso uma contingência dos fatos que as geram, criam o seu próprio direito e buscam afirmar no tempo as suas conquistas. A 31 de março nao 1964 a essa regra e, no seu curso, baixou Atos Institucionais, Atos Complementares e Decretos-leis, visando ordenar a coisa pública, tanto na esfera política quanto na administrativa. O Constituinte de 1967, solidário com esse estado de coisas, ao elaborar a Constituição Federal — seguindo, aliás, os passos do de 1934 — buscou preservar a obra do Governo Revolucionário, incluindo nas "Disposições Gerais e Transitórias" (Título V) o artigo 173, onde, de maneira expressa, se aprovam e excluem da apreciação judicial (item 1) os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução d. 31 de março de 1964", bem assim, os praticados "pelo Governo Federal, com base nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964; nº 2, de 27 de outubro de 1965; nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; e nº 4, de 6 de dezembro de 1966, e nos Atos Complementares dos mesmos Atos Institucionais". Ainda: (Item II) "as resoluções das Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de governadores, deputados, prefeitos e vereadores, fundados nos referidos Atos Institucionais". — Mais: (Item III) "os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares referidos no item I". Por fim: (item IV) "As correções que, até 27 de outubro de 1965, hajam iniciado, em decorrência da desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, sobre vencimentos, ajuda de custo e subsídios de componentes d' qualquer dos Poderes da República". Portanto, a aprovação que si se dá, em todos os sentidos, é dos atos do Comando Supremo da Revolução: dos atos do Governo Federal, com base nos Atos Institucionais e Atos Complementares; das resoluções (que atos são) das Assembléias e Câmaras de Vereadores cassando mandatos e impedindo governadores,

deputados, prefeitos e vereadores; dos atos de natureza legislativa; das correções monetárias, que se processavam por meio de atos administrativos. Aprovados tais atos pela Constituinte, não há como contestar, sobre eles o Poder Judiciário se não pode manifestar. Em contrapartida, a 15 de março de 1967, cessou a dinâmica da legislação revolucionária permanecendo de pé só e unicamente os atos dela decorrentes por aprovação constitucional. Ora, o denunciado teve os seus direitos políticos suspensos pelo Governo Federal e esse ato de suspensão foi devidamente aprovado pelo art. 172, inciso I, da Constituição Federal. *O que fez ou praticou daquela data em diante, que anteriormente constituía crime, deixou de existir, pois o Estado de Direito o não ratificou. Se os artigos publicados infringem a lei reguladora da imprensa, outro é o processo, outro o Juízo processante.*

VII) Mas, não se discute, suspensos estão os direitos políticos do denunciado e unicamente eles. Em outros termos, o direito de votar e ser votado, o exercício de qualquer cargo ou função de natureza eminentemente política, o desempenho de missão onde semelhante qualidade se faça sentir como primazia, tudo isso, é-lhe vedado pela circunstância da suspensão. O mesmo se não dá, porém, com os seus direitos individuais... Estes continuam de pé, em pleno vigor, cercando e protegendo a sua personalidade. Profissional da imprensa, sindicalizado como tal, proprietário do jornal, cronista político, esse é o seu meio de vida. Para exercê-lo a Constituição Federal de 1967, no art. 150, § 3º, garante-lhe a "livre manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica", não estando "a prestação de informação sujeita a qualquer censura e suspensão cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer". É uma constante no Direito Constitucional do Brasil e o afastamento da vida política do denunciado nada tem com o exercício de sua profissão. Não se discute o ato que foi aprovado, discute-se, sim, a vigência de um Ato Complementar extinto e, quando não extinto, em completa dissonância com a Constituição Federal, o que vale dizer por ela derogado. Sustentar o oposto, isto é, que os atos de natureza legislativa contrariados pela Constituição permanecem em vigor e se integram em nosso sistema jurídico é o mesmo que afirmar a prevalência da lei de execução sobre o Estatuto Básico, causa que repugna a qualquer interprete. E preciso não esquecer a lição do notável Juiz da Suprema Corte norte-americana, Benjamin Cardozo, para quem uma "Constituição estabelece ou deve estabelecer não regras de direito para o momento que corre, mas princípios para um futuro que se expandirá". Assim, "o juiz, como interprete do sentimento do direito e da ordem da comunidade deve suprir as omissões, corrigir as incertezas e harmonizar os resultados com a justiça, por meio do método da livre decisão". (A Natureza do Processo e A Evolução do Direito; tradução portuguesa, pág. 3 e 46).

VIII) Em conclusão, não havendo crime no ato praticado por Hélio Fernandes, implicitamente, crime não pode existir no procedimento de Francisco José Guimarães Padilha que, como diretor da "Tribuna da Imprensa",

consentiu na publicação dos dois artigos que deram causa a este processo. Sendo assim, nos termos do art. 43, item I, do Código de Processo Penal, é de ser rejeitada a denúncia, pois, segundo doutrina Câmara Leal, "jamais se poderia admitir a ação penal contra o indiciado se o fato que lhe é imputado pela queixa ou denúncia não constitui crime" (A. L. da Câmara Leal; Comentários ao Cód. de Processo Penal; vol. I, pág. 196). Determino o arquivamento do processo.

Recurso do ofício

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1967. — Hamilton Leal, Juiz Federal.

Note-se, Senhor Presidente, que o Senhor Hamilton Leal foi nomeado pelo Presidente Castello Branco, e neste voto, que honra a Justiça brasileira, reconhece o direito de o jornalista exercer sua profissão e condena qualquer ato que tenha por base a legislação, que está perempta, da fase dos atos institucionais, dos atos complementares e dos decretos-leis.

Portanto, pela Justiça Federal, criada pelo Marechal Castello Branco, e por um dos seus mais ilustres representantes, o Juiz da Guanabara, Hamilton Leal, está condenado a este procedimento baseado na legislação revolucionária, que está caduca, está perempta, por se achar em vigor a Constituição de 1967. (Muito bem, Palmas)

en- dos do- isto de- re- re- a po- go- sil- os de no- ade- pe- ada na do por- rito lica- saso a o ora- rre- na- o o- ra- ovo- Os- po- en- in- al-

Regi- Ri- Alun- Alun- Jess- Teot- Ving- P- Ern- Ria- Hun- Jan- Moz- Ped- P- Adm- Alde- se. sind- Ancl- agosto- Bzer- Cid- Dias- Joao- Josia- Maya- Muve- Mou- Pau- Sou- Tab- Al- Cle-

CONGRESSISTA: RAUL BRUNINI
 PROJETO Nº
 Nº
 DC de 3 / 8 / 64 / CD-27-CA Pg 4/15
 ED Nº / de / /

CAMARA
 SENADO

rias a discussão fosse a mais ampla possível, dada a repercussão não só nacional, como internacional dos mesmos.

Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que existe uma anestesia daqueles que representam o poder civil neste País. Quando se esperava que dentro deste recinto os debates estivessem à altura dos assuntos vinculados, assistimos com melancolia a esta apatia, por assim dizer, generalizada dos homens da ARENA, neste bipartidarismo que é uma verdadeira camisa de força imposta aos políticos brasileiros, que quase não se manifestam, pois dependem primeiro da orientação do chefe, que é, por coincidência, o Presidente da República.

A Oposição vai falar, hoje, através do Líder Mário Covas, e vai dar, pela palavra patriótica e brilhante deste jovem político, a dimensão das nossas preocupações.

Nós, Sr. Presidente, abordaremos, como assunto principal do nosso discurso, o confinamento do jornalista Hélio Fernandes, para revelar à Nação, para mostrar aos brasileiros, que aquele crédito de confiança dado ao Marechal Costa e Silva começa a diluir-se.

S. Ex^a havia declarado que as leis de exceção que lhe foram apresentadas pelo então governo Castello Branco não seriam jamais usadas; não permitiria ele, por princípio, a revisão destas leis, mas elas não teriam aplicação.

Não tiveram aplicação enquanto não surgiu o momento oportuno. E este momento surgiu com a morte do ex-Presidente Castello Branco, cujo episódio não quero aqui comentar, mas cuja consequência política primeira foi a violação das leis em vigor, e, principalmente, da Constituição Brasileira, com o confinamento do jornalista Hélio Fernandes, em virtude de um artigo publicado nas páginas da "Tribuna da Imprensa" no dia mesmo da morte do ex-Presidente brasileiro.

Por que Hélio Fernandes escreveu o artigo? Nós, que não queremos entrar no mérito dele, podemos no entanto dizer porquê e justificar a atitude do jornalista.

Carlos Lacerda, num dos textos do extraordinário artigo publicado há dois dias na "Tribuna da Imprensa", diz o seguinte:

"Poucas pessoas terão sido vítimas, neste País, de tamanha injustiça quanto o jornalista Hélio Fernandes. A cassação dos seus direitos políticos foi praticada a frio, uma vingança pessoal que se serviu dos instrumentos da Revolução. Deviam lembrar-se disso os que se apressam a fazer cópia à violência contra ele praticada. Se diante da injustiça se revoltam, têm de reconhecer o direito de revolta de quem foi vítima de injustiça ainda maior.

Qual foi uma dessas injustiças? O jornalista Hélio Fernandes inscreveu-se como candidato a Deputado Federal pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro da Guanabara. Depois de uma extenuante luta judiciária teve o seu direito reconhecido como candidato, no sábado que antecedia à eleição, por decisão do Supremo Tribunal Federal. Pois bem, meia hora após esta liberação da mais alta Corte de Justiça do País, um decreto do então Presidente Castello Branco cassava-lhe os direitos políticos, impedindo-o de assim disputar as eleições, em que a vitória lhe era tranquilamente assegurada. Um ato feroz onde toda a maldade ficou caracterizada naquela atitude de força impedindo que um candidato pudesse disputar as eleições.

Que houve depois do ato do Ministro da Justiça, ou melhor, que havia antes do ato do Sr. Ministro da Justiça confinando Hélio Fernandes na Ilha Fernando de Noronha? Uma

violenta pressão militar sobre o Presidente Costa e Silva. Realmente, o primeiro desejo do Marechal Costa e Silva foi não tomar aquela atitude extrema. E tanto isso é verdade que estranho pareceu a todos quantos se encontravam na Guanabara a súbita viagem do Marechal, que então estava programada, logo após os funerais de Castello Branco; e a sua declaração para que Gama e Silva resolvesse a questão e a declaração do Ministro de que tinha tomado uma providência em favor de Hélio Fernandes, pois que ele se encontrava sob ameaça. Que estranha maneira esta de dar proteção a quem está ameaçado!

Essa decisão do Ministro Gama e Silva é atenuatória a todas as disposições legais vigentes no País. E o Deputado da Oposição, que se encontra na tribuna, quem assim o afirma? Não. Vou recordar-me do recentíssimo despacho do Juiz Federal, da Guanabara, Hamilton Leal, de 3 de Junho passado. É importante recordar que esse Juiz Federal foi nomeado pelo Presidente Castello Branco. O despacho com o qual manda arquivar o processo contra Hélio Fernandes, por ter escrito dois artigos assinados logo após o término do mandato de Castello Branco, isto é, a 15 e 21 de março último, é uma peça que honra a Justiça brasileira e coloca a nu os juristas do Marechal Costa e Silva. O Juiz Hamilton Leal, na sua argumentação, declara, textualmente, que estão peremptos, revogados os atos institucionais, complementares e decretos, isto é, a legislação revolucionária está revogada pela Constituição brasileira.

Diz ele:

"É fora de dúvida que as revoluções, quase uma contingência dos fatos que as geram, criam seu próprio direito e buscam afirmar no tempo suas conquistas. A de 31 de março não fugiu a essa regra e no seu curso baixou atos institucionais, atos complementares e decretos-leis visando ordenar a coisa pública, tanto na esfera política quanto na administrativa.

O constituinte de 1937, solitário em esse estado de coisas, ao elaborar a Constituição Federal, seguiu aliás os passos de 1934, buscou preservar a obra do Governo revolucionário, incluindo nas Disposições Gerais e Transitorias, Título V, o art. 173, onde de maneira expressa se aprovam e excluem da apreciação judicial, item I, os atos praticados pelo comando supremo da revolução de 31 de março, bem assim os praticados pelo Governo Federal, com base nos atos institucionais, os praticados pelas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores onde hajam cassado mandatos eletivos, ou declarando o impedimento de governadores ou de prefeitos".

Portanto, a aprovação que se dá em todos os sentidos é dos atos do Comando Supremo da Revolução, dos atos do Governo Federal com base nos atos institucionais e atos complementares, nas resoluções etc., inclusive de correção monetária.

E diz o seguinte:

"Não se discute, suspensos estão os direitos políticos do denunciado — no caso, Hélio Fernandes — e unicamente eles, os direitos políticos. Em outros termos, o direito de votar e ser votado ou exercício de qualquer cargo ou função de natureza eminentemente política, o desempenho de missão ou posição de semelhante qualidade, se fazem sentir como primazia. Tudo isso é-lhe vedado, pela circunstância da suspensão".

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, durante esse mês de recesso vários assuntos dominaram o cenário político nacional. Dentre eles poderíamos citar os seguintes: a morte do ex-Presidente Castello Branco, o confinamento do jornalista Hélio Fernandes, o debate em torno da política nuclear, a Carta de Brasília, a violação da plataforma submarina brasileira por russos e franceses, a venda de terras brasileiras a americanos.

Esses assuntos, colhidos sem a necessária ordem cronológica, no meu entender prenderam a atenção da opinião pública. E essa mesma opinião pública aguardava ansiosamente a reabertura do Congresso Nacional para que em torno destas maté-

11

Agora, o essencial:

"O mesmo não se dá, porém, com os seus direitos individuais. Estes continuam de pé, em pleno vigor, cercando e protegendo a sua personalidade. Profissional da imprensa, sindicalizado como tal, proprietário de jornal, cronista político, esse é o seu meio de vida. Para exercê-lo, a Constituição Federal de 67, no Art. 150, § 8º, garante-lhe a livre manifestação do pensamento, de convicção política ou filosófica, não estando a prestação de informação sujeita a qualquer censura e respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

Têrmos da lei. Que lei? Das leis em vigor: Lei de Imprensa, Lei de Segurança, que são leis totalitárias, leis autoritárias, leis de exceção mas leis em vigor. Diz êle:

"É uma constante do Direito Constitucional no Brasil que o afastamento da vida pública do denunciado nada tem com a execução, com o exercício da sua profissão".

O Ministro da Justiça sustenta o pósto que sustenta o Ministro da Justiça? Que atos de natureza legislativa contrariados pela Constituição permanecem em vigor e se integram em nosso sistema jurídico. É o mesmo que afirmar a prevalência da lei de exceção sobre o estatuto básico, causa que repugna a qualquer intérprete. É preciso não esquecer a lição do notável Juiz da Suprema Corte norte-americana, Benjamin Cardozo, para quem

"uma constituição estabelece ou deve estabelecer não regras de Direito para o momento que corre, mas principalmente para o futuro que se expandirá. Assim, o juiz como intérprete do sentimento do Direito e da ordem da comunidade deve suprir as omissões, corrigir as incertezas e harmonizar os resultados com a justiça por meio do método da livre decisão".

Sr. Presidente, este pronunciamiento, que traz a chancela do ilustre Juiz Federal da Guanabara, Hamilton Leal, é a condenação do arbitrio praticado, da violência cometida contra o jornalista Hélio Fernandes, que representa também um desrespeito ao estado jurídico vigente neste País.

Este é o crime que se comete hoje contra as liberdades democráticas do Brasil. Não está em jogo a pessoa do jornalista Hélio Fernandes, mas a liberdade individual da Nação. Está em jogo todo o processo democrático, conseguido, a duras penas, pelo povo brasileiro.

O confinamento de Hélio Fernandes em Fernando de Noronha representa a cassação do seu direito de exercer livremente sua profissão, pois em Fernando de Noronha não existe transporte regular do continente. Mesmo que quisesse manter seus artigos e suas notícias, não poderia fazê-lo, pois é impossível o contato permanente e normal entre a Ilha de Fernando de Noronha e o continente brasileiro.

Vê-se, portanto, que, submetido, obrigação pela pressão militar bem entendida, de elementos castelhanos, incrustados no Governo Costa e Silva — cedeu o Ministro Gama e Silva, freguesou o Presidente da República e permitiu que Hélio Fernandes fosse, não confinado, mas realmente preso numa base militar, que é a de Fernando de Noronha.

É contra isto que nos rebelamos e foi, Sr. Presidente, com este espírito que ontem apresentamos a esta Casa um requerimento que contou com a assinatura da esmagadora maioria dos Deputados do MDB que

aqui se encontravam presentes e, para honra nossa, com inúmeras assinaturas de Deputados da ARENA, que reconheceram o direito que tem a Câmara dos Deputados, representando o pensamento da opinião brasileira, de visitar o jornalista Hélio Fernandes, na Ilha de Fernando de Noronha. Creio que esta Câmara não negará sua aprovação a esse requerimento, pois tendo ainda ontem, como manda o bom convívio parlamentar e democrático, mostrado os termos do meu requerimento ao ilustre líder Ernani Sátiro, Sr. Exº nada opôs, não fez qualquer restrição à sua apresentação, e espero que a não restrição aos termos do requerimento se transforme na não restrição à sua aprovação por este plenário.

O Sr. Flores Soares — Nobre Deputado, nesta altura do discurso de V. Exº quero dar a minha impressão à Casa. Dizei desde logo que jamais concederá minha concordância ao artigo tão inoportuno e tão mau do jornalista Hélio Fernandes. Mas o que a Nação precisa saber é que a Nação tem o direito de saber, e se está em plena vigência a Constituição (Muito bem) ou se voltamos aos famigerados Ato Institucional. Recordo V. Exº e à Casa a luta que travamos aqui quando recebemos o Projeto da Constituição. Diz-se então que, ainda que fosse imperfeita, ainda que pudesse merecer as mais acerbas críticas, ninguém poderia deixar de reconhecer que passaríamos a uma nova fase, regulada pela Constituição. Recordo também perante V. Exº e à Casa a luta travada no Capítulo dos direitos individuais. Foi esse um dos cavalos-de-batalha. Pois bem, se alguma coisa se conseguiu para defender na nova Carta política os direitos individuais, é de se perguntar: Isso está ou não em vigor? O Governo tem ou não força para fazer cumprir a Constituição que jurou? (Muito bem.) Esta a tese que defendo, tese que nós todos temos obrigação de defender porque ei de nós se estiver e não em vigor o Ato Institucional nº 2.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exº O caso Hélio Fernandes está na dependência, agora, da Justiça. O que a Nação aguarda, com nervosa expectativa, é o acatamento da decisão judicial.

Há, houve pelo menos, aquela notícia inquietante de que setores das Forças Armadas não concordariam com a decisão da Justiça caso ela fosse ranho de causa a Hélio Fernandes.

O que a Nação aguarda é o pronunciamento da Justiça. Esperamos se prute ela pela dignidade de Hamilton Leal, que nomeado Juiz Federal pelo Governo Castello Branco teve a grandeza de dar um despacho que honra a consciência jurídica e o stile deste País. Creio não fugirá a Justiça brasileira a este exemplo que nos deu o ilustre representante da Justiça Federal na Guanabara, quando disse que não prevalecem mais os Ato Institucionais, que está em vigor a Constituição Brasileira e que, se os artigos publicados infringem a lei reguladora da imprensa, outro é o processo, outro é o juiz processante isto é, outro tinha de ser o procedimento do Ministro da Justiça, que está com a atitude que tomou, comprometendo, seria e perigosamente, o Governo do Marechal Costa e Silva.

Estamos nos instantes de uma decisão da maior importância e gravidade. O Governo Costa e Silva acatará a decisão da Justiça? Houve um pronunciamento do Presidente de que acataria; mas houve também, em sentido contrário, aquela inquietante informação de que setores ponderáveis do castelhanismo militar incrustados no Governo Costa e Silva, não obedeceriam e iriam às últimas conseqüências, caso a Justiça desse ganho de causa a Hélio Fernandes. Se

Costa e Silva capitular diante da pressão militar, desmoralização esta. Mas, ainda esperamos que o velho militar saiba corresponder à confiança de toda a Nação brasileira e prefira aplicar a disciplina militar a aqueles que não queiram concordar com a decisão da Justiça, fazendo prevalecer a autoridade do Chefe da Nação, que não pode ser contestada por aqueles que, embora no desempenho de postos de responsabilidade, lhe devem o respeito hierárquico.

O Sr. Leon Peres — Nobre Deputado Raul Brunini, não desejava abordar o caso do confinamento do jornalista Hélio Fernandes, porque, como V. Exº lembra da tribuna, êle está sub judice. Entretanto, já que diversos oradores, ontem e hoje pela manhã, como agora V. Exº, foram à tribuna para profligar, para invectivar a atitude que o Ministro da Justiça tomou neste caso, sinto-me obrigado a trazer a minha contribuição, para que não pareça aos menos avisados que a liderança do Governo nesta Casa aceita, sem retrucar, as críticas que se fazem ao Ministro Gama e Silva, como se êle houvesse cometido uma arbitrariedade injustificável. V. Exº há de reconhecer que nas Disposições Gerais e Transitórias da atual Constituição esta inscrito que ficam aprovados e excluídos da apreciação judicial não apenas os atos praticados pelo Comando Revolucionário, como V. Exº lembrou, mas — nº III — os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Ato Institucionais e Complementares referidos no item I. Então permita V. Exº uma remissão. O chamado Estatuto dos Cassados, é o que resultou do Ato Complementar nº 1, onde está inscrito: "Art. 1º — § 2º — Se o crime for praticado por meio de imprensa, rádio ou televisão, o responsável pelo órgão de divulgação será também processado e julgado.

Art. 2º — As medidas de segurança previstas no item IV do art. 16 do Ato Institucional nº 2 serão aplicadas pelo Ministro da Justiça, após investigação sumária pelo Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, e submetidas, dentro de 48 horas, à apreciação do Juiz Federal competente, observando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal."

O art. 16 do Ato Institucional número 2, a que faz referência esse artigo que acabei de ler, diz o seguinte: "Art. 16. A suspensão de direitos políticos com base neste Ato e no art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

- I — a cessão de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II — a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III — a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV — a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de frequentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado."

O Ministro da Justiça, Sr. Deputado Raul Brunini, baseou-se nessas disposições da atual Constituição, a que está em vigor.

E como o Sr. Hélio Fernandes é um daqueles atingidos pelo Estatuto dos Cassados, aplicou-se-lhe uma daquelas medidas de segurança previstas no Ato Complementar, que a Constituição diz, para êsse efeito, continuarem a valer. Nem poderia ser de outra maneira. V. Exº há de concordar que seria inócuo que, nas Disposições Gerais e Transitórias, a Cons-

tuição consagrasse o principio de que ficam com validade aquelles atos emanados do comando revolucionario, inclusive os Atoes Institucionais, se, sendo o Sr. Helio Fernandes submetido a um estatuto especial, regido pelo Ato Complementar nº 2, e tendo infringido as disposicoes que levam a sancão, não pudesse contra ele ser applicada sancão alguma. Então, seria, evidentemente, inócuo o dispositivo consagrado na actual Constituição. Não estou absolutamente discutindo com V. Exª a oportunidade ou não da medida, mas quero dizer que tudo em Direito é materia discutível. Portanto, pode ser que entenda diferente o juiz federal que apreciar a materia, mas não se pode dizer que o Ministro Gama e Silva tenha cometido uma arbitrariedade, tenha cometido uma violência, sem qualquer amparo legal. V. Exª há de convir comigo, pela simples leitura dos dispositivos, em que isso não expressa a verdade.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte a V. Exª, mas não concordo com uma palavra sequer que acaba de dizer.

(Getúlio Moura) — O tempo de V. Exª está esgotado há 5 minutos. Portanto, não ha possibilidade de serem concedidos novos apartes.

O Sr. Raul Brunini — Sr. Presidente, dizia ao nobre parteante que já havia feito essa exposiçao quando da leitura do despacho do juiz federal Hamilton Leal. Tenho pelo Deputado Leon Peres a maior amizade, o maior respeito, o maior carinho. Mas, neste caso, fico com o Juiz Hamilton Leal. Se V. Exª estivesse dando esse aparte antes de 15 de março, tudo seria perfeitamente logico. Mas, após 15 de março, em vigor a Constituição brasileira, essa toda essa legislação revolucionaria. O nobre Líder Mário Covas, que occupara a tribuna em seguida desde que meu tempo já está esgotado, terá oportunidade de examinar exaustivamente este aspecto da questão.

Minha presença na tribuna é para, mais uma vez, declarar o nosso inconformismo com a medida do Ministro Gama e Silva, tachá-la mesmo de violencia, arbitrária, e aguardar o pronunciamento da Justiça, que dará, estou certo, mais uma vez, por unanimidade, ganho de causa á posição do jornalista Helio Fernandes.

Sr. Presidente, fecho meu discurso com o artigo do jornalista Carlos Lacerda, intitulado "Reparação, Conciliação e Redenção". (Muito bem, muito bem, Palmas.)

Como fecho do meu discurso vou ler o artigo de Carlos Lacerda:

"Chegado ao Rio, leio o artigo do jornalista Helio Fernandes sobre o Presidente Castello Branco e completo as informações, esparsas e contraditórias, que me chegaram a distancia em que me encontrava.

Sobre o desaparecimento do Marechal Castello Branco já me manifestei. Sobre o artigo de Helio Fernandes, entendo do meu dever dizer o seguinte:

1º Foi inoportuno. Sob certos aspectos, foi severo mas justo. Sob outros, foi injusto e até cruel. Na própria columna do repórte Helio Fernandes, na mesma edição, ele fez justiça á probidade pessoal do Marechal Castello. Falou dizer que nessa vida, que lhe pareceu vazia de todo sentimento generoso e bello, houve um traço de beleza e generosidade, o amor fiel e comovente pela sua falecida mulher; e outro traço impossivel de negar, o seu sentido de autoridade. Se empregou mais essa autoridade, muitas vezes acredito que o tenha feito com sinceridade de propósitos, servida por meios que reprovei no de-

vido tempo. Em resumo: eu não teria escrito esse artigo; e se o fizesse, tentando julgar a vida de um homem no dia de sua morte, não poderia negar-lhe o direito a um julgamento no qual figurassem os argumentos da defesa. Por isto mesmo, pasma que possa haver quem queira condenar, sem julgamento, o autor do artigo.

2º Poucas pessoas terão sido victimas, neste país, de tamanha injustiça quanto o jornalista Helio Fernandes. A cassação dos seus direitos politicos foi praticada a frio, uma vingança pessoal que se serviu dos instrumentos da Revolução. Deviam lembrar-se disso os que se apressam em fazer córa com a violencia contra ele praticada. Se diante da injustiça se revoltam, tem de reconhecer o direito á revolta de quem foi vítima de injustiça ainda maior.

Agora, examinemos os dois aspectos que mais importam a sorte do povo brasileiro, nesse episódio infeliz e perigoso.

A reacção inicial do governo ao artigo de Helio Fernandes nao foi de violencia e arbitrio. Pelo contrario. O Ministro da Justiça chegou a declarar que nao pretendia tomar nenhuma providencia. Sabe-se que o Presidente Costa e Silva não quis autorizar qualquer represália.

Então, de onde surgiu a onda de ameaças que levou o Governo a capitular diante delas? De onde veio a indignação que levou o Governo, pela voz do Ministro Gama e Silva, a apresentar como pretexto para destruir o jornalista a alegação, esta accedida de que o fez para "protegê-lo" contra represalias dos militares?

Fala-se demais, neste episódio em "militares" em geral, envolvendo todos os militares nessa onda. Parece-me não sómente injusta essa generalização, como falsa e, além do mais, perigosa.

Não acredito que a maioria dos oficiais das Forças Armadas e tivesse disposta a empastelar um jornal e sevicier um jornalista, agindo á base de odio, de emocionalismo arrebatado, e incontrollavel, de vingança e de insania. Que seria da sorte de uma facção cujos defensores armados fossem incapazes de controlar suas emoções pessoais?

Acredito, sim, que em todos os setores da opinião pública tenha havido maioria de reprovação ao artigo, sobretudo pela inoportunidade. Daí não se segue que os "militares" — é como se apresenta a intriga — estivessem ou estejam ou venham a estar dispostos a desonrar o Brasil, a fardar que vestem, a sua dignidade de cidadãos cometendo um ato de covardia. Não acredito que alguma pessoa responsável quisesse imitar as "expedições punitivas" que o mundo condena no regime de "Papa Doc" Duvalier, como condenou na Alemanha ao tempo de Hitler e na Rússia ao tempo de Stalin.

Então, de onde surgiu a onda? Indignação natural — repito — deve ter havido. Tão compreensível quanto a do jornalista privado do maior bem de um cidadão, os seus direitos politicos.

O que não compreendo, e acredito que milhões de brasileiros também não, é esse estranho poder que parece querer superpor-se ao Poder que o próprio Exército impôs á Nação. Então já não é contra o governo demandado que o militar se levanta e sim contra o governo militar quando quer respeitar o povo e a lei?

O Presidente Costa e Silva foi impellido pelo Exército ao Congresso, como uma solução para mudar os rumos de uma politica que a maioria do Exército considerou inconveniente á Revolução. Para isto, passou por cima de considerações muito importantes, como o seu direito de escolher o Presidente da República, o seu direito de decisão, em suma. Aceitou o candidato impellido pelo Exército como um preço a pagar para dar começo a um dos objetivos da revolução, o mais importante de todos: restabelecer os direitos democraticos que as Forças Armadas se comprometeram a respeitar e fazer respeitar.

Teria cabimento substituir a coação demagógica pela coação armada? Faz sentido impôr ao Brasil, a essa altura de sua existencia nacional, em vez de paz pela lei, a paz pelo medo? As Forças Armadas existem para defender o povo e não para oprimi-lo. Seus officiais salvo algum caso isolado e patológico, sabem que elas só se fazem respeitadas quando assim se mentem, na posição de quem defende e não de quem suprime no povo o direito que ninguém lhe pode usurpar. Não existe, nem dentro nem fora das Forças Armadas, quem possa meter medo ao povo por muito tempo. E quem o fizer, será julgado, não sómente por um jornalista, mas por todo o povo, não apenas no dia de sua morte, mas enquanto durar a memória de sua passagem pela terra.

O Presidente Costa e Silva havia obtido com a declaração de que não pretendia usar as leis totalitárias baixadas por decretos ditatoriais, uma trégua politica que todo o país respeitou e, mesmo com sacrificio de outras questões não menos importantes, apoiou. A violência do confinamento de Helio Fernandes será o fim dessa trégua? Que interesse pode ter o Presidente Costa e Silva em declarar guerra ao país que o recebeu com indulgência, com expectativa cordial, até com esperança?

O crime pois não aproveita ao Presidente. A quem, então, aproveita? Existem, organizadas, atuantes forças, não ocultas, mas bem claramente presentes na vida brasileira que se apossaram do Poder no governo Castello Branco, por um erro fatal do malogrado Presidente. São estas que têm interesse evidente em criar a crise. Serão elas que estão insuflando a reprovação ao artigo, transformando a reprovação em violência?

Essas forças, utilizando a pura indignação de alguns, visa friamente a enfraquecer o governo Costa e Silva, imprensando-o num dilema:

— Ou Costa e Silva cumpre a decisão da Justiça, restituindo ao jornalista o seu direito de divergir, neste caso pareceria enfraquecer-se perante o Exército, cujo nome é explorado para acutá-lo;

— ou Costa e Silva furta ao exame da Justiça, protela ou de qualquer modo descumpra a sua decisão ou ainda permite que seja afrontada a Justiça. Neste caso será apenas um ditador.

Na primeira hipótese, ele ficaria prisioneiro de uma facção civil e militar. Que facção? Aquela, numerosa, que o levou ao Poder? Não. Exatamente a facção minoritária que não o queria no Poder, mas estava no Poder; a facção que pretendia a continuação do Marechal Castello no Poder, o prosseguimento de uma politica contrária aos interesses funda-



mentais do Brasil, em várias áreas, a começar pela dos direitos democráticos, prolongando-se por outras, como o domínio do Brasil por decisões e interesses estranhos aos povos brasileiros.

Na segunda hipótese, ele seria ditador, sim. Mas, um ditador prisioneiro do grupo que o levasse a submeter-se a esse ato de coação. Seria como aqueles governantes do fim de Roma, impostos pelos seus legionários com a condição de se submeter às imposições de suas legiões. E, neste caso, não geriam nem mesmo legiões, mas partes delas, facções dentro delas.

Estaria, assim, rompida por muitos anos a unidade militar. Estaria tumultuado o processo de democratização e desenvolvimento do Brasil, objetivos supremos e únicos essenciais de uma revolução verdadeiramente patriótica. Teríamos uma ditadura — condicionada, com sentenças que em vez de guardar o Presidente o vigiaríamos.

É notório que existe no país um dispositivo político — e agora vemos que é mais do que simplesmente político — para obrigar o governo Costa e Silva a seguir as orientações e insistir nas mesmas decisões do seu antecessor.

Não é esse dispositivo que está aproveitando o artigo de Hélio Fernandes para "exemplá-lo", para destruir um homem, uma oposição válida e necessária a uma política ferozmente antinacional e deliberadamente antidemocrática? Numa palavra: não nessa violência o propósito de impedir a paz entre os brasileiros, necessária para que eles se unam contra o inimigo comum, que é o atraso, o monstruoso atraso, inclusive intelectual e moral, responsável por toda essa confusão? Quem está por traz dessa indignação dirigida, que utiliza a reprovação de muitos para servir ao interesse de alguns?

Recuso-me a permitir, com o silêncio, que se use a referência aos militares, em geral, como um instrumento de terror. Não lhes tenho medo, a nenhum deles, nem isolada nem coletivamente. Creio que já provei isto quando alguns deles se submetiam a servir de instrumento de coações semelhantes, e encontravam estímulo na solidariedade repugnante de políticos oportunistas. Não lhes tenho medo porque os respeito a mim.

O erro da violência foi cometido. Cada dia do desterro do jornalista é uma parcela de autoridade que o Sr. Costa e Silva perde por parecer que se submeteu à coação a ponto de desterrar o jornalista para "protegê-lo", conforme a estarecedora confissão ou desabafo do Ministro da Justiça. Agora, é preciso corrigir esse erro. Nenhum governo jamais se desonrou por usar na correção dos seus erros a mesma força que empregou para cometê-los, acrescida então de outra, a força moral.

O caminho para a correção do erro é entregar à Justiça, quanto antes, para que ela decida livre e soberanamente, sem coação de nenhuma espécie, nem boatos de coação, nem preparativos de coação nem ameaças abertas nem veladas, a petição dos advogados do jornalista violentamente desterrado.

Quando os verdadeiros revolucionários quiseram obter da Justiça o não reconhecimento da vitória eleitoral de um governador corrupto e corruptor, o Marechal

Castello fê-los engolir a ameaça. Agora, são os seus discípulos que pretendem ameaçar o Marechal Costa e Silva — de que? De desonrá-lo em vida, a pretexto de defender a honra de um morto? Vão, também eles, ser exploradores de um morto para satisfazer a frustração de alguns sobreviventes de seu regime?

Não queira o governo Costa e Silva que o povo faça um paralelo com o que faria o Marechal Castello Branco nesse caso. Pois o Marechal, Castello enquadraria os militares em questão. Se é que tais militares existem, se é que pelo medo e pela cobiça dos comensais do Brasil. Use o Sr. Costa e Silva a sua autoridade de comandante, quero dizer, de Presidente da República.

Assim procede um Presidente. De modo diverso, contemporizando, tergiversando, deixando-se enredar, procedem os ditadores, que não governam de acordo com o povo e sim de acordo com grupos de pressão. Deixe o Presidente os irresponsáveis da política fazerem média à custa da memória do seu antecessor, cujo julgamento já não compete aos jornalistas e sim aos historiadores, e muito menos depende dos homens do que de Deus.

Entregue o caso à Justiça e torne claro a sua disposição de cumprir e fazer cumprir o que ela decidir, o que seria desnecessário se as ameaças não fossem notórias, sem nome de militar nenhum, mas abusando do nome de todos os militares. Se houver recalculantes fique certo de que não é entre os que fizeram a revolução e sim entre os que a traíram, não é entre os patriotas e sim entre os escusos aproveitadores, não é entre os democratas e sim entre os oportunistas da aventura autoritária. Una-os, então, sem violência. Puna-os desprezando a sua tentativa de coação. Puna-os colocando-se ao lado da Justiça e do povo, ao lado da imensa maioria das Forças Armadas, que não existem para vinganças pessoais nem explosões de ódio.

Não demore a reparar o erro cometido. Ainda que houvesse, em todo esse episódio, uma só vítima, e fosse esta o último dos criminosos, sem direito de ser julgado pela Justiça. Na verdade, a esta altura, o erro da publicação do artigo no dia do enterro do Presidente Castello foi superado, e muito, pelo erro muito mais grave de fazer o jogo dos que querem a discórdia entre os brasileiros e a continuação do seu domínio oculto e corruptor, que já durou demais. São esses os interessados em propalar que as Forças Armadas não respeitarão a Justiça, são esses os que fazem constar que "os militares" queriam empastelar a "Tribuna" e seviclar Hélio Fernandes. Para cada um que assim se degradasse, muitos outros existem incapazes sequer de promover à categoria de virtude a covardia; de regra de governo, a violência; de princípio ético, a vingança; de homenagem aos mortos, a brutalização dos vivos. O desterro de Hélio Fernandes é uma ameaça maior ao Governo Costa e Silva do que a Hélio Fernandes. E constitui um escândalo e uma vergonha, precisamente porque só tem por justificativa a força bruta.

É preciso que a Justiça fale logo. E que sua voz seja ouvida, porque há uma vítima clamando por Justiça. E porque, se a Jus-

tiça não falar e, falando, não for respeitada, não será a única vítima. Muitas outras se seguirão. A maior delas será o próprio Marechal Costa e Silva, pois ficaria prisioneiro da violência, da surpresa e da deslealdade.

É o que eu tenho a dizer a quantos tiveram capacidade de controlar seus desequilíbrios emocionais e suas razões pessoais, ou outras, em favor da razão, isto é, da inteligência — inclusive da inteligência política, sem a qual as nações se desgarram como os barcos à batoca.

Acredito que seja este o sentimento da grande maioria dos brasileiros, estarecidos com a notícia de que o governo imposto pelo Exército já não seria obedecido pelo Exército. O que pretendo é apenas mostrar que a violência, o terror e a submissão ao terror e à violência não podem ser os instrumentos para governar uma nação como o Brasil.

Desejo, por último, alertar os militares, para a necessidade de não consentirem que seus nomes — inclusive, com falsidade evidente e suspeitíssimo empenho, envolvendo os da chamada "linha dura" — seja usado na tramada que levou a fazer do erro de um artigo inoportuno, por vezes imposto e até cruel, escrito por quem foi vítima de injustiça e crueldade bem maiores, o caso que inquieta e envergonha o Brasil.

O Sr. Costa e Silva tem agora a oportunidade de escolher entre os seus compromissos com a nação e a pressão dos que não o quiseram no poder e tudo farão para evitar o encontro do povo com a revolução democrática. Os que traíram a revolução não podem agora, depois de traí-la, enxovalhá-la com a violência, a injustiça, a coação. Urge que alguns redimam seus erros para que a nação possa redimir-se de sua submissão a eles."

Era o que desejava dizer. (Muito bem.)

CONGRESSISTA: **RAUL BRUNINI**
 PROJETO Nº **11 / 8 / 64 / CD-8-CG Pg 6**
 Nº **1 / de 1 / 1**
 CAMARA **SENADO**

O SR. RAUL BRUNINI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estamos deixando nos anais desta Casa as notícias sobre o confinamento do jornalista Hélio Fernandes, para que aqueles que nos substituirão no Parlamento tomem conhecimento de uma das maiores ilegalidades praticadas contra as liberdades individuais neste País, bem como, para que, no futuro, não se repitam esses desmandos na vida pública brasileira.

Voltando da sua visita à ilha de Fernando de Noronha, o ex-Governador Carlos Lacerda afirmou, ontem:

“Que o País está sendo vítima de uma “comédia monstruosa”, que tem como personagem principal o Ministro da Justiça, e que “vem sendo dirigida pelos mesmos grupos internacionais que se serviram do Governo Castelo Branco e agora pretendem dominar o do Marechal Costa e Silva”.

Acha o Sr. Carlos Lacerda que essas forças, “de grande poder econômico e capazes de derrubar governos”, querem o Exército dividido e odiado pelo povo, para enraquecer a posição do Presidente da República e obrigá-lo a fazer o que pretendem, dando, ao mesmo tempo, aos militares, uma situação de terroristas, destinada a provocar uma contradição: forças de segurança promovendo a insegurança no País.

O Sr. Carlos Lacerda fez questão de ressaltar que o problema Hélio Fernandes foi criado por civis, aliados a meia dúzia de oficiais, com a finalidade de transformá-lo numa questão puramente militar. Prêso pelo Ministro da Justiça, foi mandado para um presídio militar, sem estar condenado, por tempo indeterminado, contrariando frontalmente a lei. Na Ilha Fernando de Noronha, no entanto, o jornalista confinado vem sendo tratado com respeito pela oficialidade que o convida para reuniões, almoços e jantares íntimos.

Lembrou o Sr. Carlos Lacerda que houve recentemente uma feijoadada, na casa de um dos oficiais, com a presença do Sr. Hélio Fernandes. Mais dois representantes do General Sousa Aguiar, Comandante do IV Exército e defeso do jornalista, estiveram recentemente na Ilha, recomendando às autoridades locais um tratamento humano para o prêso.

— Essas e outras atitudes, algumas até revelando camaradagem — disse — demonstram que a prisão e o confinamento vêm sendo mantidos pelo Ministro da Justiça, um cômico, quando afirma que o jornalista tem liberdade para escrever.

Durante a entrevista coletiva que concedeu na “Tribuna da Imprensa”, meia hora depois de haver chegado ao Rio em avião da Varig procedente do Recife, o Sr. Carlos Lacerda fez uma síntese do que é a Ilha Fernando de Noronha: Território Federal, de três quilômetros de largura por nove de comprimento, com 1.500 habitantes (quase 200 militares), alguns funcionários civis e pescadores, que vivem da venda do peixe aos militares. Com as comunicações telegráficas totalmente controladas e o transporte feito exclusivamente por aviões e navios militares, nada existe de civil na ilha.

E acrescentou:

— Não encontrei em Fernando de Noronha outra coisa a não ser a vida militar. No povoado, onde se destaca o palácio do Governador Costa e Silva (nada tem com a família do Presidente), até a igreja está fechada, porque

o vigário foi transferido para Brasília.

Segundo o ex-Governador, o jornalista Hélio Fernandes está alojado em estabelecimento puramente militar, um dos barracos de emergência para oficiais e funcionários que para ali são transferidos. Os banheiros são de uso coletivo — e não passam de barracos.

Disse que é tão penosa a permanência na ilha, que existe até uma espécie de embaixada em Recife, já conhecida como “Embaixada de Fernando de Noronha”, que dá aos que para ali são transferidos a última impressão de viver em um apartamento.

Considera louvável o esforço que o Governador Costa e Silva tem desenvolvido para tornar a ilha habitável, nos seis anos e meio de sua gestão, que atravessou períodos de diversos governos, inclusive dos Srs. Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

— Isso prova que a ilha-prisão é um território militar. Somente assim se explica por que um Governador consegue manter-se no cargo, com o advento da Revolução, passando por três Presidentes cassados, e que o seu lugar não depende do poder civil. Quem manda ali é o poder militar — disse.

O Sr. Carlos Lacerda fez questão de ressaltar que não é só o jornalista Hélio Fernandes que está confinado na Ilha Fernando de Noronha. No seu entender, há outros confinados, porque a situação dos oficiais que para lá são transferidos não é melhor do que a do Diretor da “Tribuna da Imprensa”.

Acha o Sr. Carlos Lacerda que a Justiça já reconheceu, em parte, que o Ministro Gama e Silva praticou uma violência contra o jornalista Hélio Fernandes, ao receber a punição e que o confinamento seja mandado para outro lugar.

— Além disso — prosseguiu — reconhece a Justiça de 1ª instância que o Ministro afirma que o jornalista pode escrever e continuar exercendo as suas atividades profissionais, se assim o desejar. Todos sabem que ele não tem, em Fernando de Noronha, condições para obter as informações necessárias para continuar publicando a sua coluna. O povo tem razão de sentir intranquilo, porque sabe que a vítima não é apenas o jornalista: o ódio repentino que hoje o atinge visa apenas a atingir uma outra vítima — o Presidente Costa e Silva.

O Sr. Carlos Lacerda considera o caso Hélio Fernandes como uma provocação manobrada por elementos que agem em nome do Exército, “para obrigar-nos a abrir fogo contra o Presidente Costa e Silva”. Isso, porém, nos faz ter cautela, “para não entrar no jogo dessa gente”.

E afirmou:

— O grupo econômico de pressão internacional conta realmente com um punhado de militares que se serviram do Governo passado e que pretendem voltar a dominar no atual. E a prisão de Hélio Fernandes serve apenas de advertência desse grupo a outras pessoas. O caso Hélio é um processo de intimidação de toda a imprensa livre do País, que poderá, a qualquer momento, ver repetido o exemplo de coação.

Manifestou o Sr. Carlos Lacerda o desejo de que o Presidente Costa e Silva, alertado pelas suas palavras, possa reagir às manobras que estão sendo postas em prática.

— Há duas maneiras — prosseguiu — de se dizer isso ao Presidente: a primeira, marcando entrevista; a outra, através do povo. Prefiro a segunda.

Depois de referir-se à Light como uma das forças integrantes do grupo de pressão dos Governos Castelo Branco e Costa e Silva, afirmou que "eles utilizarão todos os pretextos, para tomar, outra vez, conta do País".

— Eles — disse — se consideravam no céu, no Governo Castelo. De repente, foram jogados no purgatório, já que não encontraram sombra no Governo Costa e Silva. Agora, temendo as brasas do inferno, manobram perigosamente para voltar ao céu. E para isso, contam com melancolia de militares e com a subserviência do Ministro da Justiça.

Lembrou, ainda, o perigoso precedente aberto pela Justiça de 1ª instância, cuja decisão não satisfaz a necessidade da Justiça.

— Mas o importante — disse — é que a Justiça reconhece que o Ministro da Justiça cometeu uma injustiça.

Depois de dizer que a Constituição não prevê banimento de ninguém e que domicílio determinado não é o que o Ministro Gama e Silva está pensando, o Sr. Carlos Lacerda considera que a decisão da Justiça deixa claro que os atos institucionais poderão ser aplicados, em qualquer tempo, a qualquer pessoa.

— Espero que a instância superior reforme essa decisão — disse.

O Sr. Carlos Lacerda entende que há possibilidade para guerrilhas no País, provocadas por elementos interessados em obrigar o povo a uma decisão.

— Querem deixar o povo — disse — em um dilema: ou aceita um regime semi-fascista, ou se rebela. O plano é exatamente este: pretende-se levar o Marechal Costa e Silva ao caminho de uma ditadura, que lhes proporcione vida melhor. A decisão do povo, porém, pode gerar uma rebelião.

E concluiu:

— Cabe ao Presidente Costa e Silva tomar uma decisão. É preciso que ele se convença da violência que se está cometendo diante e a custa do seu nome. A exploração do sentimentalismo não cabe, no momento. E aqui vai uma pergunta: eles são sentimentais apenas com os mortos, ou também com as crianças? A carta de Isabela a seu pai, para mim, é muito mais importante do que qualquer discurso de Castelo Branco.

A noite, o Sr. Carlos Lacerda falou através de uma emissora de televisão, repetindo praticamente tudo o que dissera na entrevista coletiva, à tarde. O Sr. Carlos Lacerda não falava na televisão há quase dois anos, quando participou da campanha do Sr. Fleixa Ribeiro a sua sucessão.

Deixo aí, Sr. Presidente, mais esse testemunho do ex-Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, a respeito do caso do jornalista Hélio Fernandes, porque, como muito bem frisou S. Sa., o caso de Hélio Fernandes é exemplo a toda imprensa livre deste País que, de um momento para outro, pode sofrer a mesma violência. Haja vista que, ontem, o Juiz Federal da Guanabara aceitou a tese do Procurador da República de confinamento, mas, ao mesmo tempo em que consentia no confinamento, reconhecia que o jornalista Hélio Fernandes está praticamente desterrado na Ilha Fernando de Noronha, tanto assim que anunciou ir providenciar sua transferência para outra cidade onde

possa exercer sua profissão e prover à sua família.

Veja, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a violência que o Governo Costa e Silva, através desses elementos perturbadores que vieram do Governo Castelo Branco, está praticando contra as liberdades públicas deste País. (Muito bem).

CONGRESSISTA: Raul Brunini

CAMARA
SENADO

PROJETO N°
N°

DC do 19 / 8 / 67 / 08-SF-CM Pg 738
DO N° / do / /

O SR. RAUL BRUNINI: 250

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Congressistas, a discussão desta Mensagem do Poder Executivo teve a grande virtude de permitir o debate democrático, que estava fazendo falta ao Congresso Nacional, isto é, às sessões conjuntas das duas Casas do Poder Legislativo. As sessões do Congresso Nacional vinham transcorrendo em ambiente de pouco interesse, melancólicas, às vezes. A Justiça teve o mérito de proporcionar acesos debates, na noite de hoje, e também a virtude especial de levar quase à ira um dos reconhecidos "santos" desta Casa, no bom sentido, evidentemente — o nobre Deputado Geraldo Freire. (Riso)

Quero declarar, neste instante, Senhor Presidente, que recebi a manifestação de S. Ex^a como último recurso, diante da evidente falta de argumentos para defender a proposta governamental. S. Exa. se irritou diante da impossibilidade de desfazer a argumentação que a Oposição vinha sustentando.

Que sustenta a Oposição? A inconstitucionalidade? Não! Sustenta a Oposição que o Governo não deu os elementos indispensáveis ao esclarecimento do assunto. E quando o nobre Deputado Geraldo Freire sustentou ou trouxe à baila que nós, da Oposição, parecíamos incoerentes, pois estávamos combatendo uma proposição que tinha parecer do relator do MDB, cometeu S. Ex^a equívoco. O parecer do Deputado Ulysses Guimarães é parecer claro, certo, parecer técnico, perfeito. Estamos discutindo e debatendo outro aspecto.

Mas precisamos ir à origem da criação da Justiça Federal. Tive oportunidade de declarar, na Assembleia Legislativa da Guanabara, quando da criação da Justiça Federal, que era o maior panamá da história política brasileira, pois teve o ato do Presidente da República, com as nomeações na Justiça Federal, influência decisiva, em vários Estados, nas eleições que se realizaram para este Congresso.

Já tivemos oportunidade de ver, no episódio da Guanabara, que a Justiça, para ser rápida e eficiente, não necessita de luxuosa instalação. No caso do jornalista Hélio Fernandes, a Justiça Federal agiu rapidamente. Assistimos, antes mesmo de a Justiça Federal ser instalada em todo o País, a prática de atos que não a recomendam, pois, no caso do juiz federal da Guanabara, confirmando a decisão do Ministro da Justiça — o confinamento de Hélio Fernandes — estareceu a Nação. Fato inédito na história política brasileira.

Ainda agora o Sr. Ministro da Justiça, quando tinha nas mãos toda a possibilidade de tranquilizar o País, quanto aos objetivos do Governo Costa e Silva, dá uma decisão, uma vez mais, estribada na pressão das armas, empulando o prazo de sessenta dias para o cumprimento do confinamento do jornalista Hélio Fernandes.

Aquem interessa continuar este ambiente de intranquilidade e de incertezas? Por que continuar com a medida nitidamente impopular, inconstitucional, ilegal?

Cada dia do confinamento do jornalista Hélio Fernandes é um dia de desgaste para o Governo Costa e Silva e cada dia que passa é mais um desmentido daquelas afirmações iniciais do Presidente Costa e Silva de que faria um Governo humano, um Governo mais compreensivo.

Do que vimos, sentimos a mesma intransigência, a mesma insensibilidade do Governo Castello Branco. Afirmava, hoje, e repito — o Governo Costa e Silva vive ainda à sombra da Rebeca.

A Oposição reafirma a sua posição favorável à implantação, o mais rapidamente possível, da Justiça em todo o País, principalmente no nosso caso particular, onde a Justiça na Guanabara está instalada e funcionando.

Embora seja da representação da Guanabara, considero um erro profundo do Governo Costa e Silva esta discriminação. Há, realmente, uma falta de planejamento no Governo Costa e Silva. E o que se sente, em todos os setores da administração federal.

Dizia eu, na pouco, numa sessão da Câmara dos Deputados, que um dos assuntos que mais deveriam preocupar a administração federal essa onda de impressionante contágio da mocidade brasileira, através do tráfico dos entorpecentes, dos psicotrópicos, que é assunto de calamidade pública. Diariamente a imprensa do País divulga fatos estarrecedores; na Guanabara, uma comissão parlamentar de inquérito foi instaurada e está funcionando, e aqui nesta Casa temos a instalação de uma Comissão Especial que está examinando toda a legislação a respeito. O Brasil, fazendo parte da ONU, é integrante, também, nesse organismo, da Comissão que fiscaliza o tráfico de entorpecentes em todo o País, e o Orçamento para 1968 consigna, ou melhor, mantém a verba de pessoal, a verba de vinte e oito mil cruzeiros para repressão ao tráfico de entorpecentes. Nenhuma verba, nenhum centavo para novos investimentos, para planos de prioridade num assunto que é considerado de absoluta segurança nacional porque ligado ao futuro, à geração futura do povo brasileiro. (Palmas.)

Não só neste setor como em vários outros se percebe que há uma improvisação do Governo Costa e Silva. Seu Orçamento-Programa — aliás, já nos declaramos favoráveis aos Orçamentos-Programas — infelizmente não corresponde à realidade da vida brasileira. Esta falta de planejamento, em todos os setores, a Oposição vem denunciando.

No exame do Orçamento da República se revela também que o Governo, podendo resolver, sem qualquer pressão, este assunto, por falta de assessoramento, por falta de planejamento abre uma discussão, abre um debate, quando poderia tranquilamente instalar a Justiça Federal em todo o Brasil, com aplausos unânimes do Congresso Nacional.

O Sr. Haroldo Leon-Peres — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Com prazer.

O Sr. Haroldo Leon-Peres — Nobre Deputado Raul Brunini, esperava ouvir de V. Ex^a qualquer crítica a este Governo, menos que falta a ele planejamento. Por coincidência, o Ministro do Planejamento desse Governo foi quem planejou o Governo Carlos Lacerda na Guanabara, que V. Ex^a com justa razão, admite e proclama como um grande governo naquele Estado.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, há uma expressão na minha terra, no interior de São Paulo, que vários aqui conhecem: V. Ex^a "veio no pio". Justamente. Nesse governo teve um planejamento, mas teve também um executor, uma equipe com autoridade moral, com disposição para trabalhar e interesse para solucionar os problemas. No Governo Costa e Silva, não. Não é ele, nem é equipe civil quem domina, quem governa. Quem governa é o poder militar. Ai está a diferença. Não adiantam mil Hélios Beltrões, porque falta comando, falta unidade. O Governo Costa e Silva, o que sobrava no Governo Carlos Lacerda, graças a Deus. Havia um comandante, havia uma equipe, havia unidade de comando na administração. Esta é a diferença

fundamental. Se V. Ex^a quiser eu aceito, com imenso prazer, a mudança do comandante...

O Sr. Paulo Campos — V. Ex^a permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex^a aborda, de maneira objetiva e correta, a questão grande que falta ao Governo planejamento. Neste caso, é indubitável o acerto da afirmação, porque é inconcebível que um governo planejado possa proceder com tamanha discriminação como procedeu, ao propor a aprovação de um recurso de 3 bilhões de cruzeiros velhos para instalar a justiça federal no Estado mais poderoso do nosso País, onde a justiça federal está instalada. E, se não estivesse instalada, a justiça comum atendendo aos procedimentos de interesse das varas federais teria condições sobejas para dar provimento às coisas de interesse da União. Ora, um governo planejado teria evidentemente, de estudar o problema da distribuição da justiça em todos os Estados do Brasil. Na maioria dos Estados, as condições de funcionamento não só da justiça federal, mas também da justiça comum, são as mais precárias possíveis. Em meu Estado, em Goiás, são as mais difíceis.

Medidas precisam ser adotadas para Goiás, como já reclamaram diversos de seus representantes. Está certa a tese de V. Ex^a: o Governo demonstrou não ter planejamento.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Ex^a. É depoimento de mais um representante de Estado. Ninguém é contra São Paulo. Pelo contrário, todos nós desejamos que o poderoso Estado continue cada vez mais, na sua ascensão. Não se está contra São Paulo, mas se está falando a favor de todos os Estados da Federação.

O Sr. Celso Passos — Deputado Raul Brunini, entendo que, além de planejamento, o que falta a este Governo, no capítulo especial do debate desta noite — a Justiça Federal — como faltou ao Governo anterior, é cumprir a lei que instituiu a Justiça Eleitoral, lei que criou vários cargos de juiz, de juiz substituto, providos aqueles na forma conhecida — por nomeação sem concurso, apenas homologados ou examinados os nomes pelo Senado. Criou também em se tratando de justiça federal, por onde correrão os feitos da Fazenda Pública nacional, os cargos de Procurador da República, que são os advogados da União em exercício nas Varas da Justiça Federal. Ocorre que, naquela lei por iniciativa nossa da Oposição acolhida, na oportunidade, pela maioria, foi incluído dispositivo que exigia, para o provimento dos cargos então criados, de Procurador da República concurso público de títulos e de provas, com prazo estabelecido, dizendo que tais concursos se realizariam dentro de 180 dias. Ora, a lei é de maio de 1966; muito mais de 180 dias já passaram e, até agora, esse dispositivo continua sem cumprimento, sem observância por parte do Governo Federal, não obstante os esforços do eminente Procurador-Geral da República que antecedeu ao atual, Professor Alcino Galazar, ao intentar, por diversas vezes, esforços, tendo feito publicar instruções para a realização daqueles concursos. Mas o que se vê — e esse é um depoimento de um membro do Ministério Público Federal — que se prepara, no Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, uma verdadeira armadilha para se aproveitarem os cargos criados, sem concurso e sem qualquer exigência, naturalmente para os aílhos de S. Ex^a. Portanto é necessário que se instale a Justiça Federal, mas também é necessário que se cumpra a lei, com a prestação de concurso de títulos e provas.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Quando levantei a questão de ordem tão violentamente combatido pelo Ilustre Deputado Geraldo Freire, estranhei a ausência de esclarecimentos no processo. Nas Câmaras Municipais e nas Assembleias dos Estados, repito, este processo não teria tramitação.

Não se declara aqui a maneira por que será feita a compra, se por concorrência pública; não há referência a vitórias no prédio enfim, nada que esclareça perfeitamente os Srs. Congressistas. Diz somente que o prédio fica na Praça da República, está estimado em tantos mil cruzeiros, o que considero insuficiente.

No Estado da Guanabara, inúmeros processos chegaram à Assembleia Legislativa, nos quais o Governo solicitava créditos especiais para a cobertura de determinadas despesas, mas tranquilamente voltavam à origem, porque faltavam os indispensáveis esclarecimentos tal como ocorre com a Mensagem que estamos discutindo.

Não percebi bem, Sr. Presidente, a razão da violência da contradita do Ilustre Deputado Geraldo Freire, porque, em relendo o avulso, não encontro os dados reclamados. Quem é capaz de afirmar que houve concorrência pública se vai haver ou se houve edital? Enfim quem é capaz de me informar? É capaz a liderança do Governo de dizer se realmente houve essa medida normal, legal e moral?!

Estes os pontos que levantei em minha questão de ordem, a fim de melhor esclarecer o assunto.

Senhor Presidente, trazendo a nossa palavra favorável à instalação da Justiça federal em todo o País, lamentamos sinceramente não tenha a Oposição sido compreendida, hoje, por parte dos líderes do Governo. Mas este procedimento não nos surpreende. Creio que o Governo nos encontrará sempre parados para qualquer emergência. Estaremos aqui na defesa intransigente dos nossos pontos de vista. Não fazemos oposição ao povo brasileiro. Temos dado demonstrações da nossa disposição de votar sempre favoravelmente àquelas proposições que interessam ao povo brasileiro mas condenando sempre o processo do Governo, a maneira como deseja obter, desta Casa, os seus projetos. Não será através da violência, através da intransigência que conseguiremos vencer nas batalhas que iremos enfrentar durante estes anos, nesta legislatura. É bom que o Governo saiba que a Oposição está preparada e saberá resistir, pois estamos tranquilamente convictos de que defendendo estas posições, estamos defendendo os mais legítimos interesses populares e também, o próprio erário do Governo.

Esta tem sido a nossa função. A Oposição, aqui, defende o interesse do Governo (muito bem!), pois desejamos que estas medidas sejam votadas depois de amplamente debatidas.

Senhor Presidente creio que na noite de hoje, o Congresso Nacional inicia, nesta nova legislatura, um processo que vai despertar, sem dúvida, o interesse da opinião pública. Estes debates têm que prosseguir, estas discussões são inevitáveis e teremos oportunidade de repeti-las a fim de que o Governo tenha consciência de que, apesar de todas as violências, encontrará uma oposição vigilante, uma oposição que não negará a sua contribuição, mas que lutará com todas as suas forças para que realmente, o povo brasileiro possa sentir que existe aquela facção que representa uma ponderável opinião pública atenta e confiante na conduta dos seus representantes.

Ainda hoje à tarde, na Câmara dos Deputados, o Ilustre Líder da Oposição leu, desta tribuna, a voto do honrado Ministro do Supremo Tribunal Federal, o ex-Deputado Aliomar Baleeiro, o voto que fulminou aquela prepotência governamental de validade dos decretos-leis.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Aleixo) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. RAUL BRUNINI — Já termino, Sr. Presidente.

O voto do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro foi a confirmação da tese sustentada pela Oposição, e tão irresponsável foi que o antigo companheiro da Bancada, hoje Líder do Governo, só teve aquela atitude, que aliás lhe fez justiça, de afirmar que o Governo se curvava diante da decisão da Justiça.

Ele, que fora tão intransigente defensor da medida governamental não pôde ou não quis, ou não encontrou meios para poder contestar, um motivo forte para justificar o voto do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro.

Esta decisão do Supremo reafirma aquele desejo que veio trazer incentivo à luta da Oposição, porque muitas vezes, podemos perder pelo número de votos mas nunca pelo argumento, mas nunca pela decisão acertada das nossas posições e a Justiça, mais cedo ou mais tarde vem dar ganho de causa àquelles casos por nós defendidos.

Portanto, Sr. Presidente hoje foi uma noite de vitória para o Parlamento Brasileiro, primeiro com o voto do Ministro Aliomar Baleeiro dando ganho de causa à tese defendida pela oposição, e na noite de hoje este debate democrático, que veio despertar o Congresso Nacional que estava como que adormecido mas que ganhará, daqui por diante, aquela energia indispensável, razão fundamental da vida brasileira. (Muito bem! Muito bem!)

PLANO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DIÁRIO DO CONGRESSO 19/SET/68

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente há poucos dias, compareceu à Comissão de Transportes desta Casa, por nós convocado, o Sr. Ministro das Comunicações, que apresentou o Plano Nacional de Telecomunicações, assunto ligado estritamente ao projeto que estamos discutindo. Voltarei a ele dentro de alguns instantes.

O Sr. Presidente da República concedeu, sexta-feira última, entrevista coletiva à imprensa, respondendo a uma série de perguntas que lhe foram apresentadas com certa antecedência para que pudesse consultar seus colaboradores e não fosse colhido de surpresa, sem os elementos necessários para pronta resposta. Portanto, foi uma entrevista meditada, pensada, estudada, calma, tranqüila e consciente. Entre outras afirmativas, garantiu que o País já está plenamente democratizado, e o afirmou na presença do Sr. Ministro da Justiça, que ocupava a primeira fila de assistentes, sabendo que há três dias esse mesmo Ministro da Justiça escrevia a palavra de um Deputado Federal, na televisão, o Sr. Rubem Medina, e proibia o programa de outro brasileiro, o Sr. Carlos Lacerda, que falava sobre música popular brasileira em entrevista com artistas nacionais. A Nação está redemocratizada ao estilo de seu dono.

Quando se tocou no assunto da formação dos novos partidos, informou que o remédio estava na Constituição, embora reconhecesse que poderiam ser abrandadas as condi-

ções em vigor. As respostas dadas pelo Sr. Presidente da República, como vem acontecendo como os atos de seu Governo, não se ajustam às ações desse mesmo Governo.

Terei oportunidade de apreciar, de comentar algumas das passagens da entrevista presidencial, pois a Oposição, através de seus líderes, deverá comentá-la próximamente.

Traz-me hoje, à tribuna, o desejo de analisar alguns atos ligados à liberdade de informações no País, seu Código de Telecomunicações e as profundas alterações introduzidas, totalmente, pelo Decreto-lei número 236, baixado ao apagar das luzes do Governo Castello Branco e, agora, reafirmado pelo Governo Costa e Silva.

Se não, vejamos: a conquista do Código Brasileiro de Telecomunicações é uma página que recomenda o Congresso brasileiro. Foram anos de lutas que, afinal, consubstanciaram no referido Código, que é a Lei número 4.177, de agosto de 1962. Esta campanha uniu os radialistas de todo o País numa luta em defesa dos interesses da classe.

Aprovado o Código Brasileiro de Telecomunicações, subiu ele à sanção do então Presidente da República, Sr. João Goulart, que lhe opôs uma série de vetos. Encetou-se, aí, nova batalha no Congresso Nacional, que derrubou todos os vetos do Sr. João Goulart.

Apesar de não concordar in totum com o Código Brasileiro de Telecomunicações, objeto, inclusive, desta CPI cujos trabalhos estamos analisando, achamos que ele trouxe, sem dúvida, vários benefícios para as telecomunicações brasileiras. Quero, rapidamente, destacar alguns pontos para mostrar, depois, a inconformidade do Governo com estas conquistas no setor das informações e a sua intenção de trazer sempre este setor debaixo da sua censura e do seu arbítrio.

O Código Brasileiro de Telecomunicações, por exemplo — e quero chamar a atenção da Casa para este aspecto, pois diz respeito diretamente à independência do Poder Legislativo e da intromissão do Poder Executivo no seu cerceamento — em seu artigo 97, diz claramente:

“Os discursos proferidos no Congresso Nacional, assim como os votos e pareceres dos seus membros, são invioláveis para o efeito de transmissão pelas telecomunicações”.

Parágrafo único. Na vigência do estado de sítio só serão divulgados votos e pareceres expressamente autorizados pela Mesa da Casa a que pertencer o congressista”.

Isto é, mesmo no estado de exceção, no estado de sítio, garantida estava a palavra do Congresso e a sua reprodução nos meios de divulgação, de informação, isto é, rádio, televisão, jornais, etc.

Vem, então, o Governo do Marechal Castello Branco, através do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, isto é, ao apar das luzes, nos últimos dias de governo, e baixa o decreto onde está um artigo que diz o seguinte:

“Art. 3º São revogados os artigos 53 até 99 da Lei nº 4.177, de 27 de agosto de 1962, os quais são substituídos pelos seguintes novos artigos de números 53 a 62”, ...

Incluído o art. 97, que acabo de ler, isto é, a franquia da transmissão de discursos parlamentares pelo rádio e televisão. E o Decreto-lei nº 236 expressamente revoga este dispositivo.

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, que dirige, neste instante, os nossos trabalhos, Deputado Baptista

Ramos se, diante deste decreto, que proíbe, praticamente, a transmissão dos discursos dos congressistas, no rádio e na televisão, foram tomadas medidas para garantir a imunidade parlamentar. Pergunto se a omissão da Presidência da Casa, da Mesa Diretora, não foi a causadora da cassação da palavra do Deputado Rubem Medina, segunda-feira última, nos vídeos da televisão da Guanabara.

Aqui está: “São revogados os arts. 53 a 99.”

E o art. 99, do Código Brasileiro de Telecomunicações diz, claramente, que os discursos proferidos no Congresso, assim como votos e pareceres de seus membros, são invioláveis, para efeito de transmissão pelas televisões, isto é, dando cumprimento ao art. 24 da Constituição, que dispõe:

“Os Deputados e Senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos.”

Estou convencido, hoje, de que a nenhum Deputado ou Senador é garantida a palavra, diante deste Decreto-lei que revogou, expressamente, artigos do Código Brasileiro de Telecomunicações, votado por este Congresso.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado Raul Brunini, V. Exa. está demonstrando, à saciedade, para quem tiver ouvidos para ouvir, que o atual regime implantado no Brasil procura circunscrever não apenas a Oposição, mas o próprio Congresso Nacional, a uma espécie de ghetto.

onde ele fica sem repercutir demais, sem modificar demais, sem alterar coisa alguma. Ele existe, segundo este regime, apenas para contracenar, com vistas à platéia externa.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

(Baptista Ramos) — A Presidência vai responder, dentro de poucos instantes, a V. Exa. Está apenas aguardando cópia do requerimento que enviou à empresa.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a gentileza e a presteza da resposta de V. Exa., pois é assunto importante e há poucos dias tivemos um exemplo: o Deputado Rubem Medina, da bancada do meu Estado, achava-se, no exercício do seu mandato, comentando política nacional num programa de televisão, e teve a sua palavra cassada.

Já soube que o Sr. Presidente Baptista Ramos procurou colher informações e soube também que todos, como se diz na gíria, tiraram o corpo fora”. Então, que autoridade exerceu a coação? A empresa, por sua livre e espontânea vontade? Duvido, Sr. Presidente.

Também o vídeo tape em que o Senhor Carlos Lacerda entrevistava artistas nacionais sobre música popular brasileira teve proibida sua transmissão para os telespectadores da Guanabara, violando-se também o artigo 150, § 2º, da Constituição, que garante a palavra, sem censura, a qualquer brasileiro. Mas o que está na Constituição e nos Códigos é revogado por simples decreto-lei, como acabei de demonstrar.

Outro detalhe da maior importância. O Código Brasileiro de Telecomunicações, no art. 15, criava o Conselho Nacional de Telecomunicações — o CONTEL. Esse Conselho tinha a seguinte constituição: 3 membros indicados, respectivamente, pelos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica; um membro indicado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; 4 membros indicados, respectivamente, pelos Ministérios da

Justiça, da Educação e Cultura, das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio; 3 representantes do Parlamento — vejamos bem, Sr. Deputados — dos três maiores partidos políticos, segundo a respectiva representação na Câmara dos Deputados no início da legislatura, indicados pela direção nacional de cada agremiação. Se os três partidos — vejamos o Congresso aprovou uma lei concreta — estivessem apoiando o Governo, então o partido de menor representação seria substituído pelo maior partido da oposição com representação na Câmara dos Deputados.

Que quis o Congresso? Garantir a representação da Oposição no Conselho Nacional de Telecomunicações. Pois bem, esta representação partidária não mais existe. Este artigo também foi revogado pelo decreto-lei em questão. A Câmara não está mais representada no Conselho Nacional de Telecomunicações. Nem a ARENA, nem o MDB possuem mais representantes no CONTEL. Sabem agora qual a nova composição do Conselho? É a seguinte:

“Representante das Forças Armadas; representantes dos Ministérios da Educação, da Justiça, do Interior, da Indústria e Comércio, do Departamento de Correios e

Telegrafos do DENTEL, da ... EMBRATEL e das concessionárias."

Esses representantes do CONTEL. O representante das Forças Armadas, evidentemente, é um militar. O representante do Ministério da Educação é algum professor, algum intelectual? Não; é um militar. E o representante do Ministério da Justiça algum bacharel? Não; é um militar. E o do Ministério do Interior algum interessado em telecomunicações, um civil? Não; é um militar. O dos Correios e Telégrafos é também um militar; o do DENTEL, um militar; o do EMBRATEL um militar. Só falta agora entrear a representação das concessionárias a alguma general que esteja na direção de alguma empresa particular. Todos os representantes do Conselho Nacional de Telecomunicações são militares; apenas um — a exceção — é civil, sem a menor ligação com o processo de telecomunicações no Brasil. Esta a situação atual desse setor fundamental da vida brasileira, o da telecomunicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — A Presidência interrompe o orador para dar-lhe conhecimento e ao plenário das providências que tomou com referência ao incidente em que esteve envolvido o nobre Deputado Rubem Medina.

As primeiras medidas foram junto às autoridades, e a última junto ao Senhor Coronel Schneider, Superintendente do CONTEL. S. Exa. informou à Presidência, pessoalmente, que não havia partido do CONTEL a suspensão do programa do nobre Deputado Rubem Medina. A seguir, só tínhamos um recurso: entrar em contato com a superintendência da empresa de cujo programa participava o Deputado Rubem Medina, na segunda-feira passada, se não me enganar. Dirigimo-nos, então, ao Superintendente da empresa, nestes termos:

"Sr. Diretor-Superintendente:

Na sessão de hoje da Câmara dos Deputados, o Sr. Deputado Raul Brunini, em questão-de-ordem, comunicou à Presidência que o Sr. Deputado Rubem Medina, em programa de que participava, na segunda-feira próxima passada, nessa estação de televisão, teve repentinamente o programa suspenso, retirado do ar, sem que a direção da empresa desse qualquer explicação ao representante

da Guanabara. Tal fato foi confirmado pelo Deputado Rubem Medina.

"Assim, solicito a V. Sa. apresentar a esta Presidência os motivos pelos quais o referido programa foi suspenso e, caso tenha sido autorizada tal medida, qual a autoridade que a determinou.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. cordiais saudações. Assinado, Deputado Batista Ramos."

Era o que cabia à Presidência. Nada mais. E as providências que competiam a esta Presidência foram tomadas.

O SR. RAUL BRUNINI — Sr. Presidente, agradeço a gentileza, e creio que V. Exa. não poderia realmente passar dos limites que apresenta neste requerimento, ao indagar os motivos e autoridade que determinou aquela supressão do programa. Vamos aguardar agora a resposta do Diretor da Televisão Excelsior, que é o Coronel Leitão, ex-Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública do Governo Castello Branco.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado Raul Brunini, V. Exa. lembrou muito bem que os membros que vêm discutir, inclusive em nome do

CONTEL, em nome da indústria e do comércio, os interesses dos diversos Ministérios, são todos militares. Seria talvez uma sugestão a fazer aos concessionários, que todos eles empregassem como seus diretores principais figuras militares com grau hierárquico superior. Por exemplo, marechais. Há pelo menos 99 marechais em disponibilidade no Exército brasileiro, segundo os cálculos mais recentes, e entre eles poderiam recrutar as empresas concessionárias, no que concerne a rádio e televisão.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço mais um aparte de V. Exa. Continuo demonstrando à Casa que um Decreto-lei alterou, profundamente, um dos diplomas mais importantes no que diz respeito às garantias individuais, às informações e às comunicações no Brasil.

Diz o art. 53 da Lei nº 4.117:

"Constitui abuso, no exercício da liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: a) inefetuar a desobediência às leis ou às decisões judiciais; b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional; etc. etc.

Parágrafo único. Se a divulgação das notícias falsas houver resultado de erro de informação e for objeto de desmentido imediato, a nenhuma penalidade ficará sujeita a concessionária ou permissionária."

Este artigo colocava a concessionária ou permissionária de radiotelecomunicações ao abrigo. Pode-se, às vezes, divulgar uma notícia com todos os foros de verdade, e essa notícia não ser exata. Então, que garantia a Lei votada por esta Câmara? Se fosse imediatamente desmentida a informação, a concessionária nada sofreria, pois o decreto-lei suprimiu o parágrafo único do artigo 53, o que veio comprometer seriamente o aspecto informativo da radiodifusão, que quase sempre está na dependência das agências de notícias, principalmente estrangeiras, em certos setores. Não admitir a existência do erro de informação, quando essa teve origem fora da responsabilidade da emissora, parece-nos submeter as concessionárias e permissionárias ao dilema de não divulgarem uma notícia sem estar absolutamente seguras de sua veracidade, coisa nem sempre

possível, e perder a oportunidade de divulgá-la, — ou divulgar a notícia e serem punidas, ainda quando em seguida houver o desmentido imediato, por ter havido erro de informação. Tal procedimento é absolutamente contrário ao princípio da liberdade de informar, de uma radiodifusão livre como deve ser a brasileira, condição básica do nosso regime democrático. O reconhecimento do erro e sua imediata correção são da própria essência da liberdade com responsabilidade. Parece-nos que essa alteração representa um retrocesso na legislação brasileira. Sem dúvida, essa é a informação e o pensamento de um dos homens mais credenciados, hoje, no setor da radiodifusão, que é o Engenheiro Carlos Schermaa.

Portanto, Sr. Presidente, aquela garantia que tinham os concessionários dos canais de rádio e televisão, de poder desmentir imediatamente uma notícia, foi suprimida para que, não havendo essa possibilidade, qualquer notícia que não fosse verdadeira em toda a sua extensão, tivesse como consequência a cassação da concessão do canal. E aqui, é bom se diga, concessão essa a título precário, sem qualquer garantia àquelles que investem e radiodifusão verdadeiras fortunas, que é o que custa hoje a mon-

tagem de qualquer estação de rádio ou televisão, por menor que seja. Essas garantias que na lei estão expresso e que foram o resultado de um estudo demorado, profundo e meditado durante anos do Congresso Brasileiro, foram modificadas num decreto-lei, ao arrepto da legalidade, ao findar-se o Governo do Marechal Castello Branco, e agora confirmado no Governo do Sr. Marechal Costa e Silva, pois o CONTEL, através de uma reforma que aí está, modifica mais uma vez todo aquele esforço dos legisladores brasileiros em dar um código de telecomunicações que, não sendo o ideal, representou em muito a aspiração daqueles que durante anos se têm sacrificado para dar ao Brasil o que há de melhor nesta matéria.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado Raul Brunini, Exa. teve uma série de considerações muito judiciosas e exatas a propósito deste Projeto de Resolução nº 192, de 1963, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de investigar as causas das deficiências dos sistemas telefônicos em uso e concluir pelas soluções compatíveis com a realidade nacional. Nobre Deputado Raul Brunini, talvez, para corear este esforço da Câmara Federal fosse necessário que, entre as causas da deficiência do sistema telefônico, fosse examinado o problema da censura telefônica. Há censuras aos telefones dos Srs. Deputados, dos Srs. Senadores, dos políticos que estão no poder e fora dele, censura indiscriminada a telefones, praticadas pelo Serviço Nacional de Informações e por órgãos da polícia. Até porque a falta de solução para esse problema da censura telefônica é, evidentemente, incompatível com a realidade nacional, pelo menos com aquela realidade nacional que nós desejamos.

O SR. RAUL BRUNINI — O Senhor Presidente da República informou, em sua entrevista coletiva que o País está redemocratizado. Por redemocratização entendemos a perfeita normalização da vida democrática. E V. Exa. dá agora um exemplo flagrante de violação constitucional ao § 9 do artigo 159:

"São invioláveis as correspondências e os sigilos das comunicações telegráficas e telefônicas."

Portanto, esta censura telefônica hoje fato já corriqueiro na vida brasileira, é uma infração também do texto constitucional.

Sr. Presidente, voltemos às alterações ao Código Brasileiro de Telecomunicações, promovidas pelo Decreto-lei nº 236. A infração do artigo 53 e a reincidência são punidas, pelo Decreto-lei nº 236, com a multa e a mais pesada das penas — a cassação, quando a Lei nº 4.117, neste ponto revogada, punia com multa a infração do art. 53 e sem multa em dobro a reincidência.

Reconhecemos que há, nas faltas catalogadas no item nº 53, uma graduação enorme, que vai desde a propaganda de guerra e a subversão da ordem, até a simples divulgação de notícias que, posteriormente, se verificasse serem falsas. Tal graduação deveria ser também, obviamente, observada nas penalidades. Não é, infelizmente, o que consagra a nova legislação. A punição é única e a mais pesada para todas as infrações do artigo 53, não havendo distinção nem mesmo quando se trata de reincidência, o que, aliás, seria dispensável mencionar, desde que nunca poderá haver reincidência quando a pena é de cassação. O Código Brasileiro de Telecomunicações fazia uma espécie de escada sobre multas, e a pena ia aumentando de acordo com as infrações. O decreto, na primeira infração, dava a autorização de funcionamento das emissoras de rádio e televisão.

III

... E o aspecto totalitário; é a censura brutal, fazendo que todas as emissoras de rádio e televisão no Brasil, hoje, vivam sob o impacto do temor, do medo da censura velada.

Afirmo e desafio contestação. Senhores Deputados. Há hoje, no Brasil, homens que não podem comparecer aos microfones e às câmeras de televisão. E que tenham os parlamentares muito cuidado no que dizem nos programas, pois podem ter, de um momento para outro, a sua palavra cassada, isso garantido por um decreto-lei que suprimiu dispositivo do Código Brasileiro de Telecomunicações que assegurava a inviolabilidade da palavra do parlamentar.

O Sr. Mariano Beck — Quero apenas dar dois exemplos que corroboram o que V. Exa. está afirmando. Há cerca de um mês, mais ou menos, fiz um programa de rádio na cidade de Santa Maria, no meu Estado, Rio Grande do Sul. Logo depois que sai da emissora, lá compareceu o comandante da guarnição federal, ou coisa que o valha, um tenente-coronel ou coronel, e ardeceu a fita onde estavam minhas declarações. Como essa fita tinha sido inutilizada, por motivos que desconheço, foi ele ao jornal da cidade e apreendeu as declarações que, como Deputado, eu havia feito à imprensa daquela cidade. Há poucos dias, meu caro colega, recebi de um amigo que se encontra em Paris, de volta, o envelope de uma carta que lhe havia mandado e que aqui no Brasil foi violada, antes de ser expedida. Chegou o envelope cortado, lacrado e anotado que tinha havido censura. E diz o Presidente Costa e Silva que estamos em plena democracia.

O SR. RAUL BRUNINI — São exemplos que comprovam as palavras que estou pronunciando desta tribuna. Fatos dessa natureza evidenciam que, realmente, há muito ainda a fazer para a normalidade democrática brasileira.

O Sr. Otávio Curuso da Rocha — Permita-me V. Exa. Venho ouvindo com profunda atenção e o maior interesse a exposição de argumentos que V. Exa. efetua. Pedi este aparte com o objetivo de fazer referência a um fato que se vem repetindo ao longo destes anos de Governo dito revolucionário, fato que não tem nenhum respaldo em lei, mas que conforta, se reafirma e se alimenta no espírito de discricionarismo e prepotência que assola a alma dos homens

do Governo, fazendo-os crer que sabem os senhores de todo o País. Refiro-me, nobre Deputado Raul Brunini, ao uso de desviar os aparelhos telefônicos daqueles que sejam adversários ou desalistas políticos. Refiro-me também ao silêncio dos homens que se dizem de bem, mas que se omitem perante o mal e que, de omissão em omissão, vêm, há mais de quatro anos, construindo, dia a dia, não sei se com a sua prudência ou com a sua timidez, os vigamentos de um grande caos social, que arriscam fazer explodir neste País. São pequenas coisas como esta que indicam o espírito de uma época, a alma de um Governo. Ouvi notícias a respeito, e hoje os jornais noticiaram que sábado da semana passada se repetiu em Brasília uma prática a que tantas vezes assisti no Rio Grande do Sul; na casa de Flávio Freitas Tavares foi desligado o aparelho telefônico, como se os serviços públicos já não fossem públicos senão para os correligionários do Governo; como se o Governo não fosse apenas e exclusivamente um administrador da coisa pública mas o senhor do País.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa., que vem corroborar as afirmações que estou fazendo desta tribuna.

Um país se caracteriza pela sua total democratização quando todo o seu sistema jurídico está perfeitamente entrosado e sincronizado com todas as liberdades públicas. A principal característica dos governos fortes é impedir primeiro o acesso aos meios de informações daqueles que lhe fazem oposição. É amortecer a opinião pública; é impedir que esta opinião pública possa conhecer os dois lados da história, as duas faces da moeda; é toldar a opinião pública; é dar-lhe somente uma versão dos fatos. É assim que se conduzem aqueles que têm medo do diálogo democrático. E o fator preponderante é evitar que as vozes contrárias se façam ouvir, que se tome ciência dos argumentos dos opositores. O Governo fala a uma voz; o povo fica impedido de conhecer a verdadeira situação do País.

E hoje, o que vemos é rigorosamente isto, com raras exceções. E quero chamar a atenção da Casa, permitas a manifestação de determinados elementos, mas apenas para fazer a confusão, pois o Governo responde tranquilamente: "Mas como há censura nos programas de rádio e televisão se Fulano, o Deputado A, o Senador B, estão falando periodicamente?" Mas são escolhidas a dedo, são aqueles cujo comparecimento a esses programas de rádio e televisão interessa ao Governo. Os líderes autênticos da oposição, aqueles que têm mensagens autênticas para transmitir ao povo não tem permissão. Senhores Deputados, está na tribuna um homem com quase 30 anos de radiodifusão. Sou um radialista; antes de ser político, sou professionay. Já cheguei várias vezes à minha estação, e não pude usar os meus instrumentos de trabalho. Poderia usá-los, mas sob condições, mas jamais aceitei falar sob condição pois toda vez que ocupei profissionalmente um microfone eu o fiz. Hrs. Aqui vários Deputados me conhecem há longos anos. Sabem S. Exas. que minha voz nunca foi condicionada. Estou, atualmente, fora do exercício da minha profissão, por não concordar em falar sob condição, porquanto sei o que vale a informação, sei o que vale a doutrinação através do rádio e da televisão.

O SR. PRESIDENTE:

(Baptista Ramos) — Lembro ao nobre orador que já falou pelo tempo regimental. Já a Presidência deu prerrogativa, mesmo para ser requisitada, e V. Exa. excedeu o tempo em 10 minutos.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a gentileza de V. Exa. e vou terminar, dizendo que, em boa hora, esta Casa constituiu uma Comissão Especial que está revendo a legislação sobre televisão. Criou-se esta Comissão em face das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a influência do capital estrangeiro na imprensa brasileira, e a nós, que temos a honra de presidir essa Comissão, cumpre resguardar os interesses do nosso País e dar uma legislação isenta de qualquer favoritismo, uma legislação que realmente entregue aos brasileiros os instrumentos indispensáveis ao seu esclarecimento, instrumentos estes que possuem ser usados com toda a liberdade, para a formação da opinião pública do País. Muito bem; muito bem.)

LEU CARTA DE CARLOS LACERDA A JULIO MESQUITA - FRENTE AMPLA

Diário do Congresso de 10/OUT/68

O SR. RAUL BRUNINI:

(Comunicação) — Sr. Presidente vou fazer a leitura de um extraordinário documento firmado pelo ex-Governador Carlos Lacerda, endereçado ao Sr. Júlio de Mesquita Filho, Diretor de "O Estado de São Paulo":

"Meu querido e eminente amigo: Acabo de ler o editorial do "Estado" de hoje, dia 5. Escrevo-lhe antes de conhecer o resultado da reunião que a esta altura deve realizar-se entre os políticos da ARENA e o Presidente da República. Tal reunião, segundo o noticiário confirmado pelo "Estado", destina-se a encarar as soluções a serem propostas pelos cabeças do grupo político que apóia incondicionalmente o governo, para enfrentar em termos políticos, e não meramente policiais, a Frente Ampla que propusemos e criamos.

Segundo noticiado, propõe-se a ARENA a obter do Marechal Costa e Silva providências sobre os seguintes pontos:

1. Reforma Constitucional para o restabelecimento do direito do povo de escolher o governo em eleição direta — conforme o compromisso assumido pelas Forças Armadas com o povo, em 31 de março de 1964, e por elas, depois e até agora, descumprido.

2. Medidas destinadas a devolver aos que vivem de salário o que lhes foi tomado pela inflação, de modo a estabelecer o equilíbrio e restabelecer a Justiça e a Verdade Salarial — tal como se fez com as tarifas de serviços públicos e os lucros do capital, tarifa e lucros ajustados à moeda, enquanto os salários, não. Essas medidas destinam-se, aliás, não somente aos que vivem de salário, por dever de Justiça, mas às próprias empresas, cuja produção depende da capacidade aquisitiva da massa de consumidores, gravemente atingida pelo desfalque em seus salários.

3. Preparação do País para a volta ao Poder Civil, juridicamente e democraticamente constituído, com o restabelecimento da lei, do direito de defesa, das normas democráticas de governo da maioria e respeito ao esforço da minoria para se transformar em maioria, único meio eficaz de instaurar e manter, ao mesmo tempo, a ordem e a liberdade.

Temor

Não sei se isto é o que será realmente proposto e menos ainda posso adivinhar se isto será aceito. Temo que as preocupações sejam bem diversas e, de acordo com os precedentes, apenas se cogite de abrir a administração ao baixo eleitoralismo e à barganha da politicagem, como preço de sua mobilização contra o movimento popular, que é a Frente Ampla.

Mas não quero que falte a essa tentativa a nossa contribuição. O propósito que me levou a contribuir para a formação da Frente Ampla seria atendido, no preliminar e essencial, se tais medidas fossem de fato propostas por quem quer que seja e de fato aceitas pelo Marechal Costa e Silva. O

resto dependeria do pronunciamento da maioria, em eleições regulares, em debates a serem abertos e aceitos livremente, legalmente, soberanamente, pelas entidades políticas, culturais, empresariais operárias, estudantis, pela Universidade pela Imprensa, Rádio e Televisão, livres de influências estranhas ao Brasil.

Os objetivos fundamentais da Frente Ampla não se limitam aos pontos acima. Temos também, em vista, outros, igualmente respeitáveis. Mas são o desenvolvimento natural desses que condicionam todos os demais.

Se a ARENA propuser ao Governo, que ela apóia incondicionalmente, medidas de interesse nacional, coincidentes — como é fácil comprovar — com os propósitos da Frente Ampla, enunciados em seu manifesto inicial e nas notas dos encontros de Lisboa e de Montevideu, restará apenas ver comprovadas essa intenção da direção da ARENA. E, claro, conhecer a decisão que sobre tais propostas tomará o Presidente da República.

A fim de facilitar a proposta da ARENA e a decisão do Marechal Costa e Silva, rogo-lhe seja o portador e o fiador da seguinte declaração:

— Se a ARENA realmente propuser as medidas acima enunciadas e se o Presidente da República, em seu nome e no das Forças Armadas, que detêm o Poder, comprometer-se publicamente com o povo a adotar tais medidas — a eleição direta, pelo voto secreto e livre, o ajuste real de salários à desvalorização da moeda e ao custo da vida, a reavaliação do País pela cessação da evasão e do arbitrio, considerarei encerrada minha missão na Frente Ampla e, em geral, na vida pública.

Objetivo

Não ambiciono mais do que cumprir até o fim o meu dever. A participação que tive, e não renego, em vários episódios da revolução brasileira, e que me obriga, precisamente, a lutar para que o mais recente, o de 1964, não seja uma imposição e um pretexto para lançar o País num regime degradante e protestado, como o que resultou do golpe de 1964.

Uma vez que esse erro seja revisito, restabelecidas no Brasil as garantias do cidadão, o direito de defesa, o direito de voto, o direito ao trabalho e a salário adequado; criadas, em suma, as condições básicas para a paz social e o esforço de mobilização nacional para o desenvolvimento, deo-me por satisfeito. Nada mais terei a cobrar de quem quer que seja. Nem mesmo gratidão, pois nada fiz por ninguém, senão — errado ou certo — pelo País.

Peco transmitir ao Governo esta proposta que, em caráter pessoal, formulo, sem sequer consultar — para não constangê-los — os demais componentes da Frente Ampla, que de nenhum modo ficam obrigados por esta decisão. Formulem, a ARENA e o MDE, estas

propostas ao Governo de cujo regime pronamam tais entidades políticas, e aceite o Governo tais propostas, acima definidas, poderei deixar, como foi minha intenção, a vida pública. Deixo-a a quem saiba prever melhor e prover com mais visto e cuidado, o futuro deste País. Não falta quem saiba e quem queira.

Considerarei vitorioso o essencial que me propus a realizar com a Frente Ampla. E portanto cumprida a minha missão. O propósito que me levou à Frente Ampla.

Resumo:

1. Voto direto e livre.
2. Restabelecimento da lei livremente votada e conscientemente respiciada.
3. Ajuste de salários ao custo da vida e à desvalorização da moeda.
4. Medidas concretas de pacificação nacional para a união do povo no esforço do desenvolvimento.

Eis o preço que cobro para sair do caminho. Sei que não valho tanto. Mas o Brasil, o seu futuro, o seu povo, a sua juventude valem isto e muito mais.

Seus serviços à democracia e à Nação, sua insuspeita posição contrária à Frente Ampla, mas igualmente contrária ao regime de arbitrio e de usurpação que se estabeleceu no País, além do apreço pessoal que lhe tenho, e dos antecedentes que me autorizam a confiar em que não me recusará a honra de ser o fiador desta declaração, autorizam-me a fazê-lo portador desta proposta. Aproveito a oportunidade para ver noticiado que a direção da ARENA quer propor ao Presidente, para combater à Frente Ampla, exatamente o que a Frente Ampla propôs ao povo.

Se o noticiado for verdadeiro, tanto melhor. Se mais uma vez se houver mentido ao povo, continuaremos nosso esforço, aliando-nos com quem quer que seja, a favor do Brasil, e contra tudo o que hoje e não ontem, hoje e não anteontem, ameaça o futuro da grande Nação com que sonhamos e que há-de ser construída, quaisquer que sejam os nossos sacrifícios.

Tem o meu ilustre amigo o direito de divulgar esta carta, pela forma que entender.

Com o apreço que bem sabe, a amizade de

Carlos Lacerda".

Esta, a carta que o Jornalista e ex-Governador enviou ao Diretor de "O Estado de São Paulo" Sr. Júlio de Mesquita Filho, que, por sua vez, faz um comentário preliminar extraordinário, diante das palavras do Sr. Carlos Lacerda. A carta foi enviada antes da reunião da ARENA. Sabemos como foi essa reunião. Portanto, o Sr. Carlos Lacerda continuará na Frente Ampla, que é um movimento democrático, um movimento pacífico, como está retratado na carta. Se o Governo der eleições diretas, se o Governo der salários condignos ao trabalhador e vencimentos justos aos funcionários civis e militares, como realmente merecem; se o Governo terminar com a coação e devolver a plena liberdade ao País, a Frente Ampla estará, perfeitamente satisfeita. (Muito bem.)

CRÍTICAS AO GOVERNO POR NÃO DESEJAR DEBATES SOBRE ~~DEBATES~~ MUDANÇAS
NA CONSTITUIÇÃO - DIÁRIO DO CONGRESSO DE 14/NOV/68

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas confesso uma profunda decepção na noite de hoje. Esperava que o Congresso pudesse oferecer, principalmente aos mais novos, um espetáculo de civismo que traduzisse o que realmente vai por este País na alma do povo brasileiro.

Inútil querer o Congresso fingir-se de surdo aos rumores da opinião pública. Hoje, neste País, o povo deseja, mais do que nunca, a volta de seu direito de escolher livremente os seus governantes. E vejo melancolicamente que não se travará um debate neste plenário. Vejo, pela palavra do próprio Presidente do Congresso brasileiro, que o Partido do Governo não inscreveu oradores. Não há discussão em torno desta matéria. O Governo não está interessado na discussão desta matéria. Cabe a nós, da Oposição, o dever de falar ao povo brasileiro. Cabe a nós, da Oposição, este dever sagrado de levar ao povo ainda uma palavra de esperança, pois, se dependesse do Governo, cairia sobre este País o silêncio absoluto.

O Sr. Josaphat Marinho — Vossa Excelência diz bem que, apesar do silêncio da maioria, o dever da Oposição é o de criticar, defendendo a eleição direta. Assinala-se, porém, ainda uma vez, que, quando na apreciação de um assunto como este a Oposição não tem com quem travar diálogo, o monólogo que se verifica bem retrata o descolorido do regime.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o oportuno aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Alceu de Carvalho — Nobre Deputado, concordo com V. Exa. na tese que sustenta quanto ao mérito da matéria, mas discordo de Vossa Excelência e acho até que V. Exa. está sendo bastante injusto, porque o Governo, através de um de seus grandes representantes, numa das Casas do Parlamento, o nobre Senador Carvalho Pinto tem debatido muito a questão. Todos os jornais noticiam a sua posição. E' inexplicável a ausência de S. Exa. neste momento.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Alceu de Carvalho, confesso a V. Exa. que o faço na melhor das intenções. Eu esperava também, na noite de hoje, uma palavra sobre este assunto, de líderes e companheiros da ARENA, Deputados e Senadores, mas especialmente do Senador Carvalho Pinto, que é incontestavelmente, um líder nacional. Tinha aqui comigo uma leve esperança de que S. Exa. marcaria hoje uma posição de vanguarda no esquema governista.

O Sr. Alceu Carvalho — E de coerência com aquilo que foi dito nos palanques, durante a campanha.

O SR. RAUL BRUNINI — Iria lembrar esse fato. E creio que Sua Excelência — sem querer entrar na decisão desse eminente brasileiro — em não participando deste debate, causa uma grande decepção àqueles que aguardavam esta oportunidade para ouvir do ex-governador paulista uma palavra de definição, uma palavra de decisão, uma palavra de orientação àqueles que vêem nesse homem público uma das mais sérias personalidades da vida política brasileira. Eu, pessoalmente, confesso uma frustração muito grande, na noite de hoje, pois esperava que S. Exa. formasse sem qualquer hostilidade ao Governo, ao lado daqueles que defendem a participação do povo na decisão das urnas livres, para escolha de todos os homens públicos, desde o Vereador ao Presidente da República.

Gostaria, também, de tratar deste assunto, na defesa de teses, na defesa de princípios. Mas, a conquistadores do poder pela violência não se deve falar a linguagem das teorias, que não os comove, e, sim, a dos fatos, que podem maltratar mas são sempre verdadeiros. E vou enumerá-los, pois minha presença na tribuna há de ser objetiva, clara, falando eu diretamente aquela linguagem que o povo está acostumado a ouvir, e deixando aos meus eminentes colegas do MDB, juristas e professores, o encaminhamento desta matéria pelo ângulo constitucional, teórico, legal etc.

A mim, nesta oportunidade, agrada mais a linguagem dos fatos, quero que a Casa lembre estas palavras para verificar a subversão dos compromissos e a negação da palavra empenhada:

“Espero também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros, e o sentimento da gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciarse o ano de 1968, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro.”

Estas palavras, ditas num período de maior gravidade do que o atual, o mais grave e mais sério compromisso com a Nação, são do ex-Presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. São palavras que o povo não esquece, mas que infelizmente muitos políticos, já esqueceram.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Vai V. Exa. desmentir estas palavras? Permito-me dizer-lhe que, se Vossa Excelência for justificá-las, não darei o aparte, porque estou citando fatos, palavras de quem tinha um compromisso moral com a Nação brasileira, num momento muito mais difícil do que o atual, pois estávamos ainda sob o crepitar dos efeitos de uma Revolução. Ainda não eram passados anos.

O Sr. Benedito Ferreira — Vossa Excelência nega-me o aparte, mas sei...

O SR. RAUL BRUNINI — Não estou negando, estou cedendo.

O Sr. Benedito Ferreira — Então, agradeço a sua generosidade, que fez com que recuasse da primeira posição. V. Exa. clama pela participação do povo. E o caso de perguntar-se: quando foi o povo ouvido no processo eleitoral anterior? Não sejamos hipócritas, Deputado Raul Brunini. Ninguém ignora, a Nação brasileira está suficientemente amadurecida para saber que sempre foram as lideranças, sempre foram os líderes que escolheram entre si, neste ou naquele partido, o mais indicado para ser Presidente da República. O povo simplesmente vota, mas a escolha sempre coube às cúpulas partidárias. Vê V. Exa. que, hoje, o Congresso, a Câmara e o Senado substituíram a cúpula partidária, na escolha daquele que será o candidato e, conseqüentemente, o Presidente da República. Não vejo por que Vossa Excelência e outros oradores invocaram a presença da ARENA na tribuna. Não há por quê. A ARENA, com a responsabilidade que tem perante a opinião pública nacional, Casa, não deve e não tem por que discutir o óbvio. Dai a razão da ausência da liderança da ARENA na tribuna. Quero crer que posso encerrar por aqui. Agradeço a Vossa Excelência a sua paciência.

O SR. RAUL BRUNINI — Noorê Deputado, pela amizade que me liga a V. Exa., dispense-me de responder ao seu aparte. O aparte não faz justiça à inteligência de V. Exa. Não quero magoá-lo com minha resposta. (Muito bem.)

Mas estas palavras do ilustre ex-Presidente Castello Branco têm, por assim dizer, uma seqüência no plano internacional. Não só ele afirmava ao seu povo, ao Brasil, que passaria o poder ao seu sucessor, eleito legitimamente pelo povo em eleições livres, como também, em nome do povo brasileiro teve estas palavras:

“O governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da vitória do Senador Eduardo Frey, que veio demonstrar que o povo do Chile, para realizar as reformas que deseja, escolhe o caminho das urnas e repele o da subversão”.

O Sr. Alceu de Carvalho — Foi para uso externo.

O SR. RAUL BRUNINI — Foi para uso externo e para uso interno, receita para todos os gostos.

E por isto que, neste instante, a Nação precisa saber que a Oposição está sustentando princípios dos quais não pode abdicar. A Nação não pode trair a esperança do povo brasileiro, pois traída ela já foi uma vez.

O Sr. Milton Reis — Nobre Deputado, além dos argumentos expendidos por V. Exa. e pelos outros companheiros do MDB a favor da eleição direta para Presidente da República, eu me permitira aduzir ainda outro, qual seja o de que num regime presidencialista a votação indireta conduz fatalmente à hipertrofia do Poder Executivo. Veja Vossa Excelência a prática atual. Além de todos esses argumentos, ainda há esse, de que o Poder Legislativo e o Judiciário ficam atrofiados, sem a participação do povo indo diretamente às urnas, lá votando, escolhendo seus candidatos. Disse o nobre Deputado Benedito Ferreira, ao apoiar Vossa Excelência, que eram as convenções partidárias que escolhiam os candidatos e, portanto, nós outros é que igualmente iríamos escolher.

O Sr. Benedito Ferreira — Os delegados do povo.

O Sr. Milton Reis — Concordo. Sabemos que nas convenções partidárias são os municípios que também se acham representados na escolha dos candidatos. Vêm das pequenas convenções às convenções regionais, depois às convenções nacionais, para escolha dos candidatos. E o povo participando diretamente dessa escolha. A prática republicana demonstra que, se se pretende o regime presidencialista com eleição indireta, melhor seria que o transformassem em parlamentarista. Não concordo com eleição indireta em regime presidencialista, que só nos conduz fatalmente à hipertrofia do Poder Executivo.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradecido pelo aparte de V. Exa.

O Sr. Mathews Schmidt — Acho que o nosso prezado companheiro de representação na Câmara dos Deputados, Deputado Benedito Ferreira, se esqueceu de fazer uma referência toda gentil à hipocrisia do Governo, porque eleição indireta serve para o Governo que conta com maioria na Câmara e no Senado e tem condições de tranquilamente fazer um Presidente da República que lá fora não faria. Isso é hipocrisia, como hipocrisia do Governo é a incoerência dos seus líderes, que no passado mantinham uma posição que hoje modificaram. Essa a hipocrisia que deve ser conhecida do nosso prezado companheiro da Câmara dos Deputados.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero tomar mais o tempo do plenário, mesmo porque já dizia um antigo companheiro nosso de pralido que a Maioria, ao ouvir um discurso, pode convencer-se dos argumentos, mas não se convencerá a ponto de mudar seu voto. O voto já foi sacramentado pela Maioria.

O Sr. Josaphat Marinho — Vossa Excelência faz bem em estar na tribuna defendendo a eleição direta. Quando o faz, não cumpre apenas o dever de representante do MDB. V. Exa. também cobra da Revolução compromisso a que ela está fugindo. E, assim fazendo, V. Exa. caracteriza muito o sepulcro caído.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte. V. Exa. diz muito bem que cobro os compromissos da Revolução. Não quero, nem há necessidade disso, lembrar a esta Casa a nossa insignificante participação no movimento de 31 de março. Estou coerente com aquela minha atitude e com aqueles que divergiram, pois o objetivo não era este resultado que estamos observando. Temos uma grande autoridade para divergir daqueles que estiveram conosco, naquela oportunidade, porque quando intervimos e participamos daquele

momento foi para defender justamente estes pontos que hoje na Oposição defendemos. Estamos rigorosamente coerentes com a nossa pregação. E veja a Casa que, antes de 1945, o ex-Deputado Pedro Aleixo, hoje Vice-Presidente da República e Presidente deste Congresso, concordava com estas palavras; das quais creio que S. Exa. se recorda:

“Será isso um esbuiho do povo. Ter-me-ao arrebatado a prerrogativa sabidamente de eleger por si, e não por mandatários, o Chefe da Nação. Em nossos círculos de cultura sempre se considerou a eleição indireta como prejudicial ao escopo representativo e como imperfeita aos fins democráticos”.

(Muito bem).

V. Exa. se recorda, ilustre Presidente — não sei se o Deputado Benedito Ferreira naquela oportunidade já dizia, como nós, nesses mesmos ideais — são palavras ao Brigadeiro Eduardo Gomes, (palmás) com quem lutamos e que acompanhamos nas suas disputas, mas que jogou por terra e que maculou quase todo seu passado, ao colocar a sua cunha num Partido que trouxe para a vida pública brasileira esta incoerência, nobre Deputado. Esta a história que precisa ficar na consciência dos homens públicos. E ele não fica só nas suas palavras. Vai buscar a palavra do Mestre, Rui Barbosa, citando, nesse discurso feito aos advogados do Brasil em 1945, que em 1874 vituperava Rui em uma petição à Câmara Geral do Império:

“A grande causa da corrupção eleitoral em nosso País é incontestavelmente o sufrágio indireto, instituição que na atualidade tem sido rejeitada em todas as nações cuja organização política é digna de servir para modelo a povos livres”.

O sufrágio indireto furta ao País, repito, Deputado Benedito Ferreira, o direito de nomear efetivamente os seus representantes.

Em 1945, o Brigadeiro dizia essas palavras. Em 1945, eu estava ao seu lado, como em 1950 estive ao seu lado, como em 1954 estive ao seu lado, mas não pude estar quando assinou o ato que extinguiu o nosso partido, porque era a bandeira daqueles que lutaram nos cárceres, que enfrentaram todos os sacrifícios para dar ao povo o direito sagrado de escolher em eleições livres os seus governantes.

E nesta mesma posição em que nos encontramos, porque esta é a posição ditada pela nossa consciência. E hoje, na Oposição, hoje, no BDM, sustentamos aquelas mesmas idéias que nos trouxeram à vida pública. (Muito bem; muito bem. Palmás. O orador é cumprimentado.)

CONGRESSISTA: RAUL BRUNINI
PROJETO Nº
Nº
C de 28/11/67, CD-SECOM Pg 2245
O Nº 1 de 1.1

CAMARA
SENADO

Análise crise
Civil criada por elementos militares
que tentam sucumbir ao
fideliza-los

popular e na sua prerrogativa constitucional, exerceu o seu dever e o seu direito, dando ao Executivo os instrumentos indispensáveis para uma obra administrativa. São 75 documentos, 75 proposições, enviadas até o dia 15 deste mês a este Congresso, todas as quais têm uma importância, das quais somente cinco não foram objeto de deliberação. Vejam bem, de uma remessa de 75 proposições, por decorrência de prazo o Congresso somente deu para examinar cinco.

Isto significa que o Poder Legislativo, integrante que é do Poder da União, cumpriu rigorosa e patrioticamente o seu dever.

Ainda, a inação que se faz, através dos órgãos de divulgação, de que o Governo não consegue executar um plano de governo por causa do entrave político, não tem a menor razão e o menor fundamento, pois a Câmara dos Deputados, dentro das suas falhas e dos seus defeitos, não deixou de cumprir exata, rigorosamente e constitucionalmente, com o seu dever.

Se o Poder Executivo encontra dificuldades na gerência da coisa pública, deve buscar outros setores e deve examinar atentamente o motivo dessa falha do sistema de governo. Não podemos ser culpados e expostos perante a opinião pública como um órgão que não tenha cumprido com seus deveres. É preciso se diga, para que o povo saiba, que o Poder Legislativo, apesar de todas as dificuldades que encontra para exercer suas prerrogativas, tem feito um trabalho eloquente e digno, o qual, infelizmente, não tem tido a merecida divulgação.

O Sr. Feliciano Figueiredo — Nobre Deputado, o discurso que V. Exa. proferiu constitui um exame oportuno e perfeito do que tem sido a ação do Poder Legislativo. E torna-se ainda mais oportuno, quando observamos que o Governo, que tem um aparato de censura tremendamente silencioso e dispõe de tantos elementos compulsórios e compulsivos para silenciar as críticas a seus atos, libera e consente que se exiba, como é do nosso conhecimento, num festival de cinema em plena Capital da República, um filme aviltante ao Congresso Nacional, um filme que pretende diminuir moralmente o deputado federal. Por aí V. Exa. há de ver quanto seu discurso e oportuno, não só pelos esclarecimentos que vai levar à opinião pública, como também por demonstrar que as falhas existentes na administração pública não são do Congresso Nacional.

O Sr. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, este assunto já foi hoje objeto de discurso de um Deputado do Governo. A mim não faz qualquer mal o filme de críticas a um deputado federal. E nem nos devemos preocupar com isto. A censura não cabe ao Poder Legislativo. Se o filme ofende a dignidade do Parlamento, o Poder Executivo, através da sua censura, é que deveria zelar pelo bom nome dos Poderes que compõem a União. Se a censura liberou o filme, deixe-o passar, porque não será uma caricatura que irá influir na opinião popular sobre o trabalho legislativo. O trabalho legislativo está aqui documentado. Quando o Governo alega que conseguiu alcançar tal ou qual objetivo, isso deve às leis que aprovamos neste plenário. Dessas 75 mensagens, estão excluídas as que solicitam crédito, pois, o povo precisa saber que, quando o Governo envia uma mensagem de crédito, ela nunca vem à discussão. Não, da Oposição, principalmente, fazemos questão de que sempre está a atitude nossa, qual seja, a de dar ao Governo os instrumentos indispensáveis, para depois termos a autoridade moral de vir à tribuna e exigir os trabalhos não prestados.

Isto estamos fazendo, agora, carregados de razão, de cabana alta, alva: cobrar do Poder Executivo o plano de governo, a sua tarefa admi-

nistrativa, porque a Câmara precisa passar à ofensiva. Não podemos ficar eternamente sujeitos a ataques de toda ordem, partidos de todas as direções, e somente a observá-los. Não, precisamos passar à ofensiva. Precisamos dizer à Nação que o Poder Legislativo, repito, com falhas e defeitos, é dos Poderes aquele que mais tem contribuído com sua parcela para o desenvolvimento do País.

O Sr. Ultimo de Carvalho — Deputado Raul Brunini, V. Exa. nesta hora, recebe os melhores aplausos desta Casa pela defesa que está fazendo de nossa instituição, o Congresso Nacional. Não fosse já preeminente a posição de V. Exa. no meio de seus colegas, e hoje, V. Exa. a teria assegurada, porque traz à tribuna assunto que diz respeito mais com os interesses do regime do que propriamente com os das nossas pessoas. Mas, em defendendo a Câmara e o Congresso Nacional, estou certo de que V. Exa. não querará atribuir ao Governo as restrições que certos órgãos de publicidade e certos setores da atividade pública fazem ao Legislativo, porque essas restrições, como V. Exa. sabe, partem até de Deputados, colegas nossos, que não se põem de procurar esta tribuna para tornar públicas questões que não mereciam nem ao menos ser confessadas pelas partes. Como acredito que V. Exa. não queira levar essas restrições ao Governo da República, desejo dizer-lhe que o eminente Senhor Presidente Costa e Silva e seu Ministério estão dedicados ao prestígio do Poder Legislativo, ao atendimento deste Poder e dos Srs. Deputados, sem cuidar até dos partidos dos mesmos, dentro deste Parlamento. Ainda na semana passada fui ao Ministério da Educação, porque me chamam de Deputado fisiológico — e sou Deputado fisiológico no bom sentido, porque vim para esta Casa representar o povo e não receber os subsídios apenas: sou Deputado fisiológico no sentido de levar benesses e benefícios para a região que represento — e lá pude constatar que o Governo acabava de mandar pagar todas as renovações de bolsas e todas as bolsas novas, milhares e milhares, partidas de indicação de quem? Dos representantes do partido que apóia o Governo? Não. Dos representantes do novo nesta Casa do Congresso; indistintamente. A todos os rincões do Brasil chegou a mão amiga, chegou a mão protetora dos representantes do povo de todos os partidos, levando aqueles que não podem estudar, mas querem estudar, o apoio do Governo. Vá V. Exa. que, nesse setor, está o Governo presente, efetivamente presente, no sentido de prestigiar esta instituição, o Parlamento Nacional.

O Sr. RAUL BRUNINI — Agrado a V. Exa. nobre Deputado Ultimo de Carvalho o aparte. E quanto a essa "mania" — por assim dizer — de que os Deputados da Oposição não podem pleitear, junto ao Governo, por exemplo, bolsas escolares, eu considero um absurdo, pois os créditos, o orçamento, são aprovados, nesta Casa, tanto com o voto do Governo como o da Oposição. E, muitas vezes, é a Oposição que dá, com sua presença, o quorum indispensável à aprovação de tais medidas. Portanto, a obtenção de bolsas não é privilégio de Deputados do Governo. É uma medida que o Governo deve exercer em benefício da coletividade. E, quando V. Exa. afirma que talvez eu queira, no final da minha exposição, culpar o Governo pela ofensiva do desprestígio desta Casa, faço meu pronunciamento em defesa da Instituição. V. Exa. sabe e a Nação conhece exemplos de atribuir-se ao Congresso Nacional toda a responsabilidade na frustração de programas de Governo. Quero chamar a atenção de V. Exa. eminente Líder do Governo para um fato que pode vir em detrimento do Congresso. Como sabe V. Exa. no Congresso está, em fase de votação, o orçamento plurianual para organizar, ordenar a aplicação dos recur-

O SR. RAUL BRUNINI:
(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é indissociável o mal-estar reinante, hoje, no País, em decorrência da atuação de forças que tentam incorpabilizar civis e militares, numa disputa pela preferência ou pela hegemonia das correntes que procuram a dominação da nossa terra.
Sr. Presidente, creio seria desnecessário lembrar a campanha, que não e de hoje e que se repete sistematicamente, visando diminuir, no seio da opinião pública, o prestígio do poder civil em benefício do poder militar. Como se fez no passado, pretende-se, ainda agora envolver, numa onda de descrédito, o poder civil do País. Volta-se a bater naquela velha teia e a atirar sobre os ombros dos representantes desta Nação a responsabilidade dos óbices e dificuldades para a execução de planos governamentais.
Creio, Sr. Presidente, que chegou a hora de aqueles que defendem o poder civil dizerem à Nação as causas deste fracasso administrativo, para que o julgamento da opinião pública não envolva os que têm sabido cumprir o seu dever.
Tenho em mãos documentos oficiais, da Secretaria da Câmara dos Deputados, com a relação das proposições enviadas pelo Poder Executivo e que foram, no devido tempo, discutidas, votadas e aprovadas pelo Congresso brasileiro, todas leis da maior importância. O Deputado ou o Senador, no desempenho do seu mandato

sos governamentais. Quando o Poder Legislativo se empenha exaustivamente no exame desta matéria, vem a notícia, até agora não desmentida, de que em 1936 teremos uma programação financeira através de um orçamento secreto, elaborado pelo Ministério da Fazenda.

O Sr. *Último de Carvalho* — Notícia não desmentida e não confirmada.

O SR. RAUL BRUNINI — Mas a imprensa divulgou que esse orçamento será elaborado pelo Ministério da Fazenda, e as verbas só serão liberadas quando se ajustarem a essa programação financeira; e não faz alusão, nem ao orçamento normal, nem ao orçamento plurianual que está sendo examinado e votado por esta Casa. Vejam bem, é uma maneira de desprestigiar o trabalho do Poder Legislativo.

O Sr. *Último de Carvalho* — Mas, eminente colega, V. Ex.^a com o respeito que me merece — está argumentando com notícias infundadas da imprensa. V. Ex.^a não está argumentando com notícias oficiais. Louvo, mesmo assim, o zelo de V. Ex.^a, porque está nessa tribuna como quem lembrando ao Governo, chamando a atenção dos responsáveis para que não cometam esse erro. Mas não podemos, de antemão, debitar ao Governo o ônus de uma notícia que a imprensa está veiculando e que não partiu de meios oficiais.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, agradeço mais uma intervenção de V. Ex.^a, que deve ter observado o cuidado com que dei a notícia: Segundo informações e notícias não desmentidas pelo Governo, estar-se-ia cuidando de uma programação financeira fora completamente de toda a legislação existente e que está sendo cuidada por esta Casa. Portanto, a notícia foi veiculada — dou a fonte a V. Ex.^a — pela "Folha de São Paulo", um jornal de prestígio; foi publicada na terceira página, no dia 13 de novembro do corrente; é um órgão de respeito neste País, dos mais conceituados da imprensa paulista e que, até agora, não foi desmentido pelo Governo.

O Sr. *Bernardo Cabral* — Deputado Raul Brunini, V. Ex.^a argumenta muito bem, quando declara que também deve o Governo — uma vez que o Governo é para todos os brasileiros — pagar as bolsas de estudo que tenham sido encaminhadas por Deputados da Oposição. E, no instante em que V. Ex.^a arguiu o fato dos plurianuais, lembrei-me de que cabe exatamente esse argumento, porque, quando da discussão desse orçamento, somente um Vice-Líder do Governo se encontrava na Casa, o Deputado Daniel Faraco. Daqui saímos às duas horas da manhã. Portanto, vê V. Ex.^a que a Oposição luta, e luta gigantesamente, pelo prestígio da instituição. E V. Ex.^a, nesta hora, faz exatamente uma definição, como homem de Oposição, em defesa do Congresso. Queriam ou não, ainda é o Poder Legislativo que contra-freia, que consegue assegurar a legitimidade de tudo aquilo que se possa ter dentro do regime democrático. Parabéns V. Ex.^a pelo oportuno discurso, que é, sobretudo, um pronunciamento que muitos Deputados gostariam de fazer e talvez não tivessem a coragem de proferi-lo, como o faz V. Ex.^a, com muita propriedade.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Ex.^a, Deputado Bernardo Cabral. Não se trata de coragem para fazer um pronunciamento destes. Precisamos, na humildade da nossa posição, não debitar passar sem registro estes fatos, pois a omissão tem sido o mal deste País. Aquelas que tomam posição definida não merecem reparos. A omissão é que tem sido fatal para este País. Por isso, realmente que o Congresso não tem sido omissivo; o Congresso participa ativamente da vida do País. Não faltaria com a verdade se viesse a afirmar que

é um Congresso imperfeito e que temos falhas. Não temos defeitos, falhas imensas, mas temos uma grande virtude: não faltamos à nossa obrigação de dar ao Executivo os instrumentos de trabalho. (*Muito bem.*) É preciso que o povo saiba que, quando se aparam as estradas, rasgam-se os sertões, os créditos são votados por esta Casa. Quando o povo está sendo assistido, quando a população recebe os benefícios governamentais, tudo isso decorre de verbas que os Srs. Deputados e Senadores votaram nas Casas do Congresso brasileiro. E' com relação a essa atividade que reclamamos, pois, a uma simples decisão de alguns Deputados e Senadores, que possa parecer uma arbitrariedade, se despejam sobre esta Casa toda a ira, toda a revolta, todas as frustrações, e sem o devido exame da matéria. Agora é que entro, nobre Deputado *Último de Carvalho*, no ponto principal da minha fala. As forças militares, as nossas Forças Armadas, sem parar a sua responsabilidade, endossam muitas dessas críticas injustas à nossa posição. E' quando, naturalmente, quase inexoravelmente, se chega ao atrito dos civis com os militares.

Há poucos instantes, o nobre Deputado Nunes Leal, eminente representante das Forças Armadas, oficial que é, fez uma demonstração...

O Sr. *Último de Carvalho* — Não é representante das Forças Armadas. S. Ex.^a representa com muito brilho uma parcela do povo brasileiro. As Forças Armadas não têm aqui representantes.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço e aceito a retificação de V. Ex.^a. Apesar de ser o nobre Deputado Nunes Leal um brilhante representante das Forças Armadas, creio que avancei ao dizer que S. Ex.^a representava as Forças Armadas.

O Sr. *Chagas Rodrigues* — Acho que, em de ser um honrado e ilustre, além de ser um honrado e ilustre seja um autêntico representante das Forças Armadas, lá fora ou onde quer que S. Ex.^a esteja.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Ex.^a o aparte.

O nobre Deputado Nunes Leal veio à tribuna fazer a defesa dos militares.

O Sr. *Último de Carvalho* — Peço licença para discordar. S. Ex.^a veio fazer, da tribuna, justiça aos militares.

O SR. RAUL BRUNINI — V. Ex.^a, como governista, sabe dourar a pílula. O que fez o nobre Deputado Nunes Leal foi situar a posição das Forças Armadas, o gasto das Forças Armadas no Orçamento da União. E vejam bem V. Ex.^a, coisa que muita gente não sabe, que o povo realmente não sabe: o peso do orçamento do Poder Legislativo é insignificante, é quase nenhum, é quase nada diante dos números do Orçamento da República.

Fêz bem S. Ex.^a em demonstrar a posição das Forças Armadas, o quanto ganha um General um Coronel, um Major, alegando que fazem o curso superior, embora sem a devida ressalva de que esse curso nada custa aos militares. Mas não estamos aqui para aprofundar estas divergências. Não; temos o maior respeito, maior acatamento pelas Forças Armadas do nosso País. Faço isto até com a declaração de um ilustre pensador americano Henderson Baldwin, quando diz que o poder militar deve ser forte, mas não todo-poderoso; deve influir, mas não decidir.

Esta é a conciliação que também exige das Forças Armadas. Mas imediatamente neste instante no País elas são todo-poderosas e, não só influem, como estão acatando os desígnios deste País.

O Sr. *Otávio-Caruso da Rocha* — Inicialmente, rejubilo-me com o discurso que V. Ex.^a proferiu, de caráter altamente útil, neste momento em que alguns setores, ainda insatisfeitos,

sentem-se quase preocupados com este pouco de debate, este pouco de diálogo e da democracia representativa que subsiste ainda neste plenário. Rejubilamo-nos sinceramente, com essa discussão que V. Ex.^a efetua, e gostaria de observar um fato. O referido poder aquisitivo baixo dos oficiais das Forças Armadas, que é harmônicamente baixo com o reduzidíssimo poder aquisitivo dos funcionários públicos de todo o Poder Executivo, do Poder Judiciário e também do Poder Legislativo, é uma direta consequência da política econômica-financeira que, crise, sem que dela tivessem pleno conhecimento, as Forças Armadas avalizaram e endossaram, no Governo anterior como o fazem no Governo atual. São elas que, tirando da área da livre discussão a política econômica-financeira do País. O impuseram, co-e financeira do País, impuseram, a si, aos funcionários e a todos que redução violentíssima do poder aquisitivo.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte esclarecedor de V. Ex.^a. V. Ex.^a tocou num ponto essencial com o qual terminarei o meu discurso. Refiro-me ao agravamento da situação econômica em virtude destas fatores: V. Ex.^a tocou num ponto essencial com lenço é a estagnação do Governo em vários setores. Meu recuo é o de que esta paralisação governamental, aliada à necessidade de um plano de economia e cortes em setores vitais do desenvolvimento do País, possa gerar uma crise de proporções inimagináveis que o Governo não tenha elementos para superar.

Temo que, neste instante para se justificar em, se voltem contra o Congresso, este sucumba na sua posição de Poder desarmado sem elementos para alertar a opinião pública. Meu recuo é de que, com exemplos e com precedentes, sejam apontadas como um dos responsáveis pela *débacle* governamental.

Por isso afirmo, não perante esta Casa, mas perante a Nação; da Câmara dos Deputados principalmente, o Governo não tem de reclamar. Foram enviadas 75 mensagens. Dessas, apenas cinco foram remetidas ao Senado sem apreciação pela Câmara por decorrerem do prazo. Sobre todas as outras a Câmara deliberou, a não ser em um caso, o do Decreto-lei recentemente rejeitado por esta Casa, mas que não tem repercussão na economia do Governo. Todas as outras medidas foram por nós aprovadas. Portanto, este é o grito de advertência: se algo houver neste País, não pode o Congresso ser responsabilizado, porque o nosso papel foi cumprido. O Congresso não se omitiu, o Congresso esteve presente em todos os momentos. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

CONGRESSISTA: Raul Brunini

PROJETO Nº
Nº

CAMARA
SENADO

C de 14/02/68 | CD-SALA Pg 871

D Nº / de / /

PACIFICAÇÃO

eficácia

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, indistigável é a crise política que domina este País, e, no meio da confusão política, surge a figura do ilustre "Governador" da Bahia, Luiz Viana Filho, propondo o que ele chamou de pacificação na vida política brasileira.

Faço questão de frisar: "Governador" — entre aspas — porque S. Exa. não foi eleito pelo povo. S. Exa. foi imposto ao povo baiano pelo ex-Presidente Castelo Branco, porque eleitoralmente o Sr. Luiz Viana Filho não era dos mais credenciados a disputar o posto majoritário da Bahia. Pertenceu sempre S. Exa. ao Partido Libertador e sempre se elegeu ou as custas da UDN ou em coligação.

Tenho por hábito sempre trazer fatos concretos, a fim de evitar quaisquer dúvidas. A primeira eleição que o Sr. Luiz Viana Filho disputou, em 1945, foi pela UDN. Foi o quarto colocado na representação udenista, com 10.968 votos. Em 1950, foi o sexto colocado de uma coligação do PSD, do PRP e do PST, obtendo 13.386 sufrágios. Na terceira eleição em 1954, foi o quarto colocado de uma coligação PSD, PRP, PL, com 13.139 legendas. Na quarta eleição, em 1958, pela UDN, foi o sexto colocado em 15.236 votos e, na última eleição, em 1962, foi o último colocado na legenda da UDN, com 14.967 votos. Pelo resultado destes dados colhidos da publicação oficial do Superior Tribunal Eleitoral, S. Exa., em pleito majoritário, nunca conseguiu o quociente eleitoral.

Foi sempre eleito pela legenda da qual participava, ou da UDN isoladamente, ou da coligação partidária.

O Sr. Luis Athayde — Eleições majoritárias, não. Proporcionais.

O SR. RAUL BRUNINI — Perdão: em eleições proporcionais, pela UDN ou pela legenda; nunca conseguiu o coeficiente individual exigido pelo Tribunal. Dou estes dados para afirmar que não era um líder de eleições, o que me leva a crer que S. Exa. não venceria jamais um pleito para Governador da Bahia, numa votação direta. Elegendo-se indiretamente pela Assembléa, S. Exa. não tem compromissos com o povo.

O Sr. Luis Athayde — E' o que V. Exa. entence. V. Exa., ex-Deputado pela Guanabara...

O SR. RAUL BRUNINI — Sou Deputado pela Guanabara.

O Sr. Luis Athayde — ... digo, ex-Deputado estadual à Assembléa Legislativa da Guanabara, entence que aquela Casa, que é das mais legítimas Casas do Povo, não tem condições para eleger um governador?

O SR. RAUL BRUNINI — Não estou falando da Guanabara.

O Sr. Luis Athayde — Admiro muito mais V. Exa. quando trata dos problemas da Guanabara. Estou habituado a festejar-lhe a capacidade cuidando V. Exa. dos problemas da sua grande e querida terra, que ninguém melhor do que V. Exa. sabe

representar, com dignidade e com talento emulante. Cuidando, entretanto, dos problemas da velha terra, permita-me que o diga com a mesma sinceridade com que festejo sua inteligência fora do comum, V. Exa. não se está saindo à altura da tradição já firmada só com este primeiro ano de parlamentar nesta Casa. Mas esta não seria a intervenção...

O SR. RAUL BRUNINI — Permita-me terminar o raciocínio, para ver por que estou dando estes dados. Falando sobre isto, não quero entrar no mérito do problema baiano. Estou dando a noção de uma eleição, em seu aspecto numérico, para chegar à conclusão de que o elemento indicado para tratar da pacificação, no Brasil, não tem condições para levá-la a bom termo.

O Sr. Luis Athayde — Condições eleitorais?

O SR. RAUL BRUNINI — Não tem condições, nem eleitorais, nem políticas, para levá-la a bom termo. E' o meu pensamento, minha posição, meu ponto de vista sobre o assunto pacificação.

De forma que, dizia, pelos resultados eleitorais — veja bem V. Exa., não estou entrando no mérito da personalidade do Sr. Luiz Viana Filho, da sua conduta — S. Exa. não era um líder de eleições, tanto que nunca conseguiu o coeficiente eleitoral.

O Sr. Luis Athayde — Ainda que tivesse conseguido, cinco vezes consecutivas, o mandato de Deputado federal?

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, permita V. Exa. que continue meu raciocínio. Não estou negando que o Sr. Luiz Viana Filho tenha cinco mandatos. Absolutamente. Estou dizendo que ele nunca conseguiu coeficiente pessoal. Os números demonstram.

O Sr. Pedro Vidigal — Do Partido Libertador.

O SR. RAUL BRUNINI — Segundo, ele não foi eleito pelo povo para governar a Bahia. Ele foi nomeado praticamente pelo ex-Presidente Castelo Branco. Pelos seus trabalhos na Bahia? Não. Pelos serviços prestados na chefia da Casa Civil. Digo que não tem compromissos com o povo. Tanto não tem que S. Exa. foi agora recentemente ao Palácio Rio Negro tratar do que? Dos interesses do povo da Bahia? Não. Vou só dar um detalhe que me chamou a atenção. O Deputado Clodoaldo Costa há dois ou três dias fez, desta tribuna, veementemente e apelo ao Governo Federal, pois os municípios atingidos violentamente pelas fortes chuvas que caíram na Bahia estão sem receber um centavo até hoje. Então o Deputado Clodoaldo Costa fazia apelo para liberação dessas verbas. O Governador da Bahia vai ao Palácio Rio Negro pedir as verbas? Não. Vai propor ao Presidente da República uma pacificação.

O Sr. Luis Athayde — Mais uma vez V. Exa. se revela mal informado. Não é verdade o que V. Exa. está dizendo.

O SR. RAUL BRUNINI — Peco a V. Exa. solicite o aparte. Dá-lo-ei na oportunidade.

O Sr. Luis Athayde — Não quero que tenham curso com minha presença, em silêncio, afirmações que não lhe fazem honra. Sei que V. Exa. as transmite, as endossa, porque foi mal informado, emprestando a essas informações inverídicas a autoridade de seu mandato e da sua dignidade pessoal. Mas isso que V. Exa. acaba de dizer é absolutamente destituído de fundamento. O Sr. Governador da Bahia, Professor Luiz Viana Filho é membro da Academia Brasileira de Letras...

O SR. RAUL BRUNINI — Não tem nada uma coisa com a outra.

O Sr. Luis Athayde — Permita-me V. Exa. acabou de negar-lhe todo esse elenco que forma um mínimo de

condições para que o homem extraça o papel de estadista.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa., mas vou continuar.

O Sr. Luis Athayde — Mas V. Exa. não permitiu que eu concluísse.

O SR. RAUL BRUNINI — Na oportunidade darei o aparte a V. Exa.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que me garanta a palavra. Darei o aparte na oportunidade.

O Sr. Luis Athayde — V. Exa. me surpreende.

O SR. RAUL BRUNINI — Dizia, Sr. Presidente, que a tese do Governador da Bahia foi levada ao Sr. Presidente da República, que lhe deu "o sinal verde". S. Exa. de Salvador para Petrópolis, qual um novo Moisés do Monte Sinal da Serra de Petrópolis, desce o Sr. Luiz Viana Filho com a tábua dos 10 mandamentos da pacificação. E quais são esses 10 mandamentos da pacificação? 1º) eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República; 2º) nomeação dos prefeitos das capitais; 3º) indicação dos prefeitos das estâncias hidrominerais; 4º) nomeação dos Governadores dos Territórios; 5º) nomeação dos prefeitos dos municípios enquadrados nas áreas de segurança; 6º) enquadramento na Lei de Segurança dos componentes da Frente Ampla; 7º) instituição das sublegendas; 8º) voto vinculado; 9º) eleições indiretas para Governadores; 10º) partido único. Eis os dez mandamentos da pacificação do Sr. Luiz Viana Filho.

Sr. Presidente, este assunto é novo? Esta é uma idéia original?

O que fez o Governador baiano foi chegar muito atrasado, pois o que S. Exa. prega e afirma numa das suas declarações a imprensa é que se conversaria com todos, inclusive iria a Montevideu falar com Jango e Juscelino, menos com Lacerda. Ora, esta idéia é restrita, pois a Frente Ampla tem uma pregação muito mais efetiva no sentido da pacificação da família brasileira.

E' bom lembrar certos aspectos da Frente Ampla, a fim de evitar, também, esta campanha que tenta intrigá-la, apresentando-a como subversiva. A Frente Ampla não é contra ninguém, esta campanha que tenta intrigá-la, apresentando-a como subversiva. A Frente Ampla não é contra ninguém, como declarou em Montevideu o Sr. Carlos Lacerda, quando lá esteve. Não somos contra ninguém. Nós lutamos pela paz e democracia. E' uma aspiração de todo o povo; somos contra tudo aquilo que se atravessa no caminho da democracia e do desenvolvimento de um Brasil soberano. Já que querem, também, apontá-lo à opinião pública como um movimento revanchista e de volta ao passado, temos no encontro dos dois líderes, presenciado pelo repórter Leonard, o seguinte:

"Mas nenhum dos dois pensou em retornar ao passado. Muito pelo contrário, de peito aberto conversaram e tomaram a decisão que está na nota oficial para o que der e vier. Nada de revanchismo; um disse: nada de voltas ao passado, outro acrescentou".

Esta é a expressão, esta é a legítima origem da Frente Ampla: a pacificação da família brasileira; a união de todos, sem exceção de ninguém.

O Sr. Luis Athayde — Talvez o Coronel Meira Matos não esteja neste meio.

O SR. RAUL BRUNINI — Se o Coronel Meira Matos quiser vir para a Frente Ampla de acordo com a pregação dela, será aceito. Não faremos restrição a ninguém, desde que aceite a tese da pacificação, a tese da união, a tese da concórdia; esquecer o passado, a luta do passado, e pensar no Brasil para o futuro. Há mais, porém. Outros dizem que é um entendimento esdrúxulo, que ninguém entende, como se o movimento da Frente Ampla

do "O Estado de São Paulo", Júlio de Mesquita Filho, afirma:

"Considerarei vitorioso o essencial que me propus realizar com a Frente Ampla — e portanto cumprindo minha missão. O propósito que me levou à Frente Ampla é o seguinte:

Resumo

- 1) Voto direto e livre;
- 2) Restabelecimento da lei livremente votada e conscientemente respeitada;
- 3) Ajuste de salários ao custo da vida e à desvalorização da moeda;
- 4) Medidas concretas de pacificação nacional para união do povo no esforço do desenvolvimento."

"Eis o meu preço. Eis o preço que cobro para sair do caminho."

É esta a resposta que esse líder dá àqueles que tentam, continuamente, intrigá-lo com a opinião pública. É este o gesto de grandeza. Quando ele diz: "medidas concretas de pacificação." Aqui respondo ao aparte do plenário — está implícita a anistia geral, a volta a participação de todos os brasileiros.

O Sr. Luiz Athayde — Muito bem.

O SR. RAÚL BRUNINI — É este o sentido da posição da Frente Ampla; esta que é a verdadeira pacificação nacional.

Portanto, Sr. Presidente, eu não ficaria em paz com a minha consciência se não viesse hoje a esta tribuna dizer estas coisas, para situar bem as posições, a fim de que não se mascare a opinião pública. Ela precisa ficar ciente das verdadeiras posições daqueles que agem sincera e honestamente, pensando no bem do povo brasileiro. (Muito bem, Palmas. O orador é cumprimentado.)

CONGRESSISTA: *Raul Brunini*
 PROJETO Nº _____ CAMARA _____
 Nº _____ SENADO _____
 DC de *19/3/68* | *CLP-CN* Pg *508*
 DO Nº *1* de *1* / *1*

Pacificação
J.

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, tive oportunidade de abordar, há alguns dias, o tema da pacificação proposta pelo nobre Governador da Bahia. Hoje, não me posso furtar à tentação de não só a insistência do Sr. Luis Viana Filho, como também a passividade com que o Presidente do meu Partido o Senador Oscar Passos, mantém essa conversação, pois considero profundamente inoportuna, inaceitável e compromettedora essa conversa entre o Sr. Luis Viana Filho e o Presidente do meu Partido. Por quê? Porque, hábil e maliciosamente, procura o Governador da Bahia tirar dessas conversações proveito para criar confusão nas hostes da Oposição.

Diz o Sr. Luis Viana Filho, Governador da Bahia, que considera amplamente satisfatórios os resultados de sua conversa com o Senador Oscar Passos, Presidente do MDB; que está convencido de que se acha deflagrado o movimento irreversível, que pode não resultar imediatamente numa pacificação nacional, mas certamente conduzirá, como início de diálogo, ao entencimento, ainda que apenas parcial.

Ora, essa declaração de euforia do Governador Luis Viana Filho, repercute no País toda, pois o SNI e o Governo se encarregam de dar maior divulgação a essa notícia, que primeiramente, compromete, o presente do meu partido e, em segundo lugar, leva à opinião pública do País a figura irreal da verdadeira situação política. A Oposição não aceita a pacificação, a oposição repudia esta pacificação. O que lamentamos — e nesse caso eu falo estritamente em nome pessoal — é a passividade do Senador Oscar Passos, que deveria repelir, de imediato, esta falsa que é a proposta do governador baiano. Diz a notícia de um jornal, que tem conceito, evidentemente: "Ao final do encontro, o Senador Passos observou que este assunto não podia ser resolvido por ele, sozinho. Como Presidente do partido da Oposição, entendia que a proposta do Governo merecia ser examinada pelo Partido e não se reduzia a uma sugestão desarrazoada, destinada ao sumário arquivamento".

A resposta do Senador Oscar Passos deve ser levada à conta da sua cordialidade exagerada, da sua extrema gentileza em não repudiar tal proposta, cujo unico objetivo é trazer a confusão às hostes da oposição, permitindo disso tirar partido exclusivamente o Governo do Sr. Costa e Silva.

A Sr^a Ivete Vargas — Desejaria esclarecer, em aparte ao discurso de V. E. a posição do Senador Oscar Passos, a que assisti, como membro do Gabinete Executivo Nacional, e, com esse esclarecimento, fixar inclusive, a própria posição do Gabinete. Efetivamente, quando o Senador Oscar Passos recebeu uma primeira carta do Sr. Luiz Viana, reuniu o Gabinete e levou essa carta ao conhecimento de todos os seus companheiros. Cada um de nós é claro, tem sua opinião de como deve ser conduzido o Partido. Mas esse Partido é uma federação que tem uma grande cambiante de pensamento, e cada qual reage de uma forma psicológica diferente. Naquela reunião do Gabinete Executivo Nacional, o Senador Oscar Passos fez questão de dizer que se despersonalizava para ser uma média do Partido e que desejava honestamente que lhe fosse traçado o rumo. Alguns acharam exatamente o que V. E. acaba de frisar: que era preciso ter educação, que era preciso ter gentileza, porque isso era um problema ético, etc. Em segundo lugar, que, não obstante a tese da pacificação não poder ser rejeitada *in limine* por ninguém, porque ela é válida, a Oposição deveria colocar muito claramente que considerava a pacificação muito fácil de se dar, desde que o Governo viesse ao encontro de nossas teses que considerava, por exemplo, que a anistia traria um ambiente muito favorável vel à pacificação, que considerava uma série de atitudes imediatas do Governo no sentido das teses que defendíamos como uma perspectiva de pacificação, mas que não poderia conservar teóricamente, admitindo, em tese, que estava com vontade de fazer uma pacificação a qualquer preços. Então, da média de opinião resultou o seguinte: O Senador Oscar Passos, amável e educadamente, respondeu a uma carta de um cidadão que não falava em nome de ninguém a não ser dele próprio, e que, não falando a não ser em nome dele próprio, não tinha condições para propor pacificação, porque era um meto Governador de Estado, e a proposta, partindo dele, sem a cobertura do Executivo, do Presidente da República, valia tanto quanto a proposta de qualquer cidadão brasileiro.

É verdade que ele foi um homem entrosado no esquema, digamos assim, revolucionário, para usar expressão corrente — nunca me refiro a revolução, porque não acho que houve uma revolução; houve um golpe militar neste País — e, no esquema revolucionário, foi pessoa de muita projeção — Chefe do Gabinete Civil do Presidente Castello Branco, eleito com a boa vontade do Governo, naquele momento em que fizeram suzeranias em vários feudos estaduais. Mas, apesar de tanto o negar, o Governo Costa e Silva não é uma prorrogação ou prolongamento puro e simples do Governo Castello Branco, e o fato de alguém ter tido prestígio naquele período não significa forçosamente que tenha prestígio no atual. O Gabinete fez questão de enfocar que, afinal, qualquer cidadão brasileiro tem o direito de escrever ao Presidente do MDB, e o Presidente do Partido tinha a obrigação de responder amavelmente, dizendo que está à sua disposição para conversar. Mas como o cidadão brasileiro Governador da Bahia escreveu uma carta e a imprensa noticiou, era preciso separar as duas coisas: a parte pessoal, da educação do Presidente do MDB, e a parte política.

Foi quando o Gabinete deu a Nota, publicada em todos os jornais — V. E. deve estar lembrado — dizendo que a pacificação só se poderia fazer em troca daquilo. Depois disso, vários membros do Gabinete, inclusive eu, tivemos oportunidade de nos pronunciar, isoladamente, dizendo que não havia necessidade de proposta de pacificação. Nós que somos da Oposição, não estamos aqui pedindo clemência, por medo, ou pedindo oportunidade de aderir, à cata de empregos, de Ministérios ou de vantagens. Nós, que escolhemos o caminho da Oposição, temos a consciência de um dever para com o povo e para com esta Nação. Resistimos a tantos obstáculos que não há de ser agora que havemos de enraquecer. Não há necessidade de se fazer uma proposta de pacificação. O Governo pode partir objetivamente para a pacificação, tomando medidas práticas e concretas. Não precisa conversar com os membros da Oposição. Não deixaremos de aplaudir as coisas certas do Governo, como o

aplaudimos muitas vezes no momento em que tomou uma posição independente — na questão da política atômica, por exemplo — embora lamentássemos, depois, os recuos que se verificaram no setor. Gostaria, nobre Deputado, de fixar que V. Ex.^a está sendo levemente injusto para com o Senador Oscar Passos, um dos homens mais dignos deste País, homem de grande caráter, que não pedira que o fizessem Presidente do MDB, e que neste instante, diante de contestações que sofre, renuncia para que se encaixe a uma das duas conclusões: ou sua ação não merece reparos ou merece, e o Partido pode substituí-lo. Ele não se apeçou ao dispositivo do ato que lhe permitiu continuar na Presidência do MDB. Seu espírito de hoje é o mesmo no momento inicial do Partido. S. Ex.^a não interpreta, muitas vezes, na íntegra, o pensamento deste ou daquele setor, deste ou daquele companheiro, mas ele tem de manter a média do partido, com sua discricão. Pessoalmente, não é um homem que ceda, não é um homem que transija. É um homem de bem, e firme conosco nas linhas essenciais que defendemos. Agora, o que é de lamentar é que o Governador da Bahia continue botando lenha na fogueira. Depois que o Presidente da República não lhe deu a menor oportunidade de cobertura, e depois que ele próprio, ao receber uma carta do Senador Oscar Passos, respondeu dizendo que falava em seu nome pessoal sem ouvir ninguém, o Gabinete unanimemente concluiu que o assunto deveria ser arquivado e não poderia merecer maior exame do partido. A impressão que nós temos é de que nós, da Oposição, não fazemos oposição demagógica, desleal, desonesta; criticamos patrioticamente o que está errado, porque aqui estamos para defender o povo brasileiro. Quantas das nossas denúncias não foram cuidadas, e a realidade veio demonstrar que eram válidas! Quando gritávamos contra o poder entreguista do Sr. Roberto Campos, que defendia os interesses alienígenas, que liquidava a reserva-ouro do Brasil para comprar títulos da dívida pública norte-americana, nós prevíamos que aconteceria o que está acontecendo hoje. O mundo constata que a situação do dólar é das mais precárias. Mas não acredito que tenha sido num gesto romântico que o Sr. Roberto Campos tenha tomado aquela medida. O fato é que, hoje, elementos do Governo — e quase todos — sentem que a situação é caótica, internamente e nacionalmente. A Sarbone procurou jungir-nos aos esquemas dos Estados Unidos, violentando o nosso destino de Nação livre. Neste momento, aqui no plenário, lá no café, nos corredores desta Casa, naquele diálogo amistoso que mantemos com elementos da situação — porque, afinal, somos adversários, mas não somos inimigos — sentimos em todos o mesmo pavor. Sabemos que eles deixaram o barco correr. Então, essa pacificação, nobre Deputado, é a reação de quem vê tudo preto. Pretendem, neste instante, que todo o mundo fique bonzinho, porque não sabem o que vai acontecer no dia seguinte. Chega dessa campanha de desmoralização da Oposição, pretendendo criar uma falsa noção da realidade política para o povo: Se alguém quer fazer pacificação, só pode ser o Governo. E tome medida. Quanto ao resto, quem não tem competência que não se estabeleça.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa. Discurso de V. Ex.^a em certos pontos, quanto à apreciação que faz do ilustre Senador Oscar Passos. Mas não quero aprofundar-me na análise de S. Ex.^a, pois poderia parecer que, sendo ele

contrário à Frente Ampla, tivesse eu qualquer divergência pessoal com ele. Não. Não concordo com a reação pessoal do Presidente. Acho que ele deveria ser mais enérgico, pois ele sabe melhor do que ninguém das intenções falsas da tese da pacificação. Mas creio que ele ainda dá muito mais valor à sua condição de companheiro de farda do Presidente da República.

A Sr.^a Ivete Vargas — Protesto. Não é verdade, não é honesta esta interpretação.

O SR. RAUL BRUNINI — Mas esse assunto de pacificação, quero deixar claro, não convém. É inoportuno, é inaceitável e compromete o Partido da Oposição, à medida que o Presidente não reage enérgicamente a este aceno do Senhor Luis Viana Filho, instrumento do Governo Federal na tese da pacificação.

Passo, agora, rapidamente, a outro assunto, pois creio que o meu tempo está a extinguir-se.

Refiro-me às comemorações do primeiro aniversário do Governo Costa e Silva no dia 15 do corrente. Deu-me a idéia de vasta publicidade organizada talvez entregue a uma boa companhia publicitária, mas com uma falha que me pareceu fatal: comemorou-se o primeiro aniversário com a ausência completa do povo; não houve, nessa comemoração, manifestação que contasse com a presença popular, ou qualquer mensagem ao povo endereçada. Houve um objetivo de trazer à Brasília a cúpula do Partido majoritário, representada pelos governadores estaduais, talvez com a finalidade de, de corpo presente, assistir às ordens emanadas do chefe. Duas ou três afirmações nitidamente totalitárias refletem o espírito militarista que domina o atual Governo. Declaração enfática do Presidente Costa e Silva: "Eu — no pessoal — não permitirei que se altere a Constituição". E quando Sua Excelência afirmava isso a reação física do Presidente era a própria analogia da autoridade, da prepotência, da violência, da intransigência. "Eu não permito que se toque na Constituição". Esta frase revela o caráter da personalidade, a sua formação nitidamente autoritária. Não falou, não delegou a ninguém, não acenou que pertencia a um esquema, que tem um partido que o sustenta que os seus líderes o representam. Não. Fez questão de afirmar categoricamente, na frente dos seus representantes, na presença da cúpula partidária, para que não houvesse dúvida, para que não pudesse haver reação alguma, que sentimos latente nas fileiras da ARENA. — justiça se faça a inúmeros companheiros nossos da ARENA — por parte de alguns elementos inconformados com esta situação, com esta pressão insustentável na vida política brasileira.

O Sr. Hermanno Alves — Nobre Deputado Raul Brunini, diz o Presidente da República, textualmente, na resposta à pergunta que lhe foi endereçada por um jornalista: "Mas, enquanto eu aqui estiver, essa Constituição, que todo o mundo quer reformar, mas que eu não quero, há de ser cumprida a rigor". Esta resposta foi fornecida por escrito, pois, como sabe Vossa Excelência muito bem, as perguntas são endereçadas com antecedência. Esta, então, foi clara: todo mundo quer reformar a Constituição, no entender do Presidente da República mas ele não quer.

O SR. RAUL BRUNINI — Eis aí a declaração formal. Não foi um improviso não foi um lapso. Foi meditada, ou melhor, premeditadamente respondida, para que não houvesse na reunião da ARENA qualquer veledade democrática dos seus integrantes no que diz respeito a certas reformas urgentes e inadiáveis.

O Sr. Jonas Carlos — Nobre Deputado Raul Brunini, francamente, não vejo razão para essa proposta de pacificação à nobre Oposição, porque a pacificação brasileira já está aqui den-

tro desta Casa (Muito bem) através de projetos que apresentamos, de infra-estrutura nacional, de fomento da produção, de educação para todos os brasileiros. Fazemos parte do Governo e jamais abrimos mão da oposição. Queremos ser fiscalizados, porque não admitimos democracia sem oposição. (Muito bem). E, se o Governo fizer esse cambalacho com a Oposição — porque isso não é pacificação, é cambalacho político — faremos oposição ao Governo (Muito bem, Palmas), porque não admitimos que numa democracia não se aceite oposição construtiva. (Palmas)

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Dax Vieira — Nobre Deputado Raul Brunini, Vossa Excelência estranha que nas comemorações do primeiro aniversário do Governo e da Constituição estivesse ausente o povo brasileiro. Vossa Excelência registra, por certo, não estranha. Evidentemente, de outra forma não poderia ser. Faixa a esse Governo o batismo da legitimação da vontade popular; ele foi imposto ao povo, não surgiu do povo. A massa de brasileiros, de 85 milhões de habitantes nada tem que ver com essa Presidência que está aí, nem com essa Constituição que também está aí. Por isso ela só poderia estar ausente, omissa, desinteressada, apática, diante dessas festividades que tiveram o caráter de reunir, como é natural as altas autoridades do Estado. O que há é falta de legitimação. Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. Esse poder, portanto, é ilegítimo, porque do povo não emanou, ao povo foi imposto foi colocado pela força sobre o povo. Quando tivemos oportunidade de ir às urnas populares e manifestar a vontade de cada um ao escolher o Presidente da República, os governadores do Estado, então Vossa Excelência verá, novamente, o povo participando das festividades e com elas se regozijando e com elas se alegrando, porque terá na Presidência, qualquer que ela seja ou de qualquer partido que ela venha, e nas governanças estaduais a manifestação da sua vontade e não a demonstração da sua submissão a um Poder que lhe foi imposto.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Eu disse que nem houve a presença do povo e que nenhuma mensagem ao povo foi endereçada. O Presidente foi incapaz de uma palavra aos trabalhadores, por exemplo, sobre a questão do arrocho salarial. Passou como gato sobre brasas. E aquela insinuação de que talvez fosse assinado, naquele dia, 15 de agosto uma portaria, ou lá o que seja concedendo os novos níveis de salário-mínimo foi para criar uma expectativa errada em torno da fala de Sua Excelência. Acenou-se ao povo com uma medida que seria concretizada em seu benefício para que tivesse audiência a exclusiva aparição do Presidente na televisão. Pois nesse dia, em Governador Valadares, a Oposição, comemorando com o povo o encontro democrático, teve negada autorização para a instalação de um alto-falante na porta do teatro, em cujo interior se realizava a cerimônia da sessão solene da entrega do título de Cidadão de Governador Valadares a um dos líderes da Frente Ampla, o Senhor Carlos Lacerda e se requisitavam as três emissoras daquela localidade proibindo inclusive a retransmissão da sessão em gravação. E me contou um detalhe, nobre Deputado Ultimeo de Carvalho. Vossa Excelência foi tão afeto em me contestar...

O Sr. Ultimeo de Carvalho — Eu? Estou calado.

O SR. RAUL BRUNINI — As 11 horas, interrompeu-se o circuito telefônico de Governador Valadares com as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, para impedir que os repórteres que lá estavam pudessem transmitir suas notícias. Só voltou a funcionar às 3 horas da ma-

dragada, depois que as redações tinham encerrado o recebimento de matéria a ser divulgada no dia seguinte. São esses fatos marcantes, Senhor Deputado, que desmascaram a hipocrisia da fala Presidencial no dia 5 último.

O Sr. Rozendo de Sousa — Deputado Raul Brunini, concordo com Vossa Excelência quanto à tese de pacificação nacional. Não julgo que seja o momento de se colocá-la em prática e tenho sempre debatido o problema com colegas. Prefiro a dinamização dos partidos. Quanto ao que Vossa Excelência declarou em relação ao Senhor Presidente da República, tenho-o, pessoalmente e pelos seus atos, na conta de um democrata. No curso da sua fala daquela noite, ouvi uma expressão de Sua Excelência que me tocou profundamente.

Talvez exagerando até os seus sentimentos democráticos, dizia — as palavras podem não ser idênticas, mas o conteúdo é o mesmo: "É preferível uma guerra civil a uma ditadura militar". O homem que diz isto quer acima de tudo, a democracia. Não quer a ditadura. E, para evitá-la, temos de contribuir com o nosso esforço com nosso trabalho de persuasão nos municípios, com o trabalho junto ao povo. Outro aspecto a que Vossa Excelência se refere é o da manifestação popular. Sua Excelência tem participado de inaugurações — e tenho assistido a algumas delas — em que têm recebido o calor popular. Foi o caso da inauguração da Presidente Dutra, da BR-40, Itaperuna-Campos, e de várias outras. Hoje o Ministro Andréazza está sendo homenageado em Anápolis. Portanto, discordo de Vossa Excelência no tocante a esses aspectos, mas estou de acordo quanto à tese da união nacional.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, quero enaltecer a sua posição. Vossa Excelência é realmente um Deputado dedicado ao trabalho em favor dos seus representados do Estado do Rio. É um homem de boa fé. Vossa Excelência fala no calor popular com que é recebido o Presidente. Pois haveria uma maneira simples de ser testado esse calor popular: a eleição direta para Presidente da República. Pergunto ainda a Vossa Excelência, como homem que vive preocupado com os interesses do Estado que representa, o do Rio, se está satisfeito com o Orçamento Plurianual. Responda com sinceridade, Deputado.

O Sr. Rozendo de Sousa — Não estou satisfeito com o Orçamento, mas não tem culpa o Presidente. Isto é consequência de erros de vários governos passados que levaram o País a uma inflação exagerada não procuraram elaborar um orçamento equilibrado. Em razão disso, os investimentos são cada vez menores, e não atendem às nossas necessidades. O Governo Revolucionário vem aplicando medidas para a contenção do ritmo inflacionário e, ao mesmo tempo, aumentando a parcela de investimento nos vários setores. Posso confirmar que no setor em que sou especialista, ou seja, transportes, foram aumentados os investimentos.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado dois Ilustres Deputados do Governo, cujas fidelidades ao regime atual não merece qualquer objeção, os Senhores Clóvis Pestana, do Rio Grande do Sul, e Garcia Neto, do Estado de Mato Grosso têm feito candentes críticas a este projeto de investimentos plurianuais, chegando o Deputado Clóvis Pestana a afirmar, hoje, que o que está contido naquele programa em relação a ferrovias é um verdadeiro crime — expressão de Sua Excelência — que se comete contra o Brasil e principalmente contra o Rio Grande do Sul. O projeto foi feito pela assessoria do Governo sem consultar ninguém, com a responsabilidade principal do Presidente da República, que é quem traça as diretrizes políticas do Governo.

O Sr. Hermanno Alves — Nobre Deputado Raul Brunini, no passo que as coisas vão, acabaremos vendo, em 1977, quando o Capitão José Ribamar Zanghi for Presidente da República, o Governo declarar que não consegue fazer investimentos por culpa dos Governos passados. Resta saber se, quando o Capitão Zanghi referir-se aos governos passados, vai incluir o Governo de Costa e Silva e o do Marechal Castelo Branco.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado. Enquanto o Governo tenta essa intriga da pacificação, os seus auxiliares imediatos já preparam — e pronto está para ser enviada ao Congresso Nacional — o projeto das sublegendas. E talvez no bojo da sublegenda venha o voto vinculado. São esses os acontecimentos políticos que aguardamos para o futuro. E diante desses fatos que temos de encarar a realidade da política brasileira. Não adiantam essas cortinas de fumaça de pacificação, de diálogo com a Oposição. Isto é muito bonito da boca para fora. Nos atos concretos, nas atitudes, nas ações, estamos vendo justamente o contrário. Por isso e porque nos sentimos numericamente derrotados dentro desta Casa é que estamos de olhos bem abertos. Somos massacrados numericamente dentro desta Casa. Mas ninguém impedirá que levemos nossa mensagem diretamente ao povo, nas ruas, como a Oposição vem fazendo através de um setor integrado na Frente Ampla e como faz a Oposição através de todos os seus elementos, através do MDB...

A Sr. Ivete Vargas — Não é somente a Frente Ampla, mas a Oposição inteira.

O SR. RAUL BRUNINI — Estou falando em Oposição isto é, tanto aqueles que estão na Frente Ampla como nos de todos os outros setores oposicionistas. Levamos uma mensagem de esperança. Ainda no sábado, na Guanabara, os líderes sindicais reunidos estiveram com a direção regional do MDB e tomaram a decisão de ir às ruas contra o arrocho salarial. E nós lá estaremos, ao lado deles, como estamos nessas caminhadas da Frente Ampla, que no dia 22, estará em São Paulo na Capital; no dia 23, em São Castano do Sul, num contido popular; no dia 25, em Campinas; no dia 26, em Piracicaba; no dia 29, em Londrina, no dia 30 em Maringá, e, em abril em todo o Norte e Nordeste. Sem rádio, sem televisão, sem os meios de comunicação, vamos falar na praça pública, onde temos oportunidade de dizer ao povo...

O Sr. Ultimo de Carvalho — Isto porque vivemos numa democracia.

O SR. RAUL BRUNINI — Não vivemos.

O Sr. Ultimo de Carvalho — É uma prova de que vivemos numa democracia. Vossas Excelências podem falar em qualquer parte.

Pergunte lá em Cuba se alguém fala; pergunte lá na Rússia se alguém fala; pergunte na Cortina de Ferro se alguém fala; pergunte lá em Portugal se alguém conversa; pergunte na Espanha se alguém diz alguma coisa. No Brasil pode-se até chamar o Presidente de mentiroso.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Ultimo de Carvalho, não tenho nada com Cuba, com Rússia, com Espanha, com Portugal. Eu tenho é com o meu País. E pergunto a Vossa Excelência...

O Sr. Ultimo de Carvalho — E vou responder.

O SR. RAUL BRUNINI — ... porque o Governo nega o rádio e a televisão à Oposição.

O Sr. Ultimo de Carvalho — Dá licença para um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Com imenso prazer.

O Sr. Ultimo de Carvalho — Porque Vossas Excelências queriam o rádio na hora em que o Presidente da República estava falando daqui. E o Se-

nhor Carlos Lacerda ainda não é Presidente da República. Queriam o rádio naquela hora. O Governo Federal não nega o rádio a ninguém.

O Sr. Hermanno Alves — Não sim.

O Sr. Ultimo de Carvalho — O Governo Federal tem interesse em que as palavras de Vossas Excelências sejam ouvidas para que o povo brasileiro saiba como Vossas Excelências falam mal, como Vossas Excelências estão contra os interesses do Brasil. (Não apoiado)

Quando Vossas Excelências querem agitar um País que está vivendo em absoluta calma, em pleno regime democrático, o interesse do Governo brasileiro é que Vossas Excelências falem muito, porque Vossas Excelências falando muito, o povo brasileiro compreenderá que Vossas Excelências estarão dizendo pouco.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Ultimo de Carvalho leve em tom de brincadeira o que Vossa Excelência acaba de afirmar para não responder à altura aquilo que acaba de ser dito. Se mesmo brincando, se como piada, nobre Deputado. Não acredito que Vossa Excelência, seriamente, tivesse coragem de afirmar o que afirmou. Tomo-o como uma brincadeira. É uma brincadeira o que Vossa Excelência está afirmando, e Vossa Excelência não tem o direito de zombar de um companheiro seu que está na tribuna. Vossa Excelência não tem este direito. Ou Vossa Excelência dialoga comigo em tom sério, ou, então, não permito mais brincadeiras deste tipo, porque Vossa Excelência não pode querer tentar desconsiderar o seu companheiro que sempre o tratou com o maior respeito e com a maior educação.

O Sr. Ultimo de Carvalho — Sou daqueles que acham que quando um Deputado pede a honra de um aparte está homenageando o orador que se encontra na tribuna. Seria incapaz de, homenageando o discurso de Vossa Excelência, faz-lo em tom de *blague*, em tom de brincadeira. As minhas brincadeiras têm lugar certo, não são para homens na tribuna, como Vossa Excelência, respeitáveis sob todos os pontos de vista. Agora, quanto a este repto que Vossa Excelência lança a mim, de que as minhas palavras tiveram tom irônico e de que por isso não me responde, isso é técnica de grandes tribunas populares. Conheço essa técnica, tudo isso é antigo para mim, tudo isso não passa de falta de argumentos e falta do que responder. Vossa Excelência não tem é como responder à evidência dos fatos, à tranquilidade em que o País vive, à liberdade em que o País vive, à democracia em que o País vive. E a prova disso é que Vossa Excelência acabou de enumerar ainda há pouco os dias em que Vossas Excelências percorrerão o Brasil nesta pregação cívica a que Vossas Excelências se entregam, no dizer de Vossa Excelência, Vossas Excelências disseram mesmo que não por todo São Paulo todos esses dias enumerados. Se este Governo não assegurasse o pleno exercício da palavra à Oposição, Vossas Excelências poderiam programar esses comícios. Deputado? Não digo que Vossa Excelência esteja brincando na tribuna, porque tenho respeito à oratória de Vossa Excelência, à pessoa de Vossa Excelência, ao partido de Vossa Excelência, mas digo que Vossa Excelência apaixonado está fazendo um julgamento apressado do Governo, que não merece, absolutamente, esse julgamento. E a prova Vossa Excelência acabou de dar hoje, está dando dessa tribuna: a última prova está no comício de Governador Valadares, onde Vossas Excelências falaram o que entenderam e não ouviram porque o povo não estava lá para falar com Vossas Excelências.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Ultimo de Carvalho, é difícil contestar Vossa Excelência, para não deixá-lo muito mal.

17/7/68-11,57-1ma-Model-03. Rep. Uniao Fechada...

42/1

Contra a desmunição do nosso sistema político, econômico nos colocamos contra o esbulho da terra do trabalhador, as condições que nos vêm tanto obra quanto nossos países, militarista que como representantes de forças americanas, o Senador eminente Senador,

O Sr. Ultimo de Carvalho — A mim? Nunca ninguém me deixou mal e tenho 21 anos de idade, de 10 na que Vossa Excelência pode usar de todas as armas que quiser, de todas as técnicas legislativas. Sou agitor em Parlamento, em Plenário, de modo que Vossa Excelência não me confundirá absolutamente porque a única coisa que poderia torná-lo carregado ou fazer-me calar seria alguma coisa com fundamento que sou um desonesto ou um ladrão. E estas mãos, nobre Deputado, são como as de Vossa Excelência são como as mãos de Oposição, são com as mãos dos meus companheiros de Governo são limpas. O resto que Vossa Excelência disser de mim é natural nos debates. Cada um, na tribuna, usa das armas que estejam às suas mãos. Vossa Excelência está usando dessa, aliás com brilhantismo. Pode continuar a usá-la. Eu posso ser a tábua de bater roupa de sua oratória ao povo. Ficarei como uma caixa de pancadas. Mas seja Vossa Excelência: não apanto calado.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Ultimo de Carvalho, na minha terra se usa um termo quando o cidadão quer fugir ao debate. Vossa Excelência está falando para uma situação em que absolutamente não posso, realmente, tentar sequer qualquer palavra mais forte ou qualquer conceito. Vossa Excelência é um homem — todos sabem — até prova em contrário honrado, digno, honesto etc. Mas não estou tocando na sua honra. Estou tocando na situação política, na posição política de Vossa Excelência, que diz que há liberdade nesse País quando não se pode botar uma corneta de um alto-falante na porta de um teatro, numa cidade do interior, como são requisitadas todas as emissoras fora do horário do Presidente onde não se dá liberdade de transmissão de qualquer pronunciamento da Frente Ampla nesse País. Isso chama-se medo, nobre Deputado. Chama-se consciência pesada. Chama-se, nobre Deputado, Governo que não tem o respaldo popular, que é incapaz de ir à praça pública como nós vamos. Faça-o Vossa Excelência. Tenha a coragem de falar numa concentração de trabalhadores, de estudantes, falar ao povo. Vossa Excelência não tem coragem de ir ao povo levar qualquer mensagem do Poder Executivo. A reunião de comemoração tem de ser em hotel com os governadores, porque o povo Vossas Excelências não têm. (Não apóiam). Vossas Excelências não têm mensagens. Quando digo Vossas Excelências, refiro-me ao Governo, na pessoa do Marechal Costa e Silva, do seu Ministério e de alguns áulicos da ARENA. É isto que falta e que faz Vossa Excelência cegar a cabeça. É a resposta que nós que vamos lá podemos anunciar. Porque, até agora, o Exército não teve coragem de impedir uma manifestação, quando ela emana livremente do povo. Duvido de que o Exército tenha coragem de intervir num comício popular, porque Exército é povo. A minoria militar que domina este País está sequiosa disso, nobre Deputado. Mas engana-se redondamente. Nós estaremos nas praças públicas — e nisso não vai amedonha, nobre Deputado, nisso não vai advertência de espécie alguma — porque nós vamos, com ou sem autorização das autoridades, falar nas praças públicas. É um direito que assiste a nós.

O Sr. Padre Nobre — Nobre Deputado Raul Brunini, acho graça quando se fala tanto em respeito às liberdades no País. O Senhor Presidente da República, na sua última entrevista, declarou — e está aqui, em negrito: "Se eu consentir concessões para evitar a posse de quem quer que venha a ser eleito eu não serei Presidente da República. Enquanto eu aqui estiver, essa Constituição que todo mundo quer reformar, "mas que eu não quero, há de ser cumprida a rigor"...

O Sr. Ultimo de Carvalho — Não, não porque não precisa.

O Sr. Padre Nobre — Então, eu quero falar ao Senhor Presidente da República, em lógica de respeito, à respeito de tudo isso. E se alguém quiser e eu quiser, como ficará o País?

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Américo de Souza — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. PRESIDENTE:
(Henrique La Rocque) — Nobre Deputado Raul Brunini, na qualidade de Líder do Movimento Democrático Brasileiro, aqui está inscrito para falar na presente sessão e nobre Deputado David Lerer, de modo que peço a Vossa Excelência que encerre suas considerações.

O Sr. Américo de Souza — Quer dizer que Vossa Excelência não permite o aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Per que não vou permitir, principalmente a Vossa Excelência? Com licença prazzer, dou o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Américo de Souza — Nobre Deputado Raul Brunini, estava eu lá embaixo, na Chaparia da Casa, quando ouvi parte do aparte do nosso colega Ultimo de Carvalho e a contestação a ele por Vossa Excelência. E, a seguir, entendi que Vossa Excelência disse que o nosso Governo, ou que o Governo do Marechal Costa e Silva, não tinha mensagem.

O Sr. Hernando Alves — É mesmo.

O Sr. Américo de Souza — Declaro a Vossa Excelência que, neste momento, estou chegando, juntamente com o Senador Eurico Rezende da cidade de Anápolis, onde vimos o Ministro Mário Andreazza, legítimo representante do Governo Costa e Silva no Ministério dos Transportes, dar início à primeira etapa do asfaltamento da estrada Belém-Brasília. Esta, nobre Deputado, é uma mensagem, mensagem entre outras de desenvolvimento, mensagem de progresso, mensagem de grandeza. Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Américo de Souza, V. Ex.^a não precisava vir tão solta e presurosamente à tribuna dar esse aparte. O asfaltamento da Belém-Brasília está atrasado demais, já vem tarde demais. Essa estrada já era para estar quase pronta nobre Deputado Américo de Souza.

O Sr. Américo de Souza — Mas a culpa não é do Governo atual.

O SR. RAUL BRUNINI — É' do Governo atual em grande parte. É' que a Belém-Brasília, nobre Deputado, não possibilita a publicidade da duplicação da Rio-São Paulo, feita num cenário mais populoso. Como se tratava da selva amazônica, do pobre Nordeste, custou a chegar essa mensagem — tardia mensagem do Senhor Mário Andreazza.

Senhor Presidente, não quero demorar-me mais, porque meu companheiro de partido, Deputado David Lerer, com muito mais autoridade e brilhantismo (não apóiamos), dará sequência às críticas que fazemos no primeiro aniversário do Governo do Mal. Costa e Silva. (Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas.)

Constituição desde logo... esta mensagem... industrial... militares... em que... dos Unidos,

O Sr. ~~Françesino~~ Pereira — V. Exa. mais do que qualquer um de nós, há a fazer interpretação na lei.

ORATORISTA: KAUL BRUNINI

PROJETO Nº

CÂMARA

Nº

SÉCULO

de 7 / 06 / 68 / CD - 300 / Pº 20-22

Nº / de / /

Doação de terra da União perante do Parque Nacional da Foz do Iguaçu - PR

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, discute-se o terceiro projeto da pauta, que se refere à doação ao Município de Matelândia, no Estado do Paraná, de área pertencente à União, integrante do Parque Nacional da Foz do Iguaçu.

Há poucos dias, o Ministério do Interior, por decreto, criou a área metropolitana do Grande Rio e apresentou um plano de habitação, aproveitando os terrenos da União pertencentes, principalmente, aos órgãos da Previdência na Guanabara. Seriam ali construídas, segundo a previsão, trinta mil habitações do tipo popular, com a aplicação de um vasto plano de financiamento.

Na conformidade da Constituição, a área metropolitana será regulamentada por intermédio da lei complementar. Neste sentido, tivemos oportunidade de apresentar um projeto que recebeu o nº 34 ou 36-67, criando áreas metropolitanas, entre elas a do Grande Rio, que abrangeria os municípios fluminenses limítrofes à Guanabara. Esse projeto de lei complementar disciplina a distribuição dos serviços públicos nessa área, os investimentos, inclusive no setor habitacional, com a criação de um órgão que superintenderá toda a aplicação dos recursos naquela área.

A matéria deve ser regulada não por medida governamental, mas por medida eminentemente legislativa — lei complementar. Por outro lado, de acordo com declarações do próprio diretor do órgão criado pelo Ministério do Interior, era uma medida parcial, porque faltavam certos elementos no projeto de minha autoria, por exemplo, esta falha não se verifica, porque prevê o que se faz necessário à execução perfeita e cabal dos serviços públicos naquela área.

Era criado, também, o Grande São Paulo, uma das maiores aspirações do povo paulista, a fim de que os problemas referentes àquela setor congestionadíssimo da área da capital de São Paulo fossem equacionados

por um órgão que reunisse todos os instrumentos indispensáveis para solucionar esses problemas, principalmente os de habitação, água, saneamento, transporte, trânsito, etc.

O Sr. Lurtz Sabatá — Nobre Deputado de fato a Carta Magna consagra a constituição de áreas metropolitanas, visando exatamente a esse princípio que V. Exª enumera. Há poucos dias ouvi V. Exª fazer, da tribuna, justamente reparos à iniciativa governamental. Creio até que o Executivo a tenha tomado no sentido de grilar ou de plagiar o próprio projeto de V. Exª, o que, aliás, não é novidade. Além do mais, nobre Deputado, o Poder Executivo constituiu-se assim, num poder superlegiferante, para editar decretos-lei, leis e mensagens geralmente incompletos, porque não tem sensibilidade para os problemas complexos desse conjunto. V. Exª citou São Paulo, só o legislador que fez em São Paulo, assim como V. Exª na Guanabara, tem condições de a

situara completa para a coordenação desses serviços. O problema habitacional é muito sério na Capital de São Paulo, centro industrial, assim como na Guanabara. Veja V. Exª os municípios vizinhos, que fazem parte da área metropolitana. O cidadão não pode morar na Capital, porque o problema habitacional é sério, e desloca-se para uma cidade vizinha. Portanto, o problema habitacional é interligado. Um órgão coordenador que possa disciplinar, num conjunto, as soluções destes problemas seria o ideal, como preconizou V. Exª, enquanto que o decreto baixado pelo Sr. Presidente da República não específica, não orienta, não dá a dimensão exata para a solução do problema. Tenho a impressão de que alguém, não sendo simpático a V. Exª, deu a idéia de que se deveria baixar um decreto; só que, para não copiar o projeto de V. Exª, deixaram essa parte essencial, o que vem demonstrar, também aí, a incapacidade legiferante do Poder Executivo.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exª. É o processo de legislador através de decreto-lei, que tanto a Oposição combate, com justa razão.

Desta superintendência, criada para as áreas metropolitanas, instituídas por decreto-lei, afirma o seu diretor que ela não é completa, porque falta um órgão para coordená-la. O Projeto nº 32-67, de minha autoria, diz o seguinte:

“O Poder Executivo fica autorizado a instituir em cada uma das regiões metropolitanas enumeradas no artigo anterior, mediante convênio com os Estados e Municípios cujo território esteja nelas compreendido total ou parcialmente, um órgão com personalidade pública, autonomia administrativa e financeira, para estabelecer e executar planos integrados de desenvolvimento e administrar os serviços de interesse da região”.

Compete ao órgão da Região Metropolitana, aquela que falta a esse serviço criado por decreto:

“Elaborar, promover e fazer cumprir o planejamento das atividades e serviços de interesse metropolitano e os projetos respectivos observadas as diretrizes do planejamento federal e estadual, e respeitado o peculiar interesse de cada Município;”

“II — promover a coordenação das atividades e serviços de interesse metropolitano, harmonizando-os com o planejamento da Região e estabelecimento as prioridades e programações convenientes;

“III — operar, conceder, permitir e controlar serviços de inter-

resse metropolitano, que lhe forem regularmente atribuídos;

“IV — obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para a elaboração de projetos, execução de obras e realização de atividades ou serviços de interesse metropolitano, a cargo de outras entidades;”

E assim por diante. O órgão terá toda essa atividade e atuará no sentido de harmonizar os interesses da Região Metropolitana. Por exemplo, na Região Metropolitana nº 6 de meu projeto figurá o Estado da Guanabara e os Municípios de Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Mage, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, São Gonçalo e São João de Meriti.

O atendimento a essa região metropolitana, que planejei em meu projeto, seria feito, por esse órgão, com personalidade pública autônoma administrativa e financeira para estabelecer e executar planos integrados de desenvolvimento e administrar os serviços de interesse da região.

O Sr. Dayl de Almeida — Permita-me, nobre Deputado, V. Exa, apresentar, sem dúvida, um projeto em elaborado bem trabalhado e com altos e nobres objetivos. Entretanto, quero chamar a atenção de V. Exa, para três problemas. Primeiro, a Constituição estabelece a criação de áreas metropolitanas para efeito de solução de determinados problemas de interesse comum dos municípios da mesma região. Ora, o Estado da Guanabara é um estado-cabeça, não tem municípios. Conseqüentemente, não há possibilidade de se criar uma área metropolitana que abranja um Estado e municípios de outro Estado, porque não é esta a forma constitucional prevista. Segundo problema: a região metropolitana, no caso do projeto de V. Exa., bem como no anteprojeto divulgado pelo Serviço Nacional de Assistência aos Municípios, sobre o mesmo assunto, surgida como um ato de cúpula, de cima para baixo, não para atender a uma necessidade que emergisse da própria área a ser estruturada em região metropolitana, mas de decisão superior, no caso de o Congresso Nacional aprovar a iniciativa de V. Exª, com a sanção do Presidente da República se vier a ser caso. Julgamos que as regiões metropolitanas devam surgir por interesse do povo dessas regiões, através dos seus legítimos representantes, que são os vereadores às Câmaras Municipais, com a homologação das Assembléas Legislativas dos Estados que nestas regiões estejam interessadas. Não acredito em decisão de cúpula, nem em atos de política, praticados por simples iniciativa de um órgão que não surgiu das necessidades e interesses do povo. Terceiro problema para o qual chamo a atenção de V. Exa.: o Estado do Rio sofre um processo de marginalização exatamente pela proximidade da antiga Capital da República, processo inteiramente natural, sociológica e historicamente falando. Mas, ocorre que, hoje, as áreas que V. Exa. pretende incorporar numa região metropolitana têm, justamente, problemas em divergência, em choque em conflito com a problemática do Estado da Guanabara. Para esses três fatos chamaria a atenção de V. Exa. e gostaria de ouvir a sua opinião sobre eles.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Exa. o aparte e vou responder aos três pontos.

Primeiro a Guanabara, sendo um Estado sem município, tem prerrogativas de município, tanto assim que possui autoridade para cobrar impostos municipais, estaduais etc. Não seria esse o empecilho. A Guanabara é no fundo, uma Cidade-Estado. Por outro lado, nobre Deputado, não é uma decisão de cúpula; é uma lei.

A Constituição determina que as regiões metropolitanas serão reguladas por uma lei complementar. Entã

A lei regulamentará a matéria. Mas a decisão é tomada através de um convênio, respeitados todos os interesses municipais.

Está aqui: este órgão que vai administrar, superintender etc. — veja bem — está incumbido de:

"Elaborar, promover e fazer cumprir o planejamento das atividades e serviços de interesse metropolitano e os projetos respectivos, observadas as diretrizes do planejamento federal e estadual, e respeitado o peculiar interesse de cada município".

Está aí perfeitamente respeitado o interesse do município, que não entrará em choque, absolutamente, com o interesse, com o planejamento de toda a região metropolitana.

Portanto, V. Exa. pode ficar tranquilo. Esse cuidado eu tive. Sou um municipalista, sou um eterno defensor da autonomia municipal. Tanto assim que me bati, violentamente, contra a cassação dos 63 municípios, através da mensagem governamental. O primeiro cuidado que tive foi o de respeitar todo o peculiar interesse dos municípios.

O Sr. Dayl de Almeida — Faço uma pergunta direta a V. Exa. Não tenho o projeto de V. Exa. a não, no momento, mas já o li, porque quando da sua publicação no Diário do Congresso, chamou-me ele a atenção. Pergunto a V. Exa.: como surgiria essa Região Metropolitana? Através de resolução das Câmaras municipais, com aprovação das Assembleias Legislativas dos dois Estados, surgiria em decorrência de uma lei?

O SR. RAUL BRUNINI — Está dito aqui expressamente no art. 2º do projeto:

"Art. 2º O Poder Executivo fica autorizado a instituir em cada uma das Regiões Metropolitanas enumeradas no artigo anterior, mediante convênio com os Estados e Municípios..."

Então é mediante convênio. Não é uma atitude compulsória, e a lei respeitará esse convênio.

O Sr. Dayl de Almeida — A lei se refere expressamente aos municípios da chamada Baixada da Guanabara, a baixada do rio Guandu — Nilópolis, São Gonçalo, Magé, Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Itaguaí. Pergunto a V. Exa.: se o projeto a esses municípios se refere especificamente estão eles obrigados ao convênio?

O SR. RAUL BRUNINI — Não são obrigados ao convênio. É evidente que a lei é expressa: cria a Região.

O Sr. Dayl de Almeida — Então, o projeto é inócuo.

O SR. RAUL BRUNINI — O projeto não é inócuo. O projeto é normativo, determina as Regiões Metropolitanas. E é de se presumir o interesse dos municípios em contar com a colaboração de um órgão federal para a melhor distribuição e resultado desse serviço público, a fim de evitar o desenvolvimento irregular das áreas. Então, há necessidade de haver um perfeito equilíbrio no desenvolvimento das áreas metropolitanas.

O Sr. Dayl de Almeida — Quanto aos objetivos estou de pleno acordo com V. Exa. A minha discordância, no momento, é quanto aos *modus faciendi*, é quanto à União de áreas metropolitanas municipais num Estado-Cidade com municípios de outro Estado. Esta, a primeira objeção.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, é da competência da União celebrar convênios com os Estados para a execução, por funcionários estaduais, de suas leis, serviços ou decisões. É o que consta da Constituição, Título I, "Da Competência da União", art. 3º O projeto está dentro desse espírito de contribuição da União para os Estados. Visa a cont...

estaduais e municipais e maior rendimento deles, a fim de evitar que uma área seja mais beneficiada que outra, se desenvolva mais do que outra. Enfim, o objetivo do projeto é trazer a harmonia ao desenvolvimento de determinadas áreas.

O Sr. Dayl de Almeida — Nobre Deputado, V. Exa. vai perdoar-me a insistência em que o estou apateando.

O SR. RAUL BRUNINI — Tenho imenso prazer nisso.

O Sr. Dayl de Almeida — Lamento profundamente ter de fazê-lo com a permissão de V. Exa., o que me é muito honroso. Mas, se V. Exa. atentasse para o texto da Constituição — art. 157, § 10º — veria que as áreas metropolitanas se destinam à realização de planos dos serviços necessários ao desenvolvimento integrado da região, mas serviços específicos, aqueles que interessam aos municípios para se integrarem na área. Pergunto se o projeto de V. Exa. não dá uma amplitude muito grande a esse planejamento.

O SR. RAUL BRUNINI — Sem dúvida alguma.

O Sr. Dayl de Almeida — Este é um dos meus receios também, Deputado, porque há de V. Exa. convir que, os municípios adquirirem ou adquiram — vamos dizer assim — a sua independência econômica, base da sua autonomia política, quando a Federação está sendo postergada. Há um processo de supremacia natural da União, inclusive através de serviços que a União realiza nos Estados. V. Exa. sabe, por exemplo, que o INPS, arrecada mais do que qualquer Estado do País e tem serviços mais desenvolvidos em muitos Estados do que os próprios serviços estaduais; V. Exa. sabe que o Banco da Amazônia tem mais recursos do que o Estado da Paraíba; V. Exa. sabe que a SUDENE é hoje uma potência dentro dos Estados que compõem o Polígono das Sêcas e assim sucessivamente. O meu receio é de que cada vez mais a Federação se estiole e cada vez mais os municípios percam a sua autonomia.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, o projeto vem justamente em sentido contrário às declarações de V. Exa. O projeto vem facilitar a execução de todo o planejamento municipal, vem suplementar os recursos municipais, vem dar a possibilidade da execução de todos esses serviços de infra-estrutura, vem exatamente preencher todas aquelas falhas que possam existir na administração municipal, através de convênios e respeitando o interesse peculiar de cada município. A instituição de Regiões Metropolitanas vem, na expressão popular, "a calhar", para atender todas as reivindicações, principalmente dos municípios.

O Sr. Lurtz Sabiá — Concede-me V. Exa. um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Com imenso prazer.

O Sr. Lurtz Sabiá — Nobre Deputado, ouvi o aparte do eminente Deputado Dayl de Almeida sobre o problema das áreas metropolitanas. Sua Excelência está naturalmente preocupado com a influência política que porventura possa existir no campo administrativo do controle das despesas ou da aplicação dos recursos. Mas a consecução da área metropolitana está consagrada na Constituição, exatamente para o encaminhamento da solução dos problemas que afligem essas regiões. Vou citar um exemplo: São Paulo tem o Rio Tamanduateí, que sai de São Bernardo, Santo André, São Caetano, atravessa a Capital e desemboca no Rio Tietê. Quando no exercício do mandato de Deputado estadual, verificando o problema das enchentes, apresentei um projeto — naquela época a Constituição não o impedia — criando a Superintendência do Tamanduateí na qual estariam coordenados recursos do Estado, por que o rio é estadual, e da Prefeitura de São Paulo. Pois bem, quando o

projeto se encontrava em tramitação, apressaram-se as Prefeituras de São Caetano, de Santo André e São Bernardo, através dos seus representantes, a propor que a Superintendência abrangesse os municípios alcançados pelas cheias do rio. Então, vê-se a como surge a questão da solidariedade na solução de um problema que é comum, através de um conjunto. O projeto de V. Exa. estabelece a criação de uma área, o estudo dos problemas que a afligem e a concentração de recursos municipais na solução dos seus problemas. Não vai a nenhuma ingerência de ordem política ou de ordem administrativa e, muito menos de ordem econômica-financeira, e sim a conceituação dos problemas e como resolvê-los em conjunto. Esse é a melhor, o conteúdo exato e o texto da própria Constituição, ou do legislador, que lá o colocou. Não acho que possa existir, no caso específico da Guanabara, com a Baixada Fluminense, nenhuma ingerência da administração estadual, mesmo porque o organismo não vai pertencer ao Estado da Guanabara, mas sim à área metropolitana, que formará o seu conselho administrativo para a solução dos problemas e aplicação dos recursos.

O Sr. Dayl de Almeida — Permite-me, nobre Deputado, responder, indiretamente no seu discurso, ao arrote do Deputado Lurtz Sabiá que trouxe o exemplo do Rio Tamanduateí. Se, acaso, se cuidasse aqui do Rio Paraná e da necessidade de criar uma região metropolitana no sudoeste de Mato Grosso e no oeste de São Paulo, integrando, por exemplo, o Município de Pôrto Estácio, em São Paulo a Mato Grosso, admitindo-se que Mato Grosso não tivesse municípios, fosse simplesmente um Estado — quer dizer o órgão interviniente para a constituição da região metropolitana como é o caso da Guanabara, o segundo Estado da Federação em produto bruto nacional e o primeiro em renda per capita, em relação a Municípios subdesenvolvidos do meu Estado — não ficaria S. Exa. assustado? O problema é este.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, posso assegurar a V. Exa. — e tenho a impressão de que Vossa Excelência como um dos mais brilhantes representantes do Estado do Rio de Janeiro, deve ser um dos entusiastas defensores desse projeto — que os municípios do Estado do Rio integrantes da região metropolitana serão altamente beneficiados com a execução do planejamento no que se refere à habitação. Sabe V. Exa. que principalmente no setor habitacional, há uma desorganização total no planejamento, naquela região. Sabe Vossa Excelência que os Municípios de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis etc., sofrem terrivelmente este problema de habitação popular. E é de se resolver com equilíbrio, sem congestionar um setor em detrimento de outro. Pois este órgão viria equacionar o problema, beneficiando todas as áreas harmoniosamente. É neste o sentido principal do projeto: equacionar o problema com equilíbrio a fim de que os recursos da União não sejam forçados mais para um lado e menos para outro.

O Sr. Dayl de Almeida — Quanto aos objetivos, eu disse a V. Exa., não tenho a menor dúvida, são os mais são...

O SR. RAUL BRUNINI — Muito obrigado.

O Sr. Dayl de Almeida — ...os mais altos, os mais nobres. Meu problema é *modus faciendi*: não acredito em milhares de poder público federal. Se ocorresse, a Guanabara não seria o Estado mais favelado do Brasil. O Governo Federal está e já teve a responsabilidade da gestão da Guanabara durante toda a sua existência desde o Império, quando município neutro.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, veja V. Exa.: é porque não

o mínimo de
de 10 milhões
100 milhões de
ruzeiros novos.
ões e 273 mil.
hões 314 mil
hões 432 mil
outros países
a prima e generoso

havia planejamento algum. No Governo do Sr. Carlos Lacerda, fizemos uma experiência piloto de ótimos resultados, com a construção de vilas populares em substituição às favelas. Foi um trabalho penoso, árduo, difícil, mas foi feito.

O Sr. Dayl de Almeida — Não vamos citar exemplificações.

O SR. RAUL BRUNINI — Substituímos perto de trinta favelas. Erradicamos e transferimos todo aquele pessoal das favelas para as vilas populares, Vila Kennedy, Aliança, Cidade de Deus etc. É realmente um trabalho árduo, penoso, difícil, mas possível...

O Sr. Dayl de Almeida — Perfeitamente.

O SR. RAUL BRUNINI — ...havendo planejamento, disposição e recursos.

Com este projeto, tenho a pretensão de contribuir para isso. Não digo que ele resolva cem por cento, ou solucione todos os problemas. Mas é o início de um planejamento que, continuado, poderá vir, no futuro, a trazer os melhores resultados para a solução destes problemas que lá estão. Ninguém traz um remédio, uma solução ou contribuição. É muito fácil falar e debater, apresentar solução é que é difícil.

Sei que V. Exa. está apoiando a iniciativa nossa, com os receios justos diante daquilo que foi feito até hoje, sempre com maus resultados.

O Sr. Dayl de Almeida — Muito obrigado.

O Sr. Nicolau Tuma — V. Exa. focaliza da tribuna um problema de grande importância. Está antevendo o futuro das nossas grandes regiões metropolitanas. Na verdade, se desde já algumas normas acauteladoras desses crescimentos não forem tomadas, estaremos caminhando diretamente para o caos.

O SR. RAUL BRUNINI — Perguntemos a V. Exa.: o Grande São Paulo não é hoje, em matéria de urbanismo, em matéria de planejamento, um verdadeiro caos? Tivemos, na Comissão de Transportes, hoje, na presença do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito e vimos — vários Deputados que lá estiveram podem testemunhar — que realmente é uma verdadeira barbúrdia o que se verifica nesse setor. E no de habitação popular e de serviços públicos? Peço o testemunho de V. Exa., que é, sem dúvida alguma, um dos melhores representantes de São Paulo.

O Sr. Nicolau Tuma — Agradeço as palavras de V. Exa. Devo trazer o testemunho de quem foi, por 12 anos, vereador em São Paulo.

O SR. RAUL BRUNINI — Boa experiência.

O Sr. Nicolau Tuma — Quando disputei, pela primeira vez, as eleições para vereador, em 1947, fazia minha propaganda no rádio dizendo que precisávamos preparar São Paulo para quando tivesse 2 milhões de habitantes. Isto em 1947. Hoje, o Departamento Estatístico estima a população de São Paulo em 5 milhões e 600 mil habitantes. Prevê-se que, dentro de pouco tempo, teremos 6 ou 7 milhões, já tem mais de 7 milhões de habitantes. Não temos um planejamento conjunto. Onde termina uma avenida em São Paulo não começa uma avenida de São Caetano, de Santo André ou de São Bernardo. De modo que há necessidade de um planejamento geral. Entretanto é preciso que este grupo que vai dirigir as áreas metropolitanas previstas pela Constituição Federal, examine bem a constituição dessa organização à luz da autonomia municipal. O Sr. Ministro da Justiça, Professor Gama e Silva, e visita que fez ontem ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado José Bonifácio, teve a oportunidade de dizer, em palestra com os Deputados que se encontravam no Gabinete do Presidente da Câmara,

que o Projeto das Áreas Metropolitanas está sendo elaborado pelo Executivo com o maior cuidado possível, tendo sido feito por duas ou três vezes para atender às peculiaridades, para atender à autonomia do município. Então, este projeto vai ser mais de caráter normativo do que propriamente executivo. É esta a contribuição que queria dar ao discurso muito oportuno de V. Exa., porque, na realidade, no Brasil, caminhando como estamos para a era mecanizada, inclusive na agricultura, vamos ter por certo índices de população urbana cada vez maiores, como aconteceu nos Estados Unidos. No começo deste século, mais de 70% da população dos Estados Unidos se dedicava a atividades rurais. Hoje, acredito que 10%, no máximo, se dedica a essas atividades. Portanto, as concentrações urbanas se constituem numa fatalidade do progresso. E se desde hoje não pudermos prever, através de leis normativas, o crescimento urbano, evidentemente caminharemos para o caos. O Dr. Hely Meireles, Professor de Direito Municipal, um dos grandes municipalistas de São Paulo, que foi Secretário no Interior e é hoje Secretário de Segurança Pública, no seu livro "O Diretor de Construir" admite leis federais de caráter normativo. Quando elaborávamos o Código Nacional do Trânsito, eu fui relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça. Pela Constituição anterior, de 46, havia uma dúvida sobre a competência da União na parte referente à legislação sobre trânsito. Na atual Constituição corrigi essa dúvida, com emenda de minha autoria, dando competência exclusiva à União, para a disciplina das leis do trânsito. Pois bem, baseado exatamente em trabalho do Professor Hely Meireles examinei o assunto e pude dar parecer pela constitucionalidade, aprovado por unanimidade por aquela Comissão e pela Câmara. A luz da atual Constituição, que já foi mais ampla e se estendeu às áreas metropolitanas, nós poderemos evidentemente legislar até em matéria de urbanismo, nas suas linhas mestras, porque o crescimento urbano precisa ser hoje bitolado nos seus gabaritos, nos seus parâmetros a fim de que esse crescimento não nos alcance desprevenidos. Cumprimento V. Exa. pela iniciativa, porque, mesmo se ela não puder ser aprovada no seu todo, ela se constituirá numa magnífica contribuição a esta tão importante matéria.

O SR. RAUL BRUNINI — Quero lembrar a V. Exa. que no item I, do § 1º, diz o seguinte:

"O convênio assegurará:

I — obrigatoriamente a representação, no órgão da Região Metropolitana, das pessoas jurídicas de direito público interno que o instituírem, e facultativamente, a das sociedades e associações de direito privado para o desenvolvimento regional.

É a participação no órgão da região metropolitana de todas aquelas entidades interessadas no desenvolvimento da região.

O Sr. Nicolau Tuma — Estamos acompanhando, nesse passo, nobre Deputado Raul Brunini, mais ou menos a organização municipal norte-americana, onde existe a City e o County. O County seria, traduzido no Brasil, a nossa Comarca. Mas a nossa Comarca tem uma jurisdição de Justiça exclusivamente, ao passo que County americano abrange um pouco mais — é uma comunidade, é um convênio de municípios para solução de problemas comuns.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa.

O Sr. Francolino Pereira — Permite V. Exa.?

O SR. RAUL BRUNINI — Se o Sr. Presidente permitir, darei o aparte a V. Exa.

O Sr. Francellino Pereira — V. Exa. mais do que qualquer um de nós, há de ter interesse na lei complementar relativa à criação de regiões metropolitanas; é Deputado pela Guanabara e o Grande Rio é uma esperança para os representantes daquela região. Também, em Minas Gerais, temos preocupações pelo assunto. Belo Horizonte é hoje, centro de uma comunidade sócio-econômica. Diversas cidades cercam aquele centro metropolitano.

O SR. RAUL BRUNINI — O meu projeto prevê região metropolitana para Belo Horizonte e cidades ar-cunvizinhas.

O Sr. Francellino Pereira — Citará mais: não sei se o projeto de V. Exa se refere à necessidade de outras regiões metropolitanas, que não aquelas das capitais. Como sabe V. Exa, existem nove grandes regiões metropolitanas no Brasil, como existem 128 micro-regiões metropolitanas. Entre essas regiões micrometropolitanas, devo citar a V. Exa uma comunidade mineira composta de três municípios, Cidades de Coronel Fabriciano, de Itapitinga e de Timóteo. Coronel Fabriciano é a matriz da comunidade. Cresceu para o lado direito e ao lado direito nasceu a USIMINAS — cresceu para o lado esquerdo, e do lado esquerdo nasceu a ACESITA. Hoje a Cidade de Itapitinga tem sua arrecadação aumentada, em virtude do IPI em mais de 26%. O Prefeito não sabe onde aplicar os recursos: quer até anexar o município vizinho. Município de Mesquita, para poder levar o asfalto à cidade vizinha. O Município de Timóteo teve também um aumento na arrecadação superior a 100%. Enquanto isso, a Cidade de Coronel Fabriciano, que é o centro da comunidade sócio-econômica, não tem maiores indústrias, não possui recursos financeiros para a solução dos seus problemas básicos. Logo, a criação de regiões metropolitanas não pode ficar restrita às grandes concentrações urbanas identificadas com as capitais brasileiras. Deve também estender-se às regiões micrometropolitanas. Devo acrescentar a V. Exa, com permissão da Mesa, que há grande divergência a respeito da interpretação do dispositivo constitucional. Uns entendem que o dispositivo há de ser apenas regulamentado, dando-se poderes ao Governo para, através de decretos, criar as regiões metropolitanas. O "Correio da Manhã", através de um editorial muito bem fundamentado, entendeu que não é que o Congresso tem o poder e o dever de especificar na própria lei quais as regiões metropolitanas. Con-versando com o Sr. Presidente da República a respeito desse assunto, especificamente, conclui que S. Exa entende que o dispositivo da Constituição deve ser regulamentado no sentido de darem-se ao Governo poderes para, através de decretos, criar as regiões metropolitanas. De uma forma ou de outra, o assunto é realmente complexo, porque há de atingir, direta ou indiretamente, a autonomia municipal e até a autonomia dos Estados, e é por isso mesmo que o projeto elaborado pelo Governo, e publicado há sete meses no Diário Oficial para receber contribuição dos órgãos ou pessoas interessadas, terminou não sendo reformulado, porque até agora o Governo não encontrou um denominador comum, quer para conciliar os problemas da autonomia dos municípios ou da autonomia dos Estados, quer para chegar a uma conclusão sobre se o projeto deve especificar as áreas ou se deve apenas razer a regulamentação para permitir ao Governo a decretação das regiões metropolitanas. De qualquer maneira — e eu disse isso para o Sr. Presidente da República — a criação das regiões metropolitanas, quer por uma transição em lei, quer através de decreto, é uma imposição da hora presente, exatamente porque nas grandes concentrações urbanas e até nas micro-

regiões metropolitanas é que se localizam as inquietações estudantis e as inquietações dos trabalhadores. Por isso mesmo deve haver um planejamento global para essas regiões. Essas seria mais uma contribuição que o Governo daria, o Congresso também daria, para a solução desses problemas que tangem à inquietação operária, trabalhista e social naquelas regiões.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa. Acredito que realmente a micro-região metropolitana poderia também ser equacionada através de lei complementar, mas sou favorável à iniciativa do Congresso para que essa pletora de decretos-leis não venha perturbar e não traga no seu bojo essa atitude discricionária de legislar sem ser através do poder competente, que é o Legislativo. Portanto, as Regiões Metropolitanas devem ser reguladas por lei complementar deste Congresso.

O Sr. Hermanno Alves — Nobre Deputado Raul Brunini, é bom ver-se, através do aparte oportuno do Deputado Francellino Pereira, que o Sr. Presidente da República já entende de alguma coisa. Isto é muito bom!

O SR. RAUL BRUNINI — Sr. Presidente, creio que já esgotei meu tempo e este assunto das Regiões Metropolitanas, já está tardando a ser examinado e deliberado por esta Casa. E' questão indispensável ao desenvolvimento e ao progresso do País, as Regiões Metropolitanas, serão instrumentos de alta valia para o mais rápido desenvolvimento de certas áreas brasileiras. Quando especificamente se discutir esta matéria terei imenso prazer em voltar ao assunto, pois ele interessa profundamente a economia brasileira.

Antes de terminar, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao eminente Líder do Governo, Deputado Haroldo Leon Peres: o Município de Matelândia, no Paraná, foi incluído naquela região dos 68 municípios que perderam a sua autonomia.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Foi.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a informação de que o Município de Matelândia, no Estado do Paraná, foi incluído na relação dos municípios que perderam a sua autonomia. Agora estamos aqui para doar ao Município de Matelândia uma área pertencente à União, integrante do Parque Nacional da Foz do Iguaçu.

Sou favorável, portanto, Sr. Presidente, a este projeto. (Muito bem.)

se atende principalmente

rodovias mais trafeco

o, que também é o no-

47. As duas se concen-

mento sábado e domingo,

na.

ato, e também alertar, a-

o que foi feito pelo Pi -

o amigos pessoais do Sr.

, mitolavos, ambulâncias,

na, Sou órfão porque

querimentos de informa-

sei que o Sr. Leonel Lizandra é um homem que gosta

Nas minhas vida, Sr. Presidente, não se permite

seu lado. Tenho que me valer dos recursos re-

não oficiais o meu próprio pedido.

Nesse caso, que já é público e notório, do o

de uma oração em Itaguaí, fato que está como-

blica brasileira. Gostaria de saber porque esse

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez tentamos a aprovação de uma Emenda Constitucional, e desta vez uma das mais importantes, pois pretende o ilustre Senador Lino de Matos, autor da iniciativa, restituir ao povo brasileiro o direito de escolher o Presidente da República através do sufrágio direto e secreto.

Sr. Presidente o parecer do ilustre Deputado Raimundo Diniz é contrário à Emenda Constitucional. Gostaria, antes de entrar rigorosamente no mérito da matéria, de fazer um retrospecto da legislação eleitoral do nosso País. Reportemo-nos do ano de 1965, quando, no nosso entender, conseguimos uma legislação eleitoral que praticamente atendia a todos os ideais democráticos do nosso povo. Refiro-me à Lei 4.737, que instituiu o Código Eleitoral, e à Lei 4.740, que criou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Mercê de um esforço e interpretação do pensamento legítimo do povo brasileiro, os Congressistas elaboraram e votaram estes dois documentos, que foram transformados em lei. O primeiro, o Código Eleitoral, instituiu essa coisa que passou a ser um espantinho para o atual Governo. Diz o art. 22, parte 4ª "Das eleições" título primeiro do Código Eleitoral:

"O sufrágio é universal e direto; o voto, obrigatório e secreto."

"Art. 23. Nas eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores de Estado, Senadores Federais e seus Substitutos, Deputados Federais dos Territórios, Prefeitos e Vice-Prefeitos municipais e juizes de paz, prevalecerá o princípio majoritário."

Este dispositivo tão limpo e tão claro, sobre o voto universal e secreto para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, do Governador e Vice Governador tornou-se de tal forma proibitivo para os detentores do poder, que várias maquinacões foram invocadas para levar-nos, de retrocesso em retrocesso, até chegarmos a esta coisa: a sublegenda votada pela Maioria desta Casa.

Há mais. Na Lei Orgânica, tenhamos, no capítulo 2º, "Da cédula oficial", o art. 104, que dizia:

"As cédulas oficiais serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral devendo ser impressas em papel branco ou pardo e pouco absorvente. A impressão será em tinta preta, com tipos uniformes em letras."

Também a cédula oficial foi praticamente excluída do processo eleitoral, passando a vigorar somente para aqueles municípios cujo colégio eleitoral possuía acima de 100 mil eleitores. E voltou aquele processo retrógrado da cédula individual trazendo com ele, novamente, a pressão e a fraude.

E, Sr. Presidente, a Lei Orgânica dos Partidos tratava da reformulação partidárias. Dava todos os elementos indispensáveis a que a vida político-partidária se estruturasse de maneira tranqüila ordeira e de acordo com os interesses do eleitorado brasileiro. Mas toda esta legislação, Senhor Presidente foi por água abaixo, por assim dizer. E o Governo, através da sua maioria maciça no Congresso brasileiro, de revogação em revogação, conduziu a vida política nacional a esta situação terrivelmente marginalizada em que vive hoje Mercê destas iniciativas, foram afundando completamente o povo do processo eleitoral, excluindo-o da escolha do Presidente e Vice-Presidente da República, excluindo-o da escolha dos prefeitos das Capitais e de mais 62 municípios brasileiros e, em 1967, ex-

cluindo-o também da escolha de 11 Governadores estaduais.

Do voto livre e secreto passamos à simples nomeação, a homologações vergonhosas que em nada dignificam a vida pública brasileira.

Com a desculpa de acabar com o excesso de partidos nacionais baixou-se o Ato Institucional nº 2, extinguindo os partidos políticos e, conseqüentemente, naquela oportunidade, as candidaturas presidenciais já homologadas pelos partidos de então.

A União Democrática Nacional, partido ao qual pertencíamos, do qual faziam parte o atual Presidente do Congresso, os líderes do governo etc. tinha o seu candidato homologado e ratificado em três convenções partidárias realizadas em Curitiba, São Paulo e Niterói. Era ele o Sr. Carlos Lacerda. O PSD tinha também já homologado o seu candidato, que era o Sr. Juscelino Kubistcheck de Oliveira. E todo este processo foi sumariamente interrompido pelo Ato Institucional nº 2. E, por decreto, foram instituídas duas organizações: o MDB e a ARENA. Estas, para se constituírem, tiveram de cumprir determinada exigências numérica de deputados e senadores. E há até um fato comentado na oportunidade: para ser completado o número de senadores, foi necessário o empréstimo de alguns deles da ARENA, a fim de que o MDB pudesse ser organizado.

Agora, Sr. Presidente, a Oposição tenta uma emenda codinstitucional, de iniciativa, Senador Lino de Matos, dando nova redação ao caput do artigo 76, parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 77, e dando nova redação ao parágrafo primeiro dos artigos 79 e 81 da Constituição Federal, que trata da eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República, e introduzindo uma inovação, que é a reeleição para o novo período.

O parecer é do ilustre Deputado Raimundo Diniz, no qual S. Exª faz uma série de indagações e coloca frente a frente as teses antagônicas. Mas prefere concluir o seu parecer, não entrando no mérito. Diz ele claramente:

"Por estas razões, sem contrariarmos o mérito da Emenda, porém, dando especial relevo quanto à sua oportunidade, é que opinamos pela sua rejeição."

Portanto, o ilustre Relator não analisa o mérito da emenda; fica somente no exame da sua oportunidade. Diz ele:

"O projeto restabelece o princípio da eleição direta e prevê a instituição de norma que faculta ao Presidente e Vice-Presidente o direito de disputarem uma reeleição. Despreza, por outro lado, o princípio da maioria absoluta, estabelecido no citado projeto originário da Câmara dos Deputados.

A justificação é sóbria. Não az críticas nem estabelece comparações entre o sistema instituído na Constituição de 1967 e aquele que pretende restabelecer. O assunto, todavia, é polêmico e tem merecido cuidadosos estudos por parte dos constitucionalistas.

Em se tratando de emenda Constitucional, indagações preliminares devem ser feitas.

Corresponde a atual Constituição a realidade e necessidades nacionais?"

Concluimos que a emenda deve ser acolhida, Sr. Presidente. Uma reforma constitucional não é bicho de sete cabeças, e a Constituição de 1946 sofreu várias emendas que foram aprovadas, e nem por isso ela foi desfigurada. Portanto, o argumento não prevalece.

Diz o Relator:

"A Constituição de 1967 é fruto de um momento político, de sério

RAUL BRUNINI
CÂMARA
SENADO
27/06/66 / 03-07-01 Pg 796/7
Nº / da / /

Leis de 1967

momento político, que levou o País à proximidade de gravíssima convulsão político-social de conseqüências imprevisíveis. Foi elaborada num espaço de tempo insuficiente até para uma simples legislação ordinária."

Vejam bem — peço a V. Exas. que ouçam com atenção o que diz o Relator:

"Foi elaborada num espaço de tempo insuficiente até para uma simples legislação ordinária. Foi escudada nos princípios defendidos pela Revolução, princípios estes aceitos por uns e negados por outros, mas que na realidade existiam e existem, embora muitos continuem a negá-los.

Forçosamente não poderia ser uma Constituição quanto possível perfeita."

O Relator confessa, no seu parecer, que o tempo não foi suficiente nem para uma legislação ordinária e que realmente não é uma legislação perfeita. É, sem dúvida alguma, uma Constituição que precisa ser refeita em muitos tópicos, que precisa ser melhorada. E só se melhora, através de uma emenda constitucional. E este é o momento oportuno para essa reforma. Reforma não é retrocesso; reforma avanço; reforma tem o sentido de melhorar. E foi com este intuito que esta emenda constitucional foi apresentada pelo ilustre Senador Lino de Matos.

Continuando, diz o Relator:

"Não poderemos, por outro lado, responder afirmativamente à segunda indagação.

Orientada no sentido do fortalecimento do Poder Executivo, uma reforma, ou 20 (números de emendas, aproximadamente, pendentes de apreciação), poderia significar a quebra de um sistema, sem a precisa implantação de um outro. E mais: iniciado o ciclo das reformas, não estariam abrindo caminho para retrocesso?"

Indaga o Relator. Eu digo que não, porque a Constituição de 1946 sofreu várias emendas. Foi reformada várias vezes e com isso não se desfigurou, não se alterou o sentido da sua linha mestra.

Não há, portanto, por que se temer a reforma de uma Constituição. O que se pede hoje é a consulta ao povo pelo sistema direto e secreto para eleição do Presidente e Vice-Presidente da República. É esta a tese fundamental, o que se apega a situação para evitar o teste da consulta popular. É este o temor do Governo. E sentimos nas entrelinhas do parecer do próprio Relator, que é um jovem Deputado, o desejo de dar o seu voto favorável. O Relator nem no mérito quis entrar, pois, talvez, sua consciência democrática repelisse a tese da eleição indireta. Compreendemos, pois, preso está a um esquema político-partidário. No mérito não entrou; só vale o seu parecer quanto à oportunidade.

É assim que está agindo a maioria da ARENA. Sente-se, nas conversas com cada um deles, o desejo de reforma, mas, também, sente-se que estão presos ao esquema do qual dificilmente poderão desvencilhar-se.

A eleição indireta, da maneira como se processa atualmente no País, é uma burla, é uma fraude, é uma vergonha, porque, muitos meses antes da eleição, já se sabe quem será o Presidente da República. O Marechal Costa e Silva foi nomeado no dia 5 de outubro de 1965 e tomou posse no dia 15 de março de 1967. O seu sucessor será aquele que a ARENA indicar, e precisará somente de 295 votos para ser eleito. É isto o que este País merece? Será que milhões de eleitores brasileiros podem ser substituídos por 295 votantes que não re-

ceberam desses eleitores delegação para escolher o Presidente da República?

O Sr. Maurilio Ferreira Lima — Senhor Deputado, veio V. Ex.^a referir-se ao sucessor do atual Presidente da República, o Sr. Costa e Silva. Acha-se reunida neste Congresso a convenção da ARENA, e um dos jornais do País, o "O Estado de São Paulo", está fazendo um levantamento entre os convencionais, para ver quem terá a preferência do partido para Presidente da República. Há uma lista de nove nomes, os mais ilustres da agremiação governista, e um espaço em branco. Informa o jornalista que está cuidando dessa pesquisa que vem merecendo a preferência da ARENA justamente não os nomes já inscritos na lista o assinalado no espaço em branco e que não é personalizado. E este é o Sr. Ministro da Guerra.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Helio Navarro — Não se trata de nome, nem de partido, mas de cargo, ou melhor, de quem detiver o maior poder de fogo na República.

O SR. RAUL BRUNINI — Senhor Presidente, V. Ex.^a já me acena; meu tempo está a terminar. Sabemos qual será o destino dessa emenda; ainda mais começando a votação pelo Senado, onde a representação do MDB, infelizmente, é flagrantemente minoritária ela será fragorosamente derrotada. E no Senado que o Governo exerce mais forte pressão, pois conta com uma bancada maciçamente majoritária. Ali tem seu líder que, ao que tudo indica, voltará a presidir a ARENA. Segundo informam agora os convencionais do partido, já voltou a presidir-lo. Dupla forma de pressão: Presidente da ARENA e Líder do Governo.

A resistência do MDB se faz com a maior bravura mas, numericamente, não podemos competir com a ARENA. O Governo só nos vence pelo número.

Sabemos qual o destino desta emenda. A Câmara nem sequer terá oportunidade de manifestar-se sobre a votação, pois, será rejeitada a proposição no Senado. É pena que assim ocorra; é melancólico que isto suceda, pois toda esta agitação que varre hoje o País, de Norte a Sul, toda esta inconformidade vem também desta marginalização do povo na escolha dos seus governantes. O povo está completamente divorciado do processo eleitoral. O Governo que hoje conduz os destinos deste País não tem qualquer compromisso com o povo, é um Governo nomeado pela maioria eventual que dispõe na Câmara e no Senado.

O Sr. Lurtz Sabiá — Nobre Deputado Raul Brunini, hoje, no Pequeno Expediente, em modesto pronunciamento, analisou o Brasil e a França, citando Charles De Gaulle com a sua extraordinária atitude de estadista. No auge da crise político-social-econômica da França, um homem com dimensão de estadista dissolve o Parlamento e convoca eleições gerais. Veja a absoluta confiança no povo, a sensibilidade de um governante. No Brasil é exatamente o oposto. Quanto mais tempo passa, mais se distancia o Governo do povo. E, quando há um movimento de estudantes, o Governo parece que mobiliza o Exército Nacional inteiro e fica apavorado, porque este Governo não saiu do povo, não tem a compreensão e a sensibilidade do povo. E, neste divórcio, leva o País a uma atmosfera contristadora de apatia e nos oferece este quadro político ridículo. Então, eu indagava: por que os governantes brasileiros não atentam para o estadista Charles De Gaulle e não tomem um pouco de ensinamento, para dar oportunidade de participação ao povo? Quem sabe, assim poderão eles, aproximar-se ao povo? Do contrário, iremos ter uma Nação com governantes completamen-

te afastados pelo menos de 95 a 99% do povo. Vale dizer, a Nação não terá condições de viver numa atmosfera de paz e prosperidade.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, mas prefiro não fazer comparações e ficar com o exemplo de casa mesmo, pois confio plenamente na reação do povo brasileiro. Não pode continuar esse divórcio entre o povo e as decisões governamentais. Acredito sinceramente que até 1970 muita coisa ocorrerá ainda neste País. Creio que não se poderá sopiar por muito tempo a ventade do povo.

Não pregamos a violência. Abomilamos a violência. Mas a advertência fica ao Governo, de que não se pode jogar com a paciência do povo durante muito tempo. O povo sente o desejo, o dever de participar da vida pública do seu País, e ninguém tem o direito de privá-lo de conduzir os destinos da sua Nação.

Portanto, Sr. Presidente, se o Governo quer realmente conduzir os destinos do País no rumo seguro do seu progresso, do seu desenvolvimento, não pode prescindir da decisão do povo, que é soberana. Ninguém conseguirá deter o povo, marginalizado das decisões de uma Nação.

Acredito sinceramente que até 1970 o povo, através das suas manifestações mais legítimas, através de meios pacíficos ou não, levará o Governo a abrir as portas das decisões ao voto livre, direto e secreto dos brasileiros. (Muito bem; muito bem; palmas.)

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, a atenção do mundo político brasileiro, há vários dias, está presa à reunião do Conselho de Segurança Nacional. Quando todos esperavam que esse órgão máximo do Governo brasileiro terminasse a sua reunião de ontem com uma apreciação sobre os problemas que inquietam a Nação, e apresentasse um resultado que trouxesse ao povo tranquilidade, esperança no futuro deste País, o Governo, através de uma medida protelatória, estende por quase mais uma semana o suspense que domina o País, com consequências danosas para a sua economia. Realmente, o País está parado: comércio, indústria, profissões liberais sofrem com essa indecisão de rumos pela falta de visão do Governo Costa e Silva. Se o próprio Governo alardeou as despesas ou os prejuízos com as passeatas estudantis, o que não dizíamos nós, com esse suspense que dura há quase 15 dias nesta Nação? Afinal isto depois de ouvir lideranças de meu Estado no setor da indústria, do comércio e investimentos, profundamente preocupadas com esta ameaça que paralisa totalmente qualquer iniciativa. É impossível calcular o prejuízo que a Nação vem tendo com esse estado de incerteza, diante da posição que deverá assumir o Governo depois da terminada a conferência dos maiores do Conselho de Segurança Nacional.

Na verdade, o que decide o Governo? Por que está reunido o Conselho de Segurança Nacional? Deveria esse órgão reunir-se periodicamente, mas praticamente não o faz, como também para as reuniões ministeriais do Governo Costa e Silva. Este é um erro fundamental para o sucesso de qualquer governo. As reuniões de cúpula deveriam ser rotineiras, a fim de conferir periodicamente o resultado da ação do Executivo. Temos muito especificamente essas reuniões. Elas são realizadas quando há qualquer anormalidade. Mas, tirando-se a medida da opinião dos órgãos de informação, chega-se à conclusão de que o Conselho de Segurança Nacional se reúne para decretar ou não o estado de sítio e tomar outras medidas correlatas. Creio que ninguém melhor poderá retratar esse estado de coisas do que o conhecido órgão de imprensa da Guanabara, o "O Globo", que tem posição firmada de defesa intransigente do atual Governo. Na sua edição de ontem, na seção política, faz um relato que tem a configuração de uma declaração de voto. Lendo-se a matéria tem-se a impressão exata de que é uma cópia de declaração de voto de um personagem ou de uma corrente ao emitir a sua opinião, no momento de decisão do Governo, Senhores Deputados e peço que acompanhem com atenção a leitura de certos trechos desse documento:

"Ficando-se em torno do sítio, por enquanto, ele, que é tido como o menos, numa sequência em que o mais não está fora de algumas citações, são válidas referências à matéria constitucional: 1.º O inciso 1.º do art. 152 da Constituição autoriza o Presidente da República a decretar o sítio nos casos de grave perturbação da ordem ou ameaça de sua interrupção."

Nenhum dos membros do Conselho de Segurança Nacional, sequer, contesta que tenham ocorrido graves acontecimentos e que as condições terroristas de São Paulo se constituem em grave perturbação da ordem. Todas as previsões e informações, por outro lado, levam a que os estudantes e os terroristas não pretendem interrom-

per suas ações, isto é, também a ameaça continua grave.

Vejam que não é estilo de reportagem ou noticiário, mas estilo de relatório de partes que estão inteiradas do assunto.

b) O parágrafo 1.º do Inciso II diz que o decreto de sítio especificará as regiões a serem abrangidas, podendo ele ser determinado apenas para um ou de um grupo de Estados — ou, naturalmente, para todos.

A impressão é de que, decretado, o sítio será nacional, não comportando exceções. Houve, de início, uma tendência para se fixar a medida apenas na Guanabara, São Paulo e Pernambuco, mas entre as principais chefias militares — guardando-se as devidas ressalvas — a tônica é pela generalidade.

c) O mesmo parágrafo dispõe ainda que o Presidente da República nomeará as pessoas incumbidas da execução do sítio.

O consenso maior é de que deverão ser, em todos os Estados, chefes militares. Onde se localizarem comandos de Exército, os próprios comandantes — no caso da Guanabara, por exemplo, o General Sizen Sarmento. Em outros Estados, os comandantes das maiores unidades lá sediadas.

e) Evidente que o objetivo do sítio será a contenção total das manifestações de repúdio à Revolução. Para tanto, tomar-se-ão todas as medidas necessárias, como detenção de líderes e suspensões, sem a preocupação do *habeas corpus*.

A ação maior da medida, porém, terá relação com as atividades da imprensa. Não se esconde, nos setores revolucionários, a alegação de que muito do que vem acontecendo se deve à ação da imprensa publicando fotografias e descrições dos conflitos de rua e das manifestações de protesto.

Assim, no caso da adoção da medida, jornais, televisões e estações de rádio ficariam praticamente impedidos de noticiar qualquer coisa relacionada com aqueles acontecimentos, nem anunciando, nem relatando. Entendem que, com isto evitarão a chamada mecânica da bola de neve, ou seja, a sensibilização de grupos sociais pela ação de outros."

É prosseguiu esse relatório que, como percebem os Srs. Deputados, deve ter sido um furo de reportagem. Ou as informações foram dadas por alguma autoridade que vai proferir esse voto, pois o estilo foge completamente ao de uma reportagem.

Agora, o mais grave nisso que publicou "O Globo", na edição de ontem, é o seguinte:

f) Pelo artigo 153, a duração do sítio não será superior a 60 dias, prorrogáveis por uma vez. Ocorre dizer, 120 dias.

A grande dúvida de algumas lideranças revolucionárias mais radicais, como ainda há dias repetia o Deputado Clovis Stenzel, é saber o que virá depois. Suspensão o sítio, pelo decurso de prazo, retornam todas as garantias e liberdades e quem pode afirmar que não retornarão, também as ações que determinaram a adoção da medida?

Vejam bem como está arquitetada esta formulação:

As contestações ao sítio, formuladas pelos que desejam "alguma coisa mais", começam por aqui. Achem que a crise nacional, tal como existe, não poderá ser contida a prazo, ou seja, com data marcada — e é aí que o argumento maior da defesa de atos supra-sítio.

Vejam bem como esta notícia se encaixa perfeitamente na informação dada hoje pelo jornalista Hélio Fernandes, que é, sem dúvida, um dos homens que detêm as melhores fontes de informações. Diz ele:

"O Presidente Costa e Silva, depois de muito resistir (e essa resistência já vem de uma semana) está admitindo o estado de sítio.

Outra coisa que também posso informar com absoluta segurança. No caso da decretação do estado de sítio, ele será sucessivo. Isto é, primeiro por 60 dias, depois mais 60, outros 60 e assim indefinidamente. Uma coisa que eu não consegui descobrir, que o ministro da Justiça não sabe, que nenhum militar tem a mais leve idéia, e que o presidente desconhece inteiramente: Para que serve o Estado de Sítio? 60 dias de estado de sítio. Mais 60. Outros 60. E daí? Só por causa disso os problemas estarão resolvidos e a crise nacional debelada? É muita simplicidade para uma crise que é principalmente de profundidade.

Este noticiário do jornal "O Globo" de ontem, pelas minúcias, pelo estilo, ou foi um furo do repórter, conseguindo o que é praticamente uma declaração foi um voto, como V. Exas. perceberam pela leitura, ou então, transcreve informações dadas por algum dos participante.

Dois fontes completamente antagônicas nas suas posições políticas — "O Globo" e a "Tribuna da Imprensa" — chegam praticamente ao mesmo resultado: um, noticiando o que podia acontecer e, o outro, dizendo o que aconteceu.

Agora, o que é mais grave é esta informação do jornalista de que, depois de muito resistir — e esta resistência vem de mais de uma semana — o Presidente Costa e Silva já está admitindo o estado de sítio.

O Sr. José Maria Magalhães — Nobre Deputado Raul Brunini, V. Exa., enfoca, com muita oportunidade no seu discurso, este panorama melancólico da reunião do Conselho de Segurança Nacional. Digo melancólico porque, toda a vez que se transferem para área restrita decisões eminentemente do interesse do povo, não podemos esperar que de lá saiam a não ser medidas de repressão e de jugulação das liberdades públicas. Não há, como salientou V. Exa., necessidade de estado de sítio em nosso País ou de qualquer medida de repressão. O que vimos e aquilo a que assistimos é a incapacidade administrativa de um Governo que não atenta para as soluções dos nossos problemas fundamentais. Adota-se uma política econômico-financeira desastrosa. A agricultura está em crise; a pecuária em crise; a indústria em crise. Hoje mesmo li notícia sobre a falência de mais uma indústria na capital mineira. Tudo isto, Sr. Deputado, e que deveri merecer a atenção do Governo, uma reforma no ensino, uma reforma na estrutura bancária, uma reforma agrária, uma reforma para que o povo brasileiro pudesse caminhar para o desenvolvimento. Portanto receba V. Exa. o meu aplauso, quando enfoca, em sintonia com o passado de V. Exa. a situação atual e, ao enfocá-lo, também protesta contra este estado de coisas ou contra estas medidas que pretendem pôr em prática no sentido de cercar a liberdade pública, que já está tão limitada neste País.

O problema nosso não é este; é modificar as estruturas para caminhar-mos para o desenvolvimento.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa. Quero chamar a atenção para outra coincidência de informações. Diz aqui o relator de ontem: "O consenso maior é de que deverão ser em todos os Estados chefes militares". Previsão da reunião,

unias
Conselho
Seguran-
Nacional
J. J.

20 05 68
resultado da reunião. Também não há controvérsia em torno de um ponto, que é óbvio: o executor do estado de sítio será um militar, general de confiança, ao mesmo tempo, do Ministro e do Comandante dos respectivos Exércitos, do I, no Rio, e do II em São Paulo.

Essas informações não podem ser postas em dúvida dada a sua origem, pois partem de fontes competentes e antagonistas: uma na véspera, afirmando o que iria suceder; outra, informando o que aconteceu, confirmando a plena e cabalmente a expectativa que existe em torno dessa reunião que paralisa totalmente o País, que aguarda o seu final.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Exa. poderia aduzir uma outra circunstância que, pelo fato de ter ocorrido ontem, põe uma interrogação em todos os espíritos. Por que ontem o Sr. Presidente da República se lembrou de homenagear o Presidente do Congresso, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e os Líderes da Maioria nas duas Casas? Será que estará, assim, preparando caminho para a aprovação nesta Casa do decreto do estado de sítio? Por que S. Exa. não fez isso antes? Por que não deixou para fazer depois? Fez exatamente no momento em que se notícia que o Conselho de Segurança Nacional estuda o estado de sítio no País.

O SR. RAUL BRUNINI — Tam razão V. Exa. e acrescento: depois que a reunião do Conselho de Segurança Nacional foi ontem interrompida, o Marechal-Presidente convocou para hoje, no Palácio das Laranjeiras, uma reunião dos comandos militares sediados na Guanabara. Para dar o resultado da reunião? Mas a reunião não terminou. Para preparar o dispositivo de segurança para o que vai ser deliberado e o que já está assinado? E por que ontem o Ministro do Exército, general Lira Tavares, convocou para o dia 18, quinta-feira próxima, dia seguinte ao da reunião, no Rio de Janeiro, todos os comandantes de Exército?

São indagações que pairam no ar, e a nós, políticos, é licito tirar ilações. Por que a declaração do Ministro do Trabalho, às vésperas da reunião? E, diga-se de passagem, que a declaração de S. Exa. ecoou nos meios militares como toque de alarme.

Pelas informações que podemos colher em todos os setores, tanto da ARENA como do MDB, a fala do Ministro, antes de mais nada, visou a reforçar a posição dos que lutam contra o endurecimento do próprio sistema. Achem as lideranças políticas que o Ministro Jarbas Passarinho ofereceu importante contribuição para a preservação do regime, embora isso não signifique que as apreensões tenham diminuído.

O Sr. Cantídio Sampaio — Nobre Deputado Raul Brunini, venho acompanhando com a maior atenção a magnífica obra de ficção que está V. Exa. produzindo nessa tribuna. V. Exa. me faz lembrar uma referência que, há poucos dias, li ao célebre romance americano "Moby Dick", romance que, de começo, passou meio despercebido. Entretanto, foram tantas as análises, tanta a procura de entrelinhas no contexto deste romance, que, segundo o autor, há mais de 60 obras escritas sobre "Moby Dick". Ora, Excelência, até agora V. Exa. não fez mais do que glosar um artigo de jornal a que V. Exa. quer dar a fidelidade de uma informação oficial. V. Exa. não faz mais do que apresentar uma série de suposições e daí procura tirar ilações definitivas a respeito da marcha dos acontecimentos nacionais. Parece-me que a nota, tão grave quanto V. Exa. acaba de dizer em que há tanta paralisação na nossa economia e tantas prejuízos ao Brasil, estaria a indicar um certo comedimento de todos nós. V. Exa. procura, talvez, eletrizar a

opinião pública. V. Exa. talvez queira assumir o papel de um Hitchcock nacional, tirando dessas entrelinhas motivos de eletrização, e de pavor. Ora, com todo o respeito que lhe devo — V. Exa. é um dos Deputados mais brilhantes da Oposição e da Casa — não posso deixar de concluir que o discurso de V. Exa. é uma peça que se inscreve entre as melhores obras de ficção de horror da literatura nacional.

O SR. RAUL BRUNINI — Continuando, Sr. Presidente, devo informar que a entrevista do Ministro do Trabalho não preocupou somente o setor político. A entrevista do Coronel-Senador-Ministro do Trabalho ecoou também profundamente no setor militar. E tanto assim que foi a resistência do Ministro do Trabalho ontem, na reunião do Conselho de Segurança, que ensejou ao Presidente a sua interrupção, a fim de que prosseguisse na próxima terça-feira, diante desses argumentos e de acordo com o que ficou praticamente assentado.

O Sr. Cantídio Sampaio — Como sabe V. Exa., se a reunião foi secreta?

O SR. PRESIDENTE:

(Aroldo Carvalho) — Nobre Deputado Raul Brunini, interrompo V. Exa. para informar que dispõe de 5 minutos para terminar suas considerações.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Exa. Sr. Presidente.

Em torno do que se passou numa reunião de mais de 20 pessoas, é impossível o silêncio total. Tanto que o Presidente fez um apelo aos participantes para que não difundissem, não transmitissem, não divulgassem o que ali se tratou.

O Sr. Jairo Brum — Mas não é surpresa, nobre Deputado, que estas coisas transpirem neste Governo. Veja V. Exa.: na França, o Exército é chamado "O Grande Mudo"; no Brasil, é o grande falador. Aqui, os Ministros conversam antes do Presidente, contam pelos jornais que existe um golpe em preparação, inclusive que um recusara aceitar a indicação para presidir uma junta governativa. E o que se diz. Então, já foi convidado por alguém. O Presidente da República sabe desses fatos, e não toma uma providência; e o Serviço Nacional de Informações também não devia prender, ali sim, não estudantes, mas subversivos, homens que ofereceram ao Ministro do Trabalho a Presidência de uma junta militar ditatorial enfim. Não é milagre que transpirem estas coisas das reuniões do Governo, por que nunca um Governo falou tanto e agiu tão pouco nesta República.

O SR. RAUL BRUNINI — Muito agradecido pelo oportuno aparte de V. Exa.

O artigo publicado ontem pelo General Muniz de Aragão, peca que confirma as declarações do Ministro do Trabalho, é o incitamento a um movimento de rebeldia. As declarações do ilustre político gaúcho, ora em exercício nesta Casa, Deputado Clóvis Stenzel, que evidentemente não fala por si, embora, com muito cavalheirismo de sua parte, queira isentar de participação qualquer corrente, expressam bem o pensamento, a posição de um grupo de direita incógnito com a atitude do Governo ou com a falta de atividade do Poder Central, diante das manifestações de rua. As declarações do Senador Dinarte Mariz, alguns de cujos colegas se magoaram porque se disse que faz parte da copa e cozinha do Palácio do Planalto — e esta é uma expressão política corriqueira que significa fazer parte da intimidade do Governo — são as mais estapafúrdias. Tudo isto torna evidentemente o quadro, aquele balão que o Ministro do Trabalho, na expressão popular, tascou, esvaziou, mas não retira todas as apreensões, que continuam. E uma das razões

principais da minha presença na tribuna é chamar a atenção sobre este ponto — e para isso fui pessoalmente convocado pela liderança do comércio, da indústria, de setores de investimentos dos prejuízos fantásticos com a paralisação do País. Não se fazem negócios, os bancos estão trancados, não se paga a ninguém e não se recebe de ninguém, o comércio e a indústria passam por momentos difíceis. Por quê? Porque o Governo permanece na grande indecisão: decretar, ou não, o estado de sítio; partir, ou não, para um governo de exceção; continuar, ou não, com as violências. Este o retrato de corpo inteiro da situação atual do povo brasileiro. (Muito bem, Palmas)

na rolagão

razões do que

ativista o sa-

o, com oct. 200

a agricultura,

na nomenclatura,

quanto se proo-

anda a lato

TO, N°
N°
25/07/63, CD-GR-CH Pg 4650/4
/ de / /

CAMARA
SENADO

ticamente encoberto por esta agitação federal, passando o seu governo, pequenino, sem que ninguém dele tome conhecimento. Mas fatos graves ali se estão desenrolando, tanto que a imprensa, que, via de regra, colabora com os governos estaduais, e procura estimulá-los, não o poupa, em certas oportunidades, quando chega ao ponto de não corresponder às reais necessidades do povo da Guanabara.

O "Jornal do Brasil", por exemplo, num artigo intitulado "BOMBOS", retrata com absoluta fidelidade esse descabro administrativo da Guanabara.

Diz ele:

"E com uma esperança tenaz que o carioca espera ver sua cidade entrando afinal em fase de ordem nas ruas. E não se trata da ordem por vezes violentamente abalada por passeatas e demonstrações. Trata-se da rotina do dia a dia. Há no Rio uma espécie de luta surda, num dos setores mais irritantes, que é o tráfico, entre o povo e as repartições, entre o povo e o contrabandeador espetáculo de imigrantes de outros Estados, que atulham as ruas, desamparados, ou de menores que circulam pelas madrugadas a esmolar e a vender amendoim. O Rio de Janeiro é uma cidade desordenada e chocante, desumana, às vistas da pacholice oficial."

Peto a atenção dos Srs. Deputados. Estou fazendo leitura de um órgão equilibrado e conservador, um órgão que espelha a opinião pública. Não é o adversário do Governo, o homem da Oposição que está dizendo estas coisas. Estou trazendo à baila este assunto porque reflete realmente a opinião da esmagadora maioria do povo da Guanabara.

Houve um estardalhaço com o setor da Secretaria de Segurança. Inclusive, o ilustre Deputado gaúcho Flores Soares, desta tribuna, fez uma grave denúncia da corrupção que campeava naquele setor. Pois bem, mudou-se o Secretário de Segurança da Guanabara; hoje, ocupa esse cargo o General Luis França. Mas esse General conheceu o Governador no dia da sua posse, porque foi uma autoridade imposta pelo Governo Federal.

Então, uma das causas fundamentais desse desastre administrativo é que o Governador não tem autoridade para nomear aquele auxiliar direto do seu governo, o Secretário de Segurança, que foi ali colocado pelo General Jaime Portella, Secretário do Conselho de Segurança Nacional. Esse novo Secretário iniciou suas funções, como se diz na gíria carioca, com todo o vapor. Fortalezas foram fechadas, houve perseguições etc. Ai, começou a diluir-se, a diminuir sua ação e, hoje, entrou completamente na rotina.

Não vai falar mais o Deputado da Oposição. Lerei agora um trecho do artigo do "Jornal do Brasil":

"Do novo Secretário de Segurança muito se esperou e, a despeito de tudo, espera-se ainda. No entanto, acumulam-se indícios de uma atuação policial baseada mais numa repressão falsamente moralizante do que em medidas amplas de melhoria das condições de segurança do povo. No momento há uma fúria um tanto ridícula contra o merecimento, mesmo depois de admitir o próprio Secretário de Segurança que as medidas contra a prostituição são mais profundas, de cunho social, que meramente policiais. Apesar disso, a Delegacia de Vigilância prossegue numa "blitz" insensata contra as prostitutas. Agora, está a cidade traumatizada com a história de uma pobre mulher, presa em adiantado estado de gravidez, que perdeu o

filho, entre dezenas de outras que se revoltaram e foram espancadas."

São fatos que, parece, não têm destaque, mas que dizem respeito à vida humana. E numa administração é fundamental o cuidado com a pessoa, com a dignidade humana. E não é só. Tenho em mãos documentos terríveis, por ser oriundo de quem é. Creio que a Nação toda conhece o Dr. Miguel Teixeira, Procurador famoso neste País, encarregado pelo ex-Presidente Getúlio Vargas de fazer aquêle inquérito, de tamanha repercussão, no Banco do Brasil, e que provocou, na época, tanta polémica. Ele volta, agora, abandona seus cuidados e sua direção, e envia ao Sr. Negrão de Lima uma tremenda carta, que contém revelações estarecedoras sobre o Governo da Guanabara.

Limitar-me-ei a ler este documento, pois ele é completo e não necessita de qualquer comentário. Diz:

"Em 29 de abril de 1963

Meu caro Governador:

Surpreendido, no dia 7 de fevereiro deste ano, com a exoneração "ex officio" do Dr. Manoel Faustino Teixeira de Oliveira, do cargo em comissão de Procurador-Geral da Procuradoria Judicial, abster-me de qualquer atitude (eu que não sou de ficar calado quando me ferem), até que descobrisse toda a verdade sobre os motivos determinantes do ato exoneratório.

O que teria levado o amigo, que eu propusera para Procurador-Geral, em meu lugar, a propor, por sua vez, a demissão do meu filho?

E por que o Governador a decretou, sem, pelo menos, comunicar-me as razões do seu veto a uma chefia reconhecidamente íntegra, devotada e capaz?

Lembro-me e, certamente, lembro-se-á, também, você, de outra espécie de veto que pesava sobre a sua candidatura ao Governo do Estado. Procurou-me, então, o prezado embaixador, pedindo-me que, como advogado, aquele tempo, do Dr. João Goulart e do Dr. Leonel Brizola, intercedesse junto a eles, para que o veto ao seu nome fosse levantado, como, efetivamente, o foi.

E, agora, é você quem vota o nome honrado de um Procurador, sem justificar as razões sem razão desse veto?

Será que, em relação a mim, o seu respeito e a sua consideração prosperaram em dois anos?

Por que foi exonerado, "ex officio", o Dr. Manoel Faustino?

Perguntaram, naturalmente, seus colegas. Perguntaram vários servidores. Perguntaram, com surorêsa, muitos que o conhecem. Pergunto eu, também, que o conheço mais do que ninguém.

Da indagação em indagação de resposta em resposta, de indício em indício de prova em prova, de certeza em certeza, na incessante e penosa apuração do suposto conflito de um amigo com um filho, posso dizer-lhe, agora, não em nome da amizade extinta ou da paternidade que se extingue com o crescimento dos netos, mas na qualidade de avaliador de um título de nomeação, — que o Dr. Lino Neiva de Sá Pereira trahi a confiança do Governo, desobrigando-nos, para o futuro, de qualquer responsabilidade pelos seus atos e impondo-nos o dever de denunciar a dilapidação do crédito moral que lhe concedemos.

A mim ele apenas castigou-me pelo bem que eu lhe fiz. No Doutor Manoel Faustino ele somente

Refuta pronunciamento do Dep. Triches

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, creio que o nobre Deputado Euclides Triches resolveu todos os problemas do País. O Brasil está numa situação extraordinariamente boa. O Presidente Costa e Silva pode realmente acclarar: "Não disse que eu estava fazendo o melhor Governo que este País já teve!" Diante da euforia do nobre Vice-Líder Euclides Triches, com a produção de automóveis e caminhões, o Brasil está salvo.

Sr. Presidente, vou voltar dentro de instantes ao assunto, para dar pequena mostra do que pensa a opinião pública, através de pesquisas recentemente realizadas. E aí vamos conferir a euforia do nobre Deputado Euclides Triches com o que pensa, através de enquête, o povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, diante deste panorama realmente agitado, de crise do País, vai passando despercebido o Governo do Sr. Negrão de Lima, na Guanabara, que comete os maiores abusos, arbitrariedades e irregularidades. O Rio de Janeiro é sensível, e como é e ainda continuará sendo a capital econômica, política e cultural do País, os fatos ali têm uma repercussão extraordinária. Ali vibra a Nação, e disso se aproveita o Governador da Guanabara para ficar prá-

punida a dedicação exclusiva e limitada à Procuradoria.

Mas descebi, aiina, deploravelmente que o Estado, em seu patrimônio material e moral, é quem mais tem sofrido com a administração Lino Sá Pereira.

Junto à presente cópias de officios que serviram de pretexto ao ignominioso ato do Procurador-Geral, que você assinou. Os primeiros não foram respondidos. O ultimo teve como resposta a demissão do Procurador-Geral, que ouseu cumprir o seu dever, "procurando levar ao conhecimento do Governador," através do Procurador-Geral, "irregularidades de que tivera ciência em razão do cargo". Será que chegaram ao seu conhecimento as irregularidades apontadas pelo Procurador-Chefe, que se negara a compactuar, mesmo por omissão, com o esvaziamento e a desmoralização da Procuradoria? (Documento 1)

Por isso, então, foi ele destituído do cargo?

Peço que leia ou mande que alguém leia em seu lugar, os officios do Dr. Manoel Faustino, confrontando-os, depois, com o officio-bilhete-azul do Procurador-Geral do Estado. (Documento 4)

Alegou este, como justificativa intrigante e mesquinha, além de perversa e pusilânime, que aquêle, "em defesa de um ponto de vista respeitável, descambara para a ridicularização de colegas".

Que ponto de vista merece o respeito de quem o não merece?

Quem, porém, ridiculariza? O que aponta o ridículo? O que demonstra o ridículo. O que demonstra o ridículo. O que enfrenta e condena o ridículo? Ou o que promove, sustenta e patrocina o ridículo?

Curiosos comportamentos:

O mesmo Procurador que, desgostoso, pediu aposentadoria quando, na Administração anterior, o então Procurador-Geral avocara a si determinado processo (e tinha poderes para isso), permite ou protege, agora, com Procurador-Geral (sem poderes para tanto), a subtração de dezenas ou centenas de processos da competência da Procuradoria Geral, titular exclusiva da representação do Estado em Juízo.

O mesmo Procurador que, na administração anterior, fôra destituído de um processo de inventário, encontra-se agora, sob suspeita de ter favorecido, como Procurador-Geral, uma das partes no citado processo.

O INVENTARIO DE PAULO BITTENCOURT

Recentemente, ao ser inquirido sobre o rumoroso caso do Guanãdu, declarou o Sr. Carlos Lacerda que se reservava para revelar, no momento oportuno, quem é e o que tem feito o Dr. Lino Sá Pereira, Procurador-Geral do Estado.

Entre outras coisas, poderá dizer o ex-Governador, ou alguém em seu nome, que o Procurador que ele mandara afastar do inventário de Paulo Bittencourt foi, mais tarde nomeado Procurador-Geral, para, com o dinheiro do Estado, favorecer a legatária do Dr. Paulo Bittencourt.

"Não foi para isso que eu o indiquei, nem foi para isso — creio — que você o nomeou.

E' voz corrente, no entanto, no fôro na Secretaria de Finanças e na Procuradoria, que a Lei 1.055, de 2-9-66, teve inspirações e objetivos espúrios. Seu artigo 4º, depois de equiparar para efeitos fiscaes, nas sucessões "causa-mortis" ou testamentárias, os casais solteiros ou desquitados aos cônjuges legítimos, declara expressamente que "o principio se applica aos casos pendentes em Juizo".

Ora, na espécie, os mais conhecido e importante dos casos pendentes em Juizo ao tempo da elaboração e promulgação da Lei, era o do inventário de Paulo Bittencourt.

Foi o Governador alertado, na devida oportunidade, sobre os maleficios que resultariam, para o Erário, da aprovação da Lei? Se não o foi, sei que o fôra o Procurador-Geral, instado, reiteradas vezes, pelo Procurador-Chefe da Procuradoria de Sucessões, Dr. Geraldo Tavares de Melo, a expor ao Governador a necessidade do veto ao artigo 4º da referida Lei.

Foi ela sancionada sem restrições. Continuou a manter a seu respeito Governador, o mesmo juizo externado ao saudoso Dr. Getúlio Vargas, depois que você me procurara, pedindo-me que desistesse, perante o Presidente da República, a acusação grave que lhe fizera o então general Angelo Mendes de Moraes.

E você foi nomeado Ministro da Justiça.

Pior do que os prejuizes ao Erário, uns, imediatos, de 3 a 4 bilhões de cruzeiros outros, ainda em marcha, na vigência de Lei 1.055-66, foi a catástrofe de Laranjeiras, que poderia, talvez, não ter ocorrido, se o Procurador-Geral exercesse efetivamente a função de "Custos Legais", não mandando sustar como mandou, a ação cominatória referente ao imóvel, da Rua Belisário Távora, 647.

A CATÁSTROFE DE LARANJEIRAS

Em 31 de janeiro de 1966, fôra realizada uma vistoria administrativa, a pedido dos moradores das Ruas Belisário Távora e Cristóvão Barcelos, no prédio em construção na Belisário Távora, 647. Determinara, então, a comissão de engenheiros, o embargo da obra e a interdição dos prédios ameaçante e ameaçados. (Documento 5)

Em maio de 1966, com base em novo laudo de vistoria e por determinação do Procurador-Geral, o Estado ingressou em Juizo com ação cominatória contra os responsáveis pelo edificio em construção, para compell-los à execução das necessárias obras de segurança e proteção.

Posteriormente, tendo sido recomendado, por autoridades da SURSAN, que o Estado desistisse da ação ou sustasse o seu andamento, uma vez que as exigências do laudo de vistoria estariam sendo atendidas pela firma construtora, estranhou o Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial, Doutor Manoel Faustino, a existência de dualidade de Comissão para a verificação das condições de estabilidade do prédio, uma, designada pelo Secretário de Obras, e, outra, de designação desconhecida. (Documento 6)

Diante disso após salientar que o caso estava "sub iudice", solicitou o Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial, à autoridade da SURSAN, "amplos e cabais esclarecimentos para instruir a defesa do Estado, requisitando", he, ainda, para exame da Procuradoria, o processo administrativo número 07/403 686/66. (Documento 6)

Os esclarecimentos não foram satisfatórios. A requisição não foi atendida. (Documentos 7 e 8)

Determinou, mesmo assim, o Procurador-Geral do Estado, em 12-9-66, a sustação da ação cominatória. (Documento 9)

Cinco meses depois, ruíram os prédios ameaçados, ficando, porém irônicamente, de pé a construção ameaçante.

Creio que não é preciso ser engenheiro para concluir que; se, desde janeiro de 1966, estavam reconhecidamente ameaçados os prédios das ruas Belisário Távora, 581, e Cristóvão Barcelos, 207; se os seus moradores, em abatto assinado às autoridades, já haviam reclamado providências em relação ao edificio em construção, se o primitivo laudo de vistoria recomendara o embargo das obras a interdição, também, dos prédios ameaçados, não foi apenas a pedra rolada de uma sabreira que ocasionou o demoramento dos mesmos.

Muram, sim, porque os seus fundamentos estavam, há muito tempo, abalados pela construção do prédio vizinho.

Se os esclarecimentos amplos e cabais, requeridos pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial tivessem sido prestados pela SURSAN; se a requisição do processo, feita por ele, tivesse sido atendida, como é da obrigação de qualquer funcionário; se, finalmente, o Procurador-Geral do Estado tivesse cumprido o seu dever, não mandando sustar uma ação cominatória seria possível, talvez provável que, em Juizo, outros engenheiros, não dirá mais competentes porém com mais intuição ou mais inspiração, chegasse à descoberta do óbvio (como diria o irmão de uma das vítimas), e a Família, a Sociedade e a Pátria não chorariam, até hoje, o sacrificio de tantas vidas preciosas, entre outras a do vibrante jornalista Júlio Rodrigues e a do bravo Coronel Policarpo de Oliveira Santos.

E' por causa disso que o Procurador-Geral não quer saber de ações cominatórias com referência a prédios que ameaçam ruir?

E' por isso que ele acoberta ou estimula a transferência fraudulenta de responsabilidades da Procuradoria?

Foi por isso que ele não deu andamento à legítima e imperiosa representação do Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial? (Documento 1)

Seria essa a situação difícil, mencionada em seu officio-bilhete-azul (Documento 4), que estaria sendo criada, "para ele e para o Governo", pelo Dr. Manoel Faustino?

Os administradores operosos e dignos só podem criar situação difícil para aqueles que não são nem uma coisa nem outra.

Creio que basta para demonstrar a falta de exação, no cumprimento do dever, do Dr. Lino Neiva de Sá Pereira, Procurador-Geral do Estado.

Atenciosas saudações — Miguel Teixeira de Oliveira, Procurado do Estado, aposentado."

Sr. Presidente acabou de ler, na integra, carta que o Dr. Miguel Teixeira, nome conhecido no Brasil todo, endereçou ao Governador Negrão de Lima, denunciando as irregularidades do seu Governo.

Mas não param aí as irregularidades. Firmas que foram declaradas indôneas moral e financeiramente, para trabalhar em obras do Estado, de uma hora para outra, voltam à atividade, entram e vencem as maiores concorrências. E' o caso da firma S. Manella, que foi declarada indônea pelo seu procedimento e agora, de maneira esquisita, vence uma das maiores con-

concorrência — bilhões de cruzeiros — para a construção de escolas, pela Secretaria de Educação, com financiamento estrangeiro, de forma declarada irregular pelo ilustre Deputado Mauro Werneck, da tribuna da Assembléia do Estado contestando a própria Secretaria de Educação, que ali foi espontaneamente para debater o assunto. O Deputado Mauro Werneck, de maneira frontal, formal, absoluta, demonstrou claramente que as obras da concorrência não poderiam ser feitas por aquela firma pelas razões que ali foram expostas.

Mas ainda baseando esta minha fala em documentos da imprensa, cartas e comentários, prossigo com a leitura do "Jornal do Brasil" que continua falando sobre essa deteriorização da administração da Guanabara:

Enquanto isto, à semelhança daquele antigo Secretário de Turismo que pretendia pintar as favelas de cores vivas, para que ficassem mais bonitas, empenha-se a Polícia em construir tapumes em torno dos quarteirões de prostituição do Mangue. Assim, trata-se do meretrício com espancamentos, prisões — e um biombo.

Se o único problema público do Rio fosse o meretrício, ainda haveria uma vaga justificção para tal tipo de moralização de fachada. A verdade, porém, é que enquanto se trava essa guerra tóia e mal orientada, aumentam no Rio os assaltos e latrocínios, os roubos de automóveis, o descalabro geral.

Ainda aqui *en passant*, cito o nobre Deputado Euclides Triches, que gosta muito de dizer assim: "Os Deputados da Oposição afirmam que o Governo do Marechal Costa e Silva..."

Aqui não é o Deputado da Oposição quem afirma: um dos maiores órgãos da imprensa do Brasil declara:

Enquanto se trava essa guerra tóia e mal orientada, aumentam no Rio os assaltos e latrocínios, os roubos de automóveis, o descalabro geral.

Agindo como as autoridades policiais, o Juizado de Menores especializa-se também na invasão do pátrio poder, caçando menores da classe média em porta de cinema ou no interior de lugares noturnos. Quanto aos menores que precisam do Juizado, os pobres, os órfãos, esses vivem ao léu como se ao Juizado interessasse os que têm casa e família e que podem render notícia de jornal.

De um Palácio Guanabara abúlico, que vive brincando de helicóptero e de viaduto, não saem as diretrizes coordenadoras que poderiam mudar a face do Rio. Mesmo em terrenos vitais, como o do abastecimento de água, o que se vê é uma espécie de comédia de erros.

Ninguém sabe ao certo o que há com o Guandu e se vai haver água amanhã. O Governo transformou a Obra do Século no Desastre do Século, abandonou a seguir o Desastre e agora vive a prometer desastrosinhos, sem falar claro, sem dizer o que está acontecendo"...

O Governo do Sr. Negrão de Lima tentou, para distrair a atenção pública, criar um escândalo em torno da obra do Guandu, uma obra de engenharia nacional do maior respeito, da maior envergadura, sujeita, como qualquer grande obra, a pequenos defeitos — tanto assim que lá está o Rio perfeitamente abastecido até hoje. Informam que a pedra se acomodou dentro do canal e que, portanto, não há mais perigo de entrar em colapso o abastecimento de água. Falta de imaginação, falta de competência, falta de autoridade para administrar.

O Sr. Euclides Triches — Permite-me um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Euclides Triches, não entre nesse assunto da Guanabara.

O Sr. Euclides Triches — Nobre Deputado Raul Brunini, evidentemente, não tenho procuração para estar aqui defendendo o nobre Governador da Guanabara, eleito pelo M.D.B. E' assunto doméstico de V. Exas. com ele, V. Exas. devem entender-se neste assunto. Mas a Cidade do Rio de Janeiro ainda é de fato a Capital da República, e disse-o muito bem V. Exa., praticamente todo o Governo está lá. Acredito que, para Brasília vir a ser efetivamente a Capital, ainda demorem uns 30 anos no mínimo. O Rio interessa a todos nós. Assim como dizem que a França é a segunda pátria de todos, acho que o Rio de Janeiro é a segunda cidade de nós todos, brasileiros, e vejo com entusiasmo tudo aquilo de bom que se faz lá, e com tristeza o que há de ruim. Confesso a V. Exa. que nestes últimos anos, não posso precisá-los, tem-se realizado muito na Guanabara. O problema do trânsito, por exemplo. Não creio haja outra cidade que tenha feito tanto em matéria de trânsito. Não digo que isso parta do Governador Negrão de Lima.

Esse túnel que estão sendo abertos no Rio de Janeiro, uma série de providências tomadas na Guanabara, a construção de viadutos, como diz bem um nosso colega, tudo revela uma vontade de fazer algo em favor do trânsito o que não acontece em outras cidades brasileiras, como São Paulo e Porto Alegre. O Prefeito Faria Lima, de São Paulo, está fazendo alguma coisa, mas lá, antes, nada se havia feito. Este é um problema mais graves, que não interessa somente à Guanabara, pois é nacional. O País ainda não entrou na era do automóvel e já tem esse problema de trânsito. Avalie V. Exa. quando tiver 20 milhões de veículos, a girarem aqui dentro. O Estados Unidos, com a nossa área, têm mais de 60 milhões. Então, 20 milhões não será muito para nós; no entanto, com menos de 2 milhões, já estamos com o tráfego atravancado. Basta ver Brasília, com oito anos de existência. Na W-3, já existe congestionamento de trânsito às 180 horas da manhã e às três da tarde. O problema do trânsito é nacional e deve interessar ao Congresso brasileiro. Pouse-se está fazendo neste setor, embora mais se tenha feito na Guanabara. Quanto à disciplina e a questão do Chefe de Polícia, isso é problema de V. Exas., do MDB. Por isso, não quero intrrometer-me no assunto.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, vou responder, por partes, a V. Exa. Sabe o ilustre Deputado que o Governador Negrão de Lima foi eleito pelo povo da Guanabara, numa composição de forças que incluiu o antigo PTB, o PSD etc., formando um grupo popular contra o Sr. Flexá Ribeiro o candidato da UDN, à qual eu pertencia. Depois, com a extinção dos partidos e com a criação dessas duas agremiações que fazem as vészes de partidos políticos, o Sr. Negrão de Lima não se filiou a corrente alguma. Ele não pertence à ARENA e nem ao MDB. Isso propositalmente, porque é um homem incapaz de assumir responsabilidades. E', hoje, o mais dócil instrumento político do Governo Federal. E' um apavorado, um homem que não tem liberdade para fazer a escolha sequer de alguns Secretários de Estado. Haja vista o caso do Secretário de Segurança, que lhe foi imposto pelo Exército. Podem vir desmentidos, amanhã ou depois, mas ele conheceu o General Luiz França no dia da posse. Ai fica uma explicação quanto à posição política: é? não é nada, politicamente. Não

teve nem a coragem do Sr. Israel Pinheiro, de Minas Gerais, que, embora traído seus companheiros, assumiu uma posição. O Sr. Israel Pinheiro, hoje, prócer da ARENA pertence à ARENA. Teve pelo menos essa coragem, embora traído os compromissos assumidos com o povo. Negrão de Lima nem essa coragem teve, porque não tem coragem para coisa alguma.

Segundo ponto: a condição topográfica da Guanabara exigiu, efetivamente um esforço muito grande. Não por ter eu percebido ao Governador de Carlos Lacerda, ou ser de sua linha política, mas foi realmente no seu Governo, através de um órgão chamado SURSAN, que se iniciou um novo tipo de administração, arrojada e audaciosa, para vencer os obstáculos naturais da cidade, que necessitava de espaço, precisava estender-se, a fim de comportar seu crescimento demográfico. Foi feito um esforço muito grande. Aquela equipe continua praticamente a mesma, e as obras estão sendo realizadas, de acordo com um plano anteriormente traçado.

Parece até, nobre Deputado Euclides Triches, que estávamos combinados de cartas marcadas, para falar sobre o trânsito da Guanabara. Veja Vossa Excelência: fiz uma anotação para falar sobre o trânsito.

O Comandante Celso Franco, do Trânsito, declara que não tem o apoio do próprio Governo estadual. E' a seguinte a declaração de S. Sa.

"O Diretor do Trânsito, Comandante Celso Franco, confessou ontem uma série de dificuldades dentro e fora do Governo, que está enfrentando para ordenar o tráfego e o cumprimento da lei nas ruas do Rio."

Finalmente — note bem V. Exa. — o Comandante desabafou:

"Se não conseguirei afastar-me do cargo, colocarei muita coisa em ordem."

E quem pode afastá-lo do cargo? Evidentemente, o Governador, as autoridades.

Mais abaixo, leio o seguinte:

"O Comandante Celso Franco, Diretor do Trânsito, fez um relato minucioso das providências adotadas contra os abusos dos motoristas de ônibus".

Diz ele:

"Primeiro denunciei pessoalmente ao Ministério do Trabalho o tipo de contrato de trabalho entre as empresas e motoristas, procurando atacar o mal pela raiz, corrigir a causa básica. Depois, fui ao Delegado Regional do Trabalho e quis solucionar o problema da matrícula do motorista no respectivo veículo. Ao fim de oito meses de sucessivos contactos, eu desisti".

Vejam bem V. Exas., diz S. Sa:

"Ao fim de oito meses de sucessivos contactos, eu desisti. Não sei quais os interesses em jogo".

E' uma autoridade falando, denunciando essas coisas graves. Mais adiante diz o Diretor de Trânsito:

"Nada disso funcionou. Quando se analisa fria e honestamente as deficiências da Seção de Multas, chega-se à conclusão de que parece haver interesse em que ela não se organize, para não interromper os negócios entre funcionários e despachantes".

E' uma denúncia da autoridade, é a prova da corrupção.

Continua S. Sa.:

"Apesar desse quadro, não desanimei. Toquei toda a equipe da Seção de Multas. Criei dificuldades à fraude, com carimbos especiais. Nada adiantou".

Veja bem, Sr. Presidente — V. Exa. que é um dos amigos do Rio de Janeiro e o povo da Guanabara lhe dedica grande estima — a que ponto chegamos:

“Apesar desse quadro, não desanimem. Troquei toda a equipe da Seção de Multas. Criei dificuldades à fraude, com carimbos especiais. Nada adiantou”.

O Comandante Celso Franco diz que trânsito, em qualquer manual elementar, é engenharia, educação e policiamento.

“Quanto menor a educação, a disciplina, tanto maior a necessidade de policiamento, como acontece no Brasil. Eu queria que esse espírito fôsse o da população carioca, principalmente dos motoristas.

Petrocinei a publicação de uma cartilha de trânsito para as crianças. A Secretaria de Educação, entretanto recusou o currículo que o Departamento de Trânsito elaborou para a criação da matéria obrigatória nas escolas primárias”.

E' de estarrecer, Sr. Presidente. Sinto-me à vontade para falar, porque o Comandante Celso Furtado, apesar de não ser político, talvez não professe as mesmas idéias que eu. Mas reconheço nele um homem sério e um dedicado estudioso desse assunto. Sente-se nele o desejo de aceitar. Mas que autoridade pode realizar um trabalho, encontrando à sua frente esses entraves, que é denunciada com a maior coragem? Porque ele não denunciou isso de público, hoje pelos jornais? Porque deve estar cansado de denunciar ao Governador. E' um Governador inerte, é um medroso em tomar atitudes, não tem coragem para nada. Ele gosta de acomodar as coisas. O papel do Sr. Negrão de Lima é de acomodação. Ele dá um jeitinho em tudo para ultrapassar o problema e não enfrentar as dificuldades, porque tem horror à responsabilidade.

Está aqui uma prova. O Diretor do Trânsito, Comandante da Marinha, oficial superior das Forças Armadas do Brasil, corajosamente — ainda mais porque estamos hoje num regime de militares; então ele se sente em casa — declara isto que consta à página número 5 do “Jornal do Brasil”. E' uma denuncia grave. Denuncia fraude, denuncia roubo, denuncia toda espécie de pressão para evitar que as coisas entrem nos eixos, e se deixe de roubar tanto. Ele vem publicamente e declara isto. E que vai acontecer? O Ministro da Justiça vai dizer depois que a imprensa está criando um clima de intranquilidade no país, dizendo inverdades. Não. O Governador Negrão de Lima é muito pior do que isto. E' tão ruim quanto o Ministro da Justiça. E sou eu que digo que o Ministro da Justiça é ruim? Não. E' o próprio “Jornal do Brasil” de hoje. Está aqui, com todas as letras: “Ministro ruim”. Há uma frase que dá bem a dimensão deste Governo, que precisa tomar providências urgentes. A razão do editorial de hoje, do “Jornal do Brasil”, com este título “Ministro ruim”, decorre do fato de que o Sr. Ministro da Justiça, chegando em São Paulo, ao ter conhecimento de uma notícia, disse que a imprensa agiu levianamente, que a imprensa mente, que a imprensa deturpa tudo. Diante disto, diz o “Jornal do Brasil” — vou ler a frase, e peço a atenção da Casa e dos Senhores Deputados, para que vejam de que forma se é obrigado a tratar um Ministro de Estado, que não se dá ao devido respeito:

“Professor de Direito, o Sr. Gama e Silva fala como Delegado de Polícia. Parece que confunde o Ministério da Justiça com a

Promotoria Pública de Mogi-Mirim. E só faz uma diferença: nas festas a que comparece, o professor come e bebe em escala federal. Em resumo — diz o “Jornal do Brasil” — lastimável não é a imprensa, mas o próprio Senhor Gama e Silva, que ameaça muito seriamente a posição do Sr. Tarso Dutra, tido e havido como o pior ministro do segundo Governo da Revolução”.

O tópico que acabei de ler é bem claro. O “Jornal do Brasil”, creio que por delicadeza, não quis colocar com todas as letras o seu pensamento. Tão bom é o Governador Negrão de Lima, pois a autoridade vem a público e declara estas coisas que estarrecem pela coragem de serem ditas e pela realidade que espanta esta Nação.

E só nestes pontos? Não. Também o Sr. Negrão de Lima não cumpre a lei. Tenho aqui uma carta de um advogado, dizendo que o Governador Negrão de Lima descumpra a lei, nega-se a cumpri-la, não obstante os inúmeros apelos formulados pelos seus representantes.

A carta é a seguinte:

“Exmo. Sr. Deputado — Dr. Raul Brunini.

Saudações cordiais.

Na qualidade de advogado — inscrição O.A.B. nº 12.119 (seção Rio de Janeiro), vem com a máxima venia e na melhor forma de direito apelar para V. Ex.^a, junto ao Governador Negrão de Lima, a fim de que seja cumprida a lei que ampara os Enfermeiros, vinculados à Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIPE) — da Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara, publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967, cuja Divisão do Pessoal da Comissão de Classificação de Cargos se nega a cumpri-la, não obstante os inúmeros apelos já formulados por seus representantes;

O advogado que firma a presente, por intermédio de informações, tomou conhecimento que o Processo de readaptação acha-se arquivado, em poder do Sr. Medeiros, na mesma C. de Classificação de Cargos, que insiste na negativa de não reconhecer, o direito líquido e certo que assiste aos ora reclamantes;

Nestas condições, o advogado infra-assinado, tomando conhecimento desse fato, e usando do direito de queira e de apelar, vem assim denunciar a V. Ex.^a a gritante irregularidade verificada naquele órgão, confiante de que na medida do possível, tudo fará V. Ex.^a, para dar cumprimento ao referido diploma legal de readaptação e consequentemente a percepção das diferenças atrasadas a que fazem jus.

Rio de Janeiro, (GB), 12 de julho de 1968. — Dr. Humberto C. Henrig.”

Assim, Sr. Presidente, fiz questão de bordar este ponto, hoje, porque muitos querem aproveitar-se da situação difícil do país, que vive crise penosa, reconhecida por todas as autoridades. Ainda ontem, o Vice-Presidente Pedro Aleixo, numa conferência, na Guanabara, reconheceu que seria muito difícil sustentar que não estamos em plena crise. Como disse, muitos tentam aproveitar-se da crise nacional para enfiar o pescoço na terra. E' o caso do Sr. Negrão de Lima, um dos responsáveis também pelo descalabro que impera neste país, pois ele governa a comuna mais importante da Nação e lá também se espanca, prende e mata. Não sei por que milagre o Sr. Negrão de Lima é poupado.

E' hora de apontar as responsabilidades daqueles que as têm. Não as

vamos deixar só em cima do pobre Marechal Costa e Silva, que continua acreditando que faz o melhor governo neste país. Não. Os Senhores Negrão de Lima, Abreu Sodré, Israel Pinheiro, o nosso eminente Governador de Goiás, todos os Governadores, são reponsáveis. Porque são responsáveis pela atual situação? Porque eles estão solidários com o Governo da República. Esta solidariedade é indiscutível. Então, eles têm de assumir perante a História essa responsabilidade.

Este capítulo da Guanabara eu o encefro ainda com palavras do “Jornal do Brasil”, no seu artigo “Biom-bos”:

“Trate o Governo, às claras, dos terríveis e reais problemas da cidade, que está cheia de ladrões, de assassinos, de ratos de imundície nas praças e nas ruas, de animais nas vias públicas, de crimes por apurar. Há várias definições da arte de governar, mas nunca se disse que governar fosse erigir biom-bos para servir de tapumes aos problemas nacionais.”

Sr. Presidente, este é o capítulo referente ao Governador da Guanabara, que eu não poderia deixar de trazer à baila. O povo, às vezes, tem memória fraca e se esquece de fatos que vêm ocorrendo. Temos de apontar perante os concidadãos todos os responsáveis pelo que ocorre neste país.

O nobre Deputado Euclides Triches, numa rápida fala, tentou contestar a Oposição, dizendo que a política econômico-financeira do Governo é realmente um fato alentador e que o país vive um período de crescimento, de progresso, etc. Mostrou S. Exa. uma estatística do movimento da indústria automobilística: foram produzidos e vendidos tantos automóveis mais de que no ano passado.

Pergunto, porém: quantas vagas foram oferecidas a mais no ano passado e quantos estudantes ficaram às portas das universidades? Quantas escolas foram inauguradas? Quantos brasileiros frequentam as escolas e quanto estão do lado de fora?

Ora, Deputado Euclides Triches tira do contexto um detalhe, justamente daquele setor mais privilegiado. Não quero com isso dizer que seja negativo. Não. E' um fato positivo, não resta dúvida. Mas sabe V. Exa. perfeitamente que economia não pode ser equacionada destacando do todo uma parcela positiva, pois ela se dilui, se neutraliza e se apaga completamente diante dos índices altamente deficitários de todos os outros setores da vida brasileira.

De forma que quero congratular-me com V. Exa. por esse detalhe altamente auspicioso, pois não posso deixar de reconhecer que o Brasil, na sua indústria automobilística, vai muito bem.

Mas, nobre Deputado Euclides Triches, com toda sinceridade, sem qualquer laivo de demagogia — sabe V. Exa. que não sou dado a esses vócos — gostaria de ver realmente a economia nacional invertida, com outras prioridades de absoluta necessidade para a vida brasileira.

O Sr. Euclides Triches — Nobre Deputado, respondendo ao chamamento de V. Exa.:

O SR. RAUL BRUNINI — Eu é que respondi ao de V. Exa.

O Sr. Euclides Triches — ... tenho a dizer, a respeito da pergunta que V. Exa. faz, com tanta vibração sobre, quantas escolas foram construídas, quantas vagas foram abertas no ensino nacional, que, se não me engano, anteontem — pelo menos foi nesta semana — “O Jornal” do Rio de Janeiro, reproduziu declaração do Ministro da Educação referente ao número de escolas superiores criadas neste Governo. Eu mesmo, defensor que sou do Governo nesta Casa, fiquei surpreso com a notícia. E' impressionante o número de faculdades cons-

truídas. Não tenho o número de memória para transmiti-lo a V. Exa., mas li no "O Jornal" do Rio de Janeiro esta notícia, ainda nesta semana. Tem, assim, V. Exa., a resposta à sua pergunta. Não quero dizer que com isto esteja resolvido o problema da educação no Brasil. Há muito a fazer ainda, mas também não podemos ficar nesta carga permanente, a dizer que o Ministro da Educação não está fazendo nada, que o Governo não faz nada. É possível que os técnicos entendam que muitas modificações devam ser feitas. Mas, sendo um setor sobre o qual não tenho grande conhecimento, não me posso pronunciar a respeito. Quanto à pergunta de V. Exa. sobre o número de escolas superiores, posso dizer que foi aumentado em muito, talvez em percentagem superior à do crescimento da indústria automobilística. V. Exa. fez referência, há pouco, à parte de exportação. Esse é um índice importantíssimo, dos mais importantes, na economia de um País.

Pois bem, as exportações brasileiras estão batendo recorde. Já não faz dos manufaturados em cuja exportação até há 10 anos atrás ninguém acreditava.

Saiba V. Exa. que, se não me engano, o Presidente da Federação das Indústrias ou do Comércio declarou, esses dias, que tinha dúvidas se conseguiríamos atingir, no corrente ano, 300 milhões de dólares de exportação.

Já se cogita, pois, de uma cifra de 300 milhões de dólares de exportação. Quanto à estatística referente à produção de automóveis, que citei, é de estarrecer. Essa indústria, que vinha florescendo, apresentou — e V. Exas. dizem a toda hora que estamos num processo econômico de estagnação — em relação ao primeiro semestre do ano passado, um crescimento de 18%. E há um fato importante que frisei no meu pronunciamento — isto é muito importante mesmo: a melhor orientação dessa indústria permitiu que o crescimento da produção de caminhões e ônibus fosse de 65%, e o de automóveis é de 5% apenas. Isto é sintomático. A produção de veículos de interesse coletivo foi em 65% superior à do primeiro semestre do ano passado. Só não vê quem não quer. Está V. Exa. repetindo o que, há poucos dias, disse aqui o Líder Mário Covas: a agricultura cresceu por uma questão sazonal. Particpei de uma reunião, há poucos dias, no interior do Rio Grande. Havia trinta ou quarenta agricultores presentes. A declaração deles, um pouco exagerada, é de que o financiamento pelo Banco do Brasil está fácil demais. Foi a expressão deles: *está fácil demais*. O agricultor até abusa e acaba não podendo pagar, por uma razão ou por outra.

O Sr. Raul Brunini — Nobre Deputado, estamos num debate sério. Não posso acreditar que V. Exa. desenhe uma situação que, evidentemente, não corresponde à realidade. Sabe V. Exa. que a situação do setor creditício brasileiro é difícilíssima. V. Exa. não se deve basear nas declarações do Senhor Ministro Delfim Neto, que é um inventor de estatísticas.

Sou leigo nesta matéria, mas é o que ouço daqueles que entendem do assunto e com quem já tive oportunidade de conversar. O Sr. Ministro Delfim Neto não leva ao Sr. Presidente da República informações exatas, e é por isso que o País se encontra nesta grave crise. Estou estranhando profundamente as suas palavras, nobre Deputado, porque exatamente o contrário do que V. Exa. diz é o que está ocorrendo no País. E invoco o testemunho de qualquer pessoa.

O Sr. Aldo Fagundes — Enquanto falava o nobre colega Euclides Triches, respondendo pela Liderança do Governo, nesta Casa, na sessão de hoje, lembrava-me dessas estatísticas sensacionais a que os porta-vozes do Governo aludiam constantemente. Segundo o Sr. Ministro da Fazenda, se-

gundo o Sr. Ministro do Planejamento e segundo outros porta-vozes governamentais, a situação do País é de esplendor. Temos progredido em todas as áreas. E S. Exa., o Líder do Governo, referiu-se ao crescimento da indústria automobilística, como se bastasse isso para caracterizar que, na atividade privada, estávamos numa situação de sucesso. Vou dar um exemplo apenas, nobre Deputado, da situação de desespero em que se encontra o povo brasileiro, particularmente a classe assalariada. Aos concursos públicos para um subemprego em uma repartição — lugares modestos de servente, contínuo ou iniciais da carreira de datilógrafo — milha es de candidatos se apresentam tão logo a repartição declare a existência de vagas. O que é isso? É um sintoma de profundo desajuste na vida deste País. Os moços que estão saindo das escolas não têm onde ocupar seus talentos, suas energias, e têm de sujeitar-se, muitas vezes, a empregos modestos, cujos vencimentos são insuficientes para sua manutenção. Então, como pode ir bem o País com um salário-mínimo de pouco mais de cem cruzeiros novos, para o sustento de uma família, e com o aluguel e os transportes subindo? Como contentar-se alguém com essas estatísticas?

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa. e concedo o aparte ao nobre Deputado Euclides Triches.

O Sr. Euclides Triches — Nobre Deputado ouvi com interesse o aparte que deu a V. Exa. o Deputado Aldo Fagundes. Aponteei que ninguém afirmou que o País está navegando num mar de rosas. Apenas citei aqui dados estatísticos, mostrando que, em muitos setores, o País está marchando de maneira muito animadora e que nem tudo é negro, nem tudo é escuro, como parece. Não posso negar que o País não resolveu o problema do emprego e, ainda, que a demanda de mais de um milhão de empregos por ano é um desafio que só poderemos enfrentar com a conjugação de esforços de todos os brasileiros. Reconheço isso. Reconheço que país de família brasileiros não devem, com o salário-mínimo estar tendo grande facilidade para viver. Sou o primeiro a reconhecer tudo isso. Mas, pergunto eu: em qual outra fase da história do Brasil a situação esteve melhor? Sempre esteve difícil para o trabalhador brasileiro.

Um pouco mais, um pouco menos, mas sempre esteve difícil, porque somos um País subdesenvolvido. Precisamos sair dessa fase de subdesenvolvimento para proporcionar melhores condições de vida ao povo. Dizer-se que tudo vai mal está errado. Tenho dados estatísticos que mostram que nem tudo vai mal, que um pouco de bom se está fazendo no País. Como dizia um grande amigo de V. Exa., acender uma vela na escuridão é melhor do que malizar o preto.

O SR. RAUL BRUNINI — Não somos pessimistas com relação ao nosso País. Também não poderíamos negar qualquer esforço do Governo. Seríamos, se o fizéssemos, tachados de facciosos e de homens realmente não interessados no desenvolvimento, no processo do País.

Advertimos sobre a problemática brasileira, que está profundamente errada. V. Exa. citou o caso das universidades. Foram criadas. Mas sabe V. Exa. que muitas o foram praticamente sem estudo quanto ao seu aproveitamento, à sua localização e, às vezes, em atenção puramente a influências de setores estranhos ao Governo.

O Sr. José Mandelli — Por política.

O SR. RAUL BRUNINI — Não política, mas política, porque política pressupõe ação em benefício da coletividade. A política eleitoral, sim, é prejudicial. Então, essas coisas se têm feito sem inteligência, sem planejamento. Criam-se, em algumas zonas da Nação universidades em número demasiado, enquanto em outros há escassez e há, no cômputo geral, uma deficiência terrível.

Ainda respondendo ao nobre Deputado Euclides Triches, devo dizer que respeito profundamente a opinião de S. Exa., quando ressaltava a figura do Ministro Tarso Dutra. Mas, sem nenhum intuito de ofendê-lo, de injuriá-lo, de caluniá-lo ou de malizá-lo, nobre Deputado, saberia V. Exa., se fosse sincero consigo mesmo que S. Exa. está incompatibilizado com o País, não tem mais condições de continuar à frente do Ministério da Educação, pois está submetido a um desgaste permanente. E embora proclamemos seja uma figura humana respeitável, reconhecemos sua incapacidade para administrar a Pasta que lhe foi entregue. Isto é uma advertência, uma crítica que faz a Oposição, sem que esteja em jogo a pessoa do Deputado Tarso Dutra, nosso colega. Mas realmente S. Exa. entrou num processo de desorientação tal, que não consegue, hoje, mais nada; incompatibilizou-se tanto, não só com os estudantes, mas, também, com a opinião pública do País, que o fracasso de sua Pasta é evidente.

O Sr. Aldo Fagundes — Aludiu V. Exa., a meu ver, com muita propriedade, à questão da criação de estabelecimentos de ensino superior no País, muitas vezes sem um planejamento racional. Apartei V. Exa. para apontar a falta de perspectivas da juventude deste País diante da situação estrutural de nossa economia. Um veterinário, por exemplo, tem como futuro alimentador tornar-se vendedor de algum laboratório de produtos veterinários, geralmente mantido pelo capital estrangeiro. Forma-se um farmacêutico que vai ser também propagandista de laboratórios norte-americanos para vender produtos no País. Um agrônomo, ao formar-se, sente-se feliz se conseguir um lugar de burocrata numa repartição pública. Mesmo um médico que queira especializar-se tem que enfrentar dificuldades no campo da pesquisa, que vão desde a falta de aparelhamento até as dotações de recursos para que essas pesquisas se realizem. E assim sucessivamente. Esta falta de perspectivas para a nossa mocidade é que está lançando o estudante universitário brasileiro num clima de total frustração.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o oportuno aparte de V. Exa.

O Sr. Arruda Câmara — Eminente representante da Guanabara, venho acompanhando o seu discurso com aquele interesse que despertam as brilhantes orações de V. Exa.

O SR. RAUL BRUNINI — Bonda-de de V. Exa.

O Sr. Arruda Câmara — ... elvidas, é verdade, de um sentido oposicionista demasiadamente forte e, por vezes, de campanário, como, aliás é próprio da Oposição. V. Exas. estão no seu papel. Estimar-se que se fizesse menos críticas ao nosso eminente colega o Ministro Tarso Dutra, S. Exa. é Ministro há um ano, e não se lhe podem atribuir as consequências de erros passados.

S. Exa. tem dado o melhor do seu esforço para atender à reforma do ensino, à concessão de bolsas, inclusive em entidades superiores de ensino. Não há, pelo menos em meu Estado, esta facilidade de criar faculdades superiores. V. Exa. sabe que Garanhuns, que passa por ser a Suíça brasileira, é uma grande cidade. Foi eu tomei todo o interesse, ao lado do Bispo Diocesano, para criar lá a Faculdade de Filosofia. Foi a Garanhuns uma comissão inspetora para verificar as condições, e não conseguiram essa faculdade, porque não havia professores em número suficiente para que ela preenchesse as condições necessárias ao seu reconhecimento. De um lado, V. Exas. alegam que não há vagas nas faculdades, nas universidades oficiais, e que, portanto, há excedentes que batem às portas e ficam do lado de fora; por outro lado, se se pretende criar universidades ou faculdades particulares e o Governo fa-

cilita a abertura de vagas, V. Exas. impugnam.

O SR. RAUL BRUNINI — Não. Ninguém impugna.

O Sr. Arruda Câmara — V. Exa. disse que não havia condições; que se estavam criando universidades a torto e a direito.

O SR. RAUL BRUNINI — Declarei que se criavam universidades, sem planejamento e, às vezes, em locais sem prioridade.

O Sr. Arruda Câmara — Mas são essas universidades, sem planejamento, que podem ter uma melhor fiscalização, adaptar-se melhor as exigências e abrir vagas para esses excedentes. A meu ver, a argumentação de V. Exa., nesse ponto, não está muito lógica.

O Governo apanha por não ter cão, porque não tem Universidade, não oferece vaga...

O SR. RAUL BRUNINI — V. Exa. não quis entender. Não fui contra. Disse apenas que certas Universidades teriam muito melhor resultado se implantadas em outro local. Não fui contra.

O Sr. Arruda Câmara — Não! V. Exa. disse que eram criadas sem planejamento.

O SR. RAUL BRUNINI — Muitas delas o foram.

O Sr. Arruda Câmara — Ora, ninguém vai criar uma Universidade, uma Faculdade, onde não haja campo, onde não haja alunos.

O SR. RAUL BRUNINI — As vezes, há interesse políticos.

O Sr. Arruda Câmara — Quem vai encarregar-se, por exemplo, de criar uma Faculdade em Botocó, em Ouricuri ou em Eru?

Acredito que há o interesse financeiro do Rector, dos professores, mas não há dúvida de que eles têm também o objetivo de atender a esses alunos que não conseguem vagas nas Faculdades oficiais e são considerados excedentes. Mas, atacar o Governo por não ter cão, isto é, por haver lugar nas Faculdades oficiais e atacá-lo por ter cão, isto é, por facilitar...

O SR. RAUL BRUNINI — Insisto em dizer que V. Exa. não interpretou bem minhas palavras; está deturpando meu pensamento. Não sou contra as Universidades. Só disse que há algumas mal localizadas. Nada mais.

O Sr. Arruda Câmara — Mal localizadas... Mas V. Exa. deve propugnar no sentido de que elas sejam mais bem localizadas...

O SR. RAUL BRUNINI — Perfeito. Agora sim.

O Sr. Arruda Câmara — ... mais bem preenchidas, mais bem afluídas com professores...

O SR. RAUL BRUNINI — Agora V. Exa. está com a razão.

O Sr. Arruda Câmara — Mas dificultar neste País, nobre Deputado Raul Brunini, a criação de Faculdades novas, que vão abrigar esses alunos considerados excedentes que desejam estudar, é a mesma coisa que apagar o Governo porque não dá lugares e apaga-lo por dar lugares.

O SR. RAUL BRUNINI — Insisto em que V. Exa. está usando de um argumento que não expendi. Não me leve para lá. Eu não disse isso.

O Sr. Arruda Câmara — Cito-me V. Exa. por obséquio, algumas dessas universidades criadas sem planejamento e mal situadas. No meu Estado, não conheço nenhuma, nem sequer faculdade. Ao contrário, quis criar uma de Filosofia, em Garanhuns e não pude.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, então a favor eu sou de faculdades novas que não quero cometer a indiscrição de dizer que, em vez de em tal cidade, deveria ser em outra, porque acho que, mesmo com essas falhas, elas são bem-vindas.

O Sr. Arruda Câmara — Mas devemos dar nome aos bois para trazer argumentos comprobatórios das afirmações. Se V. Exa. vê inconveniente em indicar essas faculdades, não deve citar os fatos assim em suspenso, in

genere, porque as acusações genéricas não são comprovantes. Devemos trazer fatos concretos. Quando acho que há tal e tal erro, eu digo que há tal erro nesse setor, nesse lugar.

O SR. RAUL BRUNINI -- Quem julga da conveniência de dizer ou detalhar, ou não, sou eu.

O Sr. Arruda Câmara — Mas também temos o direito de pedir que V. Exa. detalhe. V. Exa. não está falando, como um ventríloque, para si mesmo. V. Exa. está falando para a Câmara, e a Câmara tem o direito de pedir o nome desses locais...

O SR. RAUL BRUNINI — Mas eu me reservo o direito de dar, ou não.

O Sr. Arruda Câmara — ... para poder também dizer ao Governo e ao Ministro da Educação: V. Exas. estão errados criando uma faculta e na localidade tal; ela deve ser na localidade qual. V. Exa. sobre Deputação, é um velho parlamentar, aqui e em seu Estado; não é ventríloque. Fala para a Câmara e para a Nação. Não fala para si.

O SR. RAUL BRUNINI — Para bom entendedor, meia palavra basta...

O Sr. Arruda Câmara — E, no caso de interpeção, deve V. Exa. comprovar suas afirmações com fatos concretos.

O SR. RAUL BRUNINI — ... mesmo porque não estou fazendo denúncias, nem condenando. Estou debatendo em tese um argumento que V. Exa. quer detalhar.

O Sr. Arruda Câmara — V. Exa. está condenando o Ministro da Educação por seus erros e diz que um dos erros é esse. Quero conhecer, para ajuizar se S. Exa. está ou não, errado quanto a criação dessas faculdades...

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, já declarei a V. Exa. e V. Exa. não quer entender, embora seja bastante inteligente, que não se centra a criação de universidades. Denunciei — e afirmo novamente — que algumas faculdades teriam melhor rendimento se localizadas em outras cidades. Não quero dizer qual a cidade, para não magoar os habitantes que têm pela sua faculdade um carinho todo especial. Agora, se o Sr. Ministro me chamar pessoalmente, direi a S. Exa. com todo o prazer.

Quero pedir desculpas ao Sr. Presidente, porque realmente estou avançando no tempo, e na outros colegas que desejam ocupar a tribuna.

O Sr. Aldo Fagundes — a afirmação de V. Exa. é perfeitamente explicável. Não há técnica em educação que desconheça que, muitas vezes, as facilidades determinam a criação, por exemplo, de Faculdade de Filosofia num lugar onde teria mais sentido uma faculdade técnica, de Agronomia, de Medicina, ou de Engenharia. Mas, como é mais fácil manter uma Faculdade de Filosofia, persiste-se com a instalação dela. E, realmente, ninguém é contra a criação de um novo estabelecimento de ensino superior. Mas, reconhecemos que o ideal seria uma outra instituição que se ajustasse melhor as necessidades da localidade a que se vai atender. Que se crie uma Faculdade de Filosofia, mas que se crie também uma faculdade técnica. A meu ver, V. Exa. está fazendo uma análise, em tese, perfeita.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Arruda Câmara, estou inteiramente a disposição de V. Exa. para ajudá-lo na instalação de uma faculdade no seu Estado e faço votos sinceros para que V. Exa. veja esse objetivo concretizado, pois ninguém se tem debatido tanto pela causa da educação quanto V. Exa. E, realmente, creio que seria um prêmio à atividade de V. Exa. se entrasse para o Estado que V. Exa. tão dignamente representa, não uma mas várias faculdades ou institutos, para melhorar o índice de cultura da moçada.

O Sr. Arruda Câmara — Fico muito grato a V. Exa., mas não logrei, repito, sequer uma Faculdade de Filosofia. Dizem que se obtém isso através de prestígio político. Consequentemente, não tenho prestígio, porque não pude obter a Faculdade de Filosofia para Garanhuns, que é a segunda ou terceira cidade do meu Estado. Mas espero que, com a ajuda de V. Exa., ainda consiga criá-la.

O SR. RAUL BRUNINI — Agora, vou deixar intencionalmente no ar a afirmação: um colega do Partido de V. Exa. conseguiu faculdades de Direito e de Medicina para a cidade dele! (Muito bem. Muito bem. Palmas).

ides e única solução para as grandes metrópoles.
Era esse apêlo que eu queria endereçar aos efeitos das grandes ci-

A resposta é a "As delegações exceção das nas São Paulo, e Minas, têm enviado normalmente os relatórios das atividades específicas da Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes."

A resposta é a seguinte:

"As delegações regionais, com exceção das da Bahia, Amazonas, São Paulo, e Minas, têm enviado normalmente os relatórios das atividades específicas da Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes."

O Sr. Mário Piva — Nobre Deputado, parece-me estranho e falso apenas a respeito do meu Estado, porque estou acompanhando o que lá ocorre — que V. Exa. receba a informação de que a Bahia não teria enviado relatórios. Leio diariamente nos jornais de minha terra sobre as atividades da Delegacia especializada na apreensão de tóxicos em Salvador e no interior do Estado. Assim, ou a Delegacia está descurando do envio desses relatórios ou os está enviando e o órgão que presta informações a V. Exa. não os recebeu.

O SR. RAUL BRUNINI — Tenho em mãos — e V. Exa. vê, pelo volume — a cópia de todas as informações prestadas neste primeiro semestre pelas delegacias regionais. E aqui está a parte sobre a Bahia:

"Departamento de Polícia Federal — Delegacia Regional da Bahia. Ao Sr. Chefe do Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes. Assunto: Informação — (presta)."

Vem assinado pelo Delegado Regional — não sei se V. Exa. conhece — Coronel Luis Arthur Carvalho.

O Sr. Mário Piva — Sei que é um homem decente e cumpridor dos seus deveres.

O SR. RAUL BRUNINI — Pressigo na leitura:

"Sr. Chefe,

Em resposta ao vosso ofício nº 01-68-SRTE, Circular, de 19 de janeiro de 1968, informo que a Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes desta Delegacia não está funcionando desde que assumi o cargo de Delegado.

Os motivos que apresentei já constaram do Ofício nº 448-GAB de 5 de setembro de 1967, e do item 3 do Relatório Anual desta Delegacia Regional, encaminhado ao DPF com o Ofício nº 543-GAB de 18 de dezembro de 1967, e são os seguintes:

Falta de inspetor para chefiar o Serviço. Deficiência do efetivo da Delegacia Regional e falta de pessoal com conhecimento e treinamento sobre um assunto que requer uma preparação especial.

Esta Delegacia limita-se a delimitar com o Secretário do Gabinete a legislação e documentos oriundos desse Serviço, os quais servem de orientação para instauração de algum inquérito provocado por investigações procedentes de outras Delegacias Regionais.

Na oportunidade, apresento os protestos de consideração e apreço. — Luiz Arthur de Carvalho."

Eis aqui o documento.

O Sr. Mário Piva — Agradeço a informação documentada que V. Exa. presta, e continuo a estranhar, porque os jornais de Salvador quase semanalmente, posso dizer a V. Exa., noticiam a apreensão de vários tóxicos. Inclusive, na semana passada, o jornal "A Tarde" publicou uma longa, uma extensa notícia, uma reportagem a respeito da queima de dez ou doze centenas de quilos de maconha. Veja V. Exa. que há uma repressão ao abuso do tráfico de tóxicos, mas não existe efetivamente um aparelhamento completo para que a Delegacia Regional da Bahia possa exercer as atividades que seriam de esperar.

O SR. RAUL BRUNINI — Veja V. Exa., a pasta está em branco.

O Sr. Mário Piva — Acredito sinceramente.

O Sr. Raul Brunini — Mês de janeiro, de fevereiro, de março e de abril, os quatro primeiros meses do primeiro semestre, completamente em branco. Li o ofício da Delegacia Regional, dando as causas da inoperância ou da inexistência desse setor, importantíssimo, como sabe V. Exa.

O Sr. Mário Piva — Obrigado a V. Exa.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço ao nobre colega Mário Piva o aparte. Tinha certeza de que V. Exa., atento às coisas do seu Estado, como representante da Bahia iria estranhar esse fato.

Como a da Bahia, aqui está a pasta da Delegacia Regional do Amazonas, em branco, quando se sabe — no decorrer deste meu discurso a Casa vai ver — que um dos principais focos de irradiação de contrabando é Manaus. No entanto aquela Delegacia Regional não comparece com qualquer diligência, não apresenta nada nesse setor importante, que é o de repressão ao tráfico de entorpecentes.

Mas, Sr. Presidente, continuo nesse trabalho que me manda o Chefe do Serviço de Repressão aos Tóxicos e Entorpecentes, Dr. Walmores Barbosa, uma autoridade das mais competentes, neste País, sobre a matéria, das mais preocupadas com a matéria, com o qual tive oportunidade de conversar várias vezes, e que inclusive esteve na Comissão Especial por nós solicitada. Esta autoridade nos mantém constantemente informados de todo este assunto, que é uma das nossas preocupações, e, se a Câmara dos Deputados oferecer à Nação uma nova legislação, com estes elementos colhidos de todos os pontos do País, prestará inestimável serviço ao povo brasileiro, e nós nos sentiremos compensados, regamente no desempenho do mandato que o povo da Guanabara nos outorgou.

Prefero fazer um verdadeiro roteiro dessas informações.

Vejam, Sr. Presidente, as informações sobre Brasília.

Esta Capital tem atuado seriamente neste setor e feito um trabalho que pode ser considerado muito bom. O Chefe da Delegacia da Brasília trabalha ativamente e realmente aqui têm sido tomadas várias medidas de alto alcance.

No mês de abril foram fiscalizadas as farmácias de Brasília e feitos fichários de toxicômanos e de traficantes. Foram apreendidos não só psicotrópicos, como também a erva, a maconha, e outros produtos considerados de alta periculosidade.

Ainda no mês de abril foram apreendidos 30 vidros de psicotrópicos. No mês de março, 90 e fichados 4 toxicômanos. No mês de fevereiro foram apreendidos 800 gramas de maconha e 4 envólucros de psicotrópico e 4 invólucros foram expedidas, numa demonstração da atividade desse setor.

O Sr. Sinval Boaventura — Deputado Raul Brunini, estou ouvindo atentamente a exposição de V. Exa., que demonstra a Casa estar realmente senhor da matéria. Não desejava interromper o seu raciocínio, porém, como V. Exa. já fez referência a Brasília, a Manaus e à Bahia, gostaria que me informasse como está sendo conduzido esse problema no meu Estado, Minas Gerais.

O SR. RAUL BRUNINI — Com imenso prazer. Tenho em mãos o relatório de Minas Gerais. Não é dos melhores. Realmente, o Estado de Minas Gerais deixa muito a desejar nesse setor. Mês de janeiro deste ano, nenhuma informação enviada à Delegacia competente; mês de fevereiro, idem; mês de março, idem; no mês de abril, o Agente Federal S. Mário Francisco enviou para Brasília somente 5 prontuários de viciados em tóxicos e entorpecentes. Mas, é nula a ação da Delegacia do

CONGRESSISTA: RAUL BRUNINI
PROJETO Nº
1º
27/07/67
1/07/67

Manifesta discordância de tudo o que vem ocorrendo no país

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, na atual conjuntura da vida nacional, no instante que vivemos, quando um Deputado da Oposição vem à tribuna, traz sua mensagem, evidentemente, que é o espelho da insatisfação popular. Esta tem sido nossa posição: em todas as oportunidades, manifestar a nossa discordância a tudo o que está ocorrendo no País, por causa de um Governo ausente, incapaz, inoperante, ineficaz, inepto.

Mas, ao lado desses problemas eminentemente políticos, existem outros da maior importância e gravidade, que não podem também deixar de ser motivo de apreensão e de interesse da opinião pública, sobretudo quando estão intimamente ligados à segurança da juventude, através de um dos capítulos mais graves da vida brasileira, que é o abuso do emprego de tóxicos e entorpecentes.

Este assunto já me trouxe à tribuna por diversas vezes, e, inclusive, já consegui da compreensão dos meus eminentes companheiros de Câmara uma comissão especial, que está em pleno funcionamento, para examinar a legislação vigente e propor modificações que possam dar armas eficazes à administração pública, a fim de enfrentar tão insidioso mal.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, como resposta a requerimento de informações que enviei ao Ministério da Justiça, dados muito interessantes, que revelam a situação existente em todo este País. Como sabem, pela nova Constituição Brasileira ficou atribuído à União o exame desta matéria. Quer dizer, o combate ao tráfico de entorpecentes, anteriormente feito pelos Estados, que tinham seus departamentos especializados, passou para a jurisdição da União.

Esta nova incumbência trouxe um certo desentrosamento. O Estado alega que a Constituição fixou a competência da União. A União não tem recursos, e depende hoje, exclusivamente, da dedicação de certas autoridades estaduais e federais a continuidade do combate ao uso de entorpecentes.

Perguntei, no meu requerimento de informações, se as delegacias regionais, isto é, os órgãos estaduais do Departamento Federal de Segurança Pública tinham enviado relatórios das suas atividades nesse setor.

Tóxicos e Entorpecentes de Belo Horizonte, Minas Gerais, pois sabemos que este Estado, principalmente sua Capital, é hoje, um dos pontos mais visados pelos traficantes e viciados. Tenho em mãos documento que demonstra a falta de atividade deste setor em Minas Gerais.

O Sr. Sivaldo Boaventura — Agradeço a informação de V. Exa. e vejo que o nobre colega está realmente credenciado para discutir a matéria. Como representante de Minas Gerais, vou cientificar-me dos motivos por que não têm sido tomadas as providências necessárias para o combate ao tráfico de entorpecentes.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Exa., e peço mesmo aos Srs. Deputados, representantes de todos os Estados, que colaborem com as autoridades, pois estaremos prestando extraordinário serviço a este País, na defesa principalmente da sua juventude.

Está em meu poder um relatório do Estado do Pará, muito bem feito, muito bem apresentado, pelo qual podemos ver — e chamo a atenção dos Srs. Deputados — a necessidade desses relatórios de trabalho. No mês de março, foram apreendidas sete ampolas de morfina, em Belém do Pará; foram apreendidas várias amostras de psicotrópicos, entre outros, o perurim e o placidol; foram fichados vários traficantes de maconha; foram feitos também vários flagrantes de maconha e 112 farmácias de Belém foram fiscalizadas. Por que é necessária a fiscalização? Em virtude da falsificação das receitas médicas. Daqui a pouco vou mostrar o rombo nos blocos de receita, onde as assinaturas dos médicos são falsificadas, abrindo um caminho perigoso. Há necessidade, portanto, dessa fiscalização nas farmácias, como esse relatório de Belém do Paraná nos informa.

Diz ainda a informação prestada pelo Sr. Elias Chanas, Agente-Auxiliar da Polícia Federal de Belém do Pará:

"Cumpre-me apresentar a V. Exa. dados estatísticos da Seção de Repressão de Tóxicos e Entorpecentes, durante o presente mês, e comunicar que esta seção está procedendo a investigações no sentido de conseguir prova contra um indivíduo de nacionalidade espanhola. Segundo denúncia, o mesmo tem em seu poder algumas caixas de morfina, as quais pretende vender nesta Capital. Essa sessão mantém atualizados fichários de farmácias e realiza fiscalização nelas, a fim de evitar a venda de psicotrópicos sem receituário médico, exigindo que as mesmas tragam em dia o livro que se destina a registrar o referido receituário.

Esta chefia aguarda o retorno do Secretário de Estado da Saúde, a fim de marcar reunião onde será estabelecida orientação para isso, estando presentes a elas outras autoridades no assunto."

Veja o interesse desse representante do Pará para essa fiscalização ser bem eficiente.

Em outro comunicado, essa mesma autoridade diz:

"Foram realizadas 21 investigações nesta Capital, tendo sido objeto delas as botas onde fazem uso de psicotrópico, da maconha, embora esteja seu uso bastante reduzido.

As investigações são feitas para que os traficantes não se esqueçam de que as autoridades estão com o firme propósito de acabar ou reduzir ao mínimo o emprego de substância capaz de causar deficiências físicas ou psíquicas.

Também essa seção se preocupa bastante com o possível

tráfico de cocaína, que vem de Bolívia, via Manaus, e que é trazido, segundo denúncias, em aviões que fazem a linha doméstica e vão até essa última cidade fazendo escala em Belém."

Veja bem, Sr. Presidente, o contrabando de cocaína é feito da Bolívia ao Brasil, via Manaus. Enquanto isso, a delegacia de Manaus é completamente omissa, não apresenta qualquer informação à autoridade federal competente, para bate a este contrabando, dos mais terríveis e danosos à população brasileira. Mas do Pará vem a informação, a fim de prevenir as autoridades.

Está chegando ao Plenário o Deputado Aniz Badra. Meu caro Deputado Aniz Badra, o que mais clama aos céus neste trabalho é que a Delegacia do Estado de São Paulo não apresenta praticamente nenhuma atividade no setor de combate ao tráfico de entorpecentes, quando sabemos que São Paulo é o centro irradiador do contrabando desta droga, onde existe maior número de traficantes e de viciados. E o chefe da Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes diz o seguinte:

"Esta Seção, conforme relatórios anteriores, continua ressentindo-se da falta de meios necessários ao seu funcionamento normal, independente das providências ocorridas durante o mês"

Este foi o relatório de abril de 1968. Vamos ao relatório de março. Fêz um pedido de buscas, em São Paulo. Concluiu uma sindicância, e o representante fez a seguinte recomendação:

"Esta seção de repressão a tóxicos e entorpecentes, funcionando precariamente, ressentindo-se da falta de meios, principalmente humanos, para a cabal execução de suas atividades, embora tal situação já tenha sido objeto de diversos relatórios. Contudo, estamos informados de que estão sendo tomadas providências no sentido de propiciar os meios necessários."

E ao item específico do meu requerimento de informações, há o seguinte esclarecimento:

"O responsável pelo setor de entorpecentes da Delegacia Regional da Polícia Federal, em São Paulo, é o Agente de Polícia Federal, Aluizio Otelo Moreira, Chefe da Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes, designado pelo atual Delegado Regional, Sílvio Corrêa de Andrade." Existe um apenas em São Paulo por incrível que pareça, e mais ninguém.

Passemos agora ao mês de fevereiro de 1968. Diz:

"Inquérito, nenhum; sindicância, nenhuma; ofícios recebidos, dois; ofícios expedidos, dois; memorandos recebidos, um; memorandos expedidos, cinco; pedido de busca recebido, um; pedido de busca informado, três; nenhuma sindicância, nenhuma diligência."

Nada, em São Paulo, o que é verdadeiramente impressionante.

Diz o Sr. José Benedito Barreto, da Escola de Polícia Federal, Chefe do Cartório da Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes:

"A Seção de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes, embora esteja simbolicamente instalada desde o mês de setembro do ano passado, não teve, até esta data, condições de funcionar e dar cumprimento às suas atribuições específicas. Não há pessoal, nem meios cabais para execução de suas atividades, embora tal si-

tuação já tenha sido objeto de diversos relatórios. A seção possui móveis adequados, sendo que os poucos em uso são de propriedade particular, tomadas a título de empréstimo. Entretanto, a seção tem sido utilizada para diversas diligências, algumas sobre assuntos estranhos às suas atribuições especiais, o que vem mantendo ocupados em exercício os poucos funcionários lotados na mesma. Atualmente, o cargo de chefe de seção, privativo de Inspetor da Polícia Federal, está vago, aguardando-se designação de novo titular para prosseguimento de algumas investigações ou sindicâncias em andamento."

Este é, infelizmente, o relatório apresentado nos quatro primeiros meses de 1968 pela Delegacia Regional de São Paulo.

O Sr. Aniz Badra — V. Exa. me convocou, quando eu chegava neste plenário. Lamentavelmente, o relato de V. Exa., nobre Deputado Raul Brunini, estarece de fato. E' preciso considerar que a Capital de São Paulo possui hoje quase seis milhões de habitantes. E' incrível um relatório dessa natureza, quando os jornais do meu Estado constantemente anunciam contrabandos de entorpecentes. Esse relatório vem denunciar a incapacidade e a falta de elementos que labutam nesse setor. Ainda há pouco o nobre Presidente La Roque nos comunicava mais um atentado. Onde está a Secretaria de Segurança Pública do Estado, que, até bem pouco tempo, era a garantia da tranquilidade? Nos Governos passados, de Adhemar de Barros de Carvalho Pinto, notava-se uma ação nesse setor. Que está acontecendo? Será possível que, naquele imenso contingente, de que faz parte o alto funcionalismo da Secretaria de Segurança Pública do Estado e mais 60 mil homens existentes na Força Pública — e é, na realidade, quem faz o patrulhamento da Capital e do interior — não se encontrem elementos capazes de dar repressão ao crime, capitulado no Código de Processo Penal, de contrabando de entorpecentes? Quer-me parecer que alguma coisa, desgrazadamente, está acontecendo em nosso Estado. Se, porventura, não tiver capacidade o Governador de São Paulo para enfrentar sozinho o problema — julgo ao Governo Federal para uma ação como bom político — peço recursos ao Governo Federal para uma ação repressiva em todos os setores de atividade. Tanto os atentados que se verificam hoje em São Paulo, e que já ultrapassam mais de 200 essa denúncia que V. Exa. fez, deixam estarrecido e triste, porque seu apaixonado pelo meu Estado, assim como sou pelo meu País, ao qual tenho dado, modestamente, é verdade e concurso do meu trabalho e da minha ação. V. Exa., nesta hora, nobre Deputado Raul Brunini, não é um homem de Oposição, é um bom brasileiro, que denuncia um fato que se estende até a esfera federal, se o Governo de São Paulo não tiver capacidade para tomar as providências que o caso exige.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Exa. o aparte.

Quero afirmar, nobre Deputado Aniz Badra, que isso está ocorrendo nesse setor, não propriamente por culpa dos governos estaduais. A responsabilidade maior é do Governo Federal. O combate ao tráfico de tóxicos e entorpecentes é de exclusiva competência federal, de acordo com a Constituição.

O Sr. Aniz Badra — Mas não há um entrosamento, nobre Deputado Brunini?

O SR. RAUL BRUNINI — Havia um entrosamento perfeito. Os Estados estavam dando cabal desempenho à sua missão. Mas tudo está hoje de tal modo desorientado e de-

organizado, que está levando esse serviço ao caos. Como disse, a competência não é dos Estados, mas da União, que não tem elementos para cobrir todo o território nacional. Além do mais, os convênios com os Estados — repetimos — não estão sendo feitos de acordo com as verdadeiras necessidades. Ressalte-se nesse ponto, em abono à ação dos governos estaduais, que eles estão suprindo essa falha grave do Governo Federal. Mas é que fica uma situação estranha, difícil, porque pode parecer uma intromissão indebita num setor federal. Portanto, o que fazemos hoje os Estados é suprir uma falha grave do Governo Federal.

Nesse sentido o Chefe desse Serviço Federal, Dr. Valmor Barbosa, homem de maior envergadura moral e profissional, o homem certo para o lugar certo, luta com dificuldade terrível, porque o Departamento de Polícia Federal está mais interessado no SNI, na espionagem, nas delações, do que nesse trabalho eficiente e patriótico, que o combate ao uso e abuso do tráfico de entorpecentes. Há também, o contrabando, que a Polícia Federal igualmente não combate eficazmente, e tantos outros setores que ela é praticamente omissa, pois parece que o Governo só se interessa, com esse novo conceito de segurança nacional — que é a própria defesa do governo — em ficar à cata de pequenas coisas, quando segurança nacional é a defesa do povo, é a saúde do povo. Nesse episódio, os governos estaduais estão suprindo as falhas do Governo Federal, que não lhes tem dado os elementos indispensáveis para uma missão patriótica, importante e grave, como esta do combate aos tóxicos e entorpecentes.

O Sr. Aniz Badra — Concedo, em parte, com V. Ex.^a. Mas sabe Vossa Excelência que Governadores estaduais, como o de São Paulo e o da Guanabara, normalmente se empossam. Não podemos imaginar que não exista entrosamento entre o Poder Público Federal e essas duas Unidades poderosas deste País. O que me causa espécie é justamente o impacto a que me referia anteriormente. Por que não existe esse entrosamento? Por que o alheamento, então? Será que as forças do Brasil não se devem conjugar? O Governo Federal porventura deverá isolar-se de tudo e poder fazer tudo sozinho? Sabe V. Ex.^a que é humanamente impossível. Portanto, um entrosamento com o Governo do Estado de São Paulo, que tem meios para reprimir, é uma necessidade. e nesse ponto faço coro neste momento com V. Ex.^a.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Ex.^a.

No Paraná e em Santa Catarina, o trabalho apresentado é realmente muito bom. Demonstra que as autoridades nesse setor estão, pelo menos procurando acertar, estão ativas, demonstrando um trabalho de certa profundidade. O relatório é impecável, o que demonstra o cuidado das autoridades. Realmente não tenho nada que dizer. Tenho somente de dar os parabéns a essas autoridades, que estão fazendo um trabalho pelo menos de informação, muito bom.

O Sr. Doin Vieira — Os parabéns merecem também V. Ex.^a, pela oportunidade desse pronunciamento com que busca criar uma consciência nacional em torno de um problema talvez novo para nós, mas que já está exigindo a atenção dos poderes públicos e a compreensão inclusiva das autoridades, sobretudo educacionais. Vossa Excelência, com sua sensibilidade de político e de homem experimentado, traz, como sempre, à tona da discussão e dos acontecimentos, esse tema que começa a preocupar as autoridades. Reconhecemos que no Brasil, pelo seu próprio processo de de-

envolvimento, ainda não há, em grau de alta periculosidade, o problema dos tóxicos e entorpecentes. Mas é necessário que, desde já, a medida que ele surge, como V. Ex.^a bem destacou nos grandes centros, e que as redes de distribuição e manutenção do vício se estabeleçam também se estabeleça o País para combatê-lo. Há a validade do pronunciamento de Vossa Excelência, que aprecia, com nuances de pormenores, a situação em cada Estado, o que serve de um bocado de alerta às autoridades, aos policiais como também educacionais, e à própria família brasileira, em todo seu contexto, no sentido de que não se mantenham indiferentes a um problema que talvez, hoje, quase despercebido passe, mas que pode, rapidamente, ganhar vulto e tom de gravidade, se não for, em tempo, enfrentado e combatido. Prossigo ouvindo V. Ex.^a e o cumprimento ainda uma vez por trazer à tona do debate e da discussão esse tema, de interesse para a própria segurança nacional, como he indisse V. Ex.^a.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte do nobre representante de Santa Catarina, que, atento a todos os problemas, não faltaria a esta nossa exposição.

Passemos, agora, ao Rio Grande do Sul que apresenta seu relatório — confesso — não tão detalhado como esperava, em virtude de o Rio Grande do Sul registrar, hoje, um índice elevado de traficação e de vício, sendo Porto Alegre uma das cidades brasileiras onde a incidência tem-se revelado, nestes últimos anos, a maior. Mas, mesmo assim, percebe-se o trabalho da autoridade. O relatório apresentado é que me parece falho quanto ao exercício da fiscalização da autoridade.

Mato Grosso é um setor vital, pois é, sem dúvida, através da sua fronteira que o contrabando mais se faz sentir.

Os relatórios desse Estado, dando conta das atividades da autoridade federal no tocante aos tóxicos e entorpecentes, informam que foram feitas rondas diurnas visando à fiscalização em vários setores para reprimir o tráfico de tóxicos e entorpecentes, efetuando-se, também, fiscalização nas farmácias de toda a cidade, a fim de coibir a venda de medicamentos tóxicos, e mantendo-se severa vigilância sobre viciados e traficantes conhecidos, embora esse setor conta atualmente apenas com o encarregado.

Vejam V. Exas. Mato Grosso cuja fronteira é o paraíso do contrabando de entorpecentes, principalmente da cocaína, no setor especializado tem apenas um encarregado, o próprio o setor.

E assim sucessivamente, fizemos um roteiro por todos os Estados sobre as atividades desse setor.

Sr. Presidente, gostaria também de apresentar um trabalho enviado pela Diretoria Regional de Goiás, para confirmar o que havia dito no início, isto é, que a fiscalização das farmácias é importante pelo extrato de receita médica. Então, o que o diretor de Goiás:

“Foi realizada sindicância por este setor, a fim de esclarecer furto ocorrido no Hospital Santa Luzia, nesta Capital, em 1-1-68, sendo ouvidos neste setor, vários funcionários, que, após confissão o furto foram enviados a repartição competente por haver-se apurado apenas o furto de um bloco de receita médica delimitado este de competência daquela secretaria.”

Portanto, a fiscalização das farmácias é necessária para evitar a receita falsificada, porque esses blocos

são furtados e as assinaturas dos médicos são falsificadas.

Deixei por último o meu Estado, a Guanabara, porque, realmente, esse problema se agrava de maneira terrível, e ali a presença da autoridade tem de ser permanente. O Rio de Janeiro é, talvez, ao lado de São Paulo, o grande centro consumidor de droga. Só no mês de abril deste ano foram fichados 102 viciados e 55 traficantes, sendo apreendidas várias partidas de maconha, de psicotropicos e outros entorpecentes. No mês de março, foram fichados 125 toxicômanos e 125 traficantes, sendo apreendidos 10 de quilos de cânhamo, 10 gramas de cocaína, 23 tubos de amêndrime e realizadas 152 sindicâncias. No mês de fevereiro, foram também realizadas centenas de diligências, demonstrando que apesar de toda esta atividade, a Guanabara continua sendo um dos pontos nevralgicos desta questão.

Sr. Presidente e Srs. Deputados como afirmei, no início deste meu discurso, há problemas que não podem ser esquecidos, embora o momento atual se fixe mais na grave crise política que devora este País. Há assuntos como este de tóxicos e entorpecentes, que na mais aguda crise política não podem ser esquecidos.

A nossa Comissão de Inquérito continua funcionando normalmente, está no final dos seus trabalhos. Ouvimos as mais altas autoridades e técnicos do assunto. Entraremos, em seguida, na fase de elaboração de uma legislação específica, revendo a atual, a fim de que o País tenha as leis indispensáveis para se não extinguir pelo menos diminuir sensivelmente os efeitos e as consequências deste mal.

Creio, assim, Sr. Presidente que modestamente embora ...

O Sr. Doin Vieira — V. Ex.^a cumpriu com seu dever.

O SR. RAUL BRUNINI — ... estamos prestando um serviço à causa de tantos que necessitam de uma providência legislativa, e com a ajuda de todos os Srs. Deputados — pois quanto a este problema, é unânime o pensamento da Câmara dos Deputados do Brasil — poderemos oferecer uma legislação que coíba esse mal que vem ceifando, roubando tantas e tantas vidas indispensáveis ao progresso e ao desenvolvimento de nossa Pátria. (Muito bem, muito bem.)
(Palmas.)

ASSOCIATA: Raul Brunini
LTO 1.
N.
de 31/8 167, CD-SP-CM 135696/9
1 de 1

Abusos que se vêm praticando na Franca de Manaus

houvesse por parte do Governo o desejo de diálogo, de permitir que democraticamente os assuntos fossem debatidos, fatos como o que ocorreu ontem, na Universidade de Brasília, seriam evitados. E' essa intransigência é essa insensibilidade à discussão democrática desses problemas que têm permitido a repetição desses fatos.

O que se deu ontem, Sr. Presidente, no nosso entender, foi preparado. Foi uma operação militar de ocupação que vimos na Universidade de Brasília. Essa operação teve duas fases perfeitamente distintas. A primeira delas o envio da viatura policial do DOPS, com o objetivo de provocar aquele tipo de reação, pois as tropas da Polícia Militar já se encontravam nas redondezas da Universidade e, assim que houve o atrito, que era esperado, da polícia civil com os estudantes foi imediatamente solicitado o reforço da tropa militar, que ali apareceu preparada, com uniforme, inclusive de campanha, com capacetes apropriados, com mochilas. Se não houvesse a premeditação, esta tropa — a tempo e a hora, lá não estaria preparada para dar combate aos universitários. O ilustre Deputado Sintilli Sobrinho, este nosso colega que todos conhecem e admiram e que pauta a sua atuação pelo equilíbrio, pela discrição, — pela sensatez, só poderia sofrer aquele vexame se a tropa estivesse instruída para aquela atitude — pois, ao se identificar à autoridade militar, dizendo da sua qualidade de Deputado, imediatamente foi agredido. E, à medida que dizia: "eu sou um Deputado" a resposta dos espancadores era uníssima: "E' por isso mesmo que o senhor continua apanhando". Ora, um soldado que não fôr instruído para assim proceder, regra geral, respeita e acata uma autoridade superior.

E, pela nota ou declaração, hoje, do Ministério da Justiça — claro ficou que a tropa de ocupação da Universidade de Brasília levava a instrução de espancar universitários e parlamentares pois é curial que, em Brasília, qualquer perturbação, não só na Universidade como em qualquer outro setor da atividade, terá, imediatamente, a participação de parlamentares. Este fato tem-se repetido constantemente aqui na Capital e as declarações do Ministro da Justiça confirmam que a tropa que para lá se dirigiu levou à instalação de não respeitar as imunidades parlamentares. Este é o fato grave que revelamos desta tribuna.

O Sr. Paulo Brossard — Só num regime presidencial um Ministro de Estado poderia fazer declarações desta ordem. Num regime parlamentar não seria mais Ministro de Estado.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o pronunciamento de V. Excelência.

O Sr. Geraldo Freire — Eu poderia perguntar a V. Exa. onde estão essas declarações?

O Sr. Geraldo Freire — "Estão nos jornais" é uma afirmação — desculpe-me o nobre colega — um tanto vaga. Não estou duvidando — mas gostaria de ler essas declarações a que V. Exa. se refere. Se V. Excelência, que é tão cavalheiro, me indicasse o jornal, eu gostaria de lê-las, para depois, então — apartear V. Exa. com conhecimento de causa.

O SR. RAUL BRUNINI — Creio que V. Exa não irá duvidar da minha afirmação.

O Sr. Geraldo Freire — Não estou duvidando.

O SR. RAUL BRUNINI — Realmente foi uma falha da minha parte não ter trazido essas declarações.

O Sr. Hermano Alves — Não houve falha de V. Exa. As declarações estão nos jornais de hoje.

O Sr. Geraldo Freire — Não pode V. Exa indicar o nome do jornal?

O SR. RAUL BRUNINI — Não posso indicar também. Não sei dizer, especificamente, qual o jornal. Mas estão num jornal da Guanabara as declarações do Sr. Ministro da Justiça, de que assumia as responsabilidades e de que realmente dera as ordens para a invasão da universidade e para a prisão dos alunos.

O Sr. Geraldo Freire — Mandar prender aqueles que estão com a prisão preventiva decretada é uma coisa e mandar invadir uma universidade é outra. Gostaria de saber onde estão essas notícias, para que pudesse novamente apartear V. Exa com conhecimento de causa. Agradeceria a V. Exa se me indicasse pelo menos o nome do jornal.

O SR. RAUL BRUNINI — Já disse a V. Exa: não quero incorrer no erro de dizer que foi em tal jornal. Li muitos jornais hoje, por isto, não posso indicar o nome exato do que publicou essa notícia.

O Sr. Doin Vieira — O "Jornal do Brasil".

O SR. RAUL BRUNINI — Diz o nobre Deputado Doin Vieira que está no "Jornal do Brasil".

O Sr. Geraldo Freire — Irei apANHAR o jornal, imediatamente.

O Sr. Celso Passos — Nobre Deputado Raul Brunini, para ajudar o Deputado Geraldo Freire e colaborar com S. Exa, no exercício da liderança do Governo, quero dizer que não é preciso que, como seria do seu dever, S. Exa tivesse conhecimento do que declarou o Sr. Ministro da Justiça. Poderia o nobre Líder, recorrendo a declarações prestadas nesta Casa pelo Comandante da Polícia Militar de Brasília, em Comissão de Inquérito instaurada para apurar violências contra a massa estudantil, saber que a posição do Sr. Ministro da Justiça não difere da do Comandante da Polícia Militar. A posição do Governo, em casos como este, é monolítica, é uma só. Que disse o Comandante-Coronel da Polícia Militar, inquirido por vários colegas, inclusive por mim, na CPI? O Coronel Guey, quase general — a esta altura já deve estar com a sua promoção encomendada, pelos atos de bravura ontem praticados — interrogado por um dos nossos colegas disse que a atuação da Polícia Militar a qual se orgulha de comandar e cujos integrantes, seus subordinados, não teve, até agora, razão nem necessidade de punir, tão obedientes e disciplinados são eles às suas ordens. Tem duas fases num combate às manifestações de rua; a primeira fase é a da persuasão; se esta não der resultado, passa, então, à repressão. São palavras quase textuais do Comandante-Coronel da Polícia Militar ao prestar depoimento na CPI. O Deputado Geraldo Freire poderá consultar as notas taquigráficas. Disse ele ainda: "Na fase repressiva, inicialmente usa-se o cassetete, em seguida, as bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio. Se não ter resultado, passa-se a outro tipo de repressão." E, em perguntado se ordenaria, inclusive, que a repressão se fizesse com armas embaladas e disparos de tiros, respondeu que o faria, se necessário, para manter a ordem contra os agitadores e os subversivos. Ora, a declaração desse quase general — a esta altura deve ser mesmo quase general — é a expressão do espírito que preside toda a atuação monolítica desse Governo ditatorial e violento que infelicitou o País. O Líder do Governo não tem mais de consultar as notas, nem precisa ler jornal, para saber disto.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa, nobre Deputado Celso Passos. Mas, Srs. Deputados, ainda ontem, comentando o assunto com o ilustre Deputado Paulo Brossard, com o qual tenho tido, na nossa já longa vida pública, vários pontos comuns, disse que, apesar de termos combatido vários governos, de termos combatido a subversão e a incapacidade da administração de muitos go-

O SR. RAUL BRUNINI:
(Ram revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1968, é aquele que tem por finalidade coibir os abusos que se vêm praticando na Zona Franca de Manaus. Sr. Presidente este decreto foi baixado pelo Presidente da República, na forma do parágrafo único do artigo 53 da Constituição que permite ao Presidente da República baixar decretos-leis sobre finanças e segurança nacional.
E' ponto do meu partido e combate a essa política do Governo, e nós, da Oposição, temos nos rebelado contra esse dispositivo constitucional já havendo por diversas vezes, tentado essa reforma, que, infelizmente não conseguimos realizar — pois — segundo expressão do próprio Presidente da República, a Constituição é intocável. E' um erro, Sr. Presidente, a insistência do Governo, em impedir que se façam as reformas necessárias à Constituição. A intransigência é má conselheira. Podemos afirmar tranquilamente que se

veremos, nada havíamos visto que se igualasse à violência ontem praticada no campus da Universidade de Brasília.

O Sr. **Hernando Alevs** — Nobre Deputado Raul Brunini, queria só perguntar o seguinte, pois me preocupou muito com a Liderança da Maioria nesta Casa: se ela não costuma receber as informações do Governo, porque geralmente é surpreendida com o que ocorre, e se ela não lê os jornais como é que poderá informar-se?

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. **Geraldo Freire** — Nobre Deputado, a Liderança recebe as informações do Governo. Mas essa informação de que o Ministro da Justiça havia determinado a invasão na Universidade de Brasília, não nos veio. O Governo nada nos disse a respeito. Quando V. Ex^a fez a afirmação, confesso que tive um susto tremendo. A Liderança costuma ler os jornais também. Como não havia encontrado essa declaração, então o susto cresceu, e cresceu mais porque o Ministro Gama e Silva é um eminente jurista, dos mais conspícuos que o Brasil conhece (não apoiados), é homem sereno, rigorosamente equilibrado e é Reitor de uma universidade. Então, o susto aumentou a uma potência incrível. Agora, apanhei o "Jornal do Brasil" e digo a V. Ex^a que não veio nada disso. Ou eu estou lendo mal, ou V. Ex^a foi mal informado. Que o Ministro Gama e Silva houvesse determinado a invasão da Universidade de Brasília, é coisa que clama aos céus. S. Ex^a não o fez. Que a ordem para prender elementos que tivessem contra si decretada prisão preventiva houvesse sido dada, não é de estranhar. Acredito que não o tenha sido, porque inteiramente despendida, desnecessária. Quer dizer, se o Juiz batia ordem de prisão preventiva, não é preciso que essa seja remetida ao Ministério. Ela é mandada diretamente para os órgãos executores. Não foi o Ministério que determinou que a prisão se fizesse na Universidade. Então, não apenas não é verdade que S. Ex^a tenha mandado invadir a Universidade, como não é verdade que tivesse ordenado que se fizessem prisões ali. O que ocorreu foi por conta da Polícia. Os episódios foram lamentáveis. Todos nós o declaramos. Não houve ninguém que os elogiasse. Mas, atribuir essa responsabilidade ao Sr. Presidente da República, seria bárbaro, e V. Ex^a não o faz. Atribui-la ao eminente jurista que ora comanda os destinos do nosso Ministério da Justiça, é ainda uma injustiça muito grande que se lhe faz. O Ministro Gama e Silva é homem conhecido, admirado e respeitado por toda esta Nação. (Não apoiados.) V. Ex^a não irá ao ponto de acimá-lo de capaz de dar ordem de invadir a Universidade. Vou repetir a V. Ex^a: procurei no "Jornal do Brasil", mas não encontrei. Acredito na palavra de V. Ex^a. Sabe quanto o prezo e respeito, mas entendo que V. Ex^a, data venia, está mal informado a respeito.

O SR. RAUL BRUNINI — Afirmar a V. Ex^a que li vários jornais e que não podia identificar aquele em que encontrara essa informação. Não disse que fora no "Jornal do Brasil".

O Sr. **Geraldo Freire** — Se me permite, o jornal que publicou tal notícia não expressou a verdade. Os acontecimentos aí estão, dolorosos, todos os lamentamos. Mas, que o Ministro Gama e Silva mandasse que isso se fizesse, não é exato.

O SR. RAUL BRUNINI — V. Ex^a sabe perfeitamente que o ato de ontem não foi legal. Foi um ato eminentemente político. Um policial inferior não executaria aquela operação sem uma ordem superior. Sabe V. Ex^a que o comandante das operações ali presentes manteve um contato radiofônico com uma autoridade superior quando lhe foi proposto por parlamentares uma decisão que amenizasse aquela situação. Veja bem, nobre Deputado. É evidente que o Sr. Ministro da Justiça não daria uma ordem por escrito para invadir a Universidade de Brasília — ora... — mas que partiu do S. Ex^a a ordem de prisão a qualquer preço, a qualquer custo, e esta ordem foi executada manu militari.

O Sr. **Cid Carvalho** — Nobre Deputado, quando eu vi a interferência do nobre Líder Geraldo Freire...

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Geraldo Freire, aqui está e V. Ex^a tem em mãos o "Jornal do Brasil". Por gentileza, a Coluna do Castelo: "Brasília" (Sucursal). Partiu do Ministro da Justiça, Professor Gama e Silva, a ordem para a Polícia Federal invadir a Universidade de Brasília e retirar de lá estudantes que estavam com prisão preventiva decretada.

Quem afirma isto é o colunista Carlos Castelo Branco, na sua coluna de hoje, 4ª página do "Jornal do Brasil". Jornalista ilustre é, sem favor algum, um dos homens melhor informados deste País, cuja autoridade dificilmente pode ser contestada e que não pode ser acusado de leviano numa informação dessa gravidade.

O Sr. **Geraldo Freire** — Se V. Ex^a me permite, o que acontece é o seguinte: Em primeiro lugar, V. Ex^a disse que o Ministro havia declarado aos jornais. Então o jornal que publicou isso não está dizendo a verdade, porque o Ministro não declarou nada a jornal nenhum. Em segundo lugar, o que há é uma interpretação do jornalista Castello Branco que V. Ex^a, eu e todos nós admiramos pela sua vivacidade, pela sua delicadeza e pelo modo com que pratica dedicadamente a sua bellissima profissão, mas que dá uma interpretação dele, uma ilação tirada por ele — está na própria nota: "É claro que haveria mil maneiras de cumprir a ordem judicial de prisão preventiva. Nenhuma delas, porém, desalteraria melhor a sede de violência do dispositivo policial do que essa de assaltar de metralhadoras na mão o campus universitário, numa hora imprevista em que estudantes e professores se entregavam a atividades escolares." Então, o que se nota é uma ilação do jornalista. Havia uma ordem de prisão. Havia, obviamente, o comando da autoridade superior para que ela se executasse. Daí por que a ordem de prisão, no entender do jornalista, teria partido do Ministro da Justiça e o Ministro teria determinado que ela se cumprisse. Então, ele concluiu que a ordem de invadir a Universidade partiu de S. Ex^a. Mas em nenhum momento o jornalista afirmou ter ouvido isto do Ministro. É uma conclusão do jornalista, que respeito, mas que não traduz a verdade dos fatos. Posso, conhecendo o Ministro, sabendo do seu amor à justiça e à legalidade, concluir de forma diferente, e então o Sr. Castello Branco, tenho certeza, respeitará também a minha conclusão.

O SR. RAUL BRUNINI — Mas posso afirmar ainda a V. Ex^a que li, nos jornais de hoje, a informação de que o Ministro Gama e Silva declarou que havia dado autorização para esta prisão.

O Sr. **Geraldo Freire** — Amanhã, V. Ex^a verá então o desmentido do Ministro.

O Sr. **Doin Vieira** — Preferíamos ver a demissão do Sr. Ministro.

O SR. RAUL BRUNINI — É evidente, V. Ex^a não esperou terminar este capítulo. Eu ia afirmar isto, porque conheço o Ministro da Justiça em vários episódios da vida brasileira. Não tem autoridade para exercer o cargo. (Muito bem.)

O Sr. **Geraldo Freire** — Ai não fala mais a inteligência do nobre Deputado Raul Brunini, fala a paixão do opositorista.

O SR. RAUL BRUNINI — O comportamento do Ministro da Justiça, até hoje, retira qualquer autoridade de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Bonifácio) — Atenção. O orador dispõe de dois minutos apenas.

O Sr. **Cid Carvalho** — Nobre Deputado Raul Brunini, em todos esses debates, em todas as repercussões havi-

das com o lamentável episódio da Universidade de Brasília, nós, do MDB, não devemos ficar insensíveis às reações que ele vem acarretando na ARENA. Sabe V. Ex^a que o Deputado Brito Velho, quando se manifestou, aqui desta tribuna, indiscutivelmente traduziu o pensamento de imensas áreas do partido situacionista. Sabe V. Ex^a que, ainda hoje, corre neste plenário um manifesto de Deputados da ARENA, protestando contra as arbitrariedades e a brutalidade ontem ocorridas. O que há de fato — e, veja V. Ex^a, até na palavra do nobre Líder Geraldo Freire — é uma intenção de separar duas coisas: a polícia de Costa Silva do Governo de Costa e Silva. Ora, sabe V. Ex^a, nobre Deputado Raul Brunini, que a polícia é o corolário da mentalidade de um Governo e de um regime. Uma polícia democrática é decorrência de um regime democrático, como a decorrência de um regime brutal e obscurantista só pode ser uma polícia obscurantista, brutal e massacrante. Acho um farisaísmo, uma fantasia, esta tendência de certos setores da situação, humilhados e acabrunhados com esse ato brutal, de fazer um pouco de média ao Governo e ao mesmo tempo à sua consciência, condenando a polícia e divorciando o Governo desse comportamento. Como já disse um apartante aqui, o nobre Deputado Celso Passos, isso é uma atitude monolítica e deve levar-nos à seguinte conclusão: não adianta punir a polícia, porque, enquanto aqui estiver um regime militarista e policiaresco, haverá também uma polícia massacrante a repetir episódios em cima de episódios iguais a este da Universidade de Brasília.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Bonifácio) — O tempo de V. Ex^a está terminado.

O Sr. **Paulo Brossard** — Não tenho condições para ajuizar o que terá feito ou deixado de fazer o Ministro da Justiça. Mas a Polícia Federal não é subordinada ao Ministro da Justiça?

O SR. RAUL BRUNINI — Sem dúvida. Diretamente subordinada.

O Sr. **Paulo Brossard** — Era a indagação que queria fazer. E a Polícia não publicou uma nota nos jornais de hoje?

O SR. RAUL BRUNINI — Publicou.

O Sr. **Paulo Brossard** — Falando por quem?

O SR. RAUL BRUNINI — Evidentemente que fala pelo Governo.

O Sr. **Paulo Brossard** — Era a indagação que queria fazer.

O Sr. **Mariano Beck** — O nobre Deputado Geraldo Freire, quando V. Ex^a disse que o Ministro da Justiça não tem autoridade moral nem condições para ocupar o cargo, de fato quase se revoltou, contestando V. Ex^a. Que dirá o nobre Líder do Governo sobre o que o "Correio da Manhã" estampa hoje, na primeira página, repetindo palavras do Professor Paulo Duarte, Diretor do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, a respeito do Sr. Gama e Silva? Vou ler para V. Ex^a. São palavras do Professor Paulo Duarte, ao focalizar a Universidade de São Paulo a Comissão Parlamentar de Inquérito: "O atual Ministro da Justiça, Sr. Gama e Silva, foi o pior Reitor que por lá passou, porque, além de perseguir professores, praticou inúmeras irregularidades, inclusive desvio de recursos da Reitoria para obras numa sua fazenda em Mogi-Mirim."

O SR. RAUL BRUNINI — Resposta, Deputado Geraldo Freire. Esta afirmação foi feita perante a Comissão Parlamentar de Inquérito pelo ilustre Professor Paulo Duarte, da Universidade de São Paulo.

O Sr. **João Borges** — Sou testemunha dessa declaração.

O Sr. **Geraldo Freire** — O fato de haver um juízo de determinada pessoa não quer dizer que esse juízo seja infalível. Pode perfeitamente uma pessoa entender que o Ministro Gama e

Silva é o diabo, mas eu entendo — e penso que assim estou fazendo justiça — que se trata de grande brasileiro e eminente jurista...

O Sr. *Hermano Alves* — Não apoiado!

O Sr. *Geraldo Freire* — ... que respeita os direitos de todos nós e que é, neste momento, o titular de uma das mais importantes Pastas, merecedor da confiança do Presidente da República e do respeito de todos os brasileiros. Ai está o seu passado, a sua vida, a sua experiência. Agora, pergunta o nobre Deputado Paulo Brossard se o Departamento, dando a nota, o faz em nome do Ministro da Justiça. Então seria o caso de perguntar a S. Ex.^a se, quando apartela, o faz em nome do Deputado José Bonifácio, Presidente desta Casa. Cada um fala por si, em virtude de suas próprias ações.

O SR. PRESIDENTE (*José Bonifácio*) — O tempo do orador está ultrapassado.

O SR. RAUL BRUNINI — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Sr. *Brito Velho* — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (*José Bonifácio*) — V. Ex.^a é um dos Deputados que mais acatam o Regimento da Casa. Pediria a V. Ex.^a que não apartasse, a fim de que o orador possa concluir o seu discurso.

O SR. RAUL BRUNINI — Como democratas é evidente que respeitamos o ponto de vista de V. Ex.^a nobre Deputado *Geraldo Freire*. Acha V. Ex.^a que o Ministro Gama e Silva possui todas essas qualidades; é um pensamento de V. Ex.^a Mas lamento informar-lhe que está em oposição à quase unanimidade da opinião pública brasileira, que não tem esse pensamento a respeito do ilustre Ministro da Justiça, ontem caracterizado por um homem que o conhece profundamente, o ilustre Professor Paulo Duarte, de São Paulo.

O Sr. *João Borges* — Que citou fatos.

O SR. RAUL BRUNINI — O Deputado Paulo Brossard foi citado nominalmente; eu gostaria de dar oportunidade para que S. Ex.^a se pronuncie.

O Sr. *Paulo Brossard* — Nobre Deputado, não me consta que os Deputados integrantes da Câmara constituam dependência do Presidente desta Casa, ao passo que um serviço público, subordinado a um Ministério, no caso a Polícia Federal, um órgão subordinado ao Ministro da Justiça evidentemente responde às ordens do Ministro e, se delas se desviar, o Ministro tem de dizê-lo. Não só isso. Esse serviço publicou a nota, lida e comentada da tribuna, que alude até aos poderes públicos da Nação. Diante dessa nota, que disse o Ministro da Justiça até agora? Ou a polícia já fala em nome do Ministério da Justiça e do Governo da República? Esta a indagação.

O SR. RAUL BRUNINI — Perfeita a indagação de V. Ex.^a.

O Sr. *Brito Velho* — Faço minhas as palavras do nobre Deputado que me antecedeu. Tem ele toda a razão. Não há paridade entre a atitude de um dependente do Ministério, do Executivo, e a atitude de um Deputado que está na plenitude do seu mandato. Foi infeliz a comparação do meu querido Líder, muito inteligente, mas que de vez em quando cansa de ser inteligente. Mas, nobre colega, o meu ilustre Líder declarou há alguns instantes, que o Sr. Ministro da Justiça é respeitado como jurista por todos os brasileiros. Quero dizer que não. Continuo brasileiro e não o considero jurista eminente (*Risos*). Basta lembrar, eminente colega Deputado Raul Brunini, a fundamentação daquele triste projeto que tratava da declaração das áreas ou zonas de segurança pública. (*Muito bem*.) Eu teria vergonha, nobre colega, se, aos dezesseis anos, estivesse do Ginásio Anchieta, em Porto Alegre escrevesse ou assinasse tal coisa. E chamam de eminente jurista ao autor ou co-autor daquele monstro.

O Sr. *Geraldo Freire* — Que foi aprovado pela Câmara, nobre Deputado. (*Apupos*.)

O Sr. *Paulo Brossard* — Não foi aprovado pela Câmara.

O Sr. *Brito Velho* — Não foi aprovado. Se aprovado fôsse...

O SR. PRESIDENTE (*José Bonifácio*) — (*fazendo soar os timpanos*) — Faço um apêlo ao nobre orador, uma vez que o seu tempo já se esgotou, para que termine o seu discurso.

O Sr. *Brito Velho* — Apenas um pequeno aparte, Sr. Presidente, para concluir. Se aprovado fôsse o projeto, com isso não se diria que aprovada havia sido a fundamentação. Critico sobretudo o ridículo, e primarismo, a ignorância da fundamentação daquele projeto. É a isto que me estou referindo. Eu gostaria de ver o meu querido Líder fazer a defesa, como jurista, daquela fundamentação. Eu, como médico, comprometo-me desde já a batê-lo na discussão.

O Sr. *Geraldo Freire* — Mas eu não sou capaz de desafiá-lo no exercício da sua medicina.

O Sr. *Brito Velho* — Isso é verdade; e tem V. Ex.^a toda a razão.

O SR. RAUL BRUNINI — Vou concluir meu discurso, dizendo que, realmente, este assunto precisa ser encaminhado...

O Sr. *Brito Velho* — O nobre Líder está sentido comigo. Vai V. Ex.^a dar-me licença para apartea-lo. Ele declara que guardou — e guardou em seu coração cristão — a recordação da primeira ofensa que lhe fiz, chamando-o de ignorante em Direito. Eu chamei de ignorante em Direito, ao que me recordo, o Ministro da Justiça. Jamais chamei de ignorante em Direito o eminente Líder da minha bancada, Sr. *Geraldo Freire*.

O SR. GERALDO FREIRE — Da primeira vez, V. Ex.^a quis fazer justiça; agora quer fazer caridade, e eu não a aceito.

O Sr. *Hermano Alves* — Caridade não se recusa.

O SR. PRESIDENTE:

(*José Bonifácio*) — Está com a palavra o Sr. Deputado Raul Brunini, já com o tempo excedido. Solicito ao nobre Deputado que encerre suas considerações, na forma do Regimento. Não permitirei mais apartes.

O SR. RAUL BRUNINI — Sr. Presidente, vou concluir a minha oração. Sem querer desculpar aqueles policiais que ontem invadiram a Universidade de Brasília, devemos, no entanto, reconhecer que aquela foi uma operação militar de ocupação comandada pelo Ministro da Justiça — queira ou não o ilustre Líder do Governo — que está a exigir, agora, uma palavra do Presidente da República. O Marechal Costa e Silva não pode silenciar diante dessa brutalidade.

Se permanecer silencioso o Presidente da República, nós não poderemos deixar de transferir a S. Ex.^a a culpa da brutalidade cometida contra a Universidade de Brasília (*Muito bem*), de cometer a S. Ex.^a, como Chefe do Governo a responsabilidade dos atos de violência que ontem pela manhã envergonharam a Nação brasileira. (*Muito bem; muito bem. Palmas*)

ONDA DE TERRORISMO QUE TOMOU CONTA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIÁRIO DO CONGRESSO DE 23/OUT/68

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente existe atualmente, um clima no País que todo homem de alguma responsabilidade não pode aplaudir. A onda de terrorismo que tomou conta do poderoso Estado de São Paulo em ramificações na Guanabara e outros Estados; os assaltos a estabelecimentos de crédito, inclusive a Bancos oficiais; as explosões criminosas, com ou sem vítimas, com danos materiais; os distúrbios, a onda de crimes inexplicáveis, trazendo horror e intranquilidade às famílias; os crimes de toda a espécie, desde os mais vis, como os ligados a entorpecentes e tóxicos, aos políticos, inclusive com assassinatos de oficiais estrangeiros, a exemplo dos ocorridos no Rio de Janeiro e, recentemente, em São Paulo, tudo isto decorre da impunidade que impera.

O que o povo não entende por que os meios de repressão do País, as Polícias, não conseguem deter esta crescente e terrível onda de crimes de toda a espécie.

Por que a Polícia, ou o Governo, enfim as autoridades responsáveis estão fracassando lamentavelmente nesses episódios? Esse clima, Senhor Presidente vem gerando violências cada vez maior em todos os setores. E nós tememos que o radicalismo da direita e da esquerda possam apropriar-se de tal forma, que nessa luta, e nesse verdadeiro desafio pereçam as instituições democráticas.

Não resta dúvida, Srs. Deputados, de que é estranha essa impunidade. Quero declarar, para que não pareça factioso meu pronunciamento, que não endosso totalmente a tese de que o Governo, propositadamente, está deixando criar-se no País situação de tal forma insustentável, que só lhe reste o caminho de agir também com extrema violência, deixando de lado leis e princípios, para somente usar o arbítrio e a força. Mas a impunidade leva a criminosos que chegam ao limite desta possibilidade, pois ninguém sofre pena alguma. Parece que há uma espécie de combinação, pois os autores de crimes comuns, de crimes políticos de atentados, de represálias, não sofrem por parte da autoridade qualquer punição.

Há, portanto, hoje, ao lado desta onda de crimes uma condenável impunidade que acoberta todos os criminosos no mesmo nível, no mesmo dia.

Oportuno é destacar aqui um trecho de editorial do "Jornal do Brasil" de 17 deste:

"Os extremos do radicalismo se tocam, neste momento, pela violência que abraçaram. E como a violência se apurou, sem que da parte do Governo viesse ação determinada, tanto para manter a ordem nas ruas como para atacar a origem dos problemas, acabou surgindo em cena o extremo oposto, que responde com violência igual e contrária. Ainda aí o Governo procura ignorar a violência, como se fosse bastante desconhecer a gravidade do problema para resolvê-lo. O quadro geral agrava-se e os radicais dos dois ex-

tremos opostos se reúnem para demolir as possibilidades democráticas do Brasil enquanto o Governo mantém-se em posição de espectador embora a cena lhe reserve o papel principal de atos".

Este é o quadro dos dias de hoje neste País. Por que não reage o Governo? Por que não pune o Governo os responsáveis? É por isto que este pensamento, que hoje predomina entre a imensa maioria do povo, chega àquela fronteira perigosa da afirmação de que o Governo está querendo o pior para poder agir discricionariamente. E o povo pensa assim? Pensa. Sou homem que acredita piamente nas pesquisas, porque, nos tempos de hoje, não se pode governar sem pesquisas não se pode fazer oposição sem pesquisas não se pode agir na vida moderna sem ter conhecimento do terreno onde se pisa.

A população da Guanabara foi chamada a manifestar-se sobre este assunto. Mas, voltando Sr. Presidente, deve informar que pelos dados do próprio Governo, verifica-se que o País importou do México, em 1966, 4 milhões 642 mil e 66 quilos de feijão, que aqui chegaram precisamente no dia 27 de maio de 1966. Isso foi uma parte, porque a total de feijão mexicano importado, em 1966, foi de 57 milhões, 773 mil e 171 quilos, que custaram, ao País perto de 8 milhões de dólares, quando sabemos que o País tem produção satisfatória de feijão.

O custo de vida pode baixar numa situação dessas? É evidente que não. O preço do feijão preto mexicano foi oferecido à venda, aos comerciantes, a 576 cruzeiros antigos o quilo, e feijão de cor — o miudinho — a NCr\$ 43,00 ou Cr\$ 430,00 o quilo.

É evidente que um país, com as possibilidades do nosso, que importa 8 milhões de dólares de feijão, correspondente a 57 milhões de quilos, não tem realmente uma política agrícola adequada às suas necessidades.

O custo de vida continua angustiando o povo brasileiro, pois sobe a uma média de 2% ao mês, segundo os dados oficiais, o que dá um total de 24% ao ano. E todos os reajustamentos salariais, quando, às vezes, o Governo resolve atender às reivindicações, são concedidos na base de 20%. Trata-se de aumento inexpressivo, que não consulta às reais necessidades do trabalhador e dos assalariados brasileiros. Mas, em compensação, temos por exemplo, a SUNAB gastando, em dois anos e pouco, 460 milhões de cruzeiros em propaganda. Aqui está a relação das despesas, com o nome de veículo de propaganda, quantia, etc.

Por outro lado, a Diretoria da COBAL entidade que fez essa importação de feijão entre honorários, representações e gratificações, despendeu dos cofres públicos em 1967, 142 milhões de cruzeiros; em 1964, 1935 e 1966, 135 milhões de cruzeiros. Portanto, nesses quatro anos, foram gastos, com os diretores da COBAL — geralmente militares e de sua maioridade antigos.

Assistimos, diariamente, aos fatos mais lamentáveis que ocorrem na vida do País. Não há político livre de sofrer até agressão física e ficar quase impossibilitado de uma caracterização e de reprimir tal violência.

E não são só estes fatos. O Governo não permanece omissos apenas nesse setor. Perigosamente, está ele permitindo que os responsáveis por esses vários setores da administração pública, comecem a perder-se na trama da corrupção. E não é o oposicionista que está na tribuna quem o afirma, mas, sim, os resultados de uma pesquisa de opinião pública.

Pasmem, Srs. Deputados: de acordo com essa pesquisa, a maioria absoluta da população da Guanabara acha que há corrupção no Governo Federal. Cinquenta e quatro por cento responderam afirmativamente. Isto é, que existe corrupção em vários setores do Governo.

No entanto, que providências toma o Governo? Qual a reação do Governo? Vou, Sr. Presidente e Srs. Deputados, munido das respostas prestadas pelo Poder Público a um requerimen-

to de informações, trazer alguns dados ao conhecimento da Casa e da Nação.

O Sr. Jonas Carlos — Sr. Deputado, apontar corrupção sem dar os nomes, não passa de uma levandade. O que existe é que aqueles corruptos, que estavam acostumados a furtar, não estão tendo vez e, por isso difamam o Governo, dizendo que está havendo corrupção. Esta a verdade. Quanto à questão de o SNI averiguar a subversão de esquerda e de direita, no País, se esse órgão sair em campo, encontrará somente a esquerda subversiva comunista. E, no dia em que se confrontarem essas duas facções, haverá sempre um estudante, ou um operário, escalado para morrer, a fim de sensibilizar a opinião pública. Queremos advertir o SNI de que, se investigar, encontrará somente a esquerda subversiva comunista, que cria a direita para estabelecer choques. A revolução comunista já está na rua. O Governo deve ser, realmente, advertido para tomar as necessárias providências, porque o povo já está sobressaltado diante da situação nacional.

O SR. RAUL BRUNINI — Lamento não levar na mínima consideração o aparte de V. Exa.

Mas, voltando Sr. Presidente, deve informar que pelos dados do próprio Governo, verifica-se que o País importou do México, em 1966, 4 milhões 642 mil e 66 quilos de feijão, que aqui chegaram precisamente no dia 27 de maio de 1966.

Isso foi uma parte, porque a total de feijão mexicano importado, em 1966, foi de 57 milhões, 773 mil e 171 quilos, que custaram, ao País perto de 8 milhões de dólares, quando sabemos que o País tem produção satisfatória de feijão.

O custo de vida pode baixar numa situação dessas? É evidente que não. O preço do feijão preto mexicano foi oferecido à venda, aos comerciantes, a 576 cruzeiros antigos o quilo, e feijão de cor — o miudinho — a NCr\$ 43,00 ou Cr\$ 430,00 o quilo.

É evidente que um país, com as possibilidades do nosso, que importa 8 milhões de dólares de feijão, correspondente a 57 milhões de quilos, não tem realmente uma política agrícola adequada às suas necessidades.

O custo de vida continua angustiando o povo brasileiro, pois sobe a uma média de 2% ao mês, segundo os dados oficiais, o que dá um total de 24% ao ano. E todos os reajustamentos salariais, quando, às vezes, o Governo resolve atender às reivindicações, são concedidos na base de 20%. Trata-se de aumento inexpressivo, que não consulta às reais necessidades do trabalhador e dos assalariados brasileiros. Mas, em compensação, temos por exemplo, a SUNAB gastando, em dois anos e pouco, 460 milhões de cruzeiros em propaganda. Aqui está a relação das despesas, com o nome de veículo de propaganda, quantia, etc.

Por outro lado, a Diretoria da COBAL entidade que fez essa importação de feijão entre honorários, representações e gratificações, despendeu dos cofres públicos em 1967, 142 milhões de cruzeiros; em 1964, 1935 e 1966, 135 milhões de cruzeiros. Portanto, nesses quatro anos, foram gastos, com os diretores da COBAL — geralmente militares e de sua maioridade antigos.

O Sr. Jonas Carlos — Assessorados por civis.

O SR. RAUL BRUNINI — Este os fatos que atestam a incapacidade do Governo do Marechal Costa e Silva.

O Sr. Jonas Carlos — E dos civis que o estão assessorando.

O SR. RAUL BRUNINI — Não tem tido realmente o Governo do Marechal Costa e Silva o discernimento indispensável para realizar uma boa administração, uma administração regular. O Marechal Costa e Silva tem uma visão deformada do seu Governo, uma visão mentirosa, pois, segundo informações daquelas pessoas de algum bom senso que às vezes chegam até S. Exa. e lhe franqueiam certas apreensões, S. Exa. simplesmente os ignora. Diariamente, desta tribuna, parlamentares governistas advertem o Governo sobre fatos que comprometem a administração. Mas dificilmente assistimos a uma tomada de posição diante dos fatos apresentados. O Governo do Marechal Costa e Silva está diante de uma onda de crimes que domina o País mas não pune criminoso algum. Não há notícia da prisão de um terrorista, de um homem da direita, ou de um radical, vamos assim classificá-lo. Ninguém no País sofre qualquer sanção. Soltam bombas, prendem, raptam, seqüestram e não acontecem nada, absolutamente nada, aumentando, em consequência, cada vez mais a onda de violências. Mas a honra do Governo estará levada se cassar mandatos parlamentares... Ai, sim, o Governo, ficará satisfeito!... Ai, sim, os Ministros militares mandarão ofícios de congratulações ao Governol... Mas não se vê um Ministro militar — do Exército, da Aeronáutica ou da Marinha — mandar um ofício ao Presidente da República para acabar com esse clima de intranquilidade no País. Nenhum Ministro militar mandou qualquer expediente, ou fez empenho junto do Ministro da Justiça para que acionasse o poder do Estado no sentido de pôbr os atos de terrorismo que estão dominando e intranquilizando esta Nação. Não vi militar algum preocupar-se com este estado de coisas. Desejo o bem deste País. Posso falar com serenidade, pois tenho uma atuação comprovadamente democrática ao longo dos anos. Não me compactuo com radicalismo. Isso é público e notório. Por isso tenho autoridade moral para cobrar dos Ministros militares uma ação contra essa onda de terrorismo que invade esta País. Não vi ainda esse sófrego Ministro da Justiça, atuar mesmo para valer. Sua Pasta é específica — controla o mecanismo policial do Brasil — para empreender uma campanha vigorosa e patriótica. S. Exa. sempre com ar de deboche, e um sorriso sarcástico nos lábios, faz declarações que repercutem mal, e coloca a culpa na imprensa. É uma constante no Governo do Marechal Costa e Silva. E o que a Nação deseja é que esses fatos sejam apurados. O País precisa de calma de tranqüilidade, de paz, para poder progredir. E este Governo tem-se mostrado incapaz. Será que propositadamente? Não quero chegar a absurdo de pensar que o Governo age deliberadamente, para que se crie um clima de insatisfação geral, de baderna geral, e, em base nisso, satisfazer aos radicais do Exército, que querem administrar discricionariamente este País. Não quero chegar a este absurdo. E, por não querer chegar a tal absurdo, é que esta Casa exige que o Governo tome uma posição contra essa onda de violências e de terrorismo que inquieta a família brasileira. Se tomá-la, estará o Governo agindo com patriotismo.

E não dev. ele pensar que tudo terminará. Se cassar alguns mandatos parlamentares.

O Sr. Jonas Carlos — Permite V. Exa. um aparte?

OSR. RAUL BRUNINI — Se V. Exa. insiste, eu o concedo.

O Sr. Jonas Carlos — Muito Obrigado. Nobre Deputado Raul Brunini, com relação à cassação de mandatos, isto é uma provocação deliberada, para intrigar este Congresso com as Forças Armadas. E os militares, inexperientemente, ainda caíram na cilada.

Quando ao preço do feijão, vamos reafirmar o que já dissemos aqui: os militares que estão à frente da SUNAB e do Governo são assessorados por civis. E V. Exa. não culpa essa gente. Eles estão no campo diverso do deles que é o da estratégia militar. Então, se nós civis não procurarmos ajudá-los, a situação tenderá a piorar. Por que esses civis não lhes apontam os erros para que eles os corrijam? Neste ponto é que não podemos concordar com V. Exa. Quanto à cassação, não temos dúvida alguma: foi uma provocação com o propósito de intrigar o Congresso com as Forças Armadas, e estas, inexperientemente, caíram na cilada.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Jonas Carlos, não quero intrigar V. Exa. com as Forças Armadas, mas V. Exa. agora faz uma grave denúncia contra os militares. Se eles se deixam enredar, segundo as palavras de V. Exa., se os Ministros das Forças Armadas do Brasil se deixam intrigar por uma cassação de mandato, pobre do País que lhes está entreguel Não quero dizer que V. Exa. intrigou. Não, V. Exa. talvez tenha sido infeliz na sua afirmação. Agora, quanto aos civis, aqueles que estão assessorando esses militares, nobre Deputado, V. Exa. não os pode culpar, porque eles são figuras secundárias. Os Diretores é que mandam, que determinam. Mais uma vez, V. Exa. parece demonstrar que esses militares da COBAL e da SUNAB não têm competência, porque V. Exa. diz que eles são enredados pelos civis. Então V. Exa. dá um testemunho de incapacidade total dos militares.

O Sr. Jonas Carlos — Precisamos fazer uma contestação, pois V. Exa. nos colocou numa situação falsa e temos de nos defender. Existem duas categorias de assessores: uma para fazer aquilo que o administrador não sabe fazer e outra para fazer aquilo que o administrador manda fazer. Os militares não tinham formação para o campo civil. Então, os assessores devem fazer aquilo que eles precisam executar. Quanto às Forças Armadas, não procuramos absolutamente intrigá-las nem fazer de seus integrantes meninos de recados. Na verdade, os militares estão garantindo um poder constitucional. Para que esse Poder seja respeitado, é preciso que os respeitem, ao invés de virem aqui todo dia debochar deles e espezinhá-los. Então, que Poder é este que não tem respeito àqueles que o estão garantindo? Estamos dizendo que os militares estão num campo que não é o deles, e que, por circunstâncias alheias à sua vontade, foram obrigados a assumir essa posição. Cabe a nós, civis, ajudá-los, e não procurar torpedeá-los. Nesse sentido é que V. Exa. deve encaminhar o seu discurso, e não querer culpá-los, quando a culpa não lhes cabe, e nem querer colocar o aparte em situação falsa, pois em momento algum pensamos dessa maneira.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Jonas Carlos, às vezes é preferível ficar calado para não cometer certas levandades.

O Sr. Jonas Carlos — Era o que V. Exa. devia estar fazendo...

O SR. RAUL BRUNINI — V. Exa. acabou de conformar e reafirmar tudo. V. Exa. passou atestado de incapacidade total aos militares. Foi V. Exa. quem o disse. V. Exa. declarou que eles não têm capacidade alguma, tanto assim que se deixaram envolver pelos assessores.

O Sr. Jonas Carlos — Eles têm capacidade, tanto que afirmamos que os

Ministérios entregues aos militares estão todos funcionando satisfatoriamente, e pouquíssimos dos entregues aos civis estão funcionando. Os entregues aos militares estão todos eles funcionando em condições, a ponto de passarem lições aos civis.

O SR. RAUL BRUNINI — V. Exa. agora condena os civis, dizendo que o Governo tem Ministros civis que não valem nada e que estão comprometendo o próprio Governo. E é um representante do Governo quem afirma estas coisas; não é a Oposição. V. Exa. agora desculpa os militares e culpa os civis. Mas é isso mesmo. V. Exa. descreveu bem o Governo Costa e Silva.

O Sr. Jonas Carlos — Os civis com algumas exceções.

O SR. RAUL BRUNINI — V. Exa. afirma então que não é todo o pessoal civil e, sim, uma parte dele. Mas V. Exa., há pouco, veio ao microfone e disse que era uma levandade informar sem dar nomes. Quais são os Ministros civis que não são capacitados? Quais são os Ministros civis que estão comprometendo o Governo?

O Sr. Jonas Carlos — Nenhum. Ao contrário, achamos que eles estão dando suporte político ao Governo.

O SR. RAUL BRUNINI — Então não existe ninguém atrapalhando o Governo?

O Sr. Jonas Carlos — Se existe, nobre Deputado, não é do lado dos militares, isto podemos garantir-lhe.

O SR. RAUL BRUNINI — Sr. Presidente, voltando à seriedade do início do meu discurso, faço um apêlo, se é possível — não gosto muito da palavra apêlo, prefiro chamar à responsabilidade — àqueles que têm a obrigação de dirigir este País, pois não posso compreender que os Ministros militares se tenham preocupado tanto, a ponto de oficiarem ao Presidente da República, pedindo-lhe a cassação do mandato de um Deputado e que esses mesmos Ministros não se compadeçam deste povo, e não enviem também um ofício ao nosso mais alto magistrado, pedindo o término desse estado de impunidade que no País, com criminosos à solta, cometendo as maiores barbaridades, deixando intranquila a população.

Não quero acreditar que o Governo, propositadamente, leve o País ao desespero para, com mão de ferro, tomar conta daquilo que democráticamente não conseguiu. (Muito bem; muito bem; Palmas. O orador é cumprimentado).

PANORAMA POLÍTICO NACIONAL - CITA MILITARES E FORÇAS ARMADAS

DIÁRIO DO CONGRESSO DE 30/10/68

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje a fim de tecer algumas considerações sobre o panorama político nacional, pois creio que é mais do que tempo de se tomar uma definição, um rumo, para acabar com este estado de inquietação e de intranquilidade que domina nosso País neste instante. Há necessidade de uma definição. E esta definição o povo já tomou, sabe o que quer, mas, desgrazadamente, não temos essa definição por parte do Governo da República. E quem tem o poder de decisão é o Governo; ele é quem tem o dever de definir o rumo da Nação.

Desde o movimento de 1964 que se espera que o grupo dominante daquele momento devolva ao povo a sua libertação total, a fim de que o País possa reintegrar-se na sua normalidade democrática. Mas, infelizmente, isto não aconteceu. E é bom lembrar que a candidatura do Marechal Costa e Silva nasceu praticamente para isto: terminar com a ditadura do Governo Castelo Branco e preparar o País para a sua normalidade democrática. Esse foi o empenho dos jovens oficiais que, na noite de 5 de outubro de 1966, praticamente exigiram uma definição, para terminar com aquele estado de coisas. Mas o que tem acontecido, e continua a acontecer, é a marginalização total do povo brasileiro. Ainda ontem tive oportunidade de afirmar que, ou o País marcharia em 70 para as eleições diretas, ou então estávamos próximos do caos. Tanto isto é verdade que vivemos numa farsa, representada, infelizmente — e tem a acobertá-la uma certa facção do poder político — por um bipartidarismo inautêntico, por duas agremiações criadas por decreto, que permitiram a existência de dois aglomerados políticos que cumpriram e exauriram a sua missão no instante da sua criação. Hoje há necessidade de uma reforma profunda no quadro político atual, que é a criação de autênticos partidos políticos sob a égide da Justiça Eleitoral. Porque o povo não faz distinção entre governo e oposição. Ele não tem responsabilidade no governo, não foi chamado para constituir-lo, e também não integra, como participante, os quadros da oposição representada pelo MDB. Ele nada tem, absolutamente, a ver com isto que aí está. Diz-se que o povo está marginalizado e ele o foi, mas está também indiferente a tudo que ocorre. Não tem entusiasmo pelo governo nem tem também louvores à Oposição. Ele nivela a todos na responsabilidade das suas dificuldades. Esse é o trágico do momento político que atravessamos hoje. Diante do povo não há distinção entre quem governa e aquele que lhe faz oposição. Aí então é que passamos a compreender certas manifestações e, se o poder político desta nação não encontrar o caminho da sua reação, estaremos inexoravelmente condenados à total frustração, impedindo-se que haja neste País, durante muito tempo, qualquer movimento cívico de respeito que tenha o respaldo da opinião pública brasileira.

O Sr. Sadi Bogado — Nobre Deputado, perdoe-me interrompê-lo na sua apreciação sobre a realidade brasileira, apreciação válida, que traduz a nossa realidade, com o conheci-

mento de causa e segurança que o nobre colega tem desses problemas. Lamentavelmente, o povo está indiferente ao processo político, está indiferente a tudo que se passa, e ao que se passa não só do lado do partido do Governo como daquele do partido da Oposição. A Oposição não tem eco no pov. E não poderia ser de outra forma. Lamentavelmente, a estrutura política nacional é inautêntica, não é baseada no próprio povo. Este é o fato verdadeiro, a razão dessa apatia. Os dois partidos que aí estão surgiram em função das circunstâncias existentes ...

O SR. RAUL BRUNINI — Foram criados por decreto

O Sr. Sadi Bogado — ... foram uma imposição, praticamente. Não se adaptaram a nossa realidade e não se tratou de criar novos partidos. As nossas lideranças políticas, com seus vícios de origem, em geral lideranças sempre de cima para baixo, de cúpula, que não têm vivência de base, e que não têm a devida humildade de fazer um trabalho de base, até hoje não dispuseram a consultar o povo quanto a melhor organização para o quadro político brasileiro. É necessário que atentemos para esse fato e que façamos um exame de consciência. O problema está mais em nossas mãos do que em quaisquer outras, pois nós é que, bem ou mal, estamos detendo o poder político. Nós é que temos o poder de ir às bases e devemos ir para ouvi-las, para dialogar e debater com elas. Entretanto, vale dizer, a Oposição não tem meios de fazer isso livremente. Em meu Estado, é impossível. Não posso reunir-me com companheiros de base, porque nossas reuniões são logo tachadas de subversivas, e o DOPS surge imediatamente com ameaças. E quando não nos podem intimidar, intimidam nossos companheiros. Esta é a realidade. A situação dominante não nos permite reunir livremente, ou debater livremente esses problemas. O prego adequado para a formação de órgãos de base é a grande dificuldade no momento. Também nesta liberdade consentida que temos, nesta democracia para salvar as aparências, o mecanismo de repressão policial tem atuado decisivamente contra os órgãos da Oposição. Nós, Deputados da Oposição, não temos condições de ir à base, discutir com ela e tentar organizar um movimento para a formação de novos partidos. É mister abordar o assunto e chamar a atenção da Nação para a necessidade da criação de partidos autênticos. O dia 15 vem aí. Creio, lamentavelmente — como representante do MDB nem deveria dizer isto — que teremos diminuída a nossa representação. Seremos em menor número em 1970. Isto tudo nos levará ao partido único, se não houver reação de nossa parte, no sentido de formar um partido autêntico, com respaldo na opinião pública, com nase popular. As dificuldades estão em função do regime em que vivemos. Vamos denunciar, vamos debater, vamos ver se alertamos a consciência daqueles que detêm o poder para que o País tenha condições de se redemocratizar para que sejam criados partidos autênticos, para que o povo se sinta como responsável e venha participar do processo político brasileiro.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa., que realmente antecipou alguns pontos já

programados neste meu despretençioso discurso, que é o consenso de todos aqueles que observam o desenvolvimento da crise política nacional.

As eleições municipais do dia 15 de novembro em alguns Estados demonstram antes de qualquer sentido partidário, a descrença e o desinteresse do povo. Eugostaria, por exemplo, que o ilustre Deputado Levy Tavares, do poderoso Estado de São Paulo, nos dissesse, rapidamente, do ambiente em que se vão revificar as eleições municipais naquele Estado. E' sem dúvida, de desinteresse. E' o que se observa diante dos fatos, pois não há motivação nestes eleições municipais. Já disse, e repito, não importa que, como dizem, a ARENA cresça nesse pleito e o MDB diminua. Não. Não está em jogo isso. Está em jogo, pura e simplesmente, a obrigação de votar do cidadão. Se não o fizer, sofrerá as penalidades da lei.

O Sr. Levy Tavares — Deputado Raul Brunini, temos aproveitado os fins de semana para visitar os municípios do Estado de São Paulo. E tomei, até a decisão de, nestas vésperas de eleição não voltar mais às cidades do interior do Estado de São Paulo, porque o ambiente é o mais constrangedor possível. V. Exa. já o descreveu há completo desinteresse. E o que dói no coração de um Deputado do MDB é encontrar, em diversos municípios, elementos da Oposição integrados na ARENA, numa composição a meu ver espúria. Mas não há outra solução para esses candidatos a não ser se registrarem na ARENA, na sublegenda, como única forma de poderem concorrer, com liberdade, às eleições. Diante destes fatos, e outros mais estamos de pleno acordo com as observações de V. Exa. Lembro-me de que estivemos juntos na cidade de Tatui, onde ocorre exatamente isso. Permaneci algumas horas nesse município e constatei a veracidade das afirmações que V. Exa. profere da tribuna.

O SR. RAUL BRUNINI — Eis aí, Srs. Deputados: no mais expressivo Estado da Nação, tanto do ponto de vista econômico como do cultural, praticamente não há ambiente para a oposição disputar um pleito, embora a como que revolta de parte das lideranças do Governo quando se diz que não há liberdade que não estamos vivendo a democracia plena. O depoimento do nosso colega é o retrato da situação; há a pressão velada, a ameaça indireta, a mais condenável, porém, real.

Portanto, quando afirmamos que não vivemos num regime de ampla liberdade, não vivemos mesmo. E quando afirmamos que uma minoria militar domina o Governo, não queremos dizer que sejam as Forças Armadas. Não. Há que fazer a diferença. Não há por que confundir a nossa posição. Condenamos e dominio de uma minoria militar que não representa a maioria do pensamento do conjunto chamado Forças Armadas. Portanto o Governo, que é tutelado por uma minoria militar — e o próprio Presidente é um militar — não vive em consonância com o grosso das Forças Armadas. Essa é a diferença que precisa ser repetida incessantemente, para que não se intimide a Oposição de criticar o Governo.

Se isso ocorre em São Paulo, imagine-se nos outros Estados, em que realmente o político, para sobreviver inscreve-se na sublegenda da ARENA, mesmo pertencendo ao MDB. O depoimento do Deputado Levy Tavares é expressivo.

II

Também é sempre bom lembrar que essas eleições municipais, neste clima em que se vão desenvolvendo, não refletem a tendência do pensamento nacional, pois esses fatos já revelados demonstram a irregularidade e inautenticidade do seu resultado.

Sr. Presidente, de que forma o poder político pode reagir a este estado de coisas? Uma das medidas seria a reação do Congresso Brasileiro, seria uma tomada de posição do Congresso Brasileiro. Mas também no Congresso, diante desta anormalidade da vida política, as pressões se fazem sentir, e assistimos, até com certa decepção a pronunciamentos favoráveis às medidas de exceção. É evidente que são de uma minoria, felizmente. Também há a contrapartida: ilustres Deputados do Partido do Governo têm vindo a esta tribuna e sustentado posições da maior independência, da maior bravura, da maior dignidade. Por aí se vê que há um choque de posições, um choque de idéias, um choque de atitudes. A medida que o Congresso se firmar na sua independência, as tensões tenderão a diminuir.

O Sr. Jonas Carlos — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Com imenso prazer, nobre Deputado.

O Sr. Jonas Carlos — Estamos ouvindo o discurso de V. Ex^a, pronunciado com a clareza que lhe é peculiar.

O SR. RAUL BRUNINI — É' bondade de V. Exa.

O Sr. Jonas Carlos — Ouvimos sempre aqui da nobre Oposição manifestações contrárias à eleição indireta. As eleições que se estão realizando em muitos municípios, são diretas. Queríamos, então que o nobre Deputado explicasse melhor: se a nobre Oposição é contrária à eleição direta e à eleição indireta, qual a forma de eleições que a Oposição quer para o País? Isto é que queremos que fique bem claro, para este Congresso poder tomar um rumo certo. Ficamos realmente sem saber, nobre Deputado, a forma de eleição que a Oposição quer para o País.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, tem V. Ex^a sempre má vontade para com a Oposição. Não falei contra as eleições municipais. Ao contrário, mesmo sabendo que elas não representam a expressão autêntica da vontade popular, pelos fatos revelados — é pena que V. Ex^a não tivesse ouvido o relatório do nobre Deputado Levy Tavares — mesmo com esses defeitos, somos favoráveis a elas. Mas por que V. Exas., que tão pressurosamente disputam as eleições municipais e estaduais, se fixam numa posição contrária às eleições diretas para Presidente da República? Evidentemente, nobre Deputado, porque as eleições para Presidente da República escapam às injunções municipais e estaduais. Nestas é muito mais difícil o controle das Comunas e dos Estados. Quando a Nação se pronuncia livre e secretamente sobre o seu destino, quando realmente a expressão da vida nacional se manifesta, aí V. Exas. temem o resultado. Então se mantêm naquela posição de resistência, porque sabem que seriam fragorosamente derrotados na preferência popular. Nós da Oposição temos nomes e lideranças autênticas para expressar a vontade do povo e V. Exas. estão juneidos ao esquema de uma minoria militar. Não têm liderança, não têm expressões. Esta é a diferença fundamental, meu nobre colega.

O Sr. Jonas Carlos — V^a Ex^a permite?

O SR. RAUL BRUNINI — É' sempre com imenso prazer que ouço Vossa Excelência.

O Sr. Jonas Carlos — Nobre Deputado Raul Brunini, absolutamente não temos má vontade com a Oposição. Ao contrário, achamos que ela é necessária ao regime democrático.

O SR. RAUL BRUNINI — Mas bi-tolada.

O Sr. Jonas Carlos — Dá V. Ex^a a esse minoria militar força de Sansão.

Disse-V. Ex^a que essa minoria tutela a ARENA, as Forças Armadas e, para a Oposição vale pr uma ditadura. Francamente, nobre Deputado, não sabemos que minoria é essa a que V. Ex^a se refere, com tanta força neste País. Queríamos que V. Ex^a explicasse de onde vem a força tão grande, tão poderosa dessa minoria que, segundo V. Ex^a, tutela a ARENA, o Governo e, ainda mais, as Forças Armadas. É' preciso que V. Ex^a esclareça de onde nasceu essa força de Sansão, à qual, de acordo com V. Ex^a, estamos jungidos.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado Jonas Carlos, vou simplesmente dar um exemplo a V. Ex^a. Sabe V. Ex^a que a imensa e esmagadora maioria do povo russo não pertence a Partido Comunista. É' uma minoria atuante que domina. Aqui a minoria militar do Governo domina os postos principais tem o controle nas mãos. Os postos de comando, os controles, repito, estão com a minoria e só há manifestação da vontade da maioria quando esta pode expressar-se livremente através do voto.

O Sr. Jonas Carlos — Com a atual legislação eleitoral?

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, o Marechal Costa e Silva foi eleito pela maioria do povo brasileiro?

O Sr. Jonas Carlos — Foi.

O SR. RAUL BRUNINI — Não.

O Sr. Jonas Carlos — Foi eleito pelos representantes do povo, que exprimem a vontade do povo. A eleição foi indireta, mas ele foi eleito pela maioria do povo brasileiro. É' uma questão de sistema adotado. Mas o voto indireto é tão legítimo quanto o direto, desde que é permitido pela lei.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, a tese que V. Ex^a defende é certa. O voto pode ser delegado ao Congressista para determinado objetivo. Pergunto: recebeu V. Ex^a do seu eleitorado autorização para votar em que Presidente?

O Sr. Jonas Carlos — O nosso eleitorado nos deu poderes para representá-lo. Então, vamos compreendê-lo saber como representá-lo, se bem ou mal. Esta a verdade: temos poderes do nosso eleitorado para representá-lo.

O SR. RAUL BRUNINI — Nobre Deputado, V. Ex^a não foi eleito para eleger Presidente da República. Vossa Excelência foi eleito para representar o povo no Congresso Brasileiro, para legislar.

O Sr. Jonas Carlos — Quando fomos eleitos, nobre Deputado, já existia a Constituição, e ela determina que o Presidente da República seja eleito por um colegiado. V. Exa. não pode ignorar isto.

O SR. RAUL BRUNINI — Esta Constituição foi imposta, sabe V. Excelência.

O Sr. Jonas Carlos — Imposta ou não, é lei. Enquanto não for revogada, deverá ser cumprida.

O SR. RAUL BRUNINI — Evidentemente, V. Exas. têm a força na mão. Não raciocinam e impedem qualquer modificação.

O Sr. Jonas Carlos — V. Exa. também é sabedor de que não é a primeira vez que nos manifestamos contra esta legislação eleitoral. Com esta Constituição, somos contra o voto direto e o indireto. Não é possível mantermos o regime democrático, quando o povo não tem direito de escolher seus governantes.

O SR. RAUL BRUNINI — Meus parabéns. V. Exa. está redimido. V. Exa. demorou mas chegou ao nosso ponto de vista.

O Sr. Lurtz Sabiá — Nobre Deputado Raul Brunini, V. Exa. realmente sustenta uma tese válida. A Oposição, neste País, não tem condições de sobreviver. O Governo determinou o bipartidarismo porque seria exatamente a maneira mais fácil e controlar a situação ao seu modo. Veja V. Exa. o povo de São Paulo ele-

geu o Prefeito. Esse Prefeito despontou com certa liderança política. De repente, sente-se ele impossibilitado de politicamente permanecer na Oposição e passa para a situação. Então, verifica V. Exa. que, em qualquer ponto deste País, se alguém da Oposição despontar com liderança política, o Governo, através dos instrumentos naturais, procederá a criar toda série de obstáculos para que a Oposição não sobreviva, ou, pelo menos, viva apenas para coonestar o quadro político que aí está. A tese que V. Exa. define, da eleição direta, da participação do povo no processo eleitoral, é fundamental. E aqui está um fato muito interessante: o Governo de São Paulo, que não foi eleito pelo povo, vai à praça pública e é validado, enquanto o Prefeito, que foi eleito pelo povo, recebe aplausos. Não há qualquer vínculo do povo com o candidato conduzido ao posto de mando pela forma indireta; e quando o cidadão é eleito pelo povo, e iam-se os agrupamentos a favor e contra mas define-se o político. Dou um exemplo: o Sr. Adhemar Pereira de Barros foi considerado uma ameaça no setor da corrupção; no entanto havia agrupamentos adhemaristas e antiadhemaristas. E o Governo existia. No caso atual, não. Não existem agrupamentos a favor. Então o regime não pode sobreviver. Essa minoria não tem sequer condições de aparecer. A tese de V. Exa., portanto, é válida. No início da sessão de hoje ouvi V. Exa. fazer uma advertência de profundidade: a pacificação da família brasileira só virá quando, realmente, se atender aquela condição que mencionara V. Exa: dar a plenitude do regime democrático, em que o povo livremente participe das decisões. Do contrário, não existirá paz. Mas isso não é só no Brasil, é em qualquer parte do mundo. É' a história que nos conta. Estou de pleno acordo com V. Exa. Acho que essa é a salvação, e espero em Deus que a maioria do povo brasileiro tenha oportunidade de escolher livremente os seus governantes.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço ao nobre Deputado Lurtz Sabiá. Realmente, ou o Governo compreende que tem de oferecer ao povo a abertura democrática, isto é, dá ao povo oportunidade de participar dos destinos do País, ou, então, continuaremos caminhando irremediavelmente para o caos. Diante da intransigência do Governo, estamos assistindo às alas radicais da direita e da esquerda intranquilizarem o País, através de movimentos de toda sorte: assalto a bancos, crimes, roubos, assassinatos, depredações etc. O Governo age como se nada fosse com ele: continua sem punir ninguém, permitindo que o Brasil caminhe para o desconhecido. Não faz uma convocação nacional, não conclama o povo à união, deixando de lado ressentimentos, dissabores, contrariedades ódios e paixões. Se o Governo não tiver grandeza, se o Governo não tiver a maior das grandezas, que é a humildade, não pregar a união de todos os brasileiros, não teremos paz neste País.

Quando digo pregar a união, é pregar a sem qualquer restrição, para que o País volte à normalidade. Este País não pode continuar vivendo os instantes dramáticos por que está passando. Ninguém sabe o que acontecerá amanhã. Diante desta incerteza, diante desta dramática insegurança, o Governo precisa sair do seu imobilismo, sair de sua intransigência, sair do seu indiferentismo e oferecer à Nação o único caminho, a única saída válida, que é a paz e a união, através da convocação de eleições livres, diretas e secretas em 1970.

Este é o caminho. Fora dele, o caos. Muito bem, muito bem. Faltava.

MODIFICAÇÕES NO CONSELHO DE TELECOMUNICAÇÕES

DIÁRIO DO CONGRESSO 01/NOV/68

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez o Governo modifica a composição do Conselho Nacional de Telecomunicações, que tem sido uma espécie de vítima preferida do Poder Executivo.

O Conselho Nacional de Telecomunicações foi uma conquista duramente conseguida pelos radialistas brasileiros, depois de uma luta de mais de 30 anos, luta esta que terminou, praticamente, quando o Congresso Brasileiro votou a Lei 4.117, de 1962, que é o Código Brasileiro de Telecomunicações. Neste Código foi constituído o Conselho Nacional de Telecomunicações e a sua composição originária era integrada por 10 representantes, inclusive 3 representantes de partidos políticos daquela época.

Esse Código Brasileiro de Telecomunicações, ao tempo do Governo João Goulart, sofreu 64 vetos, se não me falha a memória, e todos esses vetos foram rejeitados pelo Congresso. Este, numa batalha extraordinária, mobilizada que foi toda a classe dos radialistas do País, fez ver ao Congresso Brasileiro o desacerto daqueles vetos e assim, em consonância com a vontade dos radialistas e no interesse das telecomunicações brasileiras, todos os vetos do então Presidente João Goulart foram derrubados pelo Congresso Brasileiro.

Pois bem, naquela época, a Oposição era a União Democrática Nacional, a UDN, que indicou como seu representante para o CONTEL, o Sr. Carlos Gomes, ex-deputado estadual de Alagoas, nomeado pelo Presidente João Goulart para integrar o CONTEL.

Quero chamar a atenção da Casa para o fato que, neste instante, serve de comparação com a atitude tomada com referência à Oposição. A UDN indicou seu representante para o CONTEL, e ele foi nomeado pelo Presidente de então, sem lista triplíce, pois a lei não falava em lista triplíce, e o Governo nada mais fez do que cumprir o que determinava a lei.

Com a vitória da Revolução de 1964, o Presidente Castello Branco, através do Decreto-lei nº 200, isto é, o Decreto da reforma administrativa, no seu artigo 165, ao reorganizar o Conselho Nacional de Telecomunicações, excluiu a representação partidária e assim, o CONTEL voltou a ter uma nova composição, isto é, pelo Decreto nº 200, passou a ter 10 representantes do Governo, excluída que foi a representação político-partidária.

Nós, pessoalmente, não nos conformamos com essa decisão e quando o Governo enviou para cá nova Mensagem, reorganizando o CONTEL, mandando incluir, outra vez, os 3 representantes das forças militares, apresentamos emenda para que voltasse a integrar o CONTEL a representação político-partidária e, para tanto, apresentamos emenda, dando ao maior Partido do Governo e ao maior Partido da Oposição, outro representante.

Este projeto subiu à sanção presidencial e se transformou na Lei nº 5.396, de 26 de fevereiro de 1968. Aprovada a Lei, o MDB enviou ao Governo o nome do seu representante, escolhido pela Comissão Executiva Nacional e que

recaiu na pessoa do Sr. Augusto de Gregório, ex-Deputado Federal do Estado do Rio. O expediente foi endereçado ao Ministro das Comunicações, e, como tardava a nomeação do representante da oposição, fiz, da tribuna, uma interpelação direta ao Governo. No dia seguinte, falei, pessoalmente, com o Ministro Rondon Pacheco, aqui, numa das dependências da Câmara dos Deputados, e, no dia imediato, S. Exa. teve a gentileza de me telefonar, informando que o representante da oposição estava nomeado e que não haveria mais motivo de preocupação por parte da Oposição.

Pois bem, passou-se o tempo e o representante da Oposição não foi nomeado. Fiz, através da Comissão de Transportes e Comunicações, da qual faço parte, um convite ao Ministro das Comunicações, e o Sr. Carlos de Simas compareceu à nossa Comissão. Lá, interpelado por mim, afirmou que, há mais de dois meses, havia feito o expediente de nomeação do Sr. Augusto de Gregório, que se encontrava em mãos do Presidente da República.

Vejam bem a Câmara, estou dando o relato de como o Presidente da República, Marechal Costa e Silva, desobedeceu a lei. Diante disso, é evidente que algo estava por trás de toda essa demora e desta atitude de desrespeito do Presidente à lei votada pela Câmara e por S. Exa. sancionada. O mistério se desfez, logo, com o envio a esta Casa da Mensagem nº 35-68, que se transformou no Projeto de Lei nº 31, do Congresso Nacional, que estamos a discutir hoje.

O que preconiza este projeto, A guisa de reconduzir os representantes do Ministério do Interior, do Estado-Maior das Forças Armadas e do Ministério das Relações Exteriores, vem um pequeno artigo, que é o 4º, com dois parágrafos. Neste art. 4º se diz: (le)

„que os representantes dos partidos políticos serão escolhidos pelo Presidente da República, em lista triplíce encaminhadas por intermédio do Ministério das Comunicações. § 1º: O Presidente da República poderá vetar totalmente os nomes constantes das listas triplíces apresentadas e, neste caso, o Ministro das Comunicações providenciará que novas listas sejam organizadas.”

Isto é, além do representante da oposição ser indicado numa lista triplíce, o Presidente tem o poder de veto. S. Excelência poderá vetar tantas listas quantas achar necessário. Então, o representante da oposição será aquele, evidentemente, que o Governo desejar, depois de uma série de humilhações que a oposição não pode, logicamente, aceitar, não a oposição, que a classe política não pode aceitar. Em passado recente, em 1963, quando o Presidente era o Sr. João Goulart, que eu combatia ferozmente, S. Exa. não titubeou em nomear um representante da UDN indicado pelo Partido — sem lista triplíce, de acordo com a lei votada por este Congresso. Vejam bem: que autoridade moral podem ter aqueles que ontem tiveram o seu companheiro aceito por uma indicação partidária e hoje vêm a exigir listas triplíces e, além destas, veto do Presidente a estas listas triplíces apresentadas!

Portanto, nobres Congressistas, o que nós, desta tribuna, pedimos é que o Congresso aceite o substitutivo apresentado, com o destaque para a rejeição do art. 4º e parágrafo, a fim de restabelecer o que esta Casa votou há pouco tempo, isto é, o que está em vigor: a Lei nº 5.396, que dá à oposição o direito de indicar o seu representante e ao Partido do Governo também o direito de designar o seu representante.

Se o Congresso Nacional aprovar este projeto como está redigido, será mais uma diminuição ao Poder Político, será mais uma situação de desmoralização para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para o Parlamento, para os partidos políticos que não podem indicar os seus representantes no Conselho Nacional de Telecomunicações, sem que o Presidente da República escolha os que julga os melhores para desempenharem a função de fiscalizador dos seus atos naquele órgão.

O Sr. Doin Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Com prazer.

O Sr. Doin Vieira — A maneira pela qual surgiu o partido oposicionista no nosso País deixou aos olhos do povo a impressão de ser uma entidade criada apenas para coonestar e legitimar o estado de coisas semiditatorial que se implantara no País. V. Exa. sabe bem do esforço que tem feito os homens da Oposição para transformar a sua agremiação em legítimo intérprete do pensamento popular e de suas reivindicações, no que se refere às contestações do Governo. O texto de lei que se pretende modificar é que V. Exa. defende com tanta oportunidade, no projeto originário do Poder Executivo reflete bem as aspirações profundamente ditatoriais, trai e deixa transparecer, nitidamente, a pretensão que tem o Poder Executivo de transformar a agremiação oposicionista em mero instrumento de seus arbitrios, no propósito de aparecer perante o País e a opinião pública internacional como uma organização democrática. V. Exa. não fala por si, e indefesa de ponto de vista pessoal, não reflete apenas o pensamento do seu partido, mas a determinação da própria democracia brasileira que não pode admitir se transforme o único partido da oposição, existente neste País, em mero legitimador deste estado de coisas que fere frontalmente nossas aspirações e nossos propósitos de democracia. Por isso mesmo aplaudo a manifestação de V. Exa., com a qual me solidarizo também.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Exa. pelo o aparte.

Quero chamar a atenção da Casa para este fato. O CONTEL, hoje, é integrado por quinze membros. O Governo tem quatorze representantes e a oposição tem um. Com este projeto, o CONTEL passa a ter dezesseis membros. Não se entende como um Conselho de Telecomunicações precisa ter dezesseis representantes do Governo. Para defender o quê? — A política do Governo. Bastaria, no máximo, o quê? — Dois ou três representantes do Governo, a fim de orientar a política de telecomunicações.

Quero, então, citar um por um. Se aprovado o projeto, passará o CONTEL a ter os seguintes representantes: Presidente, que é o Ministro das Comunicações; representante do Estado-Maior das Forças Armadas; representantes dos Ministérios da Educação, da Justiça, do Interior, da Indústria e Comércio; representantes dos Correios e Telégrafos, do Departamento Nacional de Telecomunicações, da EMBRATEL, das empresas concessionárias, da Oposição, do Governo, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército e do Ministério das Relações Exteriores.

Não se entende o seguinte: há um representante do Estado-Maior das Forças Armadas. Pelo Decreto nº 200, do Marechal Castello Branco, foram excluídos os três representantes das Pastas militares. Se existe um representante das Forças Armadas, não há necessidade de representante do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Agora, não! O Marechal Costa e Silva recompõe o Conselho e inclui, novamente, a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, e representante das Forças Armadas. É um desperdício de representantes dentro do CONTEL, que passará a ter dezoito representantes. É seria injusto que o Partido da Oposição, que tem ali a função de fiscalizar a política do Governo, não possa ter como seu representante o homem que o Partido indica, como o que merece a confiança do Partido. É evidente que o representante oposicionista não tem que ser da confiança do Governo, mas sim da confiança do Partido da Oposição, para fiscalizar os atos do Governo. Ainda assim, ele é ali praticamente uma presença simbólica porque um voto em dezoito! Será que mesmo este único elemento para ser representante da Oposição terá ainda que merecer o beneplácito do Poder Executivo?

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — É uma honra para mim ouvir o aparte de V. Exa.

O Sr. Josaphat Marinho — A análise que V. Exa. faz, põe em relevo duas circunstâncias que merecem, de fato, destaque: uma o número dos componentes do Conselho. É tal o volume dos representantes que fica evidente que o Governo não confia na fiscalização de seus próprios elementos. Mas, quando o Governo pretende influir na própria escolha do representante da Oposição, a ele dá o triste testemunho de que tem medo de ser fiscalizado.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa. A impressão que vai ficar é esta, de que o Governo, num Conselho em que tem essa quase unanimidade, — é um entre todos eles — realmente, nem esse elemento o Presidente da República deseja ver inteiramente independente para exercer um mínimo de fiscalização à ação do Governo.

Portanto, Sr. Presidente, nós que temos a vida toda dedicada ao rádio, que somos, de profissão, radialistas, estamos sentindo no nosso campo de atividade profissional o desacerto da política governamental em manter esse excessivo número de membros do Conselho Nacional de Telecomunicações.

É incompreensível que o Governo tenha tantos representantes para ditar a sua política de telecomunicações. E — note-se — somente para os partidos políticos é que existe a lista triplíce. Isto é não só uma diminuição, ou falta de cortesia, por assim dizer, de cavalheirismo político para com a oposição, como também uma desconsideração para com o partido da situação. Gostaria de saber em que situação ficaria o Presidente da ARENA se, por acaso, o Chefe do Governo vetar a lista triplíce dos representantes deste Partido, como vetou recentemente o nome indicado pela mesma ARENA para compor sua representação no CONTEL.

Por que o Líder da ARENA não diz, aqui, a razão do veto a seu representante? O representante da Oposição não foi nomeado, porque o nome indicado pela ARENA também sofreu restrição. E não foi nomeado.

Agora existe a lista triplíce, e com direito a veto.

Em que situação ficam os partidos políticos? Porque, o veto incidirá sobre todos eles! (Soa acampainha).

Sr. Presidente, será atitude de fortalecimento dos partidos políticos se aprovarmos o substitutivo com o destaque do art. 4º e parágrafo. Assim, ficará prevalecendo o dispositivo da Lei número 5.396, que diz: (Lê)

«serão indicados o representante do maior partido da Oposição no Congresso Nacional e o representante do maior partido que apoie o Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — (Soa a campainha) — Pediria ao nobre Deputado concluir a oração. O tempo de V. Exa. está esgotado.

O SR. RAUL BRUNINI — Senhor Presidente, minha presença nesta tribuna é para fazer, também, aos representantes da ARENA, apelo para que formem ao nosso lado o modo a que a representação político-partidária seja autêntica, isto é, que o representante da Oposição seja indicado pelo Partido da Oposição e assim também o representante do Partido que apoia o Governo, e sem sofrer políticos não tem nem a mínima dignidade sequer de indicar um homem decente, digno, capaz de representá-los no Conselho de Telecomunicações. É a indignação que deixo aos ilustres Líderes do Governo neste plenário. Que, mediante atuação serena e enérgica logre restabelecer o prestígio dos Partidos políticos, para que possam ter a liberdade de indicar o seu representante sem sofrer qualquer restrição. (Muito bem!)

REFORMA ELEITORAL NO PAIS

O SR. RAUL BRUNINI: **REDAÇÃO DO CONGRESSO DE 23/NOV/68**

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ontem, desta tribuna, sustentamos a tese da necessidade urgente da reforma eleitoral neste País. Como está, Sr. Presidente, não pode continuar. Hoje, lendo a revista "Panorama" que se edita em Curitiba, no Paraná, encontrei artigo do jornalista Samuel Guimarães da Costa, sob o título "Fundamentos da Crise Brasileira". Seu conteúdo coincide com os conceitos por nós emitidos em vários pronunciamentos.

O jornalista Samuel Guimarães da Costa analisa com muito mais propriedade, com muito mais serenidade o assunto, num exame detido da situação nacional, e afirma a necessidade de se devolver ao povo o direito de escolha. Sr. Presidente, esta é realmente a única saída. Todos aqueles que meditam um instante sobre a questão e têm o espírito voltado para o bem deste País, chegam a esta mesma conclusão: a única saída para a problemática nacional é efetivamente a presença do povo na escolha dos governantes.

Ora, ainda hoje aqui foi invocado o testemunho do Ministro Mário Andrezza, que afirma que a revolução continua. Não continua, Sr. Presidente, e isto, inclusive, está muito bem posto pelo jornalista Samuel Guimarães da Costa, quando afirma também que a revolução terminou ao institucionalizar-se. A Constituição de 24 de fevereiro de 1967 foi oferecida à consideração do Congresso pelo Marechal Castelo Branco, com a informação de que ela institucionalizaria todos os instrumentos da revolução. Então cessou, Sr. Presidente, a revolução. Quando o Ministro Mário Andrezza diz que a revolução continua, diz uma bobagem. Ele pensa que continua. Quando o Sr. Ministro Albuquerque Lima, que está em plena campanha eleitoral, ataca o Clero, o Congresso, a Oposição, ataca todo mundo, e diz que a revolução não é feudo de ninguém, também está demagogicamente pregando, diante do esquema militar vigente, a sua candidatura à sucessão do Marechal Costa e Silva. É que eles pensam que, assim, estão escapando... Como dizem os outros, pensam que estão abafando quando estão criando, dentro do Governo, um choque de interesses que prejudica seriamente a administração do Marechal Costa e Silva.

Eis aí também, Sr. Presidente, um dos pontos de intranquilidade do momento presente isto é, a disputa entre o General Mário Andrezza, Ministro dos Transportes, e o General Afonso de Albuquerque Lima, Ministro do Interior, para ver quem será o sucessor do Marechal Costa e Silva.

Portanto para que os nossos cidadãos colegas possam ter uma idéia exata do pensamento desse jornalista — que só conheço através das páginas da revista "Panorama", que se edita em Curitiba — passo a ler, para transcrição nos Anais, como foi de meu discurso, o artigo intitulado "Fundamentos da Crise Brasileira":

"FUNDAMENTOS DA CRISE BRASILEIRA"

Ao ser encaminhado ao Congresso Nacional o projeto da Constituição Federal, que se converteria na Carta Magna de 24 de fevereiro de 1967, o processo de eleições do Presidente da República foi objeto de extensivo debate.

Em favor da tese de eleições diretas e de sua conveniência se

pronunciou a maioria esclarecida da Nação, através da imprensa e do próprio Congresso sem maior resultado, no entanto, porque o então Presidente Castelo Branco, assessorado pelos sábios da Grécia civil deste país, fechou a questão para a bancada da ARENA, que não teve nem quis ter escolha, senão aprovar o projeto da Constituição, tal como lhe foi apresentado.

O Presidente Costa e Silva tinha sido eleito pouco antes pelo voto indireto do Congresso, como candidato único, já que a oposição parlamentar, acovilhada com a ameaça de perda de direitos políticos, nem ao menos apresentou um candidato para, heróicamente, perder.

O assessor do atual Presidente está sujeito ao mesmo processo de eleição indireta pelo Congresso, embora se saiba que o Congresso não vai eleger ninguém, mas tão somente homologar a escolha que a ARENA fizer.

Isto equivale a dizer que não só o povo, mas inclusive o Congresso Nacional, estão fora do problema sucessório, cabendo antes ao partido do governo a tarefa de decidir dos destinos da Nação.

E aí que está, e somente aí, a grande matriz da crise brasileira. Será inútil buscá-la em outro qualquer lugar. Como será inútil querer acertar nos demais setores da vida nacional, se todos os acertos continuarem assertados sobre um erro político de base, que é a ausência do povo e do próprio Congresso no processo de escolha do supremo mandatário da Nação.

O Presidente pode ser um bom homem, realizador, capaz, humano, justiceiro, respeitado e digno do aprêgo da Nação como é o caso do Presidente Costa e Silva. A crise brasileira não está nele. Não advém dele. Ela o antecede e há de lhe suceder, se o processo vigente persistir tal como está posto.

Não podemos nem devemos nos fludir, acreditando que o povo brasileiro aceite, sem resmungos, sua própria marginalização. Não aceitará jamais.

Uma coisa foi o fato do povo aceitar a Revolução e outro, bem diferente, é admitir que ele aceite, como autêntico um regime constitucional e jurídico que peca pela falta inicial do direito essencial na estrutura republicana, que consiste no consentimento tácito do povo como a fonte única do poder e da autoridade do Estado.

Nada impede que o Brasil seja, ou possa ser, uma democracia dirigida por um rei, de origem dinástica, se o regime for a monarquia. Por ser assim na Inglaterra o povo inglês não é mais infeliz ou desgraçado que o nosso. Até pelo contrário.

O que não pode é termos um D. Pedro sem coroa, isto é, haver um reinado arcaico, ou que outro nome tenha, dentro de uma República presidencialista. São entidades e conceitos incompatíveis cuja existência gera uma situação de crise interna insuportável, do tipo da crise nacional que assombra o Brasil de nossos dias.

É uma crise de evidente contradição interna, que pode levar à baderna, o que não deixa de ser uma rima drumoniana, mas não é uma solução.

O Presidente Costa e Silva, que é homem areto, sagaz, com cer-

ta malícia demontaca, certamente sabe, melhor que ninguém, a natureza da crise que lhe foi legada, como autêntico presente de grego. Sempre que uma revolução se institucionaliza deixa de ser revolução, interrompendo-se o processo de mudanças radicais e discretionárias, exigidas pelo momento histórico e que viuham tendo o consentimento flagrante do povo, como saída, talvez ilegal, mas justa e necessária, para uma situação antes insustentável.

Enquanto a revolução prossegue sua marcha inexorável, esses preciosismos jurídicos e democráticos de eleições diretas, de recursos formais ao judiciário etc. e tal, não são matéria de maior consideração. As Forças Armadas podem e devem apoiar um governo inspirado no patriotismo de seu ocupante quer para repor a Nação no caminho mais conveniente aos interesses nacionais, quer para tirá-lo do caminho errado para onde estava sendo conduzido.

Tudo isso é pacífico. De acordo com o jurista Levi Carneiro e segundo suas próprias palavras "a democracia não exclui, antes pode fortalecer-se, de tempos em tempos, com uma revoluçãozinha bem orientada, de alguns objetivos altos".

O que não se entende — e o que nossos chamados líderes civis não parecem interessarem em fazer entender — é que se misture, sem maior exame, Revolução com Constituição, legalidade com inautenticidade, democracia com partido único, em proveito de um corpo político minoritário, sem o menor indício visível de espírito público e de sentimento patriótico.

Então essa gente sibarita não está vendo que o país atravessa uma conjuntura esdrúxula, trabalhada por uma crise política que vai erodindo a paciência transatlântica do povo, impedido de ajudar a resolvê-la porque simplesmente não é ouvido na consulta essencial?

É engano pensar que eleger o Congresso e os Governadores dos Estados, os prefeitos e os vereadores, com o voto direto, satisfaz o povo. O Congresso não tem, ou não está tendo, poder de decisão autônoma, porque a bancada governista não lhe dá essa prerrogativa. Quanto aos governadores, prefeitos e vereadores, com a crescente desfederalização dos Estados, pouco lhes está reservado ou atribuído, não obstante o mandato direto que receberam das urnas.

Caminhamos, quase a passo de ganço, para um governo nacional unitário, no qual os governadores, em especial, se vão transformando em executores de legislação federal, cada dia mais acenadamente privativa da competência da União, o que não é um mal, num país como o nosso onde os problemas maiores têm sentido antes nacional que regional.

Mas é — e o importante da coisa está nisto — mais uma prova do erro político de base: o de excluir o povo da oportunidade de escolha de quem tem o poder e chamar o povo para decidir da escolha dos que não o têm. Ou em outras palavras: dos que têm pouco poder, mas logo mais irão perucá-lo de todo."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem)

Raul Brunini
27-6-67 Pag. 3750

O SR. RAUL BRUNINI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns assuntos políticos me trazem à tribuna na tarde de hoje.

"A Constituição é intocável", "a legislação eleitoral é intocável", "a Lei de Segurança Nacional, isto é, o decreto-lei que instituiu a Segurança Nacional é intocável", "a Lei de Imprensa é intocável": são afirmações do Sr. Presidente da República, dos líderes governistas no Congresso, dos líderes militares que apoiam o atual Governo do Marechal Costa e Silva. A intocabilidade para eles é um dogma. Não é possível tocar sem gravê sacrilégio. Esta, a conceituação do atual Governo da República.

Ora, Srs. Deputados, este conceito depende, e muito, dos diplomas legais. Várias Constituições brasileiras, à época, foram também consideradas intocáveis: A de 1891, a de 1934, a de 1937, a de 1946, todas elas foram consideradas intocáveis. A Constituição de 1946 foi considerada tão intocável, Srs. Deputados, que sequer o Congresso tratou de complementá-la.

Mas quando esses diplomas legais não atendem às aspirações nacionais, a intocabilidade não pode permanecer. Quando um decreto impõe a um país uma lei de segurança nacional drástica em todas as suas expressões, do primeiro ao último artigo, então esse diploma *soi-disant* legal — no nosso entender ilegal e imoral — não pode permanecer intocável diante dos reclamos nacionais.

A Lei de Imprensa, outro instrumento de coação à livre expressão do pensamento, que fere dispositivos dos Direitos Individuais, é diploma que não pode permanecer intocável.

E essa intocabilidade advém de conceitos do Governo passado. Há como que uma preocupação do Governo atual, do Marechal Costa e Silva, em preservar toda a legislação do período Castello Branco. E nós sabemos quanto fértil foi o anterior Governo, em matéria de legislação. E não se diga que o Governo Castello Branco, ao qual prega fidelidade o Governo do Marechal Costa e Silva, não foi reformista. Não. Foi, ao contrário, aquele que desfz a intocabilidade de todas as matérias legislativas. O Governo passado agiu como se nada fosse intocável. No âmbito legislante castelista que dominou este País, tabus foram derrubados; a legislação trabalhista, considerada intocável, principalmente no tocante à estabilidade dos trabalhadores, foi modificada, caiu a intocabilidade da estabilidade, seu-

do a vigorar o Fundo da Garantia Profissional. Até o Estatuto da Petrobrás pôde ser reformado; e até a Constituição de 1946 trabalho de uma Assembléia Nacional Constituinte, deixou de ser intocável e foi enxotada pelo Governo Castello Branco, num período que não faz jus à consciência jurídica deste País, pois todos sabemos de que forma, de que maneira foi a Constituição de 46 substituída pela atual de 1967.

O Sr. Fei Rosa — Ilustre Deputado Raul Brunini, é sempre um prazer inestimável ouvir os pronunciamentos e as declarações de V. Exa. da tribuna deste Parlamento. Realmente, ninguém pode dizer que uma Constituição ou uma lei qualquer sejam intocáveis *ad perpetuum*. O que pode haver é intocabilidade durante determinado período, durante certo lapso de tempo. Tenho a impressão de que é este o significado de intocabilidade que querem dar tanto a liderança do Governo como os seus porta-vozes, por que não é a lei que determina os costumes ou os acontecimentos, são os costumes e os acontecimentos que determinam a lei. De maneira que a Constituição de 1946 não foi derrubada pelo Sr. Presidente Castello Branco. Ela foi alterada e radicalmente transformada em virtude de novos costumes, de novos movimentos da evolução de idéias e de princípios. Foram os acontecimentos que determinaram a Constituição de 1967 e não a Constituição de 1967 que veio determinar os novos acontecimentos. De maneira que V. Exa., velho batalhador das grandes causas democráticas neste País, sabe perfeitamente que o que está havendo é uma diferença de interpretação, porque ninguém pode dizer que a lei seja intocável perpetuamente, pelos séculos a fora, igual à palavra de Cristo. Há realmente de se processar uma alteração. A diferença entre o ponto de vista de V. Exa. e o proclamado pelos porta-vozes do Governo, especialmente pelos líderes da nossa bancada, é quanto ao tempo, ao prazo de alteração.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço a V. Exa. o aparte. Há leis, no entanto, que já nascem precisando de alterações; há leis que nem deviam ser criadas, tais os absurdos que contém. E o caso da Lei de Segurança Nacional, que felizmente não passou por este Congresso, pois é um decreto-lei, e da Lei de Imprensa, que realmente não se coaduna com a mentalidade e com o espírito de liberdade do povo brasileiro.

Sr. Presidente, pena que os problemas administrativos nacionais sejam também intocáveis, pois até hoje o Governo não disse propriamente, como se fala na expressão popular, a que veio. Não sentimos ainda, absolutamente, qualquer movimento, qualquer ação governamental que dê a este País a esperança de que algo mudou para acelerar a solução de seus problemas. E não falo como extremado, oposicionista, que não sou. Desejo que o atual Governo do Marechal Costa e Silva possa realizar um programa favorável ao desenvolvimento e ao progresso deste País. Mas, infelizmente, o que vemos hoje é o esforço do Governo Costa e Silva, para realizar o clássico, o tradicional na rotina administrativa brasileira; nenhuma lampejo de revolução nos métodos administrativos, nenhum vislumbre de que, realmente, este País marcha para uma fase de desenvolvimento e de progresso.

Passo ao segundo ponto, Sr. Presidente, da necessidade de reformulação partidária, pois, enquanto não se reformular a vida partidária brasileira, o Govern não terá instrumentos a não para realizar o seu desenvolvimento administrativo.

Que existe hoje? Um bipartidarismo imposto à Nação através ainda da legislação castelista. Duas organizações partidárias que funcionam por medo do antigo Governo Castello Branco.

Enquanto não se modificar a legislação atual no que concerne à reformulação partidária, este País marcará passo, não se desenvolverá, pois o bipartidarismo é uma camisa de força, é a pressão, é a coação, é a estagnação, é a mediocridade, é a submissão.

Portanto, nós, que nos batemos pela criação de partidos políticos autênticos; nós, que somos contra o bipartidarismo que aí está, não nos cansaremos de gritar neste Congresso, como foi quando da nossa primeira apresentação, e como será até o instante em que consigamos desta Casa, pelo menos, uma reforma constitucional. Não é preciso que seja uma reforma profunda, basta uma alteração de 2 ou 3 linhas, pois foi dito pelo Líder do Governo que a ARENA não está à disposição para dar Deputados e Senadores. Não precisamos de Deputados e Senadores da ARENA para a constituição de nosso partido, ou de partido eminentemente popular, ou de partido autêntico. Se realmente o Governo Costa e Silva, sincera e patrioticamente, deseja a livre vida partidária, neste País, que consinta numa pequena reforma, numa pequena alteração do item VII do art. 149 da Constituição, aquele que diz:

"exigência de 10% do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em dois terços dos Estados, com o mínimo de 1% em cada um deles, bem assim 10% de Deputados, em, pelo menos, um terço dos Estados, e 10% de Senadores".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se pode pensar em formação de partidos políticos que se iniciam com a adesão de Deputados e Senadores. Partidos políticos formam-se na base, com o eleitorado. Nem ARENA, nem MDB consultaram o eleitorado brasileiro para se organizarem. Foram criadas por decreto. Nós, que estamos sinceramente interessados na formação de partidos autênticos, concordamos com a exigência dos 10% do eleitorado que votou na última eleição, distribuídos em dois terços pelos Estados; com o mínimo de 7% em cada um deles. Aceitamos, plenamente, essa imposição constitucional e lançamos um replo à ARENA: que se forme, também, nesta base; que venha disputar, autênticamente, a preferência do eleitorado na formação dos partidos.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Exa. um aparte.

O SR. RAUL BRUNINI — Com imenso prazer.

O Sr. José Lindoso — A intervenção comportara duas partes. Primeira, V. Exa. declarou, no início do seu discurso, que o Governo Costa e Silva ainda não havia definido rumos relativamente à administração pública. As afirmativas da oposição são sempre cômodas, principalmente quando não querem acompanhar, considerando a delicadeza e o quadro da vida brasileira atual, a movimentação do administrador que está na Presidência da República. O Governo Costa e Silva, não só através do Ministério do Interior — e eu ressalto o Ministério do Interior porque diz bem de perto às áreas subdesenvolvidas às quais estou particularmente vinculado, como a Amazônia, como o Nordeste — mas através do Ministério dos Transportes, do Ministério da Educação e de todo o seu conjunto de Governo, ainda nesta fase em que está desdobrando e por lo em execução a reforma administrativa, tem marcado, pelo equilíbrio e pela ação construtiva, sem alarde, mas com grandeza cívica, a sua atuação. A segunda parte do esclarecimento que estou prestando é relativa ao desafio que V. Exa. lança à ARENA, para que ela busque na sua estruturação, uma resposta quanto à sua autenticidade. Digo a V. Exa. o seguinte: a ARENA, a Aliança Renovadora Nacional, já deu essa resposta de modo eloquente, ao eleger a maior

bancada que este Parlamento já teve na sua história política. A ARENA realmente deu a resposta, através da homologação do povo, da sua autenticidade, dos grandes objetivos que animam, o seu programa, o seu propósito de trabalhar dentro da linha da Revolução, dentro da linha do desdobramento construtivo da revolução, como o Presidente Costa e Silva. E, quanto ao bipartidarismo, V. Exa. não tem por que se lamentar, V. Exa. que deseja a autenticidade. É só cumprir a lei e a Constituição. A Lei Orgânica dos Partidos é anterior ao movimento revolucionário, anterior portanto à própria Constituição de 1967. V. Exa. pois, tem os roteiros legais para realmente constituir o terceiro partido. A verdade é que realmente estamos necessitando de cumprir a Constituição de 1967, dentro do sentido do bipartidarismo, disciplinando a vida brasileira, coordenando o esforço cívico, para construir uma grande nação, inspirado nos princípios que levaram, em março de 1964, o Governo brasileiro a se instalar numa nova linha, a linha da seriedade, a linha do Brasil livre e consciente das suas realidades e das suas possibilidades para o futuro.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço, vou responder em poucas palavras. Primeiro, V. Exa., a exemplo do que faz o atual Governo, fala demais. O Governo Costa e Silva tem feito promessas e seus Ministros têm falado em demasia. Pergunto a V. Exa. se é capaz de citar um caso, por exemplo, na Pasta da Educação, que fuja à rotina clássica e administrativa deste País. Em segundo lugar, nobre Deputado, devo lembrar que a Lei dos Partidos foi toda ela mutilada pela atual Constituição...

O Sr. Chaças Rodrigues — Ato complementares.

O SR. RAUL BRUNINI — ... pelos atos complementares e institucionais. Nós aplaudimos a Lei de Organização Partidária, porque realmente disciplina a vida partidária nacional, mas foi ela tumultuada, mutilada através do delírio legislante do Marechal Castelo Branco. S. Exa. impediu a constituição autêntica de partidos políticos; criou por decreto duas agremiações partidárias que não foram homologadas nas últimas eleições. Posso dar exemplos, nobre Deputado, nas hostes de V. Exa., de elementos que nunca poderiam pertencer àquelas fileiras, e que, hoje, aqui estão representando e defendendo um programa que V. Exa. diz revolucionário.

Houve uma completa distorção em toda vida política nacional. Quem fala neste instante ajudou sincera e humildemente a revolução de 1964; nada quis, nada pediu, nada exigiu e, portanto, pôde dela sair, porque ela traiu o seu início, as idéias que a fizeram em 1964. A revolução não foi feita para extinguir partidos, para acabar com eleições diretas. Todos esses preceitos foram por nós defendidos em praça pública, porque estavam sendo ameaçados. Defendemos ontem, e defenderemos hoje, quando esses preceitos foram deturpados pela revolução de 1964.

Defendi a revolução de 1964, porque ameaçado estava o Congresso; defendi a revolução de 1964, porque ameaçada estava a eleição, e tínhamos um candidato à Presidência da República.

Não adianta estarmos discutindo coisas do passado que nada constroem para este País. O que lamentamos é que faltem os instrumentos para o nosso desenvolvimento futuro. É isto que lamentamos. Não temos visão para o horizonte. Quando digo que o Governo está estagnado, é que no setor da educação, por exemplo, vai se voltar àquels velhos métodos de construção de grupos escolares à medida que as verbas sejam suficientes. Mas onde está o desenvolvimento do ensino primário? Onde está o incentivo do ensino primário? Onde está a idéia de formação de 2 e 3 anos, para

cesso... trabalho esse que

aproveitamento em massa dessas crianças em todo o País?

É isto que eu digo: falta à revolução método administrativo. O Governo está estagnado — promessas e programas no papel. O povo não aceita mais isso. O povo quer ver é ação, e infelizmente, não está sentido isto, o que lamento profundamente. Desejaria, com toda a minha sinceridade, que o Marechal Costa e Silva realizasse um Governo de ação. Vários dos dirigentes do seu Ministério foram companheiros meus de governo. São homens individualmente capazes, são criaturas imbuidas de sentimentalismo, de patriotismo, mas falta ao Governo Costa e Silva uma coisa que se chama unidade de comando na ação governamental. O que vemos, por exemplo, na minha Comissão, a de Transportes, onde vários Ministros vieram prestar esclarecimentos, é uma completa ausência do sentido nacional uma improvisação que salta aos olhos. Não há plano. Há Ministros que ainda não sabem de quantos órgãos se compõem seus Ministérios.

O Sr. Amaral de Sousa — Permite-me, mas V. Exa. citou o Ministério da Educação e pediu exemplo de trabalho efetivo desse Ministério. Dou um a V. Exa. em menos de 15 dias, em um mês, vamos dizer, o Governo resolveu o problema resolveu o problema dos excedentes, problema que desafiava sua capacidade. Mais de 4.000 excedentes foram aproveitados. Reclamou V. Exa. do Ministério de Educação e Planejamento. Está sendo feito planejamento que não pode ser realizado em 15 dias, evidentemente. Sobre V. Exa. que o Ministério realizou os encontros nacionais de planejamento, dos quais nascerá definitivamente o anteprojeto de lei que instituirá o plano nacional de educação. Pode V. Exa. ficar tranqüilo que o Ministério da Educação está trabalhando de uma forma racional. V. Exa., que é homem justo, honesto, deveria, quando criticasse o Ministério, saber pelo menos que o Ministro não pode realizar em 90 dias o que outros não realizaram em 4 anos, ou outros ainda em 59 anos. Portanto, V. Exa. tem exemplos do trabalho efetivo do Ministério da Educação e tem um exemplo maior, que é o da elaboração, pela primeira vez neste País, de um plano nacional de educação, partindo de um estudo que vem da base, das diversas regiões do Brasil. Este planejamento está sendo feito, nobre Deputado, e em breve o projeto de lei virá a esta Casa, e aí sim, V. Exa. terá ocasião de criticar as deficiências — se houver — deste plano.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte, nobre Deputado.

O problema dos excedentes, no ato que vem, se repetirá. Foi uma medida de emergência, louvável...

O Sr. Amaral de Sousa — É um exemplo.

O SR. RAUL BRUNINI — ...mas não foi resolvido o problema do universitário, das matrículas etc. O que digo é que há improvisação.

O Sr. Bernardo Cabral — Improvisação que não se justifica.

O SR. RAUL BRUNINI — E tanto há, que vou dar um exemplo. O Marechal Costa e Silva sabia que ia ser Presidente da República com quase um ano de antecedência. Tinha eu a impressão de que o Marechal Costa e Silva já tinha praticamente em mira o seu Ministério. Já poderia estar realizando alguns planos, enfim, se preparando para governar o País um homem que quase um ano antes tinha a certeza de que iria ser o Presidente da República. E que vimos, às vésperas da posse do Presidente Costa e Silva? O Sr. Jarbas Passarinho, no dia anterior, ia ser Ministro das Minas e Energia, e o Sr. Costa Cavalcanti, Ministro do Trabalho. Pois no dia de posse, trocaram. Um foi para o Ministério do Trabalho, e outro para o Ministério das Minas e Energia.

A improvisação está em todos os setores do Governo. A improvisação é um fator de estagnação, e já que, como diz o Deputado Amaral de Sousa, os assuntos estão em estudo, estão em elaboração, vamos perder um ano e tanto preciosos, neste País, para recuperarmos, depois, o tempo em que estivemos parados. Enfim, o Marechal Costa e Silva vai ter de governar, efetivamente, com seu plano, menos da metade de tempo do seu governo.

Eram estas as palavras, Sr. Presidente, que gostaria de dizer, na tarde de hoje, para afirmar que um dos fatores de perturbação da máquina administrativa é o sistema eleitoral vigente. O bipartidarismo só interessa a regimes discricionários, a regimes de força. Num regime democrático, democrático mesmo, o que vale é o pluripartidarismo. (Muito bem. Palmas.)

RAUL BRUNINI

REAJUSTAMENTO DO VENCIMENTO DO FUNCIONALISMO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO DE 28/NOV/68

O SR. RAUL BRUNINI:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, alterado que foi o calendário das sessões do Congresso Nacional, passamos a discutir, hoje, o Projeto 36 de 1968 que trata do reajustamento dos vencimentos dos servidores civis e militares da União. Alterado o calendário, pois este projeto estava, desde que foi aqui lida a Mensagem do Poder Executivo, marcado para a sessão do dia 28, isto é, amanhã, Dia de Ação de Graças — e seria, realmente, o dia mais apropriado para a discussão deste projeto, a fim de que pudessemos dar graças pelo parco aumento dos vencimentos dos funcionários da União — essa alteração no calendário, evidentemente, foi para aguardar os acontecimentos deste fim de semana.

O Governo precisa de uma data e a data está reservada, pois os vetos que estão marcados para amanhã podem, tranquilamente, ficar para quando Deus der, já que não há um prazo para discussão e votação de vetos. Este tem sido um problema que tenho levantado, mas que, infelizmente, não tem tido solução.

O Governo vota um projeto e a apreciação desse veto não tem prazo, tanto assim que pode ficar indefinidamente aguardando a oportunidade. Como é matéria que pode ser jogada à vontade dos mandantes, o veto foi deslocado de hoje para amanhã, para deixar uma data para algo que possa acontecer nesta República.

Sr. Presidente, fui honrado com a designação do meu Partido, para integrar a Comissão Mista designada para apreciar o Projeto de Lei nº 36, de 1968, do Congresso Nacional. Comissão essa presidida pelo Sr. Senador Aurélio Vianna, do MDB, tendo como Relator o ilustre Deputado Luis Braga, da Bahia.

Foram oferecidas ao Projeto 133 emendas. Creio que é caso único no Parlamento Brasileiro: todas as emendas receberam pareceres contrários; algumas rejeitadas por inconvenientes, outras por inconstitucionais.

Creio, repito, que é fato inédito no Parlamento Brasileiro: todas as emendas receberam pareceres contrários!

A Comissão Mista esteve reunida, na última segunda-feira, e seus trabalhos entraram pela madrugada. Daqui saímos por volta das três horas e meia. Depois de um esforço, em discussões intermináveis, a Comissão conseguiu, finalmente, a aprovação de duas emendas — uma de autoria do ilustre Deputado Paulo Macarini, emenda que teve que vencer a primeira barreira, isto é, teve que conseguir que o recurso fosse aprovado pela Comissão e, em seguida, discutida e aprovada no mérito. E, a outra, do ilustre Senador Cattete Pinheiro.

A emenda do Deputado Paulo Macarini, eminente Líder da Oposição, por incrível que pareça, foi aquela que, no nosso entender, veio consertar uma situação no meio militar, que vinha causando muita intranquilidade. Justamente um homem da Oposição que veio em socorro do Governo e deu esse entendimento indispensável para terminar com as injustiças na classe militar, para de-

monstrar, mais uma vez, que a Oposição tem consciência nítida das suas responsabilidades e deseja uma classe militar unida, respeitada e bem paga, coisa que o Governo não faz, pois um dos pontos de atrito e intranquilidade, neste momento, é, sem dúvida, devido aos parcoss vencimentos que recebem os integrantes das Forças Armadas brasileiras.

Mas, quando a Oposição, reconhecendo este fato, vem com a medida exata, isto lhe dá, também, aquela autoridade moral indispensável para criticar estas mesmas Forças Armadas quando elas desviadas estão das suas funções e prerrogativas constitucionais.

É este o entendimento nosso, é esta a posição que deve assumir todo aquele que deseja o respeito às instituições, assim como nós também desejamos que este Poder seja respeitado.

Mas, Sr. Presidente, quero declarar, de início, que sempre sustentamos ser ridículo o aumento proposto pelo Governo — vinte por cento não correspondem às necessidades atuais das dificuldades por que atravessa o povo brasileiro, conseqüentemente o seu funcionalismo, pois se é o próprio Governo que, através dos órgãos oficiais, informa à Nação que a elevação do custo de vida está se fazendo na base de 2 e 3% ao mês, isto quer dizer que, no total do ano, esta elevação se aproxima da casa dos 30%. Mas é o próprio Governo que, oficialmente, comunica à Nação que a elevação do custo de vida atingiu a 30% e vem oferecer um paliativo que se transforma em maior martírio para aquele que o recebe.

Por que? Porque à simples notícia de que o Governo teria encaminhado ao Congresso Nacional mensagem de aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da União, imediatamente, como que por simpatia, começa inexoravelmente, o aumento do custo de vida. Como já se disse, para retratar bem a situação atual, enquanto o custo de vida sobe pelo elevador o aumento dos vencimentos do funcionalismo sobe pela escada. E esse encontro nunca é possível. É o que acontece, atualmente no entanto, nós pedíamos, há meses, que, pelo menos, as duas medidas subissem pelo mesmo elevador para que houvesse um equilíbrio, para que se pudesse manter a situação atual. Mas pela medida governamental, não, e ainda hoje os jornais dão conta da elevação assustadora dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, feijão, arroz, açúcar, banha.

Dizia, eu, na Comissão Mista que examinou este projeto que talvez a senhora do Líder do Governo, que ali estava comandando as ações, fosse a única senhora deste País cujo orçamento doméstico não tivesse sido atingido pela alta do custo de vida — a senhora do ilustre Senador Eurico Rezende. Todos nós, diariamente, ouvimos as reclamações de que há necessidade de aumentar a ditária da despesa, pois aquilo que, no mês passado, deixamos, já era insuficiente para atender às necessidades.

E esses 20% vão ser execrados pelos funcionários, pois desde o anúncio do envio da Mensagem até hoje, já sentimos uma sensível elevação do custo de vida.

Tem o aparte, agora, o nobre Deputado Lurtz Sabiá.

O Sr. Lurtz Sabiá — Nobre Deputado Raul Brunini, V. Exa. associou muito bem a Mensagem do Presidente da República e o aumento de 20% para o funcionalismo público. Acho de certa forma contraditória e não válida a tese do Governo de coibir a inflação com o desenvolvimento. Sabe V. Exa. que há o achatamento da nossa classe média com a classe baixa. O poder aquisitivo cai, assustadoramente, nobre Deputado Raul Brunini, não é apenas com relação ao funcionalismo público. Os trabalhadores também, enquanto o custo de vida sobe, o salário permanece quase num processo de estagnação. Como podemos obter desenvolvimento, neste País se não damos poder aquisitivo ao povo? O que pode comprar um funcionário público, hoje? Talvez nem sapato, nem roupa possa comprar, e por isso, existem muitas indústrias saturadas na produção. Não que a produção tenha atingido o ápice, mas pela falta de poder aquisitivo do povo. Se V. Exa. verificar o mercado de capitais, se fizer pesquisas, sentirá que, de fato, o mercado decaiu assustadoramente. Ninguém procura as lojas para comprar neste fim-de-ano. A queda radical do comércio é justificável, em função de que não há condições nem meios de comprar, que se ganha dá, muito mal, para comprar o essencial para sobreviver, e nada, nada mais além. Este é o plano do Governo: «Combater a inflação com desenvolvimento». Como vamos alcançar desenvolvimento se não há poder aquisitivo no país?

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa.

Quero dizer que a maioria das emendas foi apresentada por elementos da ARENA; foram os representantes do Governo que apresentaram o maior número de emendas. Mas, o Líder do Governo vinha com uma determinação, e isso ele externou ao orador que se encontra na tribuna. A ordem do Governo era rejeitar todas as emendas. E todas as emendas foram rejeitadas. Quando interpelei — e os membros da Comissão aqui estão para testemunhar — quando interpelei o Líder do Governo, Senador Eurico Rezende, sobre o comportamento do Governo e sobre a posição do Congresso, que precisava ter sua independência, para examinar o assunto, disse-me S. Exa. que, infelizmente, o Congresso estava realmente com as prerrogativas diminuídas. E S. Exa. teve uma imagem — quero chamar a atenção da Casa — literariamente bela: «O Congresso não passa hoje, de uma arquitetônica comissão de redação-final». O nobre Senador recebe, de nossa parte, o mais veemente protesto.

É isto que o Congresso precisa saber: A Liderança do Governo afirmou em plena Comissão que o Congresso é uma «arquitetônica comissão de redação-final».

Reagimos, pois não nos conformamos em ser, aqui, chanceladores de ordens do Governo. Protestamos energeticamente contra a diminuição do Congresso.

CONTINUA

11

O Sr. Altair Lima — Dá-me V. Exa. permissão?

O SR. RAUL BRUNINI — Com imenso prazer!

O Sr. Altair Lima — Tem V. Exa. toda razão na análise, com referência às emendas apresentadas e às que o Relator não quis apreciar. E posso mostrar ao nobre Colega e à Casa emenda de nossa autoria, justíssima, no seguinte teor: (Lê)

Acrescente-se, onde couber:

«Art. O vencimento ou salário do servidor público federal, inclusive o de autarquia ou órgão para-estatal, não poderá ser inferior ao valor do maior salário-mínimo vigente no País».

Hoje, Deputado Raul Brunini, tive o prazer de ligar para o DAPC, para saber qual o vencimento do nível 1. E alto funcionário do DAPC me deu a informação de que, de acordo com a Lei 5.338, o nível 1 é de NCr\$ 109,50. V. Exa. vê que, enquanto o Governo obriga as instituições particulares a cumprir o salário-mínimo, o Governo não paga o salário-mínimo que é de NCr\$ 129,00. Portanto, a reclamação, a crítica que V. Exa. faz é muito justa. E, como nossa emenda foi rejeitada, eu a transformarei num Projeto que irei apresentar à consideração da Casa.

O SR. RAUL BRUNINI — Agradeço o aparte de V. Exa., muito oportuno. Considero o relator deste Projeto, o ilustre Deputado Luiz Braga, da Bahia, um dos mais distintos companheiros e colegas desta Casa. Ele é Deputado que tem cumprido a sua função, exercendo o seu mandato com rara dignidade. Tenho por S. Exa. o maior apreço, não só pelo homem, como também pelo parlamentar, e sentimos a dificuldade de S. Exa. para desempenhar a sua missão, como homem de Partido. Sentimos até o seu sacrifício. Esta é a verdade que tem que ser dita e sei, até, que farei a humildade de S. Exa. Comportou-se ele dando todas as explicações. E nos sentimos até o desespero de S. Exa., em reconhecendo a justiça das emendas, mas preso ao esquema governamental, nessa batalha que tinha a comandado o Líder do Governo, o Senador Eurico Rezende, que foi insensível a qualquer argumentação, que não atendeu a nenhuma das ponderações, não só da Oposição como também do Governo que tinha apresentado, através de seus Deputados, a maioria das emendas, emendas justas, emendas sensatas, emendas razoáveis. Mas o lápis vermelho do Líder do Governo impediu que qualquer das contribuições dos parlamentares fosse atendida.

É esse aspecto que precisa ser ressaltado neste instante: Este Congresso não pode continuar sendo aquela «arquitetônica comissão de redação final» de que falou o Senador Eurico Rezende.

Até quando o Congresso vai continuar subserviente a qualquer das iniciativas governamentais? Há um limite. E o que ficou demonstrado neste projeto, é que, realmente, há uma pressão, há domínio violento do Poder Executivo naquelas matérias que ele decide apresentar ao Congresso, e quer ver aprovadas tal qual as mandou. Ele só quer a chancela, não quer a colaboração! Ficou patenteado neste projeto: 133 emendas, nenhuma — nenhuma! — com parecer favorável! Todas com pareceres contrários!

O Sr. Clóvis Pestana — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. RAUL BRUNINI — Será que não há um Deputado ou um Sena-

dor capaz de apresentar uma emenda compatível, com o projeto?

Dou o aparte, com imenso prazer.

O Sr. Clóvis Pestana — Tenho por V. Exa. uma verdadeira admiração.

O SR. RAUL BRUNINI — E' reciproca.

O Sr. Clóvis Pestana — Através da admiração a V. Exa. nesta Câmara, eu me habituei a admirar o talento, a cultura...

O SR. RAUL BRUNINI — Bondade de V. Exa.

O Sr. Clóvis Pestana — ... e o espírito público de V. Exa. Exatamente como consequência dessa admiração, eu me sinto no dever de dar o aparte.

O SR. RAUL BRUNINI — Com imenso prazer; é uma honra.

O Sr. Clóvis Pestana — E o aparte que quero dar é nesse sentido. Até hoje, os cientistas sociais, principalmente os economistas, não conseguiram harmonizar a luta do combate contra a inflação e do combate a favor do desenvolvimento. A grande tragédia do Brasil é o subdesenvolvimento. O Governo não dá aos funcionários o que eles merecem não porque não queira, mas porque se encontra nesta situação dramática. Ele só pode dispor daqueles recursos fruto da contribuição do povo brasileiro. Se a maioria do povo brasileiro é analfabeta, é doente, produz pouco, ganha pouco, evidentemente, contribui pouco. Se o Governo, por uma questão de sentimento, por uma questão de humanidade, resolvesse dar o aumento que os funcionários merecem, iria contribuir para agravar o processo inflacionário. Eu acredito, eminente colega, que a posição do Governo é o resultado dos estudos de uma equipe de economistas, de cientistas sociais, que procurou uma solução sem agravar, sem comprometer o processo do desenvolvimento econômico brasileiro, que depende dos investimentos, que depende da poupança, que depende dessa percentagem de que o Governo pode dispor para investir na indústria, na agricultura, na pecuária. Realmente, o drama do Governo é este. Se ele der o aumento que os funcionários merecem, se ele fizer o reajustamento do salário-mínimo, como os operários merecem, ele irá agravar o processo inflacionário e grande parte desses aumentos será anulada pela elevação do custo de vida. Eu reconheço a origem patriótica da conduta de V. Exa., mas não posso negar que o Governo está agindo dentro das informações técnico-científicas que está recebendo.

O SR. RAUL BRUNINI — Ilustre Deputado Clóvis Pestana, é uma honra receber o aparte de V. Exa., pois reconheço em V. Exa. um dos mais eminentes e probos homens públicos deste País. Conheço o seu patriotismo, a sua dedicação e a sua extremada vontade na solução dos problemas nacionais, o incansável esforço que já deu para o bem deste País. Considero válidas as afirmações de V. Exa., por um lado, mas, por outro lado, nobre Deputado Clóvis Pestana, o que me chamou a atenção foi que o Governo não aceitou mesmo aquelas contribuições dos parlamentares que em nada afetavam as despesas com o projeto, oferecidas para aproveitar a oportunidade e corrigir certas falhas da legislação do funcionalismo civil e militar, uma vez que não temos mais a iniciativa de atender a certas situações que em nada viriam a influir no montante da despesa. E' esta insensibilidade, é este desprezo pela colaboração do Congresso que me revolta, nobre Deputado Clóvis Pestana, bem como aquela declaração do Líder do Governo — que não posso

esquecer, porque foi infeliz e humilhante para o Congresso — de que este Congresso era uma arquitetônica redação final. E' contra isto que protesto nobre Deputado, pois sei que de um espírito como o de V. Exa. jamais sairia uma expressão dessa passividade, que V. Exa. jamais concordava com a diminuição das prerrogativas e do prestígio do Poder Legislativo. (Mão bem Palmas).

118. PRO. CSS. 278. 2. P. 125

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA - GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

RAUL BRUNINI FILHO

8

DOC
"A"

DOC
"C"

DOC
"D"

XO

XO

NEXO
4

RAUL BRUNINI FILHO

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTA A PUBLICAÇÃO DO ARTIGO 4º

DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

RAUL BRUNINI FILHO

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D - ANEXOS:
 - 1 - DISCURSOS NO CONGRESSO
 - 2 - ARTIGOS, ENTREVISTAS OU DECLARAÇÕES A IMPRENSA
 - 3 - DEPOIMENTOS PRESTADOS EM INQUÉRITOS, SINDICÂNCIAS OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
 - 4 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

118.PRO.CSS.278.2/P.127

DOC
"A"

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro, GB

Em 16 de Janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 008/SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do Senhor RAUL BRUNINI FILHO, Deputado Federal pelo MDB, Seção da Guanabara, nos termos do Art. 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação enviada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, apoio a manifestos, entrevistas, participação em agitações, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

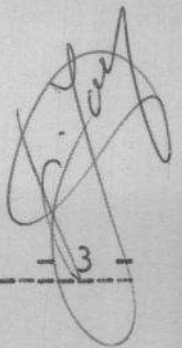
Como elemento de cúpula do movimento ilegal denominado "Frente Ampla", e político intimamente ligado ao Senhor Carlos Frederico Werneck de Lacerda, pronunciou-se repetidas vezes, de modo violento, contra as Forças Armadas e o seu Coman

dante Supremo, pregando a derrubada do regime durante a existência daquela organização espúria e conspirando contra o mesmo após a extinção legal da citada Frente.

3. Como exemplo dessas atividades destacam-se os trechos abaixo constantes da documentação anexa:

3.1 - Informação nº 020, de 30 Dez 68, do Serviço Nacional de Informações:

- Em janeiro de 1966 assinou manifesto lançado pelo Grupo de Carlos Lacerda, apresentando a definição que "o momento brasileiro impõe" e tachando o Governo Castelo Branco de "Regime de Opereta" do qual "o povo é excluído para benefício de uma oligarquia".
- Em setembro de 1966 exibiu, no Plenário da AI/GB um blusão e um jaléco ensanguentados pertencentes a um estudante ferido em conflito com a polícia e afirmou que "ali estava a prova de que o Presidente da República, de conluio com o Senhor Negrão de Lima, derrama o sangue da juventude inocente".
- Em agosto de 1967 protestou contra a prisão do jornalista subversivo Flávio Tavares.
- Em abril de 1968 declarou: "o Governo Costa e Silva não tem condições e coragem para casar ou enquadrar Carlos Lacerda na Lei de Segurança por temer uma reação dentro das próprias Fôrças Armadas".
- Em junho de 1968 subscreveu documento apoian



CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 008/SG-1/69

- 3 -

- do a ação apostolar de D. Helder Câmara no Nordeste.
- Em agosto de 1968, participou de reunião do MDB na residência do Deputado Martins Rodrigues em que ficou deliberado: máximo apoio aos movimentos estudantis, assistência ao líder estudantil Honestino Monteiro Guimarães, e a intimação de altas autoridades civis e militares perante a CPI que apurava supostas violências.
 - Em setembro de 1968, foi indicado pela Oposição para estabelecer contactos com Carlos Lacerda afim de obter a união de líderes políticos como JK, JG, JQ e adesões de Brizola, Arrais e Lutero Vargas, para um movimento que englobaria sindicatos, estudantes e o clero.
 - Em novembro de 1968, deixou transparecer que o "Movimento de Mobilização Partidária Parlamentar" objetivava uma campanha contra as instituições governamentais. "A tribuna seria usada com frequência para ataques sucessivos ao govêrno; os atos de terrorismo seriam utilizados como principais peças para desmoralização do Govêrno e das Fôrças Armadas; o Presidente Costa e Silva seria alvo de críticas quanto à sua administração geral; a Oposição se esforçaria para fazer crêr que os Generais Sizenô Sarmiento, Garrastazu Médici e Meira Matos estavam ligados aos grupos terroristas".

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 008/SG-1/69

- 4 -

- Em dezembro de 1968 afixou que, "em conversa com representantes de setores militares, ouviu deles que não desejavam um Congresso desmoralizado e até apelos para que a licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves não fosse concedida".

3.2 - De seus pronunciamentos na Câmara Federal:

- Em 17 de agosto de 1967, em discurso na Câmara afirmou existir "nôvo ciclo de violências no País.... que êsse clima atinge a autoridade das Fôrças Armadas.... e subverte totalmente o que resta da democracia brasileira".
- Em 3 de abril de 1968, afirmou que "seu Estado era uma praça de guerra completamente tomada pelas Fôrças Militares".
- Em 4 de abril de 1968, em discurso afirmou e repetiu trechos de manifesto de Carlos Lacerda: "que o Govêrno falhou ao seu compromisso, desde o restaurante até a Constituição, que os estudantes resistem à corrupção e à submissão, por isso pagam com sangue.....".
- Em 12 de junho de 1968 afirmou: "Será que êste Govêrno contribuirá para frustrar êste desejo de milhões de brasileiros de participar na escolha de seu supremo mandatário ou que teria a mesma sorte daqueles 68 municípios que foram sumariamente cassados por uma medida ditatorial desta minoria militar que domina o País?"

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 008/SG-1/69

- 5 -

- Em 26 de junho de 1968, falando sôbre a situação estudantil disse: "O Govêrno perdeu o contrôle, praticamente. São responsáveis por êste estado de coisas tôdas as autoridades do Govêrno".
- Em 27 de Junho de 1968, falando sôbre as eleições diretas disse: "Sentimos que o povo está procurando outra saída, que o povo está sentindo necessidade de outras manifestações como aquelas que acabam de fazer os estudantes na Guanabara.....".
- Em 17 de julho de 1968, referindo-se à tensão mundial disse: "o Poder passou a ser um instrumento de uma minoria militar que expõe ao desgaste e à condenação tôda uma instituição".

3.3 - De seus pronunciamentos à Imprensa:

- Em 12 de novembro de 1966, pelo jornal "Ultima Hora" classificou como mais uma violência e mais uma ignomínia "a cassação de direitos políticos de Hélio Fernandes".
- Em 13 de dezembro de 1966 referindo-se a um nôvo partido de JK e CL afirmou à Tribuna da Imprensa: "queira ou não queira o Marechal Castelo Branco o nôvo partido popular será criado".
- Em 13 de julho de 1967, pela "Tribuna da Imprensa" afirmou que pediria a transcrição nos

anais do Congresso "da sentença do juiz Hamilton Leal mandando arquivar o processo iniciado pelo Governo contra o jornalista Hélio Fernandes", com respeito aos insultos lançados ao Marechal Castelo Branco.

- Em 29 de agosto de 1967, pela "Tribuna da Imprensa" "estranhou que alguns militares deixem suas preocupações nos quartéis para interferir e provocar os civis".
- Em fevereiro de 1968 pela TV Anhaguera, São Paulo, pregou a derrubada do regime pela Frente Ampla.

Disse:

- estamos numa ditadura militar, o Brasil se encontra nas mãos de uma minoria militar e que Carlos Lacerda contava com apoio dentro das Forças Armadas;
- que a Frente Ampla admitia a violência para obter a derrubada do regime;
- fez apologia do Senhor Carlos Lacerda e classificou de gorilas a minoria militar que se encontra no Governo.

3.4 - Atividades subversivas:

Conforme consta do registro nº66 de 3 de fevereiro de 1966, da Delegacia de Ordem Política e Social da Guanabara, interferiu pessoalmente para libertação de elementos presos por pichamento de paredes.

Os referidos elementos haviam sido presos em

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 008/SG-1/69 - 4 -

flagrante, e portando armas. Na ocasião o deputado Raul Brunini afirmou que era êle o mandante e que deveria ficar preso.

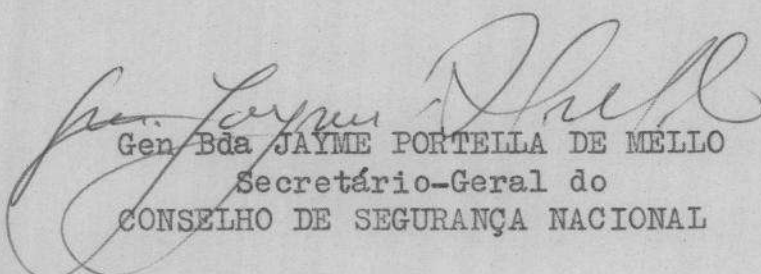
- Em março de 1968, Informação 204 - CIE/ADF - estava em plena atividade de organização da "Frente Ampla", tendo participado de reuniões na residência do Deputado Martins Rodrigues com outros parlamentares do MDB, com respeito à viagem de Carlos Lacerda a Belo Horizonte.
- Em abril de 1968, Informação 258 - CIE/ADF - declarou entre emedebistas que o Governo não tinha "condições ou coragem para enquadrar Carlos Lacerda, por temer uma reação dentro das próprias Fôrças Armadas".
- Em abril de 1968, Informação 280 - CIE/ADF - "juntamente com os Deputados Martins Rodrigues e Márcio Moreira Alves cogitava de transformar a Frente Ampla em um novo movimento".
- Em julho de 1968, Informação 544 - CIE/ADF - estava rearticulando a extinta Frente Ampla, com CL e JK à frente, e a participação de Jânio Quadros, João Goulart e declarava na ocasião que Carlos Lacerda ainda tinha prestígio nas Fôrças Armadas, além de contar com a amizade pessoal do General Sizeno Sarmento.
- Em agosto de 1968, Informação 597 - CIE/ADF - juntamente com Hermano Alves, Márcio Moreira

Alves, Oswaldo Lima Filho e Renato Archer, trabalhava na organização da Frente Ampla, expedição de manifestos de JG, JK e CL, e formação de um bloco de combate ao Governo com o apoio de estudantes, sindicatos, clero e parlamentares.

- Em 28 de janeiro de 1968, Informação nº 0657 CENIMAR, participou ativamente da passeata estudantil em Brasília.

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do artigo 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de 10 anos e cassado o mandato eletivo federal do Senhor RAUL BRUNINI FILHO consoante dispõe o artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Exce^lência os meus protestos do mais profundo respeito.


Gen. Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

W&PRO-CSS.278.2/P.137

DOC
"B"

B - FICHA INDIVIDUAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 020	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: RAUL BRUNINI FILHO	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DE NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE:	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: Radialista - Deputado Federal - Jornalista	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO:	
11. RESIDÊNCIA:	

NS. PRO. CSS. 278.2, p. 540

DOC
"C"

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL
DE INFORMAÇÕES

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO

(Cont.)

12 - EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal/MDB/GB, eleito em 15 Nov 966.
- Membro da Comissão de Segurança Nacional da Câmara.
- Pertenceu à ex-UDN.
- Ex-Radialista - Jornalista.
- Ex-Vereador do DF.
- Ligado ao CLUBE DA LANTERNA.
- Muito ligado a CARLOS LACERDA.
- Combateu o Governo CASTELO BRANCO, tachando-o de "REGIME DE OPERETA e de DITADURA".
- Condenou a política econômico-financeira do Governo CASTELO BRANCO.
- Ligado a HÉLIO FERNANDES, tendo protestado contra seu "confinamento".
- Membro do "Partido de Reforma Democrática" (PAREDE).
- Membro ativo da ex-FRENTE AMPLIA.
- Defensor da tese da concessão de anistia geral.
- Protestou contra a prisão do jornalista subversivo, FLAVIO TAVARES.
- Protestou contra o "confinamento" de JÂNIO QUADROS".
- Apóia a ação de D. HELDER CÂMARA, no NE.
- Apoiou as manifestações estudantis e acusou a Revolução de ter marginalizado a mocidade estudantil da Nação.
- Combate sistematicamente o atual Governo.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1954 - Antigo radialista, a convite de CARLOS LACERDA, candidatou-se e foi eleito vereador do então Distrito Federal.
- 1956 - Manteve ligações com JOÃO RIBEIRO PORTELA, do jornal "Diário de Notícias", QG da UDN reacionaria, juntamente com / GLADSTONE CHAVES DE MELO; CARLOS LACERDA; MENESES CÔRTEZ; ARNALDO NOGUEIRA e EURÍPEDES CARDOSO MENEZES
- 1960 - Novamente eleito, no novo Estado da Guanabara.
- 1965 - Na Assembléia Legislativa, fez violento ataque ao Ministro da Justiça, chamando-o de "político frustrado e traidor".
 - Declarou: "O AC nº 4 é uma farsa e só poderia ter saído do conluio do qual faz parte o Sr JURACI MAGALHÃES, que se desmascarou perante a opinião pública, desrecalcando-se de um ato político em que foi o derrotado".
 - Afirmou que "se não fôsse CARLOS LACERDA, não haveria CASTELO BRANCO na Presidência da República; se não fôsse CL, não haveria Revolução de 31 de março; se não fôsse CL não haveria NEGRÃO DE LIMA no governo do Estado, pois nem eleição / haveria".

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



- 1966 - Assinou manifesto, lançado pelo grupo ligado a CARLOS LA CERDA, apresentando a "definição que o momento brasileiro impõe" e tachando o Governo CASTELO BRANCO de "REGIME DE OPERETA". (O manifesto explica que "essa falsa organização partidária, que aí está, não engana a ninguém: visa assegurar o funcionamento de um arremedo de democracia, do qual o povo é excluído para benefício de uma oligarquia").
- FEV - Foi apontado, em um Relatório do DOPS/GB como responsável pelo pichamento de paredes com frases: "QUEREMOS LIBERDADE DE VOTO" e "VIVA A LIBERDADE DO VOTO".
- JUL - Condenou o AC nº 14, dizendo que o Gov CASTELO BRANCO deu um passo firme para a DITADURA, pois cassou todo o Poder Legislativo do País. Acrescentou que "o Ato é uma violação da independência de poderes".
- Condenou a política econômico-financeira do Governo CASTELO BRANCO.
 - Participou de comício do Partido da Reforma Democrática (PAREDE) realizado na GUANABARA.
- AGO - Condenou o AC nº 18, indagando "por que o Presidente da República não tem um ato de coragem e dignidade e fecha de uma vez o Poder Legislativo?"
- SET - Culpou a política econômico-financeira do Ministro ROBERTO CAMPOS, pela onda de greves que ameaça abater-se / sobre o País.
- Exibiu, no Plenário da AL/GB, um blusão e um jaleco / ensanguentados, pertencente a um estudante ferido durante a invasão policial a Faculdade de Medicina, na GB e afirmou que "ali estava a prova de que o Presidente da República, de conluio com o Sr NEGRÃO DE LIMA, derrama o sangue da juventude inocente".
- NOV - Candidato à Câmara dos Deputados, pelo MDB, protestou / contra a decisão do TSE, que manteve a impugnação da candidatura do jornalista HÉLIO FERNANDES.
- Mantém contatos com elemento da ex-UNIÃO DOS PORTUÁRIOS DO BRASIL. Mostrou-se inconformado com a medida governamental que fechou aquela entidade.
 - Protestou contra a cassação do jornalista HÉLIO FERNANDES.
 - Foi eleito Deputado Federal pelo MDB/GB, nas eleições do dia 15.
- DEZ - Compareceu ao I Festival de Juventude, como representante de CARLOS LACERDA.
- 1967 -
- JAN - Manifestou-se contrário à nova Constituição e à Lei de Imprensa, dizendo que "mais uma vez o Presidente CASTELO BRANCO conseguiu um golpe para a sua imensa coleção de traír a boa vontade dos que nele confiam".



Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO

- MAR - Estêve em BELO HORIZONTE, de passagem para BSB, tendo / mantido contatos para a formação da Frente Ampla.
- JUN - Salientou que, no movimento da FRENTE AMPLA, está implícito o apoio dos lacerdistas em favor da revisão do processo político contra o ex-Presidente JK.
- JUL - Comentou a política do Presidente COSTA E SILVA, dizendo: "CASTELO era entreguista e COSTA E SILVA parece nacionalista".
- AGO - Protestou contra o confinamento de HÉLIO FERNANDES, em FERNANDO DE NORONHA e disse "que o crédito de confiança dado ao Mar CS começa a diluir-se".
 - Tornou-se Membro da Comissão de Segurança Nacional, da / Câmara dos Deputados.
 - Protestou contra a prisão do jornalista subversivo, FLAVIO TAVARES.
- SET - Representou a Câmara dos Deputados no V Congresso de Assembleias Legislativas, realizado no RECIFE.

1968

- JAN - Viajou a BELO HORIZONTE, para assistir a uma conferência de CARLOS LACERDA, sobre a Revolução, organizada pelo Centro de Cronistas Políticos de MG.
 - Participou de reunião do MDB/GB, onde se decidiu "a tomada de posição contra o estabelecimento do Estado Militarista, no País".
 - Manifestou-se contrário à criação de comissão, no MEC, / presidida pelo Cel MEIRA MATOS, e condenou a ação do Prof HÉLIO GOMES, Diretor da Faculdade de Direito, "que entre- gou estudantes daquela Faculdade ao DOPS e ao SNI".
- FEV - Ao defender a autenticidade da FRENTE AMPLA e a participação de CARLOS LACERDA no cenário político, declarou / que a anistia geral está implícita na plataforma daquele movimento.
 - Fez um pronunciamento pela TV ANHANGUERA, em SÃO PAULO, pregando a derrubada do regime, partindo da FRENTE AMPLA.
 - Mostrou-se revoltado ante a aprovação, pelo Congresso, do projeto que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Segurança Nacional.
- MAR - Ao se referir às comemorações do primeiro aniversário do Governo COSTA E SILVA, assinalou "a completa ausência do povo nesses festejos" e frisou que "o objetivo dessas comemorações foi trazer a BRASÍLIA a cúpula do partido majoritário, representado pelos governadores estaduais para, de corpo presente, assistir as ordens emanadas do Chefe".
- ABR - Participou de reunião, na residência do Dep MARTINS RODRIGUES para planejar a viagem de CARLOS LACERDA a Governador Valadares/MG.



Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO

- Ao comentar a morte do estudante EDSON LUÍS, na GB, durante um choque entre estudantes e policiais, disse que: "não ha liberdade sem sacrificio; os jovens são as vítimas preferidas das violencias e da prepotencia; a revolução de 1964 falhou ao marginalizar a mocidade estudantil da Nação".
- Denunciou como "arbitraria e acintosa ao livre direito de reunião e manifestação de pensamento" a Portaria 177, do Ministro da Justiça, que considerou ilegal o movimento conhecido como FRENTE AMPLA.
- Em reunião com outros deputados, decidiu, em relação à ex-FRENTE AMPLA: criar um novo movimento com sigla diferente; impetrar mandado de segurança no STF contra a Portaria do Ministro; solidarizar-se com CL, JK, e JG; realizar os programas da FRENTE AMPLA, já esquematizados, sob a bandeira do MDB, evitando falar na FRENTE.
- Homenageou JK, pelo transcurso do 8º aniversário da inauguração de BRASÍLIA.
- MAI - Declarou: "o Governo COSTA E SILVA não tem condições e coragem, para cassar ou enquadrar CARLOS LACERDA na Lei de Segurança Nacional, por temer uma reação dentro das próprias FFAA".
- JUN - Subscreveu documento, apoiando a ação apostolar de D. HELDER CÂMARA no Nordeste do BRASIL.
- JUL - Manifestou-se contra o ato do Min da Justiça, que confinou JÂNIO QUADROS, em CORUMBÁ/MT.
- AGO - Participou de reunião, na residência do Deputado MARTINS RODRIGUES, para fixar a conduta de ação do MDB, face aos acontecimentos ocorridos na Universidade de Brasília. Ficou deliberado: maximo apoio aos movimentos estudantis; Assistência ao líder estudantil HONESTINO MONTEIRO GUIMARAES, e a intimação de altas autoridades, civis e militares, para comparecerem perante a CPI que apura as violencias na UnB.
- SET - Foi indicado, pela Oposição, para fazer contatos com CARLOS LACERDA, a fim de obter a união de líderes políticos, como JK, JG, JQ, CL e adesões como BRIZOLA, ARRAIS e LUTERO VARGAS, para um movimento que englobaria os sindicatos, os estudantes e o clero.
- NOV - Deixou transparecer que o "Movimento de Mobilização Partidária Parlamentar" objetiva lançar uma campanha contra as instituições governamentais. A Tribuna seria usada com frequencia, para ataques sucessivos ao Governo; Os atos de terrorismo seriam utilizados como principais peças para a desmoralização do Gov e das FFAA; O Presidente COSTA E SILVA seria alvo de criticas, quanto a sua administração em geral; A Oposição se esforçaria para fazer crer que os generais SIZENO SARMENTO, GARRASTAZU MEDICI e MEIRA MATOS estão ligados aos grupos terroristas.

Ficha Individual de RAUL BRUNINI FILHO



Dez - Afirmou, segundo noticiado, que "os militares não pressionam o Congresso e desejam instituições livres e independentes"; Afiançou que, "em conversa com representantes de setores militares, ouviu deles que não desejam um Congresso desmoralizado e ate apelos para que a licença para processar o Deputado MÂRCIO MOREIRA ALVÊS, não fosse concedida"

DOC
"D"

D - A N E X O S

- 1 - DISCURSOS NO CONGRESSO
- 2 - ARTIGOS, ENTREVISTAS OU DECLARAÇÕES A IMPRENSA
- 3 - DEPOIMENTOS PRESTADOS EM INQUÉRITOS, SINDICÂNCIAS OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
- 4 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

1 - DISCURSOS NO CONGRESSO

- 1.1 - RESUMO DOS PRINCIPAIS PRONUNCIAMENTOS DO DEPUTADO RAUL BRUNINI FILHO
- 1.2 - PRONUNCIAMENTO NA AC/GB EM 13 DEZ 66 (TRIBUNA DA IMPRENSA).
- 1.3 - PRONUNCIAMENTO NA CÂMARA FEDERAL EM 30 JAN 67 (ASSESSORIA PARLAMENTAR DO EXÉRCITO).
- 1.4 - PRONUNCIAMENTO NA CÂMARA FEDERAL, EM 19 AGO 67, (TRIBUNA DA IMPRENSA).
- 1.5 - PRONUNCIAMENTO NA CÂMARA FEDERAL, EM 30 JAN 68, (ASSESSORIA PARLAMENTAR DO EXÉRCITO).
- 1.6 - DISCURSO EM 4 ABR 68, NA CÂMARA FEDERAL APOIANDO MANIFESTO DE CARLOS LACERDA.
- 1.7 - PRONUNCIAMENTO EM 23 OUT 68, NA CÂMARA FEDERAL, (JORNAL DO BRASIL).
- 1.8 - PRONUNCIAMENTO EM 3 e 4 FEV 68, NA CÂMARA FEDERAL, (DIÁRIO DE NOTÍCIAS).



Resumo dos principais pronunciamentos do DEPUTADO FEDERAL - MEB/GB

RAUL BRUNINI Filho

no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
14/9/67	Atacando o Gov e acusando de censurar programas de TV dos Srs CL e RUBEM MEDINA.	Nº 114
16/9/67	Solicitando da Mesa providências a respeito da prisão do jornalista ADAUTO BEZERRA, da TI.	Nº 116
21/9/67	Criticou a entrevista concedida pelo Pres da Rep, dizendo que o Pres passou de leve sobre os assuntos que falam diretamente das liberdades públicas. Atacou o Min da Justiça e o sistema partidário. Disse que as declarações de TARSO DUTRA são subversivas.	Nº 119
21/9/67	Atacou o Min TARSO DUTRA por suas declarações sobre as eleições no RS.	Nº 54
26/9/67	Atacou a política salarial do Gov, apelando para casos de cunho emotivo (fala demagógica).	Nº 122
27/9/67	Atacou o Sr BRENO DA SILVEIRA, por estar contrário ao Pacto de MONTEVIDEU. Elogiou a FA.	Nº 123
05/10/67	Leu e pediu para constar dos anais, partes de discurso proferido por CL na AL/GB, na sessão solene em homenagem ao cinquentenário da SBAT. Disse que, apesar da força militar que cercava a Assembléia, CL saiu carregado pela multidão.	Nº 129
05/10/67	Defendeu CL de ataques proferidos pelo Dep AMARAL NETO, à respeito do Encontro de MONTEVIDEU.	Supl ao Nº 129
12/10/67	Aludindo à Constituição de Comissão para rever o CVM, disse que os militares, civis e trabalhadores reivindicam a mesma coisa - melhoria salarial. Declarou que o Congresso não pode atender porque cabe ao Executivo a iniciativa das leis, e que o Executivo encastela-se e fica longe das reivindicações sentidas do povo brasileiro.	Supl ao Nº 129
25/10/67	Aludindo a uma pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE, na GB, na qual o Sr CL teria o índice de 41% e MARIO MARTINS 18% nas preferências para governar o Estado, disse que o fato é a prova de que o povo da GB está com a Frente Ampla e que se fôr feita idêntica pesquisa em todo o País, o resultado será o mesmo, favorável à FA.	Supl ao nº 143-I
25/10/67	Pronunciando-se a respeito dos subsídios de vereadores, disse que a primeira medida contra os vereadores foi tomada pelo Mar CB, ao baixar o AI nº2. "Quem puniu os vereadores foi o Mar CB e, dizem, por inspiração do Sr PEDRO	



Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
25/10/67	<u>Cont.</u> - PEDRO ALEIXO, que era o líder".	Supl ao Nº 143
27/10/67,	Aludindo às declarações atribuídas ao Min JARBAS PASSARINHO, de que a política salarial vai continuar inalterada até que a inflação seja totalmente dominada e que o Gov já conseguiu a redução da taxa inflacionária de 90% em 1965, para 21% em 1967, disse que é a confissão plena e cabal, não dando um aumento na mesma proporção ao trabalhador, de que há arrôcho salarial. Terminou advertindo mais uma vez ao Gov de que não se brinca com as dificuldades do povo.	Supl ao Nº 145-I
31/10/67	Aludindo a declarações que o Vice-Pres PEDRO ALEIXO fez à imprensa, atacando os integrantes da FA, taxando-os de subversivos, disse que a opinião do Pres do Cong Nac não é um fato isolado, não representa uma manifestação pessoal, "está entrosado num esquema governamental que visa, entre outras coisas, a alterar o sistema vigente de processo eleitoral, chegando até a mudança da eleição direta dos Governadores de Estado". Citou como envolvidos no esquema os Gov ISRAEL PINHEIRO e ABREU SODRE e o Min TARSO DUTRA.	Nº 147
09/11/67	Dizendo que em 1966, na AL/GB, fez uma séria denúncia contra o Gen FRANCISCO SARAIVA MARTINS, dirigente do IBRA, pelas suas violências na baixada fluminense, declarou que era com a maior satisfação que vinha comunicar a condenação do referido Gen, a 30 dias de detenção, "pois esse General é um truculento, um discriminatório, um homem que só usa da violência e, sobretudo, covarde, porque só aplica a violência a esses humildes sitiantes, que tem uma pequena réstia de terra, enquanto os grandes fazendeiros, os latifundiários, aqueles que estão nas penas da lei, não são incomodados pelo Gen SARAIVA".	Nº 152
14/2/68	Falou sobre a pacificação nacional.	Nº 20
06/3/68	Falou sobre a pacificação nacional.	Nº 30
15/3/68	Falou sobre a visita de CL a GOV VALADARES.	Supl ao Nº 37-I
02/2/68	Falou sobre as declarações de porta-vozes do Gov à imprensa, seguidas de desmentidos.	Nº 12-I
31/1/68	Falou sobre a mobilização militar no último fim de semana.	Nº 10-I



Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
03/4/68	Falou sobre o descompasso entre o Gov e a juventude.	Nº 50-I
21/2/68	Falou sobre a intromissão de militares nos assuntos civis.	Nº 25-I
27/3/68	Falou sobre declarações do Mar POPE DE FIGUEIREDO.	Supl ao Nº 45-I
03/4/68	Disse o seguinte, em seu discurso: "Sr Presidente, creio que seria desnecessário dizer que o meu Estado é uma praça de guerra; está completamente tomado pelas Forças Militares, Centro, Cinelândia e outros pontos da cidade foram isolados e ocupados pelas tropas da PM, etc."	Nº 21-I
09/4/68	Falou sobre os últimos acontecimentos na GB e suspensão das atividades da Frente Ampla.	Nº 54-I
16/4/68	Falou sobre as responsabilidades pelas violências policiais na GB.	Nº 57-I
27/4/68	Falou sobre Manifesto do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da GB.	Nº 67-I
30 MAI 68	Falando sobre o projeto da sublegenda, disse que uma das causas do desgate do poder civil e da crise que perturba a vida do País é justamente a falta de autenticidade das representações partidárias. Tudo esta sendo feito para evitar que o povo participe da vida política e escolha os seus governantes livremente nos partidos criados pela preferencia do eleitorado.	Sup DC Nº 86-I
12 JUN 68	Falando sobre a eleição do próximo Presidente da Republica em 1970, disse o seguinte: "Estou lendo nos jornais que o Sr Ministro da Justiça prepara o anteprojeto de lei complementar exigido pelo § 3º, do art. 76 da Constituição, / isto e, a composição do collegio eleitoral que vai eleger indiretamente o Presidente da Republica. Eis, a expectativa do eleitorado brasileiro. Eis o que nos guarda 1970. O futuro Presidente da Republica, o sucessor do Marechal Costa e Silva, tera de obter apenas a maioria absoluta de 589 votos. Veja, a que ponto chegamos. Os brasileiros não vão se manifestar mais, pois nem irão / eleger o Congresso que escolhera o Presidente da Republica. É melancólico o que está ocorrendo nesta fase da vida politica brasileira. Precisa haver / alguma coisa para que não chegue esse absurdo, de um collegiado eleitoral de 589 votantes, que	



Resumo dos principais pronunciamentos de RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
12 JUN 68	<p>não receberam esta delegação expressa para escolherem o PR, substituindo milhões e milhões de eleitores que estão com seus títulos aguardando esta oportunidade.</p> <p>Será, que este Governo contribuirá para frustrar este desejo de milhões de brasileiros de participar direta, livre e secretamente na escolha de seu supremo mandatário ou que terão a mesma sorte daqueles 68 municípios, que foram sumariamente cassados por uma medida ditatorial desta minoria militar que domina o País?"</p>	SUP DC Nº 95-I
26 JUN 68	<p>Falando sobre a situação estudantil, / que gerou em crise no Estado da Guanabara, entre outras coisas disse o seguinte: "O Governo perdeu o controle, praticamente. Tem havido, ao que parece, cuidado em querer desculpar certas autoridades. São responsáveis por esse estado de coisas todas as autoridades do Governo. Os Governadores de Estados são responsáveis também. E um dos mais responsáveis chama-se Negrão de Lima, que se quer esconder atrás de outras autoridades para não assumir a responsabilidade. Atribuímos todas as autoridades federais e estaduais, sem distinção, a culpa pelo que está ocorrendo neste País. É o que mais nos chama atenção e / mais nos estarrece é ver que um homem, como o Sr Tarso Dutra, não externar qualquer sensibilidade moral para o que está ocorrendo neste País".</p>	Nº 101-I
27 JUN 68	<p>Falando sobre eleições diretas para PR, disse o seguinte: "O povo sente que as autoridades que dominam atualmente a Nação, que este sistema implantado no País impede o processo de desenvolvimento e aprimoramento político, através da reforma constitucional que lhe dá a oportunidade de escolha do PR.</p> <p>Por isso, o povo se afasta, por isso ele foge destas nossas discussões. A cada dia / que passa sentimos que o fosso se alarga mais entre o povo e o Governo; sentimos que o povo está procurando outra saída, que o povo está sentindo necessidade de outras manifestações como aquelas que acabam de fazer os estudantes, na GBe em todo o Brasil, através de manifestações públicas, num protesto contra a situação atual reinante no nosso País, contra as estruturas jurídicas e sociais que atualmente dominam a nossa Pátria.</p>	Nº 51
17 JUL 68	<p>Em seu discurso, referindo a tensão / mundial, entre outras coisas disse o seguinte: "E é isso que ocorre atualmente; o Poder passou a ser um instrumento de uma minoria militar, que expõe ao desgaste e a condenação toda uma instituição.</p>	Nº 116-I



Resumo dos principais pronunciamentos de
RAUL BRUNINI Filho.
 no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
31.7.68	Em seu discurso, entre outras coisas disse o seguinte: "a Carta de Brasília ha, um ano foi aqui cantada numa euforia extraordinária. ... II. Com...	Nº 126-I
08.8.68	se transforma em fato são os atos desastrosos do Governo, através do Ministro da Justiça, Sr GAMA E SILVA. A Oposição não tem melhor aliado do que o Ministro GAMA E SILVA. O Presidente COSTA E SILVA se engana, quando julga que esta fazendo o melhor Governo deste mundo". Em seu discurso, disse: "o Governo do Marechal COSTA E SILVA instala-se hoje na Região Amazonica. Praticamente essas instalações simbólicas do Governo nada de benéfico trazem as regiões, e acarretam despesa vultosa. Não é isto que vai mudar a imagem do Governo. O Governo continuará com aquela imagem estática, rotineira, com aquele ranço administrativo, que não traz esperança alguma ao povo brasileiro. O que interessa é mudar, reformar também o Governo modificar esse Ministério que não está trazendo resultado algum para este País. É um Ministério medíocre - e aqui não sei se cabe aquele chavão, com raríssimas exceções exceções. Trata-se de um Governo que prima pela ausência da inteligência".	Nº 134-I
15.8.68	Em seu discurso, disse: "volto para focalizar problema por demais debatido, mas que não cansaremos de focalizar enquanto não se transformar em realidade aquilo que, por enquanto, ainda continua em estudo, um tanto demorado, nas Comissões. Refiro-me, a localização do aeroporto supersônico, assim chamado, para receber os futuros jatos supersônicos e supersônicos. A Casa conhece a minha posição. Sabe do esforço que venho dispensando no sentido da localização do aeroporto supersônico na GB, na cidade do Rio de Janeiro. Cheguei à conclusão de que realmente a GB, por todos os títulos, deveria merecer a preferência da Comissão que esta estudando a matéria. O tempo é inimigo dessas iniciativas, quando sabemos que outros países já esta perfeitamente capacitados para entrar na era da aviação supersônica".	Nº 137-I
22.8.68	Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia pela URSS, disse: "o que ocorreu esta madrugada com a Tchecoslováquia revolta a consciência democrática de todo o mundo. Há dias tinha-se a impressão de que havia um acordo entre os povos do regime socialista, para que eles pudessem viver em harmo-	



Resumo dos principais pronunciamentos de RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
22.8.68	nia. Mas foi uma falsa impressão, pois, nesta ma drugada a verdadeira face do comunismo internaci onal se revelou em toda a sua crueldade em toda a sua covardia impedindo que um povo pudesse man ter a sua independencia e a sua axx autonomia."	Nº 142-I
23.8.68	Em seu discurso, disse: "a emenda constitucional de autoria do eminente Senador LINO DE MATOS, que restabelece o sistema direto para eleição do Pres da Republica. É mais uma tentativa para a norma lização do processo democratico. A crise, em que se debate o Governo só tem uma so lução: é a saída politica através do processo de mocratico de eleição direta".	Nº 143-I
3.9.68	<u>Falando sobre a invasão da UnB pela Polícia, dis se: "na fria manhã de Brasília, no primeiro domín go do mes das flores, a visão da brutalidade en che os corredores do hospital.</u> No 8º andar, a cena é dolorosa: num apartamento de canto varias pessoas confortam outro univ ersitario, sentado em sua cama, contorcendo as maos nervosamente. O seu olhar é de espanto e pavor. Não consegue esquecer as cenas de dias atrás, le vado para fora da Capital por um bando de polici ais, sofreu a mais torpe das agressões que um ser humano pode suportar e passou pelo terror dos sa dicos".	Nº 150-I
23.8.68	Em seu discurso, disse: "o Congresso Nacional se prepara para votar, na noite de hoje, o projeto / de Emenda Constitucional nº 4, de autoria do ilus tre Senador Lino de Matos, da representação de SP. Essa emenda da nova redação ao caput do art. 76 / da Constituição da Republica, isto é, vai permitir se aprovada pelo Congresso Nacional, a eleição di reta para Pres Rep, e a reeleição do Pres por mais um mandato. É uma inovação que a emenda do Sen pau lista apresenta a consideração dos parlamentares brasileiros. Não é inovação indiferente a varios países democraticos, que permitem a reeleição do PR por mais um mandato".	SUP 143-I
28.8.68	Em seu discurso, disse: "o Govêrno anuncia grandes planos de ação: Plano Estrategico de Desenvolvi mento, Reforma Administrativa, Reforma Universitaria, Grupos de Trabalho para varios setores da adminis tração publica, além da Carta de Brasília. Os pla nos são anunciados, as comissões, são nomeadas, os grupos de trabalho apresentam relatorios, antepro jetos etc.etc.. E em pouco tempo tudo cai no es-	



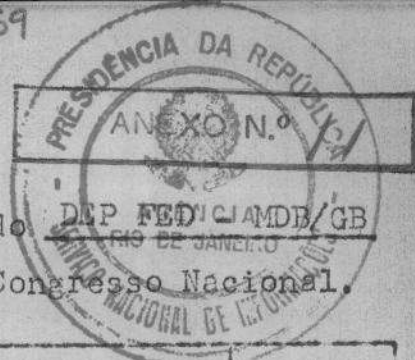
Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
28.8.68	<p>quecimento e o que prevalece é a rotina, esse imobilismo que tem caracterizado, na prática, o atual Governo do Marechal Costa e Silva.</p> <p>Por que tais fatos ocorrem com tanta insistência neste Governo? A resposta, vamos encontrá-la na ausência total do povo a todas essas iniciativas governamentais.</p> <p>É a saída para esse estado de coisa, tão simples, e uma só: abrir democraticamente a decisão ao povo, através de eleições livres, secretas e diretas. Se assim este País encontrara o seu caminho de desenvolvimento".</p>	SUP DC 146-I
06.9.68	<p>Falando sobre o Governo Federal, disse: "um governo que não atue em sintonia com o desejo do povo encontrara pela frente dificuldades intransponíveis. E o caso do atual Governo do Mal Costa e Silva. Seu Governo esta fora de sintonia com a aspiração popular.</p> <p>A eleição é a tônica preferida do eleitorado brasileiro que só encontra neste caminho a solução de todos os graves problemas brasileiros, porque através da eleição direta, secreta e livre, o povo toma, em suas mãos, os destinos da sua terra. E o povo é que tem o direito de conduzir os destinos da sua terra, de sua pátria. Entretanto, quando, o povo evidencia isso que pensa o Governo? Pensa o Gov numa lei de inelegibilidades impedindo que inumeros brasileiros concorram as eleições.</p> <p>O Presidente da República, em cuida da elaboração de um anteprojeto, a ser enviado esta Casa / que XXXX suprime as eleições municipais do próximo XXX dia 15 de novembro, em inumeros municípios brasileiros, prorrogando todos os atuais mandatos municipais ate 70, para que haja a grande coincidência, naquele ano.</p> <p>As eleições ja estão programadas para 15 de novembro deste ano. A supressão dessas eleições trará sem duvida, uma expectativa sombria com referencia as eleições de 1970".</p>	153-I
07.9.68	<p>Em seu discurso, disse: "venho a esta tribuna para contraditar o nobre Deputado Último de Carvalho, principalmente em um ponto. Afirmou S.Exa que os ilustres militares aqui estiveram ontem, depuseram XXXX na Comissão de Inquerito e foram tratados com a maior urbanidade urbanidade. Quero dizer, que a reciproca não é verdadeira. Quando se trata de depoimentos prestados na Polícia e no Exército, ao invés de urbanidade, os que lá comparecem para depor são espancados, são violentados, são levados, inclusive, ao terror psicológico. Temos disso prova concreta".</p>	154-I



Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
10.9.68	<p>Em seu discurso disse: "creio que ninguém de boa fe podia poderia negar a honradez pessoal do Sr PR. É um homem que tem, realmente, se conduzido corretamente quanto aos seus atos pessoais. Mas não está repercutindo bem na opinião pública o fato de não querer S.Exa acolher as críticas e / denúncias que se fazem em relação a vários setores da vida brasileira.</p> <p>O Sr PR, não punindo os responsáveis estará praticamente, com eles compactuando.</p> <p>Tenho a impressão de que, se S.Exa não agir como um magistrado e punir esses responsáveis, será / também responsabilizado, e aquela figura austera com que ele se apresenta poderá sofrer senões e arranhões.</p> <p>O Sr PR, inexplicavelmente, mantém à frente do Min da Justiça, o Sr Gama e Silva, um homem já não bem conceituado perante a opinião pública".</p>	155-I
25.9.68	<p>Falando sobre o episódio de SANTARÉM/PA, em que foi vítima o Dep HAROLDO VELOSO, disse: "cumpro o dever de solidariedade para com um amigo que enfrentou, mais uma vez, uma situação com a coragem maximista pessoal que o caracteriza, com a dignidade e com a desambição pessoal que constituem também traços da sua personalidade. Fatos como o ocorrido em SANTAREM denunciam que o País atravessa um período de anormalidade e que mais um Governador, que além de Governador e militar, não estava preparado para exercer as altas funções de conduzir os destinos de um Estado.</p> <p>A consequência da improvisação são êsses acontecimentos funestos. Vidas se sacrificaram pela incompreensão, pelo arbítrio, pela violência e pela prepotência de um administrador que não está à altura da cultura do povo paraense".</p>	166-I
18.9.68	<p>Falando sobre o pedido de aumento dos militares, disse: "estou lendo nos jornais que o Sr Senador DINARTE MARIZ, com a colaboração de outros Senadores, vai solicitar ao Gov que, nos próximos / dias, envie uma mensagem de aumento de vencimentos para os militares.</p> <p>De forma que o Sen DINARTE MARIZ, só vê os sacrifícios da classe militar; quanto aos civis, S.Exa acha que está muito bem, que podem continuar como estão.</p> <p>Quero declarar que não sou contra o aumento dos militares. Sou favorável ao aumento geral de civis e militares".</p>	SUP DC 161-I
28.9.68	<p>Falando sobre eleições municipais, disse: "a 15 de novembro próximo serão realizadas inúmeras eleições municipais em vários Estados. Essas eleições servirão de resposta a uma série de indagações que existem no setor político. Se a ARENA / for amplamente vencedora nesses pleitos, é evidente que se acelerará o processo do estabelecimento</p>	



Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
28.9.68	<p>do partido único em nosso País. Porque é muito interessante observar-se um ponto. O MDB, sem dúvida alguma, conseguiu o apoio da opinião pública, mas o MDB não tem capacidade de traduzir este apoio da opinião pública, mas o MDB não tem capacidade de traduzir este apoio em termos eleitorais de conquista do poder.</p> <p>Pode parecer uma incoerência: como se um partido conquista a opinião pública, não pode traduzir esta preferência no instrumento válido para a conquista do Poder? Mas este fato é perfeitamente explicável. O MDB é considerado pelo esquema revolucionário de 1964 um partido subversivo, em bora dele participem elementos de cuja formação democrática a ninguém é lícito duvidar".</p>	SUP DC 169-I
04.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "o Gov do Mal CS enveredou por caminho perigoso e do qual, dentro de poucos dias, não podera voltar. Um dos setores de maior importancia, numa democracia, é a comunicação com o povo. Esta comunicação faz-se através do radio, da televisão, da imprensa em geral, hoje instrumentos de pressão do Governo e que estão debaixo de censura violenta."</p>	SUP DC 173-I
05.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "o Mal CS, que ontem, em SP, andou pintando um quadro extraordinario da situação, dizendo que o povo, esmagadoramente, o apoia, tem em mãos o instrumento para demonstrar que realmente isto é uma realidade: conceda ao povo em 1970, a sua prerrogativa principal de, livremente, numa eleição secreta e direta, escolher o seu sucessor. Se ele tem, esmagadoramente o povo ao seu lado, fara tranquilamente, através da eleição direta, o seu sucessor. É isto o que nos desejamos. É o teste que a Oposição espera que o Gov faça para comprovar as afirmações que vem cantando em prosa e verso ainda ontem reafirmadas perante os paulistas".</p>	174-I
23.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "não tem tido realmente o Gov do Mal CS o discernimento indispensavel para realizar uma boa administração, uma administração regular. O Mal CS tem uma visao deformada do seu Governo, uma visao mentirosa, pois, segundo informações daquelas pessoas de algum bom senso que as vezes chegam até S.Exa e lhe transmitem certas apreensões, S.Exa simplesmente ignora. O Governo do Mal CS está diante de uma onda de crimes que domina o País mas não pune criminosos algum. Não ha notícia da prisão de um terrorista, de um homem da direita, ou de um radical, vamos assim classifica-lo. Ninguém no País sofre qualquer sanção. Soltam bombas, prendem, raptam, sequestram e não aconteça nada, absolutamente nada, aumentando, em consequencia, cada vez mais a onda de violências".</p>	SUP DC 186-I



Resumo dos principais pronunciamentos do RAUL BRUNINI Filho. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
25.10.68	<p>Em seu discurso, disse: o Brasil entrou naquela fase difícil e perigosa da incompreensão, da confusão, dos distúrbios, dos choques de ruas, dos assaltos e crimes de toda espécie, e aproxima-se rapidamente da fronteira da desordem generalizada, do descontrolo total da ordem pública. A omissão do Governo é intolerável, indesculpável e criminosa até. Não é simplesmente colocando tropas policiais nas ruas que a situação se acalmará. Há necessidade de medidas urgentes de caráter estrutural, de uma abertura democrática sincera, e com humildade até, por parte dos governantes, especialmente no sentido de atender ao desejo do povo em participar da vida do País".</p>	188-I
30.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "o que o Mal CS não entendeu e que seu Governo foi fruto de entendimento firmado para acabar com o período ditatorial do seu antecessor e preparar o País para a sua libertação. Um Governo transitório, com a finalidade de devolver a Nação a normalidade democrática, em todos os sentidos com o mesmo compromisso de entregá-lo a livre decisão do povo, através de eleições diretas pelos meios instrumentos legítimos. O que se viu foi justamente o contrário. Continuamos sob a mesma determinação do ex-Pres CB, num regime de força, praticamente num regime político de partido único, sem qualquer perspectiva de aberturas democráticas. Desde o movimento de 1964 que se se espera que o grupo dominante daquele movimento movimento devolva ao povo a sua libertação total, a fim de que o País possa reintegrar-se na sua normalidade democrática. Mas, infelizmente, isto não aconteceu. O que tem acontecido é a marginalização total do povo brasileiro".</p>	SUP DC 191-I
12.11.68	<p>Falando sobre a concessão de aumento aos militares e civis, disse: "há um movimento nacional em favor da melhoria salarial dos militares. Somos inteiramente favoráveis à medida. Achamos que os integrantes das FFAA percebem muito aquém das suas necessidades e responsabilidades. Mas creio que a iniciativa do Sr PR não se deve restringir aos militares. Este aumento deve ser estendido aos civis, pois, se dificuldades há para os militares, elas existem também para os funcionários públicos civis da União. Considero, que nada seria mais justo do que o Gov melhorar as condições do funcionalismo militar e civil da União".</p>	198-I



Resumo dos principais pronunciamentos do
RAUL BRUNINI Filho.

DEP. FED. DE INFORMACAO
 RIO DE JANEIRO
 no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
13.11.68	<p>Em seu discurso, disse: "vários assuntos têm a preferência da opinião pública brasileira, e eles estão na ordem do dia. So o Governo não se apercebeu ainda da necessidade de ouvir a opinião pública, saber o que ela pensa e se orientar no sentido do seu atendimento. Já cansei de repetir e isto é curial. Hoje, governo que não se baseia em pesquisa de OP e governo divorciado dela.</p> <p>Na pesquisa feita, ainda na última semana, 48% da OP da GB acham que o Ministerio do Governo CS não agrada. Quarente e oito por cento tiveram, portanto, por necessaria a sua reestruturação, / ponto de vista defendido pela maioria de todos os setores de pesquisa e por mais da metade da classe media.</p> <p>O Gov deve perceber esses fatos e encontrar a solução para eles. Quem não sabe, neste País, que a esmagadora maioria do povo quer eleições diretas para escolher o Presidente da República".</p>	199-I



TRIBUNA DA IMPRENSA
(13.12.66)

ANEXO
LONDRES EM 15/12/66

ASSEMBLÉIA TI 13 Partido de CL e JK já tem esquema pronto

O deputado Raul Brunini, porta-voz do sr. Carlos Lacerda na Assembléia Legislativa, afirmou, ontem, que as negociações para a constituição do novo partido popular, esquematizado pelo ex-governador carioca e o sr. Juscelino Kubitschek, já estão concluídas com o apoio certo de um número de deputados e senadores superior ao exigido pela futura Constituição para a fundação de partidos políticos.

Afirmou o parlamentar que de nada adiantarão as limitações impostas pelo governo na nova Carta, porque, queira ou não o mal, Castelo Branco, "o novo partido popular será criado". Acrescentou que a exigência de apoio de, pelo menos, 6 senadores e 40 deputados, não será empecilho aos propósitos dos senhores Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, tendo em vista que "o número de senadores e deputados que já aderiram à idéia é bem maior que o da exigência".

O sr. Raul Brunini não quis revelar os nomes dos parlamentares correligionários para "não descobrir o jogo ao inimigo", porém revelou que o sr. Carlos Lacerda, depois da viagem a São Paulo, retomará os entendimentos para a consolidação partidária, logo após os festejos natalinos e do Ano Novo, tendo como campo de ação principal os Estados do Sul, onde as demarques estão mais adiantadas e com maior número de adesões.

Número da Ordem
NOME

ASSESSORIA PARLAMENTAR
DO EXÉRCITO

ANEXO N.º 1,3

Em algumas medidas tomadas pelas autoridades: o apartamento do Sr. Carlos Lacerda, no Hotel Jaraguá, foi revistado momentos antes de ele chegar; todas as entradas e saídas do Hotel foram bloqueadas, com policiais de guarda; a rede interna de telefones do hotel ficou sob rigorosa fiscalização policial; todos os passos do Governador Lacerda foram acompanhados por policiais em viaturas, com comunicações de rádio portátil, para transmissão direta para as sedes das respectivas corporações militares; durante todo o tempo em que discursou no Teatro Municipal, um helicóptero sobrevoou o prédio, com informações de rádio; o Teatro Municipal estava fortemente policiado, tanto interna como externamente; o acesso do povo às acomodações do Teatro foi severamente controlado, somente se permitindo o ingresso de populares às chamadas "torrinhas", assim mesmo depois de revista pessoal e a advertência de que não era permitido aplaudir o orador; "Fotógrafos", "gravadores" e "repórteres" foram improvisados entre os legítimos representantes da imprensa, para delação às autoridades, não só das conversas informais, naturais nessas ocasiões, assim como para documentar a presença de políticos, líderes de classe, estudantes, etc, para posterior processo de subversão; divulgação de notícias alarmantes, como prisão de Carlos Lacerda, conflito no Teatro, possibilidade de tiroteio, com o objetivo de afastar a presença do povo à cerimônia anunciada. Outros fatos poderia relacionar nesta rápida fala,

para informar os Srs. Deputados da vergonhosa atitude do Governo,
que se converteu numa afronta ao povo paulista.

Testemunha que fui desses acontecimentos, não posso deixar
de concluir melancolicamente: vi a fraqueza de um poder armado; vi
a incompetência dos que governam; vi o pavor dos que se julgam for-
tes; vi a pusillanidade dos que até há pouco tempo falavam em de-
mocracia e liberdade, para, em seu nome, sufocá-las. Em compensação,
vi a grandeza e a coragem de um povo inconformado e a decisão de um
grande líder. (Quita das Palmas.)

ASSESSORIA PARLAMENTAR
DO EXÉRCITO

(Beat.)

Brunini denuncia à Câmara nôvo ciclo de violências

BRASÍLIA E SÃO PAULO (Sucursal) — O deputado Raul Brunini denunciou ontem, da tribuna da Câmara, a existência de um novo ciclo de violências no País, salientando — com base na determinação do ministro Gama e Silva ao governador de Fernando de Noronha, recomendando o “emprego da força, se necessário”, contra o jornalista Hélio Fernandes — que esse clima atinge inclusive a autoridade das Forças Armadas.

Disse o sr. Raul Brunini que “esse clima subverte totalmente o que resta da democracia brasileira, pois, em tempo algum, nenhum ministro civil daria ordem a um comandante de unidade militar, principalmente para violentar um homem indefeso, que foi vítima de um grupo radical enquistado no governo”.

DETERMINAÇÕES

O deputado Raul Brunini leu da tribuna da Câmara as correspondências trocadas entre o governador do Território, coronel Costa e Silva, o Ministério da Aeronáutica e o sr. Gama e Silva, “nos quais — disse — se constata que a liberdade acabou definitivamente no País, e agora o regime está entrando na fase do salve-se quem puder”.

O parlamentar carioca pediu uma tomada de posição imediata, da Câmara, “ante a inopinada decisão do ministro da Justiça que comprova o retorno da subversão da ordem, que não poderá persistir por muito tempo”.

REAFIRMA

O ministro Gama e Silva, ao desembarcar no Aeroporto de Congonhas, disse que “o sr. Hélio Fernandes recusou a embarcar no avião da FAB que deveria conduzi-lo diretamente para Pirassununga, deixando, portanto, de atender às recomendações do juiz Eraldo Gueiros”. Afirmou que tinha mandado, em seguida, rádio ao coronel-governador de Fernando de Noronha no sentido de que tomasse por tempo sua resistência e providenciasse sua remoção, mesmo que para isso fosse obrigado a usar a força”.

Informou que “o prazo do confinamento do jornalista será fixado depois de receber certos esclarecimentos da Justiça Federal, que já tinha solicitado anteriormente. Respondendo a pergunta de um jornalista sobre quais as razões que o levaram a confinar o jornalista em Fernando de Noronha, o ministro disse que “lá residem vários brasileiros com suas famílias, sendo, portanto, um Território digno de se viver, o local é aprazível, e ainda porque o sr. Hélio Fernandes ficaria às expensas do Governo”.

PROTESTO

O deputado Dorival de Abreu (MDB-SP) declarou a um grupo de jornalistas, em Congonhas, que “o confinamento do jornalista Hélio Fernandes tem de ser combatido, porque é arbitrário”. Sobre a recusa do jornalista em deixar Ilha de Fernando de Noronha, disse o deputado: “O sr. Hélio Fernandes, como um intelectual, deve possuir razões ponderáveis para tal atitude, atitudes estas ainda desconhecidas, isto por causa da falta de comunicações com o local onde está confinado”.

fonte
 RAUL BRUNINI

O SR RAUL BRUNINI (Comunicação. Lê) -

ANEXO N.º 1,5

"Sr. Presidente, o que estará acontecendo a este País para que o seu Governo coloque as suas forças armadas de prontidão, não as rotineiras, de exercício, mas mobilizando-as de norte a sul, simultaneamente, ocupando pontos estratégicos, fazendo desembarques autênticos, bloqueando o seu maior porto, deslocando contingentes, batalhões e divisões ?

Será que há perigo iminente de uma agressão externa ?

Será que há perigo de uma sublevação interna ?

Há alguma algum indício de agitação das massas, greves, conflitos, arruaças, planos de seqüestro de governantes e autoridades ?

Os marciais já ameaçaram desembarcar no território nacional ?

ASSESSORIA PARLAMENTAR
DO EXÉRCITO

(Levy)

30.1.68/14:02/Levy/Ivete

(Cont. o Sr. Raul Brannini)

17/1

ASSESSORIA PARLAMENTAR
DO EXÉRCITO

ANEXO N.º 1,5

Pelo que vi em São Paulo, no último sábado, todas essas

dúvidas eram perfeitamente plausíveis, e o povo, perplexo, não atinava com a coisa. Naquele dia o ex-Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, convidado por estudantes de São Paulo, parainfaria ex turma de economistas da Faculdade Álvares Penteado, tradicional estabelecimento universitário da Capital Paulista. O seu pronunciamento estava sendo aguardado com invulgar interesse, pois no momento político brasileiro, a fora o comportamento vigoroso da oposição, neste plenário, a Frente Ampla é força de opinião que mais tem sensibilizado o povo, trazendo uma incontida esperança àqueles que sofrem, vítimas de um desgoverno incapaz de dar solução aos mais urgentes problemas da Nação.

Preocupados com as palavras do líder popular e a repercussão extraordinária, já garantida, no seio do povo, armou o Governo um esquema de intimidação e ao mesmo tempo de demonstração de violência e coação.

ASSESSORIA PARLAMENTAR
DO EXÉRCITO

(S. Walter)

4/4/68

ANEXO



(Acervo Alciro) — Com a palavra o Sr. Deputado Raul Brunini

F6.

SR. RAUL BRUNINI

Comunicação — Sem repêdo do (ordador) — Sr. Presidente, o ex-Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, compareceu hoje à Assembleia Legislativa desse Estado e deu uma nota que ali foi lida pelo Deputado General Salvador Mandim, dizendo, entre outras coisas, "que ninguém deseja a baderna, que o Governo falhou ao seu compromisso, desde o restaurante até a Constituição, que os estudantes resistem à corrupção e à submissão, por isso pagam com sangue; que a desculpa de evitar a volta ao passado é afronta ao povo. Passado é o que está no poder."

Denúncia, perante o mundo, a violência oficial, e termina a nota, que é longa, com as seguintes palavras:

"Parem com a orgia da violência os que já entram para a História com as mãos tintas do sangue da juventude. Não se justifica a impostura com o sangue dos idealistas. Esse regime é uma impostura. Essa revolução é uma farsa. Esse Governo é um equívoco monstruoso. Se não querem tornar inarredável a rebelião do povo aos seus irmãos fardados, deixem de lhes dar a lição de Cain."

Antes que mais sangue corra e a Nação se divida, sob a responsabilidade exclusiva dos militares, que, ativos ou passivamente, participaram da irresponsável política de sangue e da cecidade, devolvam aos brasileiros a liberdade, a compreensão, a tolerância, a confiança no futuro, única fonte legítima da segurança nacional.

Até lá, o sangue de Abel é uma por solidariedade e justiça."

Assim termina, Sr. Presidente, a nota que o ex-Governador Lacerda, da Guanabara, deu ao conhecimento público através da palavra do General Deputado Salvador Mandim, um legítimo herói da Força Expedicionária Brasileira, oferecendo a solidariedade do ex-Governador nesta hora difícil em que tantos se omitem, mas em que o líder se define e se afirma. (Muito bem.)

JORNAL DO BRASIL

23 OUT 1968

ANEXO
LANÇADO EM



Brunini apresenta sugestão a militares

Brasília (Sucursal) — O Deputado Raul Brunini (MDB carioca) declarou ontem na Câmara que "os Ministros militares deveriam também enviar representação ao Presidente da República exigindo que o Ministro da Justiça agisse contra a onda de terror, tanto da direita como da esquerda."

— Não será cassando mandatos — frisou o Deputado — que a tranquilidade possa ser restabelecida. Pelo contrário, isto só visa confundir e perturbar ainda mais o processo de

normalização da vida brasileira.

ARENA TAMBÉM ACUSA

O pronunciamento do Deputado carioca foi constantemente interrompido pelo Deputado Jonas Carlos (Arena-Ceará). Tentando defender os militares, o Sr. Jonas Carlos acabou por confirmar as afirmações do Sr. Raul Brunini, além de investir contra os Ministros civis do Governo.

Travou-se então o seguinte diálogo:

Brunini: Esperamos que os militares atuem junto ao Governo para fazer cessar a onda de terrorismo no país.

Jonas: Os responsáveis são civis que assessoram os militares. Os Ministros foram envolvidos na intriga contra o Congresso.

Brunini: Então V. Ex.^a admite que os Ministros militares são ingênuos, porque se deixam envolver por intrigas.

Jonas: Ao contrário. Os militares até que são melhores que os civis, tanto assim que os Ministérios militares são os melhores.

Brunini: Quer dizer, então, que o Ministério civil do Governo é o responsável pelo que está ocorrendo? Cite o nome dos Ministros que comprometem o Governo.

Jonas: Não conheço nenhum, mas quero afirmar que os civis que assessoram os militares são os responsáveis.

Brunini: Estão Cavando o Túmulo de Costa e Silva

O Sr. Raul Brunini criticou, ontem, os que acusam o sr. Carlos Lacerda de fazer subversão, pois — argumentou — ou estão errados ou estão certos e, neste caso, deveriam reconhecer que o marechal Costa e Silva praticou crime de responsabilidade, nos termos do artigo 84 da Constituição, não zelando pelo cumprimento da lei.

"Esses que procuram ser mais realistas do que o rei estão cavando a sepultura do presidente, tentando levá-lo ao descaminho perigoso da violência, da intolerância e da prepotência", acrescentou o oposicionista carioca, destacando que — no caso do ex-governador carioca — o chefe da Nação está agindo com acerto incontestável.

"OS MEDIOCPES"

"Contra a inteligência, se revoltam os mediocres. E, na ausência de argumentos, apelam para a delação, arma dos covardes, dos fracos e apavorados", disse o sr. Raul Brunini, ao investir contra os que "incitam" o presidente da República a cassar os direitos políticos do sr. Carlos Lacerda, acusando-o de subversivo".

Explicou, então, que "o art. 84 da Constituição Brasileira define os crimes de responsabilidade dos atos do presidente da República e, precisamente no item 7, capitula que ele é responsável quanto ao cumprimento das Leis. Ora, alguns que se intitulam porta-vozes do governo, dizem por aí, que o sr. Carlos Lacerda é subversivo, portanto infringindo a Lei de Segurança Nacional. Se o ex-governador da Guanabara é subversivo deve ser punido, pois está violando a lei. O presidente da República, guardião da lei, é responsável pela sua execução. Se o chefe da Nação não cumprir a lei cai nas malhas do art. 84, por crime de responsabilidade. E' um faltoso, não

cumpra a lei, e decorre daí todo o processo de julgamento do presidente da República com as suas implicações".

COSTA CERTO

Afirmou, o representante carioca que "neste caso o presidente da República está agindo acertadamente, pois já declarou e inclusive ao ministro da Justiça, que o sr. Carlos Lacerda é um cidadão no gozo pleno de todos os direitos políticos individuais e sociais. Portanto, pode fazer sua doutrinação e pregar suas idéias".

Alegou o sr. Raul Brunini não saber "como ficam os porta-vozes do governo, querendo impor ao presidente da República uma decisão com a qual ele não concorda". Em seguida, indagou: "Quem está errado, aí, os porta-vozes que dizem que Lacerda é subversivo, ou o presidente da República, que não adota esta posição?" Assinalou: "E'ses que procuram ser mais realista do que o rei estão cavando a sepultura do presidente, tentando levá-lo ao descaminho perigoso da violência, da intolerância e da prepotência. Há outras formas e processos de servir ao governo, que não esta mesquinha, medíocre, bajulatória e negativa".

ATÊ MILITARES

Finalmente, afirmou: "Não há subversão na palavra do sr. Carlos Lacerda. Tanto não há que outros próceres da ARENA, bem como, hoje, pelos jornais, inúmeros militares da melhor formação, pregam, combatem o líder popular, através de medidas como a eleição direta, para esvaziar a Frente Ampla. E' neste terreno que queremos o debate: no confronto das idéias, das soluções do problema e no desenvolvimento nacional. Existem mediocres que, ainda ontem, desta tribuna, voltaram a afirmar subversão na palavra do sr. Carlos Lacerda".

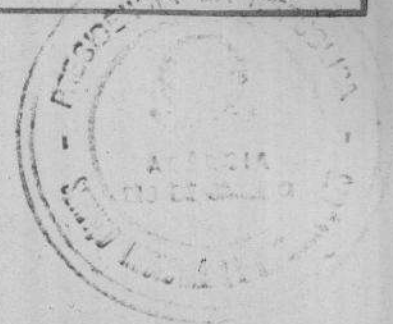
2 - ARTIGOS, ENTREVISTAS OU DECLARAÇÕES A IMPRENSA

- 2.1 - ARTIGO DE CARLOS LACERDA APOIANDO BRUNINI, EM 25 AGO 66, TRIBUNA DA IMPRENSA.
- 2.2 - DECLARAÇÕES DE APOIO A HELIO FERNANDES, EM 12 DE NOV DE 66, ULTIMA HORA.
- 2.3 - DECLARAÇÕES DE APOIO A JK e CL, EM 13 DEZ 66, TRIBUNA DA IMPRENSA.
- 2.4 - APOIA A SENTENÇA FAVORÁVEL AO JORNALISTA HELIO FERNANDES, EM 13 JUL 67, TRIBUNA DA IMPRENSA.
- 2.5 - APOIO AO JORNALISTA HELIO FERNANDES, EM 29 AGO 67, TRIBUNA DA IMPRENSA.
- 2.6 - DECLARAÇÕES A TV ANHANGUERA EM FEV 68, PREZANDO A DERRUBADA DO REGIME.

PRÉSIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

TRIBUNA DA IMPRENSA

25 Ago 966



Canalhice e burrice

O sr. Carlos Lacerda afirmou, em carta ontem enviada ao sr. Raul Brunini, que "o presidente da República usa o Exército para pôr no Governo a oligarquia política que o adulou para corrompê-lo". A carta destina-se a evitar "as intrigas e explorações em que se especializou essa porcaria que tomou conta do Brasil", reafirmando àquele deputado que sua entrada para o MDB não o diminui.

DIZ o sr. Carlos Lacerda que tanto a ARENA como o MDB são péssimos, mas observa: "Expulso da vida pública pelos usurpadores da Revolução e servidores de interesses antidemocráticos e antinacionais, compreendo que alguns tenham de permanecer ou entrar para ela a fim de que não seja ocupada só pela canalhice e a burrice, que são, hoje, os donos do Brasil".

O documento é o seguinte, na íntegra:

"Meu caro Brunini:

A propósito de sua entrada para o MDB e para evitar as intrigas e explorações em que se especializou essa porcaria que tomou conta do Brasil, venho reiterar o que já lhe disse. Faça-o espontaneamente, por dever de consciência.

EXPULSO da vida pública pelos usurpadores da Revolução e servidores de interesses antidemocráticos e antinacionais, compreendo que alguns tenham de permanecer ou entrar para ela a fim de que não seja ocupada só pela canalhice e a burrice, que são, hoje, os donos do Brasil.

PELA primeira vez na história dos povos, o sujeito é obrigado a ser governista ou oposicionista — por decreto-lei. O infeliz tem de ser governista à força ou oposicionista obrigatoriamente. E o presidente da República usa o Exército para pôr no Governo a oligarquia política que o adulou para corrompê-lo. A mesma Revolução que obrigou a posse de Neffão, que é o tipo que você sabe, não devia eleger Cirne Lima, um homem digno, limpo, talentoso, íntegro e capaz. A mesma "reviravolta" (não Revolução) que afasta o padre Calazans do Senado, chama o ex-ministro de João Goulart, Carvalho Pinto, para senador, impôs pelo general Castelo. Nilo Coelho, em Pernambuco, será governador porque dava jantares a Castelo em Brasília — e não por outra razão. Campos fica no Ministério porque serve a grupos que tomaram conta da "reviravolta" de 1.º de abril. E assim por diante.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

TRIBUNA DA IMPRENSA

25 Ago 966



REDUZIDOS a ser governista ou oposicionista, por decreto-lei da semiditadura imbecil e desonesta que se apossou do Brasil e o está destruindo, na sua economia e no seu caráter, oficializando a estagnação e institucionalizando a sabujice, alguns homens dignos escolheram a ARENA e outros o MDB. As duas legendas servem, exatamente porque ambas não são nada. Fora delas, nada mais é permitido pela semiditadura cretina que, em nome e à sombra do Exército, um grupo de usurpadores instaurou no Brasil. Você, juntamente com outros dignos amigos, escolheu o MDB. Tanto faz. O que importa é que o povo reconheça a sua lealdade, nunca desmentida, sua fidelidade sem vacilações, a constância e firmeza dos seus serviços à Guanabara e ao Brasil. Nos longos anos de nossa amizade, nas lutas que juntos pelejamos, você foi sempre o que é hoje e, com a graça de Deus, há de sempre ser: leal, fiel, desinteressado, honrado e valente amigo — e um servidor devotado do povo carioca e da reforma democrática do Brasil.

A escolha entre ARENA e MDB é completamente indiferente. Os dois são péssimos, porque meras criações artificiais de usurpadores, impostores e fariseus que se apossaram do Brasil, são invenções sem pé nem cabeça — e a ARENA, ainda por cima, sem coluna vertebral.

PORTANTO, quero apenas lhe dizer que, tendo de votar nas eleições deste ano para deputado, o meu voto é seu. Desejo aos amigos que vão para uma e outra legenda que não se deixem desunir por esse episódio político passageiro e se mantenham amigos, para o que der e vier.

UM dia, o povo terá quem o defenda contra esses azarentos que empestam o Brasil com a sua intrigalhada, a sua incapacidade, a sua vaidade mórbida e a sua falsidade profissional. Seja bem sucedido para que o povo tenha, por enquanto, ao menos algumas vozes de gente nesse brejo de sapos em que o general Castelo transformou a vida pública brasileira em qualquer coisa parecidíssima com ele próprio.

UM abraço

CARLOS LACERDA".

ÚLTIMA HORA

ANEXO Nº



12 NOV. 1966

O Deputado Raul Brunini, do Partido-MDB, classificou ontem de "mais uma violência e mais uma ignomínia" o ato presidencial que suspendeu os direitos políticos do jornalista Hélio Fernandes. -- A cassação de Hélio Fernandes foi antes de mais nada uma bofetada humilhante dada na face do Poder Judiciário, e não fica bem a um Presidente cometer uma atitude de escárnio contra a Justiça do seu país -- acrescentou.

Confessando que foi amigo e companheiro do Marechal Castelo Branco durante os primeiros meses de seu Governo, o Deputado Raul Brunini disse que adotou outra posição porque o Governo tomou o sentido oposto à formação democrática do povo brasileiro. Depois de ler os artigos publicados ontem por Hélio Fernandes e Carlos Lacorda, Brunini disse que o Supremo Tribunal Federal foi o mais atingido pelo ato cassatório.

VH12. 11/11/66. 8.521



TRIBUNA DA IMPRENSA
(13.12.66)

2

ASSEMBLÉIA TI 13
Partido de CL e JK já tem esquema pronto

O deputado Raul Bruzini, porta-voz do sr. Carlos Lacerda na Assembléia Legislativa, informou, ontem, que as negociações para a constituição do novo partido popular, esquematizado pelo ex-governador carioca e o sr. Juscelino Kubitschek, já estão concluídas com o apoio certo de um número de deputados e senadores superior ao exigido pela futura Constituição para a fundação de partidos políticos.

Afirmou o parlamentar que de nada adiantarão as limitações impostas pelo governo na nova Carta, porque, queira ou não o mal, Castelo Branco, "o novo partido popular será criado". Acrescentou que a exigência de apoio de, pelo menos, 6 senadores e 40 deputados, não será empecilho aos propósitos dos senhores Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, tendo em vista que "o número de senadores e deputados que já aderiram à idéia é bem maior que o da exigência".

O sr. Raul Bruzini não quis revelar os nomes dos correligionários para "não descobrir o jogo ao inimigo", porém revelou que o sr. Carlos Lacerda, depois da viagem a São Paulo, retomará os entendimentos para a consolidação partidária, logo após os festejos natalinos e do Ano Novo, tendo como campo de ação principal os Estados do Sul, onde as démarches estão mais adiantadas e com maior número de adesões.

Ordem
Número da
Página
NOME

TRIBUNA DA IMPRENSA
(13.07.67)

TRIBUNA Nº 6. PRO-CSS-278-2, P-177



Brunini pedirá transcrição da sentença de Hélio

O deputado Raul Brunini pedirá a transcrição nos anais do Congresso Nacional, da sentença do juiz Hamilton Leal mandando arquivar o processo iniciado pelo Governo contra o jornalista Hélio Fernandes, por ter assinado artigos na TRIBUNA nos dias 15 e 21 de março passado.

O parlamentar carioca justificará seu pedido afirmando que a sentença do magistrado honra a magistratura brasileira, constituindo-se em peça fundamental de um processo evolutivo para o restabelecimento das franquias democráticas.

Ontem, o deputado Raul Brunini esteve em visita ao jornalista Hélio Fernandes, na redação da TRIBUNA, com o fito de lhe emprestar inteira solidariedade e congratular-se pela vitória obtida na Justiça, que lhe restabeleceu o direito do livre exercício da profissão.

Disse o sr. Raul Brunini que a sentença do juiz Hamilton Leal firmou jurisprudência sobre a situação de todos os jornalistas, em casos idênticos ao de Hélio Fernandes, frisando que pedirá a transcrição da peça jurídica nos anais da Câmara dos Deputados, por ser digna de figurar na Casa, além de engrandecer a cultura jurídica do País.

CONGRATULAÇÕES

O jornalista Hélio Fernandes recebeu ontem mais um telegrama de congratulações, assinado pelo sr. Ivo Mattar. Diz o telegrama: "Em meu nome e dos companheiros hansenianos que são admiradores da sua inteligência, combatividade e patriotismo, cumprimentos e externo a nossa alegria pela destruição de mais um processo. Saudações. Ivo Mattar".

TRIBUNA DA IMPRENSA

29 AGO. 1967

ANEXO N.º

LONCHOU EIA 10



Brunini vê boicote aos contatos com Hélio

O deputado Raul Brunini denunciou a existência de um boicote nas comunicações telefônicas com o jornalista Hélio Fernandes, dizendo que não conseguiu falar de Brasília com Pirassununga e que veio à Guanabara, para reafirmar a sua solidariedade ao diretor da TRIBUNA, através de sua mulher, dona Rosinha.

Disse o parlamentar carioca que diante da absoluta falta de apoio legal à medida adotada pelo ministro Gama e Silva, confinando o jornalista Hélio Fernandes, não tem a menor dúvida de que o Tribunal Federal de Recursos acolherá o pedido de habeas-corpus, devolvendo-lhe a liberdade, a crença e o respeito ao Poder Judiciário.

FRENTE

Informou o deputado Raul Brunini, que a Frente Ampla é uma realidade e brevemente estará levando sua mensagem a todo o País, através de reuniões, comícios e debates com estudantes, operários e donas-de-casas, enfim a todos os setores que se interessam pela vida do País e a sua total redemocratização.

Estranhou que alguns militares deixem suas preocupações nos quartéis para interferir e provocar os civis, estes no seu legítimo direito de analisar os problemas de ordem política e administrativa do País. Disse que foi grande a repercussão dos artigos do ex-governador Carlos Lacerda, anunciando que pedirá a sua transcrição nos anais do Congresso Nacional.

Lamentou o parlamentar emedebista a procrastinação na solução do caso Hélio Fernandes por parte das autoridades governamentais, classificando de tendenciosa a demora da remessa por parte do Governo das informações oficiais para a instrução do pedido de habeas-corpus em favor do diretor da TRIBUNA, mantendo o clima de intranquilidade e a falta de respeito às liberdades individuais e a decisão da própria Justiça, asseverando que o País aguarda com vivo interesse o julgamento do habeas-corpus impetrado em favor do jornalista confinado indevidamente e ilegalmente, decisão que ficará na história judiciária do País.

- 5. 2. 68 -

ANEXO N.º 2.6

- I - DEPUTADO
- II - DITADURA MILITAR
- III - CARLOS LACERDA
- IV - FRENTE AMPLA
- V - MOVIMENTO DE TROPA
- VI - DIFICULDADE DE JUSTIFICAÇÃO
- VII - APOLOGIA
- VIII - MEDIAÇÃO

- I - O Deputado Raul Brunini fez um pronunciamento pela TV ANHANGUERA em São Paulo, onde pregou a DERUBADA DO REGIME objetivando para tal, a FRENTE AMPLA.////
- II - Na mesma ocasião, entre outras coisas disse: ESTAMOS NUMA DITADURA MILITAR, O BRASIL SE ENCONTRA NAS MÃOS DE UMA MINORIA MILITAR.////
- III - PROSEGUINDO DISSE QUE CARLOS LACERDA CONTA COM O APOIO DEUSO DAS FORÇAS ARMADAS.////
- IV - Declarou que a FRENTE AMPLA se propõe a DERRUBADA do Regime sem violência, porém, admitindo também a violência.
- V - PERGUNTADO sobre o movimento de tropas em São Paulo, limitou-se a responder o seguintes O QUE CONSTA NA FOLHA DE SÃO PAULO.////
- VI - Encontrou dificuldade no JUSTIFICAR os entendimentos havidos entre os EX-PRESIDENTES.////
- VII - Durante todo o tempo procurou fazer APOLOGIA do Sr. CARLOS LACERDA, chamando de CORILLAS a minoria militar que se encontra no Governo.////
- VIII - No dia 2 pp. e Sr. RAUL BRUNINI e Sr. RENATO ARCHER se reuniram com o objetivo de, como mediadoras, reatar a amizade entre os Srs. CARLOS LACERDA e OSNELE MARTINELLI.///

DIVULGAÇÃO: S.N.I./GB
 DR/GB
 DOPS/Brasília
 DO/Brasília
 S.V.COM/Brasília
 SECRETARIA.SEG/Brasília
 3ª ZONA AÉREA
 2ª SEÇÃO PREG (E/2)
 S.S.E.E.

CENIMAR



3 - DEPOIMENTOS PRESTADOS EM INQUÉRITOS, SINDICÂNCIAS OU
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

3.1 - DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - GB, DEPOI-
MENTO DE RAUL BRUNINI SE RESPONSABILIZANDO POR ELE-
MENTOS SUBVERSIVOS PRESOS.



GB. - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Superintendência Executiva -

Delegacia de Ordem Política e Social

Serviço do dia 2 para 3 de fevereiro de 1966.

Comissário de dia- Dr. Carlos Alves de Albuquerque.

Registro- nº 66-dano.

1096/66
85-19

Às 2,30 horas, o A.F. Alfredo Olímpio Barbosa, residente na rua General Severiano, 209 apto 104, em Botafogo, o A.F. Aluísio Moreira residente na Rua Guilherme Marconi 76 apt. 108, o PV Laerte Mandin, residente na Rua Marquês de São Vicente, conjunto residencial do IPEG apto 622, e Geraldo Valença Wanderley, motorista, residente na Rua/ José Cardoso 77-Prata-Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, todos lotados nesta Delegacia, face a denúncia recebida apresentaram-me os elementos: JÓÃO PEIREIRA DA SILVA, filho de pai desconhecido e de Clementina Maria da Conceição, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, casado, sapateiro, de instrução primária, nascido em dezesseis de abril de mil novecentos e vinte e quatro, residente na Rua Alvaro Ramos conjunto Pio Doze, bloco oito, apartamento 302, I.F.P. nº 1.149 636; ARY RIBEIRO DA SILVA, filho de pai desconhecido e de Argentina Alves da Silva, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, solteiro, zelador, instrução primária, nascido em vinte e oito de dezembro de mil novecentos e trinta e quatro, residente na Rua Alvaro Ramos nº 523, bloco, 5 apto 304- I.F.P. 1.514073, VIRGÍLIO MULLER, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, filho de FELIPE MULLER e de ALEXANDRINA MULLER, casado, motorista, instrução primária, nascido em 6 de setembro de 1912, residente na rua Paraense, 16, Campo Grande, I.F.P. nº 309.525, MAURI XAVIER DA CUNHA, filho de FLORO XAVIER DA CUNHA e de ADELINA GONÇALVES CUNHA, brasileiro, natural do Estado da Guanabara, solteiro, desenhista, instrução secundária, nascido em 20 de agosto de 1938, residente na rua Honório, 507, apartamento 301, I.F.P. nº 1.711.892; JULIO FILHO DE OLIVEIRA BARROS, filho de Julio Barros e de Edith de Oliveira Barros, brasileiro, natural de Sergipe, casado, motorista, instrução primária, nascido em 19 de outubro de 1930, residente na rua Marques de São Vicente, 147, apto. 110, carteira de motorista nº 271.464; ORLANDO DA CRUZ, filho de AMANDIO DA CRUZ e de ISAURA DA CONCEIÇÃO, brasileiro, natural da Guanabara, casado, auxiliar administrativo, instrução ginásial, nascido em 18 de dezembro de 1930, residente na rua Nossa Senhora das Graças, 850, em Ramos, I.F.P. nº 953.365; FRANCISCO XAVIER PEÇANHA, filho de Carlos Peçanha, e de Maria do Nascimento Peçanha, brasileiro, natural do Espírito Santo, casado, fotógrafo, instrução primária, nascido no dia 16 de janeiro, de 1918, residente na rua da Passagem, 78, apart. 610, e Doutor ARMANDO DE ABREU, filho de João de Abreu e de Laura Marques de Abreu, brasileiro, natural da Guanabara, casado, que

Número de

(CONTINUAÇÃO)

GB. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



que se declarou ser engenheiro civil, nascido em 22 de --- residente n.º rua Saint Roman, 118, Copacabana, título de --- nº --- 53.553, todos trabalhando na C.T.C., situada na Marquês de Pombal, 125, exceto o fotografo FRANCISCO XAVIER PEÇANHA, que trabalha por conta própria, por terem sido encontrados momentos antes escrevendo com tinta branca, do tipo "Kem-Tone" e "Paredex", nas paredes do prédio da casa de Saúde São Sebastião, situada na rua Bento Lisboa, as frases: "QUEREMOS LIBERDADE DE VOTO", "VIVA A LIBERDADE DO VOTO". Os participantes estavam-se em dois autos de passeio, um chapa GB-154042, marca Volkswagen, de propriedade de ORLANDO DA CRUZ e outro de chapa GB-231984 de propriedade de ARMANDO DE ABREU. No local foram apreendidos seis latas de tinta, um garrafão, dois pincéis, sendo um do tipo brocha e o outro comum, no interior de Volkswagen em apreço, chapa GB.154.042, um revolver marca "Taurus", calibre 22, nº 53.171, com doze balas do mesmo calibre e com o tambor carregado com seis projéteis, e no interior do auto chapa 231984, de propriedade de ARMANDO DE ABREU um revolver marca Smith & Wesson, calibre 32, n. 553.775, com seis projéteis no tambor, material este, encaminhado a Cartório, conforme recibo à margem. Interrogado declarou-me ARMANDO DE ABREU elemento mais desembaraçado do grupo, que eles estavam pintando as paredes na pretensão de obter o registro do "PARTIDO DE REFORMA DEMOCRÁTICA". Compareci ao local, ausentando-me da Delegacia das 4,50 hs. às 5,10 hs. na R.P. 8-121, Chefiada pelo P.V. 2461, tendo constatado que em toda a extensão da rua havia dizeres daquela natureza pintados nas paredes em cor branca. Solicitei a perícia do I.C. atendendo o permanente MIRANDA que posteriormente esclareceu-me que no local compareceu o perito ERNESTO. Momentos após o Deputado Estadual RAULO BRUNINI compareceu a esta Delegacia e declarou-me, testemunhado pelo P.V.C. Dilson Guimarães, Auxiliar de Comissário que ele Deputado Estadual é quem foi o mandante do ocorrido e por conseguinte deveria estar preso e não os referidos elementos e mais que assumia toda a responsabilidade pelo fato passado. Pus a par o doutor MANOEL VILLARINHO do corr, digo, do ocorrido e de todas as providências tomadas, inclusive o encaminhamento dos apresentados ao permanente do Xadrês Especial, para as providências de praxe. Face ao pedido do Deputado Estadual RAUL BRUNINI foi permitido ver os detidos, atendendo, digo, tendo na ante-sala do Xadres Especial declarado na presença de todos os averiguados e também do permanente e do P.V. LEAL, que ele, Deputado, é quem deveria estar preso pois era o mandante do fato. O P.V.C. DILSON GUIMARÃES purou que a arma arrecadada no interior do Volkswagen, Taurus calibre 22, n. 53171 estava legalizada e pertence a ORLANDO CRUZ, portando o referido cidadão, a licença n.º 10083, válida até 6 de julho de 1966, em face disto entendo que esta arma deva ser devolvida ao seu proprietário, como também os doze projéteis, salvo outro juízo. Assinado - CARLOS ALVES DE ALBUQUERQUE - Comissário de Dia do DoPS. Despacho do doutor Delegado: Colham-se as declarações dos

4 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

- 4.1 - INFORME C-2, Nº 002/ZONAER/3, DE 23 JUN 68 - ATIVIDADES DE BRUNINI NA FA.
- 4.2 - INFORMAÇÃO 204 CIE/ADF, EM 26 MAR 68, NO QUAL CONSTAM ATIVIDADES DA FA.
- 4.3 - INFORMAÇÃO 245 CIE/ADF, DE 16 ABR 68, SOBRE FRENTE FA.
- 4.4 - INFORMAÇÃO 258 CIE/ADF, EM 16 ABR 68, SOBRE RAUL BRUNINI CRITICA O GOVERNO.
- 4.5 - INFORMAÇÃO 280 CIE/ADF, EM 26 ABR 68, SOBRE NOVA SIGLA PARA FRENTE AMPLA
- 4.6 - INFORMAÇÃO 544 CIE/ADF, EM 31 JUL 68, SOBRE "ARTICULAÇÕES DA EXTINTA FA".
- 4.7 - INFORMAÇÃO 597 CIE/ADF, EM 16 AGO 68, SOBRE "SITUAÇÃO POLITICA".
- 4.8 - INFORMAÇÃO 0657 CENIMAR, DE 15 DEZ 68, SOBRE "ATIVIDADES DE RAUL BRUNINI"
- 4.9 - PRONTUÁRIO DO DOPS

CONFIDENCIAL

ANEXO N.º 4.1

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
TERCEIRA ZONA AÉREA
QUARTEL GERAL
23 SEÇÃO DO ESTADO MAIOR
INFORMAÇÕES

- 1. ASSUNTO: POLÍTICA NACIONAL
- 2. ORIGEM: DOPS/CE
- 3. CLASSIFICAÇÃO: C-2
- 4. DIFUSÃO: EMAER - DEBAER SBDH - EPCAER SBDQ - HPARAER SBLB
- 5. CLASSIFICAÇÃO ANT.: + + +

INFORME Nº 002/ZONAER-3
(23 JAN 68)

Esta Seção tomou conhecimento do seguinte INFORME:

- Prepara-se o ex-Governador do Estado da Guanabara, Sr. CARLOS LACERDA, para fazer dia 27, em Belo Horizonte, talvez o seu mais agressivo discurso dos últimos tempos, sendo quase certo que se manifeste contra o Decreto 348, que deu novas atribuições ao Conselho de Segurança Nacional. Deverá também falar sobre a criação no Ministério da Educação de uma comissão para estudar as diretrizes da Política Educacional, devendo ser a pessoa visada o CEL MEIRA MATOS, presidente da comissão. Novamente deverá o Sr. CARLOS LACERDA, em tom de alarme, alertar a nação sobre "o possível esquema militarista, visando a perpetuar no Poder líderes militares."

- Para essa fala do ex-Governador da Guanabara, amigos seus ligados à sua política estão convidando diversas pessoas a irem a Belo Horizonte hipotecar mais uma vez solidariedade ao pronunciamento que ali será feito.

- Entre os mais entusiastas amigos e correligionários do ex-governador do Estado da Guanabara que impulsionam a ida a Belo Horizonte dos lacerdistas cariocas, encontram-se os Srs RAUL BRUHINI, CARLOS SAMPAIO, PAULO ZCAIN, ICLANDA PAULO RASTOS, AIDA MARTINS e NÔEMIA DA CRUZ ABREU.

0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0
0 0 0
0

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DESTE DOCUMENTO E RECURSOS NECESSÁRIOS PARA ASSUNTOS SIMILARES.

CONFIDENCIAL

A

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

BRASÍLIA - DF

ANEXO N.º 4.2
26 MAR 1968

INFORMAÇÃO Nº 204

ASSUNTO VIAGEM DE CARLOS LACERDA A GOV. VALADARES
ORIGEM SNI/ABSB (Info 108/68)
DIFUSÃO CIE - E/25.a - E/17 - E/25.e - E/40 - N/18
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - GM/2 - DO/DPF

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- "1 - No dia 12 do corrente houve uma reunião na residência do Dep. ~~MARTINS BORGES~~ na qual compareceram:
- JOSAFAT MARINHO (MDB/BA)
 - MARIANO BECK (MDB/RGS)
 - BERNARDO CABRAL (MDB/AM)
 - JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG)
 - OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PE)
 - HERMANO ALVES (MDB/GB)
 - RAUL BRUNINI (MDB/GB), quando trataram do esquema de viagem de C.L. a Gov. Valadares no próximo dia 18.
- 2 - O Dep JOSÉ MARIA MAGALHÃES apresentou um plano para a segurança de CARLOS LACERDA devendo o mesmo seguir no dia 14 para Belo Horizonte.
- 3 - Os políticos presentes revelaram certa apreensão e em consequência decidiram solicitar providências ao Secretário de Segurança de Minas Gerais.
- 4 - O Dep RAUL BRUNINI informou aos políticos presentes à reunião que o Cel GERALDO, da PM de Minas, estará atento em Governador Valadares.

*Revisado
S-ec.*

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 16 ABR 1968

INFORMAÇÃO Nº 245

ASSUNTO Atividades da Frente Ampla
ORIGEM..... SNI/ABSB (Info 145/68)
DIFUSÃO CIE - E/25.a - E/17 - E/40 - E/25.g
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - CIE/ADF - GM/2

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- "1 - Na residência do Dep Pe. GODINHO, em BSB, realizou-se uma demorada reunião dos Frentistas na noite de 6ª feira passada, dia 5 Abr, para exame da Portaria assinada pelo Ministro da Justiça referente às atividades da Frente Ampla. Nessa reunião foi feita uma análise da situação política nacional e conseqüente tomada de posição dos membros da Frente Ampla.
- 2 - Da reunião, participaram, os Dep MARTINS RODRIGUES, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER, RAUL BRUNINI, JOSE CARLOS GUERRA (ARENA/PE), JOSE MARIA MAGALHÃES, HERNANO ALVES, LEOCYD MOURA ALVES, MARIO COVAS, LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, DAVID LERER, CARLOS MURILLO, BERNARDO CABRAL, WILSON MARTINS e JOSAFAT MARINHO, que entre outros assuntos decidiram:
- criar um novo movimento com sigla diferente;
 - impetrar mandado de segurança no S.T.F.;
 - solidarizar-se com C. LACERDA, J.K. e J.GOULART;
 - realizar os programas da F. Ampla já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na Frente Ampla;
 - Marcar nova reunião da F. Ampla, na GB, para segunda ou terça feira próxima (15) onde esperam contar com a presença de C. LACERDA para traçar novos rumos ao movimento.
- 3 - Os Dep JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE) e OSWALDO LIMA FILHO, declararam que a "Semana do Recife" de 22 a 27 do corrente mês contará com a presença de C.L. e terá a cobertura do MDB. Está prevista a participação de líderes sindicais e líderes estudantis, particularmente da Universidade Católica.
- 4 - Por ocasião da reunião em questão, o Dep MARTINS RODRIGUES, recebeu comunicação do Dep MARIANO BECK de que a programação prevista para ser executada pelos Frentistas do R.G.Sul, passaria automaticamente à responsabilidade do MDB."

Beck
Sul

CONFIDENCIAL

NB. PRO. CSS. 278.2, P. 590

ANEXO N.º 4.4

BRASÍLIA - DF 16 ABR 1966

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

INFORMAÇÃO Nº 258

ASSUNTO..... RAUL BRUNINI critica Governo
ORIGEM SNI/ABSB (Info 146/68)
DIFUSÃO CIE - 11ª RM - E/17 - E/40 - N/18
DIFUSÃO ANTERIOR... CH SNI - SNI/ARJ - GM/2

Esta Agência recebeu a seguinte informação:

φ " O Dep=RAUL BRUNINI declarou entre emedebistas que o Governo não tem condições e coragem para cassar ou enquadrar CARLOS LACERDA na Lei de Segurança Nacional, por temer uma reação dentro das próprias Forças Armadas. "

*Revisado
-el.*

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

ANEXO N.º 4.5

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 26 ABR 1968

INFORMAÇÃO Nº 280

ASSUNTO Nova sigla para a Frente Ampla
ORIGEM SNI/ABSB (Info 154/68)
DIFUSÃO CIE - E/25.a - E/17 - E/40 - E/25.c
DIFUSÃO ANTERIOR..... CH SNI - SNI /ARJ - GM/2 - DPF

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- " 1 - Segundo comentários entre os Dep. JOSE MARTINS RODRIGUES (MDB/CE), RAUL BRUNINI (MDB/GB) e MARCIO MOREIRA ALVES (MDB/GB), "a Frente Ampla transformar-se-á em novo movimento, cujos nomes estão em estudo e já propostos: AÇÃO POPULAR, MOVIMENTO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA ou FRENTE DE AÇÃO POPULAR.
- 2 - Estão previstas reuniões em Brasília e GB para escolha do nome do movimento que substituirá a F.A."

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 31 JUL 1968

INFORMAÇÃO N.º 544 CIE/ADF

ASSUNTO Articulação da extinta F. AMPLA.
ORIGEM Info nº 313/SNI/ABSB/24 Jul 68
DIFUSÃO CIE - P: E/22-E/40-E/25.c.-E/25.d.-NE/09-N/06-N/04
DIFUSÃO ANTERIOR.. Ch SNI - SNI/ARJ - GM2

Esta Agência recebeu a seguinte informação:

1. Segundo declarações do Dep RAUL BRUNINI (MDB/GB) está havendo uma rearticulação dos elementos da extinta FA com CL e JK à frente. Tomam parte nessa rearticulação, entre outros, JÂNIO QUADROS, JOÃO GOULART (através de OSWALDO LIMA FILHO) e NÚLIO DE MESQUITA FILHO.

2. Disse ainda que já houve conversações para um entrosamento entre CL e PAULO PIMENTEL (Governador do PARANÁ) e também com OSCAR SEGALL, presidente da Caixa Econômica de SÃO PAULO. O encontro de SEGALL com CL se deu na GUANABARA, por ocasião da última estada do Gov SODRÉ naquele Estado.

3. Para BRUNINI, CL ainda tem prestígio dentro das FF AA além de contar com a amizade pessoal do Gen SIZENO SARMENTO".

Revisado
de. et.

CONFIDENCIAL

ANEXO N.º 4.7

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 16 AGO 1968

Cópia N-85

INFORMAÇÃO Nº 597 CIE/ADF

ASSUNTO Situação política
ORIGEM Info nº 349/SNI/ABSB/06 Ago 68
DIFUSÃO CIE - P: E/22-E/17-N/09-N/06-N/04-N/18
DIFUSÃO ANTERIOR... Ch SNI - SNI/ARJ - GM2

Esta Agência recebeu a seguinte informação:

N-85

1) - Segundo os Deputados do MDB HERMANO ALVES, MÁRCIO MOREIRA ALVES, RAUL BRUNINI, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER e o Senador JOSAFÁ MARINHO, os ex-presidente JK e JG, bem como CL estão com manifestos prontos para serem lançados ao povo. Tais manifestos estão sofrendo alguns retoques após o que aguardarão o momento propício para o lançamento.

2) - Disseram aqueles parlamentares que JK e CL visitarão JQ em CORUMBÁ, oportunidade em que acertarão a formação de uma Frente ou Bloco de combate ao atual governo, contando para isso com estudantes, líderes sindicais, clero e outros círculos de atividades em oposição ao governo.

3) - Os documentos (manifesto) que pretendem lançar, ainda no corrente mês tratarão, entre outras coisas, sobre o confinamento de JQ, movimentos sindicais e estudantis, clero, prisões, situação social, econômica, política, administrativa, Forças Armadas etc.

4) - Que um emissário será enviado a JANGO, sem ser ventilado o seu nome; contudo, figuram dois nomes cujas possibilidades não estão afastadas: deputados OSWALDO LIMA FILHO e LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE.

5) - Fizeram menção à data 24 de agosto, oportunidade em que pretendem promover uma grande concentração junto ao busto de VARGAS, na Cinelândia (GB), e nessa ocasião será lido um pronunciamento de JANGO. Contam com a presença de parlamentares, líderes estudantis e sindicais.

6) - Para o deputado HERMANO ALVES, "a prisão de WLADIMIR PALMEIRA e o confinamento de JQ contribuíram para a unidade dos opositores ao governo que aí está, e que os estudantes, trabalhadores, parlamentares, povo e todas as forças democráticas da nação, estarão irmanados nas ruas, praças, etc, nas lutas que se avizinham pela libertação nacional contra a ditadura militarista".

CONFIDENCIAL

ANEXO N.º 4.8

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 15/12/1968 Nº 0617

~~INFORMAÇÃO~~/INFORMAÇÃO/~~SECRETARIA~~

ORIGEM: ~~GENINHA~~

REFERENCIA: _____

DISSEMINAÇÃO: ~~OGEL. CIMA. GENINHA~~

AVALIACAO	
CONFIANCA	X
VERACIDADE	X

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: ~~XXX~~

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere

RELATORIO DE ATIVIDADES

BRENO DHALIA DA SILVEIRA, DEPUTADO FEDERAL (MDB).

ENDEREÇO: RUA JOANA ANGÉLICA, 47, TEL. 47.0328

- 13 JUNHO 1954 - Informação - Desenvolve atividades de propaganda do PCB.
- 23 DEZ. 1960 - Informação - Assina declaração de apoio à autodeterminação de CUBA.
- 13 JAN. 1961 - S/A - Componente da Frente Parlamentar do PCB; assinou um manifesto do PCB de apoio à Câmara de vereadores, que foi extinta por resolução da Assembleia Constituinte.
- 4 MAI. 1962 - Informação - Participou do Congresso de Libertação Nacional em Goiânia.
- 5 NOV. 1966 - C-3 - Candidatou-se a Deputado Federal, apoiado pelo PCB.

oooOOooo

PAUL BRONIAL, DEPUTADO FEDERAL (PDE).

1. Membro do Clube da Lanterna.
2. Disse com relação ao AI-4, "é uma farsa e só poderia ter saído o qual faz parte Juracy Magalhães" chamou São Ministro de anti povo, anti-democrata, anti liberdade e anti justiça.
3. Com a decretação do Ato Complementar 14, disse que o Governo Castelo Branco deu mais um passo firme para ditadura, pois cassou todo Poder Legislativo do País.
4. Com relação à Lei de Imprensa, declarou: "Vai ferir a liberdade fundamental de informar à opinião pública."
5. Criticou o Ato Complementar 18, perguntando ao Presidente Castelo Branco

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 15 / 12 / 1968 Nº 0597
(Continuação.....)

INFORME/INFORMAÇÃO/P. BUSCA

ORIGEM:-----
REFERENCIA:-----
DISSEMINAÇÃO:-----

AVALIACÃO	
CONFIANÇA	
VERACIDADE	

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR-----

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere

Continuação.....

...se ele não tinha um ato de coragem e dignidade e fechava de vez o Poder Legislativo.

6. Protestou contra a impugnação da candidatura HELIO FERREIRAS.

7. Considerou uma violência e mais uma afronta o ato Presidencial que suspendeu os direitos políticos de HELIO FERREIRAS.

8. Pertenceu a Frente Ampla.

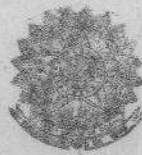
9. Participou da passeata estudantil em Brasília no dia 28-6-68.

10. Em março/68 fez um pronunciamento pela TV-Anhaguera/SP, onde pregou a derrubada do Regime chefiando para tal, a Frente Ampla. Continuando seu discurso afirmou "estamos numa ditadura militar, o Brasil se encontra nas mãos de uma minoria militar;

prosseguindo disse que "Carlos Lacerda conta com o apoio dentro das Forças Armadas.

Declarou que a Frente Ampla se impõe a derrubada do regime por violência, porém, admitindo também a violência.

OOOOOO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: FILEO, RAUL BRUNINIOBS: Deputado Federal pelo MDB /GB

- | | |
|------------|--|
| 17-01-1968 | <p>O ex-Governador Carlos Lacerda é esperado hoje em BH-MG, onde fará uma conferência dando prosseguimento ao movimento "Frente Ampla". A referida conferência é patrocinada pelo Centro de Cronistas Políticos /MG. Um grupo numeroso de parlamentares federais, na maioria integrantes da "Frente", estarão presentes, entre outros os seguintes: Mário Covas Junior, Martins Rodrigues, José Carlos Guerra, José Maria Magalhães, Gastone Righi Cuoghi, Eugênio Doin Vieira e o epigrafado.</p> <p>Rec. Jornal/68 Ref. D. 1100/F.</p> |
| 27-01-68 | <p>Durante a visita do Sr. Carlos Lacerda a capital paulista, com a finalidade de dar prosseguimento ao movimento da "Frente Ampla", o marginado chegou junto com o Sr. Carlos Lacerda e o acompanhou durante toda a sua estada em São Paulo, juntamente com Mário Covas, Jorge Cury e outros.</p> <p>Inf. 88/2ª Sec -II Ex/68 Ref. D. 1100/F</p> |
| 12 -02-68 | <p>O epigrafado fez um pronunciamento pela TV Anhanguera, em Goiânia/GO, onde pregou a derrubada do regime objetivando para tal, a "Frente Ampla". Nesta mesma ocasião disse entre outras coisas: "estamos em uma ditadura militar, o Brasil se encontra nas mãos de uma minoria militar". Declarou que a "Frente Ampla" se propõe a derrubada do regime, sem violência, porém admitindo também o uso da mesma. Taxou de "Gorilas a minoria militar que está no governo".</p> <p>Inf. 30/DR-GB/68 Ref. D. 1100/F</p> <p>Inf. 10/SDR-GO/68</p> |
| 20-03-68 | <p>O epigrafado acompanhado do Deputado Jorge Cury, do Sr. Carlos Lacerda e do Gal. Salvador Mondim almoçou na residência do Padre Godinho, situada na Rua Viana de Moraes.</p> <p>Inf. 132/DR-SP/68 Ref. D. 1100/F</p> |
| 29-03-68 | <p>O epigrafado em companhia da Dep. Lígia Doutel de Andrade, compareceu a cidade de Maringá/PR, para reforçar a caravana de Carlos Lacerda quando da realização de um comício da "Frente Ampla" naquela cidade.</p> <p>Inf. 35/SOPS-DR-PR/68 Ref. D. 1100/F.</p> |